



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

AMARILDO ANTONIO SCUSSEL

A LUTA CAMPONESA: BRIZOLA E MASTER NA REFORMA AGRÁRIA
DA FAZENDA SARANDI

Chapecó 2024

AMARILDO ANTONIO SCUSSEL

**A LUTA CAMPONESA: BRIZOLA E MASTER NA REFORMA AGRÁRIA
DA FAZENDA SARANDI**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul –
UFFS como requisito para obtenção do
título de Mestre em História sob a
orientação do Prof. Dr. Emerson Neves
da Silva

Chapecó 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SC-484, Km 02 - Fronteira Sul

Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89815-899

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Scussel, Amarildo Antonio

A LUTA CAMPONESA: BRIZOLA E O MASTER NA REFORMA
AGRÁRIA DA FAZENDA SARANDI / Amarildo Antonio Scussel.

-- 2024.

207 f.

Orientador: Dr Emerson Neves da Silva Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2024.

1. A LUTA CAMPONESA: Brizola e o MASTER na Reforma agrária da
fazenda Sarandi. I. Silva, Emerson Neves da, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AMARILDO ANTONIO SCUSSEL

**A LUTA CAMPONESA: BRIZOLA E MASTER NA REFORMA AGRÁRIA
DA FAZENDA SARANDI**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) para obtenção do título de mestre em História, defendida em banca examinadora em 29/02/2024

Aprovado em 29 de fevereiro de 2024

BANCA EXAMINADORA

gov.br

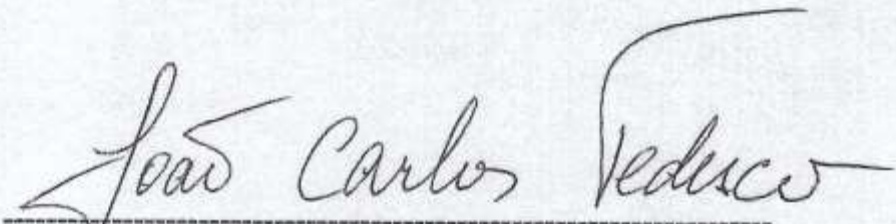
Documento assinado digitalmente

EMERSON NEVES DA SILVA

Data: 11/04/2024 08:18:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Emerson Neves da Silva- UFFS



Prof. Dr. João Carlos Tedesco- UPF



Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw- UFFS

Chapecó/SC, fevereiro de 2024

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, e a toda minha família, minha esposa Salete, meus filhos Jean e Alexandre, minhas noras Laís e Deise minha neta Laura e em especial “em memória” minha mãe Maria, que durante o tempo que esteve conosco no período do mestrado, da mesma forma que fez em toda sua vida sempre me apoiando, toda vez que conversávamos sobre o mestrado dizia: “Não se preocupe comigo vai cuidar dos teus estudos”. Minha gratidão a todos, por terem compreendido e me apoiado em todos os momentos que precisei ficar ausente, principalmente no momento da escrita desta dissertação, momento este que é muito solitário, porém seria impossível superá-lo sem o apoio e compreensão da família.

Ao meu orientador Emerson Neves da Silva por ter aceito a tarefa de me orientar, e por ter acreditado que eu poderia dar conta deste desafio, pelas dicas e orientações que possibilitaram que este trabalho fosse produzido, e principalmente por sempre ter me apoiado, por sua confiança, e pela ampla liberdade que me deu no caminho de pesquisa escolhido, e também por sua competência em apontar as mudanças necessárias, sempre respeitando minhas escolhas.

A todos os professores que participaram conosco nessa caminhada do mestrado em especial aos professores doutores Antônio Myskiw, João Carlos Tedesco e Jaisson Teixeira Lino, por aceitarem fazer parte de nossa banca. A todos os colegas de mestrado por terem me mostrado que mesmo na pós graduação é possível se ter uma turma de colegas e amigos.

Também quero fazer um agradecimento muito especial a vereadora do PDT de Nonoai Benildes Zanatta, que foi quem abriu caminho, para que eu pudesse ter acesso as atas da câmara municipal de Nonoai, além de fornecer os contatos para as entrevistas que realizei, e de ter me auxiliado nos contatos, além da câmara de vereadores de Nonoai-RS com as câmaras de vereadores de Sarandi-RS e Camaquã-RS.

A vereadora de Sarandi Carmem Siqueira, pelo auxílio no acesso as atas da câmara municipal de Sarandi-RS, e aos funcionários das câmaras municipais de Nonoai –RS, de Sarandi - RS Diézi Gardini da Silva e de Camaquã -RS Andréia Becker, pelo apoio e esforço em digitalizar e me enviar todas as atas do período de 1962 a 1964, que se encontravam nos acervos das distintas casas legislativas. A todos vocês acima citados, e também a todas que aqui não citei, mas que sabem que fizeram parte desta caminhada, meu muito obrigado.

A terra é um bem comum que
pertence a cada um.

Com o seu poder além, Deus fez
a grande natureza, mas não passou escritura
da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez, Se
é obra da criação, deve cada camponês ter
uma faixa de chão.

Quando um agregado solta o seu
grito de revolta, tem razão de reclamar.

Não há maior padecer do que um
camponês viver sem terra pra trabalhar.

O grande latifundiário, egoísta e
usurário, da terra toda se apossa causando
crises fatais, porém nas leis naturais
sabemos que a terra é nossa.

PATATIVA DE ASARÉ

RESUMO

Este trabalho é focado inteiramente no contexto agrário, e tem como fato motivador a Reforma Agrária feita por Leonel de Moura Brizola na década de 1960, na Fazenda Sarandi (Sarandi-RS). Nosso objetivo, é apresentar essa reforma agrária através de uma abordagem inédita. Dessa forma, buscaremos apresentar quem eram e qual a procedência étnica e cultural da massa camponesa que foi a responsável pela realização dessa reforma agrária, apontando como e porque ocorreu sua formação. Também buscaremos entender qual era o cenário camponês em que esses camponeses estavam inseridos, dentro do contexto nacional quando do surgimento do MASTER, e quais eram os agentes que atuavam tanto na organização dos camponeses, quanto na disputa por controlá-los, tanto em nível nacional quanto estadual. Na sequência, abordaremos especificamente a reforma agrária da Fazenda Sarandi, buscaremos compreender como foi a atuação do governo do estado e dos camponeses Sem-terra na efetivação da reforma. Por fim, apresentaremos qual foi a reação da comunidade local em relação a reforma agrária feita na Fazenda Sarandi, e por quanto tempo seus efeitos reverberaram dentro da comunidade sarandiense.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Master. Brizola. Sem-terra. Camponeses. Sarandi.

RESUMEN

Este trabajo se centra completamente en el contexto agrario y tiene como motivación la Reforma Agrária llevada a cabo por Leonel de Moura Brizola en la década de 1960, en la Fazenda Sarandi (Sarandi-RS). Nuestro objetivo es presentar esta reforma agrária a través de un enfoque inédito. De esta manera, buscaremos presentar quiénes eran y cuál era la procedencia étnica y cultural de la masa campesina que fue responsable de llevar a cabo esta reforma agrária, señalando cómo y por qué ocurrió su formación. También intentaremos entender cuál era el escenario campesino en el que estos campesinos estaban inmersos dentro del contexto nacional en el momento del surgimiento de MASTER, y quiénes eran los agentes que actuaban tanto en la organización de los campesinos como en la disputa por controlarlos a nivel nacional y estatal. A continuación, abordaremos específicamente la reforma agrária de la Fazenda Sarandi, buscando comprender la actuación del gobierno estatal y de los campesinos Sin Tierra en la implementación de la reforma. Por último, presentaremos cuál fue la reacción de la comunidad local con respecto a la reforma agrária realizada en la Fazenda Sarandi y durante cuánto tiempo sus efectos resonaron dentro de la comunidad sarandiense.

Palabras-clave: Reforma Agrária. Master. Brizola. Sin tierra. Campesinos. Sarandi

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Tabela População residente por cor ou raça – Brasil e Regiões 2010

Figura 2- Mapa com as colônias agrícolas nacionais criadas pelo governo Vargas

Figura 3- Foto do acampamento do Capão da Cascavel fazenda Sarandi

Figura 4- Foto de missa realizada no capão da Cascavel na fazenda Sarandi

LISTA DE SIGLAS

AP - Ação Popular

BOC- Bloco Operário e Camponês

BREVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio

CANG - Colônia Nacional Agrícola Goiás

CEEE- Comissão Estadual de Energia Elétrica

CEFSPRG - Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande

CETH - Comissão Estadual de Terras e Habitação

CEPE - Comissão Estadual de Prédios Escolares

CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Limitada

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores Agrícolas

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

FALERG - Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FD - Frente Democrática Progressista

FDR - Fundação Dinarco Reis

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GT 14 - Grupo de Trabalho 14

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

JAC - Juventude Agrária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIN- Postos Indígenas de Nacionalização

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PRP - Partido de Representação Popular

PSP - Partido Social Progressista

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SAPPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SUPRA - Superintendência de Política e Reforma Agrária

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A FORMAÇÃO CAMPESINA NO RIO GRANDE DO SUL	22
2.1 OS CABOCLOS: DA FORMAÇÃO ÉTNICA E SOCIAL AO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO.....	23
2.2 OS COLONOS E AS NOVAS DINÂMICAS SOCIAIS.....	30
2.2.1 As migrações e o esgotamento das fronteiras agrícolas	32
2.3 O IMPACTO DO ESGOTAMENTO DE ÁREAS LIVRES PARA COLONIZAÇÃO NAS COMUNIDADES NATIVAS.....	37
2.3.1 O avanço sobre as terras demarcadas dos povos nativos.....	40
2.4 O DESENVOLVIMENTISMO E A REVOLUÇÃO VERDE	43
2.4.1 O desenvolvimentismo.....	44
2.4.2 O desenvolvimentismo no Rio Grande do Sul	46
2.4.3 A revolução verde: Uma era de transformação na agricultura brasileira.....	51
2.4.4 O Rio Grande do Sul e a vanguarda da revolução verde no Brasil	53
2.4.5 A revolução verde: e a exclusão dos camponeses	55
3 A LUTA PELA HEGEMONIA NO CONTROLE DO CAMPESINATO BRASILEIRO	57
3.1 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)	58
3.2 AS LIGAS DE JULIÃO	65
3.3 A IGREJA CATÓLICA	71
3.3.1 As reações da Igreja Católica na reforma agrária no Rio Grande do Sul.	78
3.3.2 A Dicotomia da Terra: Direito à Propriedade e Justiça Social na Visão da Igreja Católica no Rio Grande do Sul.....	81
3.3.3 A igreja o Master as ligas Camponesas e o anticomunismo na reforma agrária gaúcha.....	84
3.4 O MASTER.....	93
4 UM BREVE PANORAMA NACIONAL DE LUTA PELA TERRA NO SURGIMENTO DO MASTER.....	97
4.1 GUERRA DE PARACATU: GUERRA REVOLTA OU GUERRILHA.....	98
4.2 A “REVOLTA DE POSSEIROS DE 1957”	103
4.3 A REVOLTA DE 1961	108
4.4 A REVOLTA DE 1964 OU LEVANTE DE TRÊS BARRAS.....	111

4.5 TROMBAS E FORMOSO	114
4.6 MOVIMENTOS NO RIO DE JANEIRO	121
4.7 MOVIMENTOS EM SÃO PAULO	123
4.7.1 O massacre de tupã	123
4.7.2 A revolta do arranca capim	124
5 A REFORMA AGRÁRIA QUE MUDOU O MODO DE LUTAR PELA POSSE DATERRA NO BRASIL E O SURGIMENTO DE UMA NOVA CLASSE: “OS SEM- TERRA”	128
5.1 INÍCIO DE GOVERNO	128
5.1.1 Criando um aparato legal	136
5.1.2 O Master x Brizola: Convergências e Divergências	140
5.2 A FAZENDA SARANDI E OS PRIMEIROS PASSOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	151
5.2.1 O caso Sarandi	151
5.3 REFORMA AGRÁRIA NA FAZENDA SARANDI AS REPERCUSSÕES E REAÇÕES COM UM FOCO ESPECIAL NAS REAÇÕES LOCAIS A PARTIR DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SARANDI	163
5.3.1 O caso Sarandi na perspectiva de um olhar local.....	165
6 CONCLUSÃO.....	182

1 INTRODUÇÃO

Escolher o tema da reforma agrária para minha dissertação não foi apenas uma decisão acadêmica, mas uma escolha também ligada as raízes de minha família. A ligação íntima que temos com a terra moldou nossa trajetória, e de maneira especial a decisão de meus pais de deixarem o campo para buscar uma vida na cidade, devido a impossibilidade de possuírem terra suficiente que possibilitasse sustentar nossa família, e proporcionar a perspectiva de um futuro melhor.

Desta forma, minha história é permeada pelas mudanças e desafios enfrentados por meus pais. A migração para a cidade foi uma jornada marcada por trabalho árduo, e a luta constante para garantir nosso sustento. A vida urbana trouxe novas perspectivas, mas também nos distanciou daquilo que sempre foi a vocação de meus pais: viver da terra. A busca por melhores condições de vida levou-os a viver e trabalhar por mais de duas décadas na cidade, mas sempre mantiveram viva a chama do sonho de um dia poder voltar a tirar o sustento da terra.

Felizmente, após anos de dedicação e esforço, meus pais conseguiram adquirir um pedaço de terra. Esse momento marcou não apenas a realização de um sonho pessoal, mas também o retorno a essência de suas raízes. Viver da terra não era apenas uma escolha, mas uma vocação que sempre pulsara em seus corações.

No entanto, essa conquista não me deixou esquecer da realidade enfrentada por milhões de camponeses que participam do mesmo sonho, mas estão cercados pela impossibilidade de acesso a um pedaço de terra. A escolha de trabalhar com o tema da reforma agrária em minha dissertação, foi impulsionada pela consciência de que enquanto minha família superou as barreiras, muitos outros permanecem aprisionados pela falta de acesso à terra, enfrentando desafios socioeconômicos e a luta constante pela sobrevivência.

A opção de explorar a reforma agrária da Fazenda Sarandi em minha dissertação, adquire uma profundidade significativa ao considerar não apenas minha ligação intrínseca com a terra, mas também minha admiração por Leonel de Moura Brizola. A convergência desses dois elementos na minha vida, não apenas intensifica o significado da escolha desse tema, mas também ressalta a interseção de dois temas que me motivam e intrigam: a terra e a reforma agrária, bem como os ideais políticos e sociais de Brizola.

A atuação desse líder visionário nas questões sociais, especialmente na implementação da reforma agrária e no caso que vou abordar, o da “Fazenda Sarandi”, fortalece minhas

convicções, na importância dessa abordagem, adicionando uma camada mais profunda ao conectar-se com o legado político e social deixado por Brizola. A união dessas duas influências, transforma minha dissertação não apenas em uma exploração acadêmica, mas em uma jornada que abraça minhas raízes ligadas à terra, a paixão pela reforma agrária, e a inspiração nos ideais transformadores de Leonel de Moura Brizola, nas questões sociais do Brasil.

Assim, ao escolher abordar a reforma agrária em minha dissertação, busquei destacar a jornada coletiva dos camponeses gaúchos, que desempenharam um papel crucial na implementação da primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil, a reforma agrária da Fazenda Sarandi. Apontando qual foi a origem destes camponeses desterrados do Rio Grande do Sul, e quais os fatores que foram preponderantes para que estes chegassem a década de 1960 na condição de desterrados.

Também busquei analisar como esses camponeses se inseriam dentro do contexto campestre vivido em nosso país naquele momento, apontando quais eram os agentes que atuavam em busca do controle desta massa de desterrados no Rio Grande do Sul, e qual sua relação com os agentes que atuavam no mesmo sentido, em todo nosso país.

Na sequência, buscamos entender como o processo deflagrado na Fazenda Sarandi, foi arquitetado, apontando como ocorreram e quais foram as reações da sociedade, em relação a essa reforma agrária, com um olhar mais aprofundado nas reações da comunidade local de Sarandi - RS.

Escrever sobre um tema amplamente explorado na pesquisa acadêmica representa uma tarefa desafiadora, uma vez que nos deparamos com a difícil missão de oferecer uma contribuição original, em meio a um campo saturado de análises. A complexidade, reside não apenas na necessidade de apresentar uma perspectiva única, mas também, na inevitabilidade de fazer escolhas, visto que abordar o tema em sua totalidade se torna praticamente impossível.

A primeira barreira que enfrentamos refere-se a fontes documentais que tínhamos a intenção de utilizar. Já havíamos conduzido uma busca prévia sobre essas fontes, e ao final, constatamos que algumas delas, como as fontes jornalísticas locais, simplesmente não existiam. Além disso, as atas da Câmara Municipal de Vereadores de Nonoai - SC estavam disponíveis apenas a partir de 1963, e lamentavelmente não continham qualquer menção ao nosso tema de pesquisa. Essa ausência de fontes relevantes reduziu significativamente as perspectivas de abordagem do tema que estávamos investigando.

Outra barreira que enfrentamos, foi a constatação de que muitos aspectos do tema em questão, já haviam sido minuciosamente estudados por outros pesquisadores. Isso exigiu um esforço extra para encontrarmos ângulos inexplorados, lacunas ainda não preenchidas, ou novas

perspectivas que pudessem adicionar valor ao corpus existente de conhecimento. Foi nesse ponto, que apesar das muitas abordagens já feitas sobre o tema, oferecer um enfoque diferente passou a ser crucial.

Ao fazermos nossas escolhas na escrita, nos vimos impelidos a definir limites, e focar em determinados aspectos do tema. Essa limitação, no entanto, não foi vista por nós como uma fragilidade do trabalho, mas como uma necessidade inevitável para garantir profundidade e consistência na análise. A seleção criteriosa de tópicos e a delimitação ou ampliação do escopo, tornaram-se estratégias essenciais para evitar a superficialidade, e manter a relevância do trabalho.

Desta forma, passou a ser ainda mais importante que fizéssemos uma análise mais aprofundada das fontes inéditas a que tínhamos acesso, e que discorriam sobre nosso tema de pesquisa. Buscando novas perspectivas e dados originais, embora tenha demandado um esforço considerável, pôde adicionar uma camada valiosa à pesquisa. A capacidade de trazer à luz informações inexploradas, não apenas enriqueceu nosso trabalho, mas também acreditamos ter valorizado nossa dedicação e a perseverança em ir além do convencional, ou seja, do que já foi pesquisado sobre o tema.

Sendo assim, acreditamos que a escrita sobre um tema amplamente explorado, é um equilíbrio delicado entre a necessidade de escolher aspectos específicos para análise, ou de ampliar o escopo do estudo, arregimentando novas peculiaridades, que nos permitam produzir um trabalho, que possa se caracterizar por sua originalidade no trato sobre o tema pesquisado.

No entanto, não podemos desconsiderar o fato de que, embora nós historiadores, nos esforcemos para buscar a imparcialidade em nossas pesquisas, é importante reconhecer que a própria seleção de um tema, como já apontamos acima, ou a adoção de uma abordagem, já reflete uma escolha. Pois somos conscientes de que toda investigação histórica, mesmo que não seja consciente, o que não foi o nosso caso, é permeada por uma escolha epistemológica e metodológica, podendo, assim, apresentar uma certa parcialidade. O simples ato de selecionar certos eventos ou perspectivas, implica em destacar alguns aspectos em detrimento a outros.

Além disso, as emoções e convicções pessoais do historiador podem influenciar suas escolhas e interpretações, mesmo que inconscientemente. As experiências, valores e visões de mundo do historiador, podem ter um impacto sutil, mas presente, na maneira como ele formula as perguntas de pesquisa, interpreta as fontes, e apresenta sua narrativa histórica.

É importante destacarmos, que a imparcialidade absoluta é uma meta difícil de alcançar na prática historiográfica. Porém, a parcialidade inerente ao processo histórico, não implica necessariamente em uma abstração deliberada dos fatos, mas sim, na influência pessoal do

historiador. Acreditamos que a transparência sobre as escolhas feitas, e a consciência das próprias perspectivas são aspectos essenciais, para a construção de uma narrativa histórica confiável.

Para minimizar a parcialidade, nós, historiadores, devemos sempre estar atentos e buscar adotar métodos rigorosos de pesquisa, examinando diferentes pontos de vista e interpretando as fontes de maneira crítica. Ficamos cientes de que a história não é uma simples sucessão de fatos isolados, mas sim uma interpretação do passado. Desta forma, ao analisarmos os conflitos por terra, procuramos ampliar ao máximo as fontes que utilizamos, buscando abranger múltiplas perspectivas.

Ao aceitarmos, que nosso trabalho não busca a utopia de abranger a totalidade do tema abordado, e que o mesmo sempre estará sujeito a nossa influência, seja de forma consciente, ou inconsciente, permitimo-nos contribuir para uma compreensão mais completa e contextualizada dos eventos históricos apresentados. Acreditamos que a reflexão crítica sobre nossos limites e escolhas, juntamente com nossa persistência na busca por uma análise equilibrada e coesa, são os princípios fundamentais que devem nortear um trabalho de pesquisa.

Desta forma, o que buscamos apresentar é uma abordagem que permite aos leitores ter uma compreensão, que lhes proporcione a oportunidade de se inteirarem dos pontos fundamentais do fato pesquisado. No nosso caso, exploramos o Movimento dos Agricultores Sem-terra, e a reforma agrária da Fazenda Sarandi, ocorrida no Rio Grande do Sul na década de 1960, durante o governo de Leonel de Moura Brizola.

Em nosso trabalho, buscamos fornecer informações básicas sobre o fato abordado, respondendo a algumas perguntas, incluindo: quem eram os camponeses que deram origem ao Movimento dos Agricultores Sem-terra? Como e por que se formou essa massa de desterrados? Se havia alguém, e em caso afirmativo, quem estava por trás dessa organização camponesa? Qual foi a posição da comunidade local em relação a esse movimento? E qual foi o resultado alcançado por ele? Neste sentido, buscamos apresentar uma abordagem que acreditamos contemplar não apenas o público acadêmico, mas também, o público leigo sobre o tema, uma vez que concordamos com Ginzburg, quando nos fala que.

A ideia de escrever para um público amplo me parece ser um fim em si mesmo. Se a pesquisa é importante, por que deveria permanecer como apanágio de um grupo restrito de profissionais? Poderemos interessar pessoas que não são profissionais se dividirmos com elas não apenas o resultado da pesquisa, mas também o caminho percorrido para chegar até ele. Às vezes a pesquisa pode ser mais fascinante do que o resultado. (GINZBURG 1990, p. 261)

A partir desse pensamento, nosso trabalho irá analisar os eventos ocorridos em uma vasta área de terra localizada no norte do Rio Grande do Sul. Nessa região, foi implementada aquela que ficou marcada na História agrária do Brasil, como a primeira reforma agrária conduzida por um órgão oficial no país: a reforma agrária da Fazenda Sarandi, situada no município de mesmo nome. Essas terras, foram não apenas o cenário do primeiro movimento campestino que resultou efetivamente em um processo de reforma agrária, conduzido por uma entidade oficial em nosso país, o Movimento dos Agricultores Sem-terra MASTER, na década de 1960, mas também foram as protagonistas na década de 1980, do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra "MST", o maior movimento campestino da História do Brasil, que continua ativo até os dias atuais.

O sistema agrário brasileiro, está fundamentado na desigualdade da distribuição das terras, com o predomínio de grandes latifúndios, que institucionalizaram o acúmulo de vastas propriedades nas mãos de poucos. O avanço do capitalismo sobre o campo, com a modernização das práticas agrícolas, faz nascer uma massa de excluídos, ou como apontado por Lenin (1982) e Karl Kautsky (1986), uma massa residual, condenada ao desaparecimento através da concentração de riqueza nas mãos dos grandes proprietários, que acabariam por absorver as pequenas propriedades, tornando inviável o modo de vida do pequeno camponês.

No entanto, contrariando tais teorias, na década de 1960, os campestinos no norte do estado gaúcho, alcançaram através de sua organização, sucesso nas pautas de luta por seus direitos à terra. Inserindo-se dentro de um contexto social como protagonistas, colocando a reforma agrária como tema central nos debates políticos, e ocupando espaço de relevância em todos os meios de comunicação da época.

E por meio dessa organização, fundamentaram uma consciência de pertencimento e criaram uma nova classe social: os “Sem-terra”, que através do Movimento dos Agricultores Sem-terra “MASTER”, mudaram a forma de ocupação de terras devolutas e legitimaram o direito de lutar por um pedaço de terra para chamar de seu.

Em nossa pesquisa, vamos apresentar a formação da massa campestina de Sem-terra no Rio Grande do Sul, demonstrando como apesar das semelhanças com as formações campestinas que eclodiram em todo o país naquele período, essa formação no estado gaúcho, possui um diferencial: que são os milhares de descendentes de imigrantes europeus trazidos pelos governos brasileiros, com o intuito de colonizar, civilizar e branquear a população gaúcha.

Esse fato foi fundamental na formação da massa campestina de Sem-terra no Rio Grande do Sul, e está intrinsecamente ligada a chegada dos imigrantes europeus. Sendo que esse fenômeno, não apenas moldou a identidade agrária da região, mas também resultou na expulsão

tanto dos nativos da terra “índios” quanto dos nacionais, ou "caboclos", das terras que ocupavam uns por milênios, e outros por séculos.

Sendo assim, a imigração europeia, embora tenha contribuído para o desenvolvimento econômico e cultural da região, desencadeou primeiro o genocídio, e na sequência, um processo de deslocamento forçado das populações, tanto dos caboclos, quanto dos remanescentes dos nativos da terra.

Desta forma, é possível afirmar que a chegada dos colonos europeus, foi responsável pela usurpação das terras tradicionalmente ocupadas, tanto pelos nativos, quanto pelos caboclos, levando os mesmos a expulsão e marginalização. Além disso, o rápido crescimento populacional dos colonos europeus exacerbou a pressão sobre os recursos naturais e a disponibilidade de terras, resultando na ausência de espaço para acomodar as novas gerações.

O cenário de expansão demográfica e a disputa por terras, tornaram-se fatores preponderantes na formação da massa campestre de Sem-terra, caracterizando um fenômeno único no contexto da história agrária. Essa complexa interação entre imigração europeia, expulsão dos caboclos, e a insuficiência de terras para todos, ressalta a importância de compreender a intrincada teia de eventos históricos, que moldou a realidade agrária no Rio Grande do Sul.

A partir disto, procuramos demonstrar como o movimento que ocorreu no norte do Rio Grande do Sul, vai se destacar entre tantos movimentos que afloraram em nosso país nesse período, sendo ao final o único a conseguir gerar frutos, com a efetivação da reforma agrária, com desapropriação de terras e a distribuição destas entre os Sem-terra que as reivindicavam.

Vamos apresentar como o Movimento dos Agricultores Sem-terra do Rio Grande do Sul através de sua organização, cria uma consciência de pertencimento, e nomina toda uma classe, dando origem aos “Sem-terra”, que por sua vez implementam uma nova forma de reivindicar o direito à terra, através de ocupações, com as formações de acampamentos, sempre dentro dos limites impostos pela legislação vigente, tanto no estado quanto no país.

Exibiremos como o movimento dos Sem-terra de Nonoai-SC e Sarandi- RS, vai se manter ativo após a saída de Brizola do governo Rio-grandense e do golpe civil militar de 1964. Buscamos demonstrar o apoio recebido pelo movimento dos Sem-terra da comunidade local de Sarandi.

Apresentaremos as resistências ao movimento que foram implementadas, principalmente pela igreja Católica, que contava com amplo apoio de boa parte da imprensa e dos latifundiários, representados pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul “FARSUL”.

As problemáticas que buscaremos elucidar, estão relacionadas a demonstrar como a formação dos camponeses Sem-terra, que deram origem ao “MASTER” no estado do Rio Grande do Sul, tanto se assemelham, quanto se diferenciam, em sua composição étnica dos camponeses do resto do país.

Objetivamos apontar como o Movimento dos Agricultores Sem-terra, foi efetivamente, o único movimento daquele período que logrou êxito em sua empreitada, conseguindo a desapropriação e distribuição de terras. Vamos expor, como o então governador do estado gaúcho, Leonel de Moura Brizola, vai se apoiar em um arcabouço de leis já existentes, e por outras por ele criadas no período, para poder efetivar este processo de reforma agrária.

As principais perguntas que buscamos responder em nosso trabalho no primeiro capítulo são: como se formou, e qual era a origem étnica e cultural da massa camponesa de desterrados, que se originou no estado do Rio grande do Sul, e foi a responsável pela efetivação da primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil? Quais foram os fatores que levaram ao esgotamento das fronteiras agrícolas disponíveis para colonização, e geraram a massa de camponeses desterrados?

No segundo capítulo buscamos compreender: como se encontrava o contexto camponês em nível nacional, e quem eram os agentes que atuavam tanto na organização dos camponeses, quanto na fomentação de movimentos camponeses no Brasil neste período?

No terceiro capítulo, buscamos apontar os principais movimentos camponeses que ocorriam no Brasil quando do surgimento do “MASTER” no Rio Grande do Sul. Desta forma, buscando entender quais as relações desse, com outros movimentos no Brasil? E o porquê destes movimentos estarem ocorrendo?

No quarto e último capítulo, nosso foco é a reforma agrária feita na Fazenda Sarandi. Para tanto, buscamos responder perguntas como: qual foi a atuação do governador Leonel de Moura Brizola e de seu governo, na implantação da reforma agrária? Quais foram as reações a essa reforma? E a principal pergunta que pretendemos responder é: qual foi a reação da comunidade de Sarandi em relação a essa reforma agrária? E por quanto tempo a mesma reverberou dentro da comunidade local?

O foco principal de nossa pesquisa, compreenderá o período entre as décadas de 1940 e 1960. De forma mais sucinta, e com o objetivo de contextualizar o processo de formação da massa camponesa que vai protagonizar o surgimento da classe dos Sem-terra no Brasil, esse período será alongado, para que seja possível uma abordagem sobre a colonização, visto que, foi esse o fator preponderante na formação da massa camponesa de desterrados, que vai se

organizar e proporcionar a realização da reforma agrária feita na década de 1960 no Rio Grande do Sul.

Quanto ao recorte espacial, embora abordemos os movimentos camponeses em nível nacional, e as lutas pela terra, e as resistências e lutas dos nativos na região Sul do Brasil, nosso foco de pesquisa será o Rio Grande do Sul, com especial atenção para a região norte do estado, onde se localiza a fazenda Sarandi, objeto principal de nossa investigação.

O fato de desconhecemos outras pesquisas, que tenham como objetivo principal analisar como essa reforma agrária, a primeira feita por um ente oficial no Brasil, foi vivenciada, e retratada pela comunidade local, faz com que se justifique este trabalho, que busca apontar como as comunidades locais em especial a de Sarandi, se posicionaram diante desse acontecimento.

A partir de um aporte teórico marxista, buscaremos apoio em Thompson (2001), com um viés na História Social inglesa, como pode ser visto na citação abaixo, para entendermos como se desenvolveu a consciência da condição de marginalização política e social que impulsionou a formação da “classe” camponesa que vai protagonizar o surgimento do MASTER.

Uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão "econômica" quanto "cultural"; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação "em última instância" pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (THOMPSON, 2001, p. 260).

Da mesma forma, vamos utilizar a obra de Gramsci (1987-1999), que também faz uso da história social, para analisar os processos históricos de lutas de classe e, através deles, compreendermos como, a partir da organização, estes podem buscar a ascensão com o intuito de alcançar o objetivo de se tornar uma classe hegemônica e dominante.

Buscaremos em Maria da Glória Gohn (2008), apoio para delimitar nossa interpretação acerca desses movimentos, os quais concebemos como iniciativas sociais coletivas de natureza sociopolítica e cultural, possibilitando diversas formas de organização e expressão das demandas populares, conforme podemos ver no apontamento a seguir:

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2008, p. 5).

Faremos uso de Luís Cristiano Christillino (2011), para nos apoiar no trabalho de análise das atas das câmaras de vereadores. Para trabalharmos com fontes jornalísticas, nos apoiaremos em Maria Helena Capelato, (1988, p. 21) que faz o seguinte apontamento sobre o uso de jornais na pesquisa de História:

O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível por que permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto. O historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A figura abstrata imprensa se desmistifica quando se faz surgir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. A análise desse documento exige que o historiador estabeleça um constante diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de época.

Para amparar o trabalho a partir de um viés da micro história, trazemos à tona Ginzburg, oferecendo para o tema a visão local sobre a atuação do Movimento dos Agricultores Sem-terra. Também analisaremos a atuação da Igreja Católica, que vai entrar na luta pelo controle hegemônico dos camponeses desterrados, que estão envolvidos nesse processo de reforma agrária, ocorrido na fazenda Sarandi.

Com o aporte das muitas obras que retratam o tema, desde reportagens jornalísticas a documentários produzidos sobre estes acontecimentos, temos um escopo inicial que nos possibilita montar a estrutura de nossa pesquisa.

A partir desta estrutura inicial, buscaremos através de entrevistas feitas por nós, ou retiradas de trabalhos feitos por outros autores que abordem o tema, com pessoas que vivenciaram e participaram destes acontecimentos, ampliar o conhecimento e preencher lacunas que ainda estão em aberto, sobre a atuação do governo do estado, tanto na organização do Movimento dos Agricultores Sem-terra, quanto do acampamento que ocupou as terras da Fazenda Sarandi, que posteriormente foram desapropriadas, e distribuídas para os camponeses Sem-terra, que as reivindicavam.

Através da utilização das atas da câmara municipal de Sarandi-RS, local onde ocorreram efetivamente as ações, com a formação de acampamento, e posterior desapropriação e distribuição de terras, buscaremos compreender como o fato foi retratado pela comunidade local, através das falas dos vereadores, que dentro da câmara municipal representam a

população sarandiense, a partir de uma análise mostrando as críticas e defesas feitas pelos edis com relação a esta reforma agrária.

Através do uso das atas, também buscaremos esclarecer quais as mudanças que vão ocorrer com a saída de Leonel de Moura Brizola do comando do governo do estado do Rio Grande do Sul, e a entrada no comando do executivo gaúcho de Ildo Meneguetti.

Outro ponto que pretendemos elucidar com ajuda dessas atas, é por quanto tempo o movimento dos agricultores Sem-terra, continuou efetivamente organizado e atuando, visto que, o que temos apontado pela historiografia que trata do tema, ainda é muito controverso, porque algumas obras defendem que a atuação do grupo se finda com o final do governo de Brizola em 1963, e outras que o mesmo se encerra com o golpe civil militar de 1964.

Também com a utilização das atas, pretendemos analisar como ocorreu a transição, primeiro no estado do Rio Grande do Sul, do governo Brizola para o governo Meneghetti, e depois no país do governo democrático de Jango, para um governo militar e autoritário. Apontando se houveram perseguições aos Sem-terra, tanto pelo governo de Meneguetti quanto pelo regime militar, e se sim, como foram retratadas pelos vereadores dentro da câmara municipal.

Para analisar a atuação da igreja nesse processo, faremos uso dos boletins “UNITAS”, da Arquidiocese de Porto Alegre dos anos de 1959 até 1964, com os pronunciamentos do então arcebispo metropolitano Dom Vicente Scherer, falando sobre o tema, e também buscaremos aporte em matérias jornalísticas. Através dos jornais e dos boletins, vamos analisar como foi a reação da igreja católica e da imprensa em relação ao Movimento dos Agricultores Sem-terra, e ao governo gaúcho, e seu governador, Leonel de Moura Brizola.

Este nosso trabalho de pesquisa está inteiramente relacionado as questões agrárias, e tem como foco a primeira reforma agrária feita no Brasil por um ente oficial “A Reforma Agrária da Fazenda Sarandi” feita pelo governo do estado do Rio Grande do Sul na década de 1960.

Em nosso primeiro capítulo, buscaremos apresentar como ocorreu a formação da massa campesina que foi a responsável por desencadear esse processo de reforma agrária, apontando qual era a origem, tanto étnica quanto social destes camponeses desterrados que na década de 1960 no estado gaúcho se organizaram na busca pelo direito de possuir um pedaço de terra para tirar seu sustento e viver.

A importância de abordarmos a formação campesina está entrelaçada ao fato de que embora o tema da formação do campesinato gaúcho já tenha sido amplamente discutido, sua influência no processo de reforma agrária realizada por Brizola é pouco retratada. Desta forma,

entendemos ser relevante a nossa abordagem sobre esse tema, uma vez que, ao final, esse foi o fator preponderante no surgimento da massa camponesa de desterrados no Rio Grande do Sul, e conseqüentemente, o responsável pela reforma agrária realizada pelo governo de Brizola na década de 1960.

Este nosso primeiro capítulo, será construído com base na pesquisa de obras que tratam dos temas por nós abordados. para entendermos quem eram os camponeses que formaram a massa de desterrados que deram vida ao “MASTER”, e a reforma agrária feita por Brizola no estado gaúcho, buscaremos apresentar a formação étnica e cultural desta massa camponesa; para tanto, buscaremos apoio nas obras de vários autores entre eles, Dalcim (2013), Docca (1940), Gasparotto (2021), Leitman (1997), Maestri (1984), Mombelli (2009), Monbeig (1976), Moraes (2010), Nunes (2014), Ribeiro (1995), Salini (2006). Bem como no livro Sepé Tiaraju: herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro (CÂMARA DOS deputados, 2010). todos esses autores e obras nos proporcionaram apresentar um contexto amplo sobre o tema.

Na parte final deste primeiro capítulo, para abordarmos o impacto do projeto desenvolvimentista, e da revolução verde na formação do excedente populacional, que deu origem à massa de excluídos, propiciando o surgimento do movimento dos agricultores sem-terra, faremos uso de autores como Abramovay (1997), Alves (2013), Alves e Tedesco (2015), Alentejano (2012), Comiran (2021), Fonseca (2004), Fonseca (2015), Fontoura (2007), Lessa (1982), Maestri (2005), Machado (2012), Machado (2014), Simon (2009), Palmeira (1989), Tedesco e Carini (2021), Tedesco e Sander (2005), Sousa et al. (2017), Waibel (1979) e Zarth (1997).

No segundo e no terceiro capítulo do nosso trabalho, procuramos apresentar os agentes envolvidos na organização camponesa, e contextualizar as lutas agrárias que ocorreram no cenário nacional durante o surgimento do “MASTER”, na década de 1960 no estado do Rio Grande do Sul. Essa análise, é fundamental para a compreensão do contexto agrário no Brasil, na época em que ocorreu o surgimento do “MASTER”, que vai ser o foco central da nossa pesquisa.

Isso nos possibilitará, evidenciar que os eventos que culminaram na origem do “MASTER”, não ocorreram de forma isolada em relação aos outros processos sociais que permeavam as áreas rurais em todo o país. Dessa forma, procuraremos destacar que em seus primórdios, o “MASTER” não se distinguia substancialmente dos principais movimentos agrários que surgiram no Brasil naquela época. Isso inclui tanto os motivos que impeliram sua

criação, quanto os atores que desempenharam papéis significativos na organização camponesa no estado do Rio Grande do Sul, durante este período.

Apesar de nosso estudo se concentrar geograficamente no estado do Rio Grande do Sul, especialmente em sua região norte, e ter como principal objeto de pesquisa o “MASTER”, neste capítulo, buscamos contextualizar o surgimento do “MASTER” dentro do panorama experimentado pelo campesinato brasileiro naquela época. Apresentaremos os protagonistas envolvidos na organização camponesa em nosso país, e por conseguinte no estado do Rio Grande do Sul durante o surgimento do “MASTER”.

Nosso propósito é destacar os agentes centrais, não apenas na mobilização da massa camponesa que se insurgia em todo o Brasil naquela conjuntura, mas também na disputa pelo domínio dessas massas, e nos movimentos por elas liderados. Essa competição, almejava alcançar a hegemonia no controle dos milhares de desterrados, que lutavam pelo direito à terra em nosso país.

Para alcançar esse objetivo, destacaremos as ações das principais entidades organizadas em defesa do campesinato no Brasil. Analisaremos a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas, especificamente as "Ligas de Julião", da Igreja Católica, e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Que ao emergir no estado do Rio Grande do Sul, entrará em competição com essas entidades, alcançando a hegemonia no comando da massa de camponeses desterrados no estado Rio-grandense.

Entendemos que esta abordagem se faz necessária, não apenas para se compreender o cenário nacional vivido pelo campesinato brasileiro, em que vai estar inserido o Movimento dos Agricultores Sem-terra do Rio Grande do Sul, em seu Nascedouro, ocorrido em um momento que nosso país vivenciava a plena democracia, que possibilitou que a população pudesse se organizar e buscar seus direitos. Mas também para se demonstrar, que embora em seu nascedouro o “MASTER” não se diferenciasse dos principais movimentos camponeses que emergiram naquele período, sendo que seu objetivo ao ser criado era a defesa de uma demanda local, ou seja, muito semelhante aos principais movimentos que eclodiram no período, como poderá ser visto neste capítulo, desta forma buscamos demonstrar como em seu nascedouro, o Movimento dos Agricultores Sem-terra do Rio Grande do Sul, estava intimamente conectado com as demandas nacionais dos camponeses.

Como auxílio na produção destes capítulos, faremos uso dos seguintes autores: no trato com o PCB, consultamos Abreu (2002), Alves (2010), Azevedo (2014), Moraes (1997), Pessoa (1999), Ramos (2011), Santos (1996), Santos (2017), Silva (2008).

Sobre a atuação das ligas, e para que posamos contextualizar as atuações camponesas, nos apropriaremos dos seguintes autores: Azevedo (2014), Bastos (1984), Grimberg (2018), Julião (2011), Medeiros (1982), Mota e Steves (2006), Santos (2017), Santiago (2001), Vitor (2022).

Já para apontarmos a atuação da Igreja Católica, na disputa pela busca do controle sobre a massa camponesa, e o surgimento do “MASTER”, utilizaremos os boletins “UNITAS”, da arquidiocese de Porto Alegre, com os pronunciamentos do arcebispo metropolitano Dom Vicente Scherer, dissertando sobre a reforma agrária o Movimento dos Agricultores Sem-terra do Rio Grande do Sul, o governador Brizola e os Comunistas. Também faremos uso dos seguintes autores: Alves (2010), Borba (2013), Eckert (2009), Montenegro (2010), Ramos (2010), Rosa (2010), Stedile (2005), Tedesco e Silva (2020), Schilling (1979).

Para apontarmos os principais movimentos camponeses contemporâneos do movimento dos agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul, e as lutas por estes empreendidas pelo direito à terra buscou apoio nos seguintes autores: Andrade (2017), Azevedo (2014), Borba (2018), Castilhos (2012), Chagas (2015), Chaia (1997), Esteves (2007), Felismino (1985), Gasparoto e Telo (2021), Gomes (1986), Leocádio (2011), Lima (2009) Maia (2014), Myskiw (2002), Muramatsu (1994), Nossa e Júnior (2010), Oikawa (2011), Sampaio (2003), Silva (1996), Serra (2019), Sousa et al (2017), Voltolini (2003), Zambolin e Priori (2011).

O quarto e último capítulo, vai abordar o tema que é o norteador de nossa pesquisa, que é a reforma agrária da fazenda Sarandi, apresentando como ocorreu a atuação do Governo Brizola, tanto na formulação de leis quanto na defesa dos camponeses, e buscando apresentar como a comunidade local de Sarandi vai se manifestar com relação tanto ao “MASTER” quanto ao governo do estado e seu governador.

Nesse capítulo, buscamos apresentar como os diversos entes constituídos dentro do município vão se manifestar, primeiro em relação à formação do primeiro acampamento de Sem-terra; segundo, qual vai ser a reação da comunidade local ao ato de desapropriação pelo então governador Leonel de Moura Brizola, da área de terra reivindicada pelos acampados; terceiro, como a comunidade local vai se posicionar tanto em relação aos Sem-terra, quanto ao governo do estado.

Também nos apropriaremos das atas da Câmara Municipal de Vereadores de Sarandi-RS, com os pronunciamentos feitos pelos edis, sobre a reforma agrária feita na fazenda Sarandi, que naquele momento estava em curso, e também nos eventuais documentos recebidos e os produzidos pela casa legislativa sobre o tema.

Para que posamos produzir este capítulo, além da utilização, das atas da câmara de vereadores de Sarandi-RS, também faremos uso de entrevistas e fontes jornalísticas que abordem o tema, além de nos apropriarmos de obras publicadas sobre o tema, ou que podem nos permitir uma melhor compreensão sobre o mesmo, dos seguintes autores: Alves (2010), Casalli (2005), Gasparotto (2016), Ginzburg (2002), Le Goff 1994), Harres (2011), Martins (1989), Nardy (2014), Portelli (1996), Rodeghero (2017), Schilling (1979), Sigaud; Rosa; Hernandez (2002), Thompson (1997), Thompson (2002).

Na década de 1960, no estado do Rio Grande do Sul, um movimento social campesino de grande relevância começou a tomar forma, desafiando os paradigmas da propriedade da terra e promovendo uma luta incansável pela justiça agrária. Esse movimento, conhecido como Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER), teve sua origem intrinsecamente ligada à complexa formação da massa camponesa na região. Neste capítulo, exploraremos os elementos e fatores que proporcionaram a constituição desse grupo, que foi o responsável pela primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil.

2 A FORMAÇÃO CAMPESINA NO RIO GRANDE DO SUL

Na década de 1960, no estado do Rio Grande do Sul, um movimento social campesino de grande relevância começou a tomar forma, desafiando os paradigmas da propriedade da terra e promovendo uma luta incansável pela justiça agrária. Esse movimento, conhecido como MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-terra), vai reformular a forma como se luta pela terra no Brasil, e ao mesmo tempo conscientizar os desterrados de nosso país de sua condição de pertencimento a uma nova classe social os “sem-terra”

O camponês, que vai ser o elemento norteador de nossa pesquisa, tem sua definição inteiramente ligada à terra, e surge junto com o nascimento das primeiras cidades, e o início da estratificação de classes sociais, quando se passa a estabelecer uma diferenciação entre os que vivem na cidade exercendo atividades não ligadas à terra, e os que tiram seu sustento de atividades ligadas a ela, passando estes a serem reconhecidos como camponeses (RIBEIRO, 1982).

A compreensão do campesinato no Brasil ainda gera muito debate entre os pesquisadores do tema, fazendo com que surjam várias correntes de pensamento. No entanto, independentemente da interpretação sobre o termo “camponês”, todas as vertentes são coesas em um ponto, que é o de reconhecer que esta classe é predominantemente composta por corporações familiares, formadas por Sem-terra e proprietários de pequenas áreas de terra.

Um dos principais pesquisadores que trabalha o tema “camponeses e campesinato”, José de Souza Martins, descreve o camponês brasileiro como sendo uma massa de lavradores autônomos, cuja existência está estritamente ligada ao seu trabalho e de sua família, que sendo privada de terra, estaria se transformando em uma massa de proletários rurais, de trabalhadores que com a expansão do capitalismo, só tem para si a capacidade de seu trabalho e sua força de trabalhar (MARTINS, 1981. p. 151).

Embora encontremos diversificadas formas de descrição sobre o camponês, e como este se insere dentro de nossa sociedade, talvez a definição mais simples e concreta seja a que encontramos nos dicionários, ou seja, aquele que vive ou trabalha no campo. Tendo em conta que o viés que buscamos, é sua inserção como classe e sua participação dentro do campo social, podemos nos amparar em Horacio Martins de Carvalho e em sua obra intitulada: *O Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social*, na qual o autor faz uma profunda análise sobre o tema, como podemos ver na citação a seguir:

Por outro lado, nessa mesma luta de classes entre o campesinato e a burguesia, o campesinato, nas suas mais distintas frações sociais, se fortalece como classe social a partir da sua organização, mobilização e enfrentamento nas lutas sociais. E constroem alianças de classe com o proletariado, assim como com frações de outras classes sociais, com estamentos sociais como a burocracia pública, com a organização dos trabalhadores desempregados, entre tantos outros, em função das circunstâncias objetivas de cada confronto social. E nessas lutas o campesinato se afirma como modo de produzir e de viver (sua especificidade) e como classe (CARVALHO, 2012, p. 42).

A partir dessa definição podemos dizer que a formação da massa camponesa no Rio Grande do Sul, envolve uma miríade de grupos sociais, cada um com sua própria história, origens e desafios. Nesse contexto, destacam-se os nativos da terra, “indígenas”, (sobre os quais faremos uma análise no último capítulo de nosso trabalho) que já habitavam a região há milênios, portanto muito antes da chegada dos colonizadores europeus. Também, os nacionais, ou “caboclos”, cujas raízes culturais e familiares se entrelaçaram com a terra ao longo das gerações, e sobre os quais achamos importante que se façam alguns apontamentos, tanto sobre a complexidade de sua atuação dentro do campesinato quanto da diversidade étnica e social que vai abranger esse grupo em específico.

2.1 OS CABOCLOS: DA FORMAÇÃO ÉTNICA E SOCIAL AO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO

Segundo Pierre Monbeig, dos encontros entre os portugueses e os índios ocorreu a miscigenação que resultou em um tipo único de indivíduo: o mameluco ou o caboclo. Vivendo como pescadores na região amazônica e no litoral, como criadores no Nordeste e no Rio Grande do Sul, e como caçadores de ouro e diamantes no Brasil central e em Minas Gerais. Esse novo homem sempre foi um desbravador apaixonado pela terra em que vive, embora não se fixe nela e a exaure com suas práticas agrícolas e queimadas. Passando a ser reconhecido como caboclo pelo seu enorme chapéu de palha, suas roupas gastas, e seus pés descalços. Podendo ser considerado como o camponês brasileiro genuíno (MONBEIG, 1975, p. 45-46).

Atualmente, o termo "caboclo" perdeu em grande parte seu significado antropológico, sendo utilizado para se referir a qualquer pessoa ligada à terra, independentemente de ser mulato, mestiço de índio e negro (cafuzo e juçara) ou branco. Resistente às adversidades físicas, mas sobrecarregado pela doença e pela subalimentação, o caboclo é corajoso, desconfiado e possui uma religiosidade que o leva a aceitar as formas mais extravagantes de misticismo. Raramente tem acesso à educação formal e se sente desconfortável nas cidades. O caboclo representa um Brasil que ficou para trás. Suas canções são guardiãs do folclore e isso lhe confere um certo encanto sentimental e artístico (MONBEIG, 1975, p. 45-46).

De acordo com (ZARTH 1998, p. 47), “A palavra 'caboclo' é de origem tupi e designa o filho de indígena com branco europeu”. Os caboclos representam uma parcela significativa da população brasileira e carregam uma herança cultural única, que combina elementos indígenas, africanos e europeus. Essa rica mistura étnica e cultural é evidente em várias facetas da sociedade brasileira, incluindo a música, a dança, a culinária e as tradições religiosas. Os caboclos, assim como o termo que os descrevem, são testemunhas vivas da complexa história do Brasil e da diversidade que moldou a identidade nacional ao longo dos séculos.

Portanto, a palavra "caboclo" não é apenas um rótulo étnico, mas sim um lembrete da interação cultural e do processo de miscigenação que têm sido uma característica marcante da história brasileira. É um símbolo da riqueza das influências culturais que deram formação à nação e à identidade do povo brasileiro.

A história do Rio Grande do Sul é repleta de complexidades e nuances que se entrelaçam com a diversidade de grupos étnicos que se desenvolvem para a formação do estado. Entre esses grupos os Nacionais, também conhecidos como Caboclos, desempenharam um papel crucial como desbravadores e formadores iniciais do campesinato gaúcho. No entanto, essa

contribuição muitas vezes foi marcada por exclusão e marginalização em relação ao direito à posse da terra.

A presença cabocla no Rio Grande do Sul remonta ao período colonial, quando o território foi ocupado primeiro pelos missionários jesuítas, pelos bandeirantes e posteriormente pelos tropeiros, que passaram a interagir com os povos nativos que habitavam a região. Com o passar dos séculos, os caboclos estabeleceram-se como uma comunidade presente em várias partes do estado. Como podemos ver na citação a seguir:

A população que sucedeu a indígena e miscigenou-se a esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era de agricultura de subsistência, o corte de erva-mate e o tropeirismo. Esta fase foi do início até meados deste século. Os núcleos caboclos originaram-se basicamente dos lugares destinados a pousos (pernoite) ao longo das estradas de Palmas (PR) à Missões (RS) e da exploração da erva-mate no período de trânsito das tropas (BITTENCOURT & BIANCHINI, 1996, p. 19).

Portanto a formação cabocla no Sul do Brasil e no caso mais específico, no território do estado do Rio Grande do Sul, inicia-se com a chegada do colonizador ibérico, continua com as reduções jesuíticas, amplia-se com as incursões feitas pelos bandeirantes, e consolida-se com a expulsão dos índios missioneiros das reduções jesuíticas e aumenta com a presença dos tropeiros. Para (GEHLEM (1988, p. 31),

[...]parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná tem a sua formação no tropeirismo da segunda metade do século XVIII e do final do século XIX. Com o início das fazendas de gado houve uma mestiçagem muito intensa dos indígenas deslocados e subjugados, principalmente das missões, em contato com outras populações que passaram a conviver no mesmo espaço: lusos, mamelucos e negros. Estes têm, portanto, uma identidade camponesa em comum: a mestiçagem biológica e cultural (de forma ampla), seu Athos camponês e o seu constante afastamento com a vinda da colônia.

Para Patrício Reichert (2010), a identidade camponesa cabocla no Sul do Brasil antes da chegada dos colonos europeus estava profundamente ligada à agricultura de subsistência, com pouca participação na economia de mercado e uma forte ênfase no extrativismo da erva-mate. Os caboclos levaram uma vida seminômade, descritos pelo trabalho coletivo e práticas agrícolas simples, complementadas por caça e pesca para garantir sua alimentação básica.

As atividades e a mobilidade dos caboclos em conjunto representavam uma adaptação perspicaz à vida econômico-social, em um processo que tornava o uso eficaz dos recursos imediatamente disponíveis. Nesse contexto, cultura e natureza foram percebidas como uma totalidade interligada.

O retrato da vida dos caboclos antes da colonização revela uma relação profunda e harmoniosa com o meio ambiente. Suas práticas agrícolas simples, aliadas às habilidades de

subsistência baseadas na coleta, caça e pesca, demonstram uma compreensão da importância de equilibrar as necessidades humanas, com a preservação do ecossistema circundante. (REICHERT, 2010, p. 278).

Com a chegada do colono¹ europeu nas terras do Sul do Brasil, os caboclos vão desempenhar um papel crucial na colonização, ao se adaptarem a uma realidade que impõem perdas significativas de terras e também dos ervaais que lhes proporcionavam sua principal fonte de renda. Apesar dessas dificuldades o caboclo vai se adaptar a essa nova situação, desempenhando dentro dessa nova configuração social, tarefas essenciais tais como a medição de lotes de terra, a abertura de estradas, a derrubada de matas e a extração de madeira, todas específicas para servir à infraestrutura das colônias.

No entanto, é fundamental ressaltar que à medida que os colonos europeus se estabelecem nas terras, a mão-de-obra cabocla torna-se novamente excedente, e ao invés de serem integrados ao sistema colonial os caboclos são muitas vezes marginalizados.

Além da perda de suas terras, os caboclos são relegados a ocupações subalternas. Essa marginalização é agravada pela discriminação cultural e social, impedindo que adquiram propriedades, e estabeleçam um vínculo duradouro com a terra.

A presença dos colonos europeus não apenas altera as dinâmicas econômicas, mas também reforça uma posição social que deixa os caboclos em posições desvantajosas, perpetuando uma narrativa de desigualdade que tem raízes profundas na história da colonização brasileira. Mas mesmo com todas essas dificuldades, os nacionais vão resistir buscando alternativas que lhes permitam manter sua forma de vida.

A fim de enfrentar o período de crise quando seu meio socioambiental sofre destruturação, os caboclos adaptam suas antigas relações camponesas para se adequarem à nova realidade. Conforme a propriedade privada se solidifica em seus territórios ancestrais, essa população migra para regiões de mata, onde encontra terras devolutas ou lotes ainda não ocupados por colonos. Mantêm sua prática agrícola tradicional, complementada pela caça e pesca, ao mesmo tempo em que ingressam no mercado através da oferta de mão de obra e da comercialização de seus produtos junto aos primeiros colonos.

A mobilidade dos caboclos para o interior das matas está diretamente relacionada ao avanço dos projetos de colonização, embora seja importante notar que essa mobilidade, ao

¹ A categoria "colono", no contexto deste trabalho, refere-se aos camponeses de origem europeia, principalmente italianos e alemães, e seus descendentes, residentes nos estados do sul do Brasil. Embora a gênese do termo remonte ao processo histórico de colonização da região, é importante destacar que sua aplicação aqui está voltada especificamente para essa comunidade camponesa de ascendência europeia

contrário do ocorrido no passado, é frequentemente de maneira involuntária. Ou seja, a busca por um novo espaço agora passa a ser determinada pela tomada de suas terras pelos colonos oriundos da Europa e por seus descendentes (REICHERT, 2010, p. 279).

Na busca por novos espaços para viver muitos caboclos acabam se estabelecendo em áreas já loteadas e vendidas pelas companhias colonizadoras, passando a serem conhecidos como "intrusos", segundo Tedesco e Caron (2012, p. 184).

A população "intrusa", em sua maioria, formada por caboclos nacionais e pequenos camponeses descendentes de imigrantes europeus, não foi alvo das políticas oficiais de colonização e distribuição de terras, por serem considerados "inferiores" aos imigrantes estrangeiros, que representavam o avanço, a modernidade e a possibilidade de "branqueamento" da população do Rio Grande do Sul; o que também era consoante com o estado positivista vigente na época.

Além do desafio da propriedade privada que representava um obstáculo para a preservação de sua identidade camponesa, esses caboclos também enfrentavam a marginalização social. Isso dificultava seu acesso à legalização de suas posses, uma vez que muitos deles não tinham conhecimento dos termos legais necessários, nem de recursos financeiros para regularizar suas terras. Dessa forma, a grande maioria da população cabocla que liderava as frentes pioneiras avançou gradualmente em direção ao noroeste, onde foram alocados nos últimos lotes coloniais disponíveis no Rio Grande do Sul (REICHERT, 2010, p. 279-80).

Como vimos acima os Nacionais, foram descritos dentro historiografia como uma população miscigenada, composta por descendentes dos nativos, dos escravos africanos e dos colonizadores europeus, que habitavam o Rio Grande do Sul há gerações. Sendo estes retratados como tendo um conhecimento profundo das terras e uma relação harmoniosa com o ambiente natural, sendo seu vínculo com a terra muito semelhante com o que tinham os nativos. Estando seu modo de vida intrinsecamente ligado à agricultura de subsistência, à caça e à pesca, com uma forte ênfase na coletividade e na partilha de recursos.

Após todos estes apontamentos feitos acima entendemos ser importante que se faça também uma análise mais abrangente, voltada ao autoconhecimento, ou seja, que se busque entender quem eram e são estes sujeitos, como eles se definem, se reconhecem e se auto denominam. Embora reconheçamos as dificuldades de se abordar um tema desta magnitude, que por si só demandaria uma pesquisa acadêmica exclusiva, faremos alguns apontamentos buscando analisar outras perspectivas que posam nos dar uma maior amplitude sobre a definição do termo "CABOCLO".

Dissertando sobre o tema Moacir Motta da Silva, em sua obra intitulada: *O Caboclo no Sudoeste do Paraná: Sua Identidade e Memórias Tombadas*, aponta que o caboclo surge como um ícone representativo de um intrincado e longo processo histórico de ocupação do vasto território brasileiro, no qual diversas comunidades e grupos étnicos se entrelaçaram, forjando suas próprias identidades e formas de sustento. Espalhados por todo o território nacional, os caboclos personificam uma realidade sociocultural rica e complexa. Essas comunidades, marcadas pela miscigenação e pela diversidade étnica, compartilhavam uma condição essencial: a de serem camponeses desprivilegiados, oriundos de uma ampla gama de origens étnicas (incluindo brancos, pardos, negros e amarelos), unidos pelo desejo comum de garantir sua subsistência e reprodução social por meio do trabalho árduo e da conexão com a terra. (SILVA 2014, p. 3).

Da mesma forma, Roberto Pocai Filho (2007; 2011; 2014), Giralda Seyferth (2000; 2002) e Moacir Motta da Silva (2012), detalham a experiência dos colonos que estabeleceram suas vidas no sudoeste do estado do Paraná. Eles os descrevem como camponeses de origens diversas, unidos pela condição de pobreza e pela aspiração comum de (re)inserção social. Independentemente de sua raça ou cor (seja ela branca, parda, negra ou amarela), esses colonos buscavam encontrar oportunidades de trabalho que lhes permitissem reconstruir suas vidas e alcançar uma posição mais estável na sociedade. Essa busca por estabilidade social através do trabalho é um tema central em suas narrativas.

Além disso, outros estudiosos como Ricardo Abramovay (1981), Ruy Wachowicz (1981; 1982; 1985; 2001) e Mondardo (2007; 2008; 2010) também contribuíram para a compreensão do perfil do caboclo na região. Suas análises vão além das questões econômicas, adentrando nos aspectos culturais e sociais que moldaram a vida desses colonos. Eles destacam como o modo de vida dos caboclos estava intrinsecamente ligado a um sistema particular de ocupação e posse da terra, evidenciando a complexidade das relações entre os colonos e seu ambiente.

Assim, a partir desses estudos, emerge um retrato mais amplo e profundo dos colonos do sudoeste do Paraná, que vai além das simples categorizações étnicas ou econômicas, explorando suas histórias, aspirações e desafios dentro de um contexto social e ambiental específico (Crestani, Colognese e Bavaresco, 2020, p. 30).

Em consonância com a perspectiva apresentada, é relevante destacar as contribuições de Viveiros de Castro (2002), cujo texto seminal intitulado "*O nativo relativo*" enfatiza a importância de os pesquisadores adotarem uma postura que priorize o ponto de vista dos interlocutores, ou seja, das pessoas com as quais interagem durante a pesquisa de campo. De acordo com essa abordagem, é fundamental reconhecer que as visões dos participantes da

pesquisa devem ser consideradas mais significativas do que as dos próprios pesquisadores. Isso implica em evitar a imposição de categorias pré-concebidas aos sujeitos, as quais os pesquisadores muitas vezes presumem como definitivas e acabadas, o que constitui um equívoco substancial. Ao relacionar essas reflexões com a temática em questão, ressalta-se a importância de compreender as especificidades dos grupos sociais, levando em conta a diversidade cultural presente em diferentes contextos regionais. Dessa forma, torna-se imprescindível problematizar a aplicabilidade e o significado do termo "caboclo", considerando as nuances e as particularidades das experiências vivenciadas por esses grupos. (CRESTANI, COLOGNESE, BAVARESCO, 2020, p. 33).

Sendo assim podemos entender que como ponto de partida para uma investigação mais aprofundada, é fundamental considerar uma série de questionamentos reflexivos. Por exemplo, ao utilizar o termo "caboclo" em uma pesquisa, qual mensagem estou tentando transmitir? Como percebo o contexto ao qual me refiro? Quais são os objetivos que pretendo alcançar ao delimitar essa categoria? Além disso, é crucial examinar os métodos e recursos empregados para definir essa classificação e as implicações tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico.

É relevante também questionar se as pessoas às quais me refiro como "caboclas" realmente se identificam com essa denominação, e em caso afirmativo, quais são os significados atribuídos por elas a essa terminologia. Em contrapartida, se não reconhecem esse termo, é importante investigar as razões por trás dessa falta de identificação. Além disso, seria pertinente explorar como os grupos descritos na literatura como "caboclos" preferem ser referenciados, levando em conta os termos que têm significado para eles e que são comumente utilizados em suas próprias narrativas identitárias.

Questionamentos dessa natureza incentivam não apenas uma revisão conceitual, mas também a conscientização sobre os diferentes pontos de vista adotados pelos pesquisadores. Eles são essenciais para superar a abordagem genérica do termo "caboclo", conforme definido por Pace (2006). É importante reconhecer que são os próprios interlocutores que podem indicar se essa terminologia é apropriada ou não. Possivelmente, eles já estão expressando suas opiniões há muito tempo, mas talvez não estejamos os ouvindo da maneira que deveríamos, conforme observado por Spivak (1988). (CRESTANI, COLOGNESE, BAVARESCO, 2020, p. 33).

Ao utilizar os termos "nacionais" ou "caboclos" em diferentes contextos, estamos nos apropriando de conceitos que já se enraizaram na historiografia brasileira, especialmente quando tratamos de temas relacionados à formação social e cultural do campesinato do país.

No entanto, compreendemos que esses termos demandam uma interpretação mais refinada e contextualizada, longe de serem simples rótulos étnicos ou sociais.

A interpretação desses termos deve ser fundamentada, não apenas em características étnicas ou socioeconômicas, mas principalmente no modo de vida e no reconhecimento dos próprios indivíduos em relação ao grupo ao qual são designados pela historiografia como "caboclos".

2.2 OS COLONOS E AS NOVAS DINÂMICAS SOCIAIS

A vinda maciça dos colonos emigrantes, principalmente os italianos e alemães, trouxeram para o estado gaúcho uma herança cultural e agrícola que moldaria a paisagem e as dinâmicas rurais do estado. O primeiro fator que os colonos implementaram dentro dessa dinâmica foi a alta taxa de natalidade dentro das colônias. A princípio, a elevação dos índices de natalidade dentro das colônias foi acomodada pela prática da partilha da terra entre os pais e seus descendentes, porém essa partilha levou ao fracionamento das propriedades, o que, por sua vez, tornou a prática inviável, a partir da segunda geração, já que o fracionamento tornava a propriedade pequena demais para sustentar uma nova família.

Com o passar do tempo, quando a prática de partilha de terras já não era mais viável devido ao fracionamento excessivo das propriedades, tem início a escassez de terras dentro das colônias originais. Fato esse que vai obrigar os descendentes dos colonos a buscar novos espaços para poder viver, dentro da premissa de continuar a tradição familiar campesina. Desta forma com o intuito de se manter vivendo da terra, a opção escolhida foi a de empreender uma nova migração, dando continuidade na história da ocupação campesina baseada em pequenas propriedades familiares.

Sendo assim que, a falta de terras desocupadas nas colônias em que viviam foi a mola propulsora que levou milhares de descendentes dos colonos, a empreender uma nova migração, que a princípio vai ocupar novas áreas de terra no próprio estado gaúcho, avançando na sequência para Santa Catarina. Sendo que muitas vezes essas ocupações vão ocorrer em terras pertencentes aos povos nativos e, outras vezes, em terras ocupadas por gerações pelos nacionais. Posteriormente, com o esgotamento das novas terras, eles passam a migrar para o estado do Paraná.

O esgotamento dos espaços livres dentro das colônias velhas, fez com que primeiro os nacionais, e depois os descendentes dos colonos pioneiros, busquem novas áreas de colonização

no próprio estado gaúcho, principalmente no norte e nordeste do estado rio-grandense, regiões ainda pouco exploradas.

Posteriormente, expandiram suas fronteiras, colonizando o oeste de Santa Catarina, contribuindo para o processo de povoamento e desenvolvimento dessa região. Por fim, desbravaram os sertões do Paraná, principalmente o oeste e sudoeste do estado, onde segundo o programa do governo federal intitulado “Marcha Para o Oeste”², além de propriedades gratuitas, também receberiam toda infraestrutura necessária para se instalarem, e iniciarem a produção de alimentos. Essas migrações, tanto dos nacionais quanto dos colonos em busca de novos territórios, a princípio, resolveram o problema da falta de terras.

Porém esta dinâmica de migração só vai funcionar até meados da década de 1950, quando uma nova realidade vai imperar na região sul do Brasil, pois neste momento do Rio Grande do Sul ao Paraná, praticamente todas as terras se encontravam ocupadas, impossibilitando, dessa forma, que ocorressem novas migrações dentro da região sul do Brasil. Vai ser a partir desse contexto que no estado gaúcho, surgem milhares de famílias de camponeses desterrados, sem opções viáveis de acesso à terra.

Essa falta de alternativas claras para garantir sua subsistência e seu futuro no meio rural, foi o fator determinante que impulsionou a organização desses camponeses, e por conseguinte, levou ao surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER). A escassez de espaço para a expansão agrícola, e a ausência de políticas de redistribuição de terras, desempenharam um papel fundamental na mobilização e na luta dos camponeses pela justiça agrária, estabelecendo as bases para um movimento que marcaria profundamente a história do ativismo camponês no Brasil.

No entanto, a formação da massa camponesa que vai ser a norteadora de nosso trabalho, não foi apenas moldada por esses grupos, mas também pelo impacto do projeto desenvolvimentista e da Revolução Verde. Essas iniciativas visavam aumentar a produtividade agrícola e a modernização do campo, mas acabaram por excluir milhares de camponeses do direito à permanência na terra. O desenvolvimentismo, com sua ênfase na expansão das áreas de cultivo, frequentemente deslocava pequenos agricultores de suas terras, marginalizando

²Marcha para o Oeste foi um programa desenvolvido por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, com o objetivo de fazer a ocupação das regiões que no entendimento do governo de Vargas estariam despovoadas ou subpovoadas, promovendo assim o desenvolvimento econômico e populacional destas regiões, e também garantido através dessas ocupações a posse destas terras, com isto a soberania nacional sobre estes espaços. Ver: CASSIANO, Luiz de Carvalho. *Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002. - ARRAIS, Matheus Eurich. *A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: A conquista dos sertões* – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

aqueles que por possuírem áreas muito pequenas não podiam se adaptar às novas práticas agrícolas. Por outro lado, a implementação do uso de maquinários, acabou por dispensar o trabalho de milhares de camponeses nas lavouras.

A Revolução Verde, por sua vez, promoveu o uso intensivo de insumos químicos, sementes híbridas e a mecanização das lavouras. Tal fato favoreceu grandes propriedades e empresas agroindustriais, relegando os camponeses tradicionais que principalmente, pela pouca extensão de suas terras, a falta de recursos para implementar as novas tecnologias em suas propriedades, e o baixo preço pago pelos produtos agrícolas, acabaram ficando à margem desses processos, sendo obrigados se desfazerem de suas propriedades, uma vez que se tornaram inviáveis.

Por fim, a exaustão das terras disponíveis para colonização agravou as condições precárias em que muitos desses grupos viviam, tornando a luta por acesso à terra uma questão de sobrevivência. Assim, a formação da massa camponesa no Rio Grande do Sul foi moldada por uma interseção complexa de fatores, que culminou no surgimento do MASTER como um movimento de resistência e reivindicação por justiça agrária.

2.2.1 As migrações e o esgotamento das fronteiras agrícolas

A colonização do Estado do Rio Grande do Sul por emigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, foi um marco fundamental na formação da sociedade gaúcha como um todo. Esses imigrantes trouxeram consigo não apenas suas culturas, mas também como já apontamos acima uma alta taxa de fecundidade, que impulsionou o crescimento populacional do campesinato gaúcho.

Inicialmente, o crescimento populacional foi acomodado pelas práticas comuns dentro das colônias de imigrantes, tanto italianos, quanto alemães, que consistia em abrir novas áreas de ocupação dentro das próprias colônias, e fazer a partilha de terra dos pais com os herdeiros. Nesse processo as terras da família eram divididas entre os filhos, garantindo uma base sólida para o estabelecimento de núcleos familiares, e a continuidade das atividades agrícolas.

No entanto, à medida que as gerações subsequentes cresciam, e as novas áreas de terras dentro das colônias se esgotavam, a prática da partilha se torna impraticável, uma vez que os fracionamentos das propriedades as tornam inviáveis para o sustento de uma nova família, o que impulsionou a migração das novas gerações para novas regiões dentro e fora do estado, onde buscaram novas terras para colonizar. Para Alves (2013, p. 150),

Resultado, em parte, da tradição familiar do colono gaúcho de abrir novas áreas

para seus descendentes herdeiros. Essa dinâmica entrou em colapso quando se extinguiram as áreas para novas colônias no Rio Grande do Sul. Aos filhos dos pequenos colonos ficaram três opções: redividir a terra de seus pais, fato muito corriqueiro na época; imigrar para outros estados, onde novas áreas estavam sendo implantadas; tentar a sorte na cidade.

O fracionamento da terra que impossibilitava novas partilhas, e o exponencial crescimento populacional foram fatores cruciais que impulsionaram a migração em direção ao norte e o nordeste, últimas fronteiras ainda livre para colonização no Rio Grande do Sul. Desta forma “o deslocamento de descendentes dos primeiros imigrantes em busca de novas terras, fez do norte e nordeste do estado, após as primeiras décadas do século XX, uma região cujas terras estavam praticamente ocupadas” (TEDESCO; SANDER 2005, p. 57).

É de suma importância que façamos uma ressalva sobre a questão das fronteiras livres, pois devemos ponderar sobre o fato de que todas as regiões do estado gaúcho, já estavam ocupadas há milênios pelos povos nativos “Indígenas”, e há séculos pelos nacionais “Caboclos”. Essa ocupação ancestral, deve ser compreendida como um elemento essencial na narrativa da formação do camponês gaúcho, pois influenciou diretamente na exclusão de milhares de camponeses, e na formação da massa camponesa de Sem-terra.

Feita esta ressalva, voltemos ao tema que estamos abordando: a chegada da colonização ao norte gaúcho última fronteira disponível para ocupação, esgotando desta forma todas as terras disponíveis para a colonização, embora tanto a prática da partilha, quanto a colonização de novas áreas de terra, tenha conseguido absorver o crescimento vertiginoso que ocorria dentro das famílias de colonos, quando se esgota a possibilidade de ocupar novas áreas, só resta a possibilidade da partilha, que traz de volta o problema do fracionamento das terras, e em consequência a inviabilização do sustento da família dentro deste espaço.

Sem novas fronteiras para desbravar dentro do estado do Rio Grande do Sul, a primeira opção foi cruzar os limites do estado em busca novos espaços para colonizar. “No início do século XX, as terras do norte e do nordeste do Rio Grande do Sul já estavam integralmente ocupadas. [...]. É isso que vai desencadear a passagem de agricultores gaúchos para os intocados campos do Oeste de Santa Catarina (SIMON 2009, p. 23).

O território catarinense, que no início do século XX comportava em seu espaço uma grande população de nativos e nacionais, se viu envolto naquela que foi a mais vergonhosa das guerras vivenciadas no Brasil: a Guerra do Contestado. O conflito nada mais foi que uma forma de limpeza étnica, através do genocídio, de grande parte da população de todo um território, com a finalidade de possibilitar que o capitalismo internacional tomasse posse destas terras,

primeiro explorando os recursos naturais, e depois transformando as terras em mercadoria, dando a elas um valor monetário. Segundo Simon (2009, p. 24-25):

Terminada a Guerra do Contestado, tem início a migração gaúcha. [...] Quando os gaúchos chegaram, grande parte das florestas catarinenses tinha sido derrubada por madeireiras de capital estrangeiro, que exploravam as terras às margens da Ferrovia São Paulo–Rio Grande do Sul. Naquele Estado, repete-se a colonização de pequenas propriedades.

Sobre o mesmo tema, segundo Leo Waibel (1979, p. 293) faz a seguinte afirmação.

A estrada de ferro atraiu magneticamente grande número de colonos descendentes de alemães e italianos do Estado do Rio Grande do Sul, (...) Este é um caso raro de uma “captura econômica” numa zona pioneira: o oeste remoto de Santa Catarina não foi desbravado a partir do litoral, mas por povoadores que vieram do Sul e que exportam os seus produtos para um mercado localizado a grande distância, mais ao norte.

A colonização do oeste de Santa Catarina foi efetivada seguindo estreitamente os modelos utilizados no estado gaúcho, ou seja, comumente colonos vindos de uma mesma região, geralmente aparentados, formavam comunidades chamadas “linhas” em que predominavam as pequenas propriedades de cunho familiar. Da mesma forma que ocorreu no estado gaúcho, também em Santa Catarina a formação das famílias foi marcada pela alta taxa de natalidade, que acabou por replicar o sistema de partilha familiar das terras, e consequentemente, a necessidade de um novo ciclo migratório em busca de novos espaços para colonizar.

Desta vez, a válvula de escape para a escassez de terras foi o estado do Paraná. As regiões Norte e Sudeste do estado passaram a abrigar milhares de colonos vindos do Rio Grande do Sul, e também de Santa Catarina, principalmente, a partir da década de 1940. Através de um programa implementado pelo governo federal intitulado “Marcha para o Oeste” e a criação, dentro deste programa, da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), o governo federal buscava fortalecer a presença de brasileiros nos territórios ainda desocupados em áreas de fronteira, e garantir a soberania do país sobre estas terras.

Dessa forma, no início de 1940, milhares de gaúchos acreditaram nas facilidades oferecidas pelo Governo e partiram para conquistar o oeste do Paraná. Grosso modo, foi assim que Getúlio Vargas estabeleceu as bases da chamada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era colonizar, integrar e alargar as fronteiras agrícolas do País (SIMON 2009, p. 55).

A fase conhecida como “ocupação intensiva do Sudoeste do Paraná”, teve início na década de 1940, e se intensificou na década seguinte, com a chegada de migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus, que haviam colonizado “regiões antigas” do Rio

Grande do Sul. Esses migrantes, a princípio, estabeleceram-se na região de forma espontânea, ocupando terras devolutas ou adquirindo posse das terras ocupadas pelos caboclos. Mas o fator principal que impulsionou a colonização de forma extensiva foi a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório “CANGO”. Essa colônia foi criada em 12/05/1943, por iniciativa do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto n.º 12.417, como parte da estratégia de expansão da fronteira agrícola conhecida como "Marcha para Oeste" (SOUSA *et al*, 2017, p. 160).

Na verdade, a facilidade com que o governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, conseguiu atrair milhares de colonos do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina para o Paraná, através do programa "Marcha para o Oeste," teve como ponto fundamental o fato de que as áreas de terras disponíveis para colonização em ambos os estados já estavam totalmente esgotadas, e a divisão das propriedades através da partilha das terras no núcleo familiar não era mais possível, uma vez que já estavam demasiadamente fracionadas.

A escassez de oportunidades, e a saturação das terras nas regiões de origem, fizeram com que a proposta de migrar para o Paraná, onde terras férteis estavam disponíveis para colonização, fosse altamente atrativa.

Segundo o senador gaúcho Pedro Simon, no livro intitulado *A Diáspora do Povo Gaúcho* (2009, p. 57):

Os gaúchos foram os principais alvos dessa política porque eram donos de propriedades muito pequenas, ou nem mesmo tinham propriedades rurais; ou porque começavam a formar um forte excedente de mão de obra. A maioria descendia de imigrantes europeus, basicamente italianos e alemães, que haviam iniciado colonização do Rio Grande do Sul durante o século XIX.

A migração de colonos gaúchos para os estados do Paraná e Santa Catarina foi um fenômeno marcante na história do Brasil, especialmente durante o século XX. Este movimento populacional, refletia não apenas uma busca por novas oportunidades econômicas e territoriais, mas também gerava preocupações significativas dentro da sociedade rio-grandense.

A intensidade dessa migração pode ser atribuída a uma série de fatores. O principal foi o esgotamento de novas áreas para ocupação, porém também devesse ressaltar que no período, o Rio Grande do Sul enfrentava um cenário de transformações econômicas e sociais, com a expansão da agricultura e a modernização de suas estruturas produtivas. Esse contexto, aliado ao esgotamento das fronteiras agrícolas, impulsionou buscar terras férteis e baratas, levando milhares de gaúchos a migrarem para regiões ainda não plenamente exploradas, como o Oeste catarinense e o Norte paranaense.

Este processo migratório ficou evidenciado em reportagens jornalísticas da época, que demonstravam a preocupação com a evasão de mão de obra qualificada e experiente. A saída

desses colonos representava não apenas uma perda demográfica para o Rio Grande do Sul, mas também um impacto direto na economia local. Como podemos ver na citação a seguir.

A evasão de colonos está ameaçando a estrutura agrícola do Rio Grande do Sul. Isto foi o que a reportagem deduziu de declarações que nos foram fornecidas pelo dr. Lauro Guimarães, integrante do Ministério Público e presidente do Rotary Club de Ijuí. Segundo essa fonte dezenas de caminhões com colonos deixam as barcas existentes no rio Uruguai, especialmente em Iraí, Goyoen, Monday, Tenente Portela e outros pontos existentes na divisa com Santa Catarina. Isso representa a evasão de braços preciosos às lides agro-pecuárias do Rio Grande do Sul que esses elementos a outros Estados, especialmente Santa Catarina, Paraná e sul de Mato Grosso. Os retirantes, segundo nosso informante, levam até animais para seus novos pontos de morada, o que vem, ainda, agravar mais a situação porquanto privam o Estado também desses irracionais indispensáveis. O problema já está preocupando, sendo de esperar-se que, em virtude do seu significado, relevante, o Estado procure dar condições satisfatórias aos colonos que é um dos esteios de nossa economia, a bem de que êle não procure outras plagas, onde a sorte lhe seja mais favorável (O Nacional, Passo Fundo, 01/08/1960, p. 4).

Dentro deste contexto as décadas de 1950 e 1960 vão apresentar ao campesinato do sul do Brasil um novo cenário. Uma vez que as intensas migrações, associadas as altas taxas de natalidade, que se reproduziam dentro das famílias de colonos, fizeram com que se extinguíssem as fronteiras agrícolas a serem desbravadas no sul do Brasil.

O Paraná, que se tornara destino frequente das migrações impulsionadas principalmente, por programas de assentamentos feitos pelo governo federal, também havia se tornado uma terra ocupada, onde milhares de colonos oriundos do Rio Grande do Sul, e de Santa Catarina, que ali haviam se estabelecido estavam envolvidos em conflitos violentos, para assegurar o direito à terra que ocupavam. Conflitos estes que abordaremos mais adiante quando trataremos sobre as convergências, semelhanças e diferenças entre estes conflitos e o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER).

Foi a partir deste momento que se iniciou uma virada significativa no contexto agrário do Rio Grande do Sul, uma vez que praticamente todo o território não apenas do estado gaúcho, mas sim de todo o Sul do Brasil, tinha esgotado suas fronteiras agrícolas. Embora as áreas disponíveis para colonização tivessem se extinguido, “A agricultura familiar no Sul do País até o final dos anos 1960 é, antes de tudo, uma máquina de produzir novos agricultores familiares” (ABRAMOVAY 1989, p. 13). O que só faz aumentar a busca por novos espaços, a geração de conflitos e as ocupações de áreas florestais e reservas dos povos nativos.

É importante que neste nosso trabalho apontemos aquele que em nosso entendimento foi o fato mais perverso que o esgotamento de terras livres para colonizar em todo o Sul do Brasil, proporcionou, que foi, a ocupação das terras que pertenciam aos povos nativos, que após cinco

séculos de luta, finalmente no início do século XX haviam conseguido a demarcação das mesmas.

2.3 O IMPACTO DO ESGOTAMENTO DE ÁREAS LIVRES PARA COLONIZAÇÃO NAS COMUNIDADES NATIVAS

A importância dos apontamentos que faremos a seguir reside na necessidade crucial de reconhecer e compreender o impacto profundo que o processo de colonização teve sobre os povos nativos. Ao destacarmos os efeitos devastadores que essa história deixou nas comunidades originárias, desde a perda de território até a desestruturação de seus modos de vida e culturas, estamos promovendo uma reflexão essencial sobre as injustiças históricas e suas ramificações contemporâneas. Somente ao confrontar essa realidade dolorosa podemos aspirar a uma narrativa mais inclusiva e justa.

A história da colonização no norte do Rio Grande do Sul foi marcada não apenas pela exploração das terras habitadas pelos povos nativos, mas também pelo apoio ativo e, por vezes, pela participação direta dos governantes na ocupação dessas terras.

A participação dos governantes nas ocupações de terras indígenas acrescenta uma camada adicional de complexidade ao cenário agrário daquele período. Não apenas apoiavam tais ocupações, mas muitas vezes as promoviam ativamente, justificando-as sob a égide do progresso e do desenvolvimento econômico. Essa postura não apenas legitimava as ações dos colonos, mas também as tornava parte integrante das políticas oficiais de colonização e expansão territorial.

Nesse contexto, os apontamentos a seguir são essenciais para compreender os eventos que envolveram as ocupações de terras dos nativos, e para destacar o cenário completo que permeava o contexto agrário da época. As consequências dessas ocupações não se limitavam apenas à perda de território, por parte das comunidades indígenas, mas também implicavam em um apoio institucionalizado, e em muitos casos ativo, por parte das autoridades governamentais.

É importante reconhecer que essa participação dos governantes nas ocupações de terras indígenas, não apenas reflete a injustiça e a exploração inerentes ao processo de colonização, mas também lança luz sobre as relações de poder que se apresentam desiguais, e os interesses econômicos e políticos que permeavam o cenário agrário da época.

Embora as terras da Fazenda Sarandi, utilizadas na primeira reforma agrária oficial no Brasil, não fossem terras indígenas, o cenário que envolveu essa reforma na região norte do

estado rio-grandense, estava profundamente envolto em ocupações massivas em áreas que, legalmente, pertenciam aos nativos. Esses eventos, resultaram na redução significativa dos territórios indígenas, e em muitos casos na completa extinção de suas reservas, devido à ocupação desencadeada por colonos.

A participação ativa dos governantes e autoridades locais, na promoção e defesa dessas ocupações, apenas exacerbou a situação, legitimando e incentivando a apropriação das terras nativas, em nome do progresso e desenvolvimento econômico. Essa abordagem não apenas ignorou os direitos e necessidades das comunidades indígenas, mas também contribuiu para uma injustiça estrutural que reverbera até os dias de hoje.

Portanto, ao analisar a reforma agrária na Fazenda Sarandi e seu contexto histórico, é crucial reconhecer não apenas a natureza das terras envolvidas, mas também o impacto devastador que as ocupações coloniais tiveram sobre os povos nativos da região. Somente ao confrontar essa história complexa e enfrentar injustiças passadas podemos verdadeiramente avançar em direção a um futuro mais justo e inclusivo para todas as comunidades envolvidas.

É muito importante lembrarmos que no final do século XIX e início do século XX, os governos, tanto estaduais, quanto o governo federal, investiram massivamente no processo de colonização no norte do estado do Rio Grande do Sul, região que até então permanecia, de certa forma, isolada, permitindo que nativos caboclos e também muitos descendentes de imigrantes vivessem nesses espaços.

Infelizmente, para os governos esses grupos nunca foram prioridade, sendo considerados inferiores e, portanto, incapazes de cumprir os desígnios da esfera de integração dentro dos projetos de ocupação e nacionalização capitalista.

O fato de que os nativos estavam vivendo nesses espaços há milênios, os caboclos há séculos, e muitos descendentes pobres de imigrantes europeus a décadas, nada importou para o estado do Rio Grande do Sul, que era o detentor legal das terras. Para a administração estadual, o fato destes não possuírem títulos comprobatórios de propriedade da terra em que viviam a tornava devoluta, e, por conseguinte, o governo poderia dispor delas da forma que lhe fosse mais conveniente.

Dessa forma, as terras que estavam ocupadas por milênios, séculos ou décadas, passaram a ser utilizadas para projetos de colonização, e seus ocupantes tornaram-se intrusos, sendo expulsos das terras que ocupavam, tendo que se embrenhar cada vez mais nas profundezas das matas, para dar lugar aos colonos que possuíam o título de propriedade das terras (SCHMITZ, NUNES 2018, p. 8).

Mesmo acuados e perseguidos, os nativos nunca desistiram de buscar o direito às terras e, após séculos de lutas, resistências, e porque não dizer de convivência e assimilação tanto dos modos de agir, quanto de conviver com os invasores, os nativos Kaingang e os remanescentes da poderosa nação Guaraní que viviam nas terras que hoje pertencem ao estado do Rio Grande do Sul, finalmente tiveram algumas áreas de terra demarcadas como sendo território indígena.

A pressão e luta contínua dos povos nativos pelo reconhecimento de seu direito à terra, enfim acabam por lograr êxito. “Nas primeiras décadas do século XX, o governo positivista rio-grandense demarcou 11 áreas indígenas, período em que houve mais conflitos com pecuaristas, agricultores, madeireiros e indígenas” (VANIN, SILVA, TEDESCO, 2018. p. 191). Dessa forma, a persistência, principalmente dos Kaingang, após cinco séculos de luta, deu os nativos um sopro de esperança para manter seu modo de vida e seus costumes.

A ida dos caciques à capital do Estado acelerou o processo de demarcação das terras indígenas no início do século XX, sendo que o governo estadual, do então Partido Republicano Rio-Grandense, através de atribuições do engenheiro de terras Carlos Alberto Torres Gonçalves, demarcou, como já mencionamos, 11 áreas indígenas na região do Alto Uruguai e outra próxima a Soledade, de 1910-1918 (VANIN, SILVA, TEDESCO, 2018, p. 194).

Áreas de terras indígenas demarcadas

Área indígena	Ano de demarcação	Área demarcada em hectares (ha)	Atual município (2016)
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.676,33 ha	Cacique Doble
Carreteiro	1911	600,72 ha	Água Santa
Monte Caseiros	1911	1.003,74 ha	Ibiraiaras e Muliterno
Inhacorá	1911	5.859,00 ha	São Valério do Sul
Ligeiro	1911	4.517,86 ha	Charrua
Nonohay	1911	34.907,61 ha	Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros e Planalto
Serrinha	1911	11.950,00 ha	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventara	1911	753, 25 ha	Erebango
Guarita	1917	23.183,00 ha	Tenente Portela, Miraguaí e Redentora
Votouro Kaingang	1918	3.100,00 ha	São Valentim
Votouro Guaraní	1918	741,00 ha	Benjamin Constant do Sul

Fonte: Rio Grande do SUL 1997

2.3.1 O avanço sobre as terras demarcadas dos povos nativos

Se a demarcação das terras, teoricamente, teria que garantir não apenas o direito ao uso, mas também delimitar a área ocupada, assegurando aos nativos a exclusividade na utilização e exploração, cabendo ao governo garantir está exclusividade de uso e também coibir eventuais intrusões nessas terras, afinal a demarcação tornava de forma oficial aquelas terras em áreas indígenas, uma vez que estavam registradas em documentos oficiais, cabendo então ao estado garantir a integridade dessas áreas.

No entanto, o que se viu nessas terras foi o avanço dos não-nativos, começando pela exploração das áreas de florestas nativas, com a extração de madeira feita, principalmente, por madeireiros que contavam com a facilitação dos agentes públicos que deveriam fiscalizar tanto a extração da madeira quanto o destino que se daria a essa matéria prima.

A invasão de madeireiros explorando de forma ilegal as reservas florestais foi apenas o primeiro passo no desmonte desses territórios que deveriam ser protegidos. Em meio aos flagrantes de descumprimentos da lei, com a retirada e a venda ilegal de pinheiros no final da década de 1940, com o pretenso objetivo de proteger as matas são criadas as reservas florestais dentro das áreas demarcadas reduzindo, em alguns casos, a área da reserva em quase 50%, como aconteceu no município de Sarandi.

O que veio a seguir foi muito pior, pois levou a diminuição da maioria das áreas de terras demarcadas para os povos nativos e a extinção de outras. Demonstrando claramente que a intenção dos governos foi tomada a favor dos colonos, e contra os nativos, sendo que nos anos de 1960, a situação das terras que haviam sido demarcadas como reservas dos povos nativos estava totalmente desfigurada, se levarmos em conta sua configuração inicial.

Apenas três áreas demarcadas no início do século XX não sofreram alterações: Ligeiro, Carreteiro e Guarita. As alterações eram redução das áreas indígenas em prol de uma política estadual de criação de florestas nacionais e assentamento de sem-terra. As demais tornaram-se um caso emblemático de constante redução. Conforme Carini (2005), a área de Cacique Doble teve 22% de área reduzida; Inhacorá, 82%; Votouro Kaingang, 33%; Votouro Guarani, 62%, e Nonoai, 57%. Como já observado, as áreas de Monte Caseiros, Serrinha e Ventarra foram extintas. Esse processo de redução aconteceu entre 1940 e 1960 (VANIN, SILVA, TEDESCO, 2018. p. 213-214).

A verdade é que o estado tinha a intenção de realizar a reforma agrária nas terras dos povos nativos, e também buscava introduzir os nativos dentro da sociedade com base no viés produtivo e cultural. Em muitos momentos, o estado incentivo a intrusão massiva de colonos dentro das reservas, como ocorreu com as áreas das reservas de Serrinha e Ventarra que foram extintas, e outras que tiveram suas áreas diminuídas, como Venterra, Inhacorá e cacique doble,

todas tendo suas terras usadas pelo estado para assentar colonos, através da comercialização das propriedades, ou, como no caso de Nonoai - SC, onde foi criada uma reserva florestal, que acabou também sendo utilizada para assentamento de colonos, visando amenizar o esgotamento das fronteiras agrícolas (VANIN, SILVA, TEDESCO, 2018. p. 211-12-14-15).

Utilizar as terras das reservas para colonização foi apenas um ato contínuo dentro de um projeto de inserção do nativo na sociedade. “Os índios foram as primeiras vítimas do processo de privatização das terras. Na região do Planalto e em outras áreas do sul do Brasil os remanescentes das antigas reduções jesuíticas e os caingangues viram seus territórios destruídos” (ZARTH, 1997),

Devemos lembrar que a exclusão dos nativos e dos nacionais, e a venda das terras expropriadas destes para colonos de origem europeia, fazia parte do arcabouço do processo desenvolvimentista que passa a atribuir um valor monetário a essas propriedades, e exigir que passem a produzir excedentes que possam ser comercializados, tanto para atender as demandas dos centros urbanos, quanto para a exportação com o fim de gerar renda e lucros aos colonos, para que estes pudessem arcar tanto com o pagamento das terras, quanto dos impostos e taxas e também gerar divisas para o país.

A relação entre a questão agrária e a questão indígena no Rio Grande do Sul tem sido uma constante ao longo da história. Desde o início do século XX, destacam-se importantes marcos como as demarcações de terras em Nonoai-RS e Ventarra -RS, entre outras, que foram emblemáticas nesse contexto. No entanto, é na segunda metade do século XX, mais precisamente no período de 1949 a 1963, sob os governos de Walter Jobim, Ildo Meneghetti e Leonel de Moura Brizola, que observamos um aumento significativo nas expropriações de terras. Estas expropriações foram marcadas por disputas políticas e sociais, refletindo as tensões entre os interesses agrários e os direitos dos povos indígenas. Esses eventos não apenas moldaram a paisagem política e social do estado, mas também tiveram repercussões que perduram até os dias atuais no contexto agrário relacionado as questões da terra no Rio Grande do Sul.

A intrusão de colonos em busca de terra aconteceu primordialmente em razão da modernização, uma vez que todo esse aparato industrial e populacional no campo era bem-visto e recomendado pelos governos que ficaram à frente do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas décadas 1950 e 1960. A economia da madeira e a presença da triticultura no horizonte dos colonos, através dos processos de modernização do campo, levaram a que as áreas indígenas ficassem à mercê de colonos em busca da terra. (VANIN, SILVA, TEDESCO, 2007, p. 214).

Durante o governo de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, a questão da reforma agrária assumiu um papel central. Brizola, visando a implementação dessa

reforma, adotou medidas que afetaram diretamente as terras indígenas. Segundo Simonian (2009, p. 481), Brizola utilizou a denominação "terras do estado" para camuflar a expropriação de terras anteriormente demarcadas como pertencentes aos povos indígenas, promovendo assim uma intensificação da intrusão nessas áreas.

Durante seu mandato, Brizola criou todo um aparato, voltado para a reforma agrária, tendo como principais órgãos do mesmo o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), e os Projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-social (PRADE), ambos visando a execução de um amplo projeto de reforma agrária no estado do Rio grande do Sul. Essa iniciativa recebeu apoio do emergente Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), demonstrando uma conexão entre as políticas agrárias e os movimentos sociais da época.

Não obstante, haver intensificado e legitimado as ocupações em terras indígenas, Brizola não foi o único a se envolver nesse processo. Desde 1949, sob o governo de Walter Jobim, e posteriormente com a participação de Ildo Meneghetti, a intrusão nas terras indígenas já estava em curso. A argumentação central de Brizola para justificar essa intrusão era que haveria “muita terra para pouco índio”, especialmente na região de Nonoai. (VANIN, SILVA, TEDESCO, 2007, p. 213)

Tedesco e Carini (2007, p. 114) destacam o período entre 1940 e o final de 1960 como particularmente críticos para as comunidades Kaingang e Guarani do norte/nordeste do Rio Grande do Sul. Nesse período, uma nova onda de colonização evidenciou a escassez de terras devolutas do Estado na região do Alto Uruguai, exacerbando as tensões e conflitos relacionados à posse e uso da terra. Esses eventos históricos não apenas refletem a complexidade das relações entre questões agrárias e indígenas no Rio Grande do Sul, mas também têm importantes repercussões no entendimento contemporâneo dessas questões e seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos.

Como vimos acima o estado rio-grandense chega à década de 1960, com a formação de uma grande massa de camponeses desterrados, e mesmo com as práticas citadas acima de ocupação de terras dos nativos, esta situação apenas é mitigada e não solucionada. Mais que isto a implementação de políticas e programas voltados ao campo, que estavam em curso desde a década de 1930, e que teoricamente solucionariam este problema, vão se mostrar totalmente inversos na prática, não apenas diminuindo a massa de sem terras como também ampliando a mesma.

Percebe-se que a massa camponesa de desterrados, continua a crescer. Não apenas impulsionada pelo vertiginoso crescimento populacional dentro das colônias de emigrantes, e pela exclusão dos nativos da terra e dos nacionais do direito à terra, mas principalmente pelas

políticas governamentais que buscavam promover dentro do campesinato o desenvolvimentismo e, dentro deste, um programa em específico: a Revolução Verde.

As políticas implementadas pelo projeto desenvolvimentista em ação desde a década de 1930, e da Revolução Verde que foi implementada na década de 1940, tendo início após a final da segunda guerra, embora visassem aumentar a produção agrícola, e modernizar o campo, sua implementação também promoveu a concentração de terras nas mãos de poucos, e a exclusão de milhares de camponeses, ajudando a impulsionar o crescimento da massa de desterrados no Rio Grande do Sul.

2.4 O DESENVOLVIMENTISMO E A REVOLUÇÃO VERDE.

Para que posamos entender o quanto o processo desenvolvimentista influenciou no surgimento da massa camponesa, que protagonizou o surgimento do MASTER e, conseqüentemente, na primeira reforma agrária feita por um órgão oficial no Brasil, achamos importante apresentar o que foi, e como se efetuou o processo desenvolvimentista, de forma mais específica na região Norte do estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, também consideramos importante fazer uma abordagem sobre como o programa que ficou conhecido como “Revolução Verde”, implementado por empresas americanas em várias partes do mundo, assim como no Brasil, onde contou com amplo apoio governamental, e que estava umbilicalmente ligado ao projeto desenvolvimentista, que estava em curso em nosso país. Foi determinante na exclusão de milhares de camponeses ao acesso à terra.

A compreensão da importância do desenvolvimentismo na criação da massa camponesa, que deu origem ao Movimento dos Agricultores Sem-terra MASTER é crucial, principalmente devido à escassez de estudos históricos que tenham abordado esse tópico de forma abrangente. Sendo assim, torna-se relevante o questionamento de o MASTER, um dos movimentos sociais mais emblemáticos da história do Brasil, ter tido ou não, em sua origem, a influência das políticas ligadas ao projeto desenvolvimentista, implementadas pelo Estado, e que estavam em curso quando do seu surgimento. E em caso afirmativo, o porquê do papel dessas políticas no surgimento da massa de desterrados que deu origem ao MASTER ter sido negligenciado pela historiografia que aborda o tema.

Embora reconheçamos que o desenvolvimentismo desempenhou um papel fundamental na transformação, da estrutura agrária brasileira, através de projetos de modernização e

industrialização, incentivados pelo desejo do estado em expandir o agronegócio, não podemos deixar de salientar que, muitas vezes, o fez em detrimento das populações rurais tradicionais. Dessa forma achamos conveniente trazer à tona qual a importância desse projeto na exclusão, muitas vezes de forma desumana, de milhares de camponeses do direito à terra, uma vez que não lhes ofereciam uma alternativa viável de sobrevivência.

Nesse contexto, consideramos importante destacar a importância do impacto do desenvolvimentismo na formação da massa camponesa desterrada que se tornaria a base do MASTER. Compreender como as políticas de desenvolvimento contribuíram para a concentração de terras, a exploração dos trabalhadores rurais e a marginalização das comunidades tradicionais é essencial para contextualizar a luta e a organização que deu origem ao MASTER.

2.4.1 O desenvolvimentismo.

Quando buscamos as origens do projeto desenvolvimentista³, invariavelmente chegamos à década de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao comando do Brasil. Fonseca (2004) vai além, apontando que Getúlio Vargas ainda no ano de 1928, quando comandava o governo do Rio Grande do Sul, ao promover a criação do banco do estado já buscava implementar uma política desenvolvimentista, uma vez que com a criação do banco do estado, seu intuito era “fazer a defesa de nossa produção, constituindo um propulsor da riqueza e do progresso” (FONSECA, 2004, p. 14).

Embora possamos encontrar diferentes definições sobre o que foi o processo desenvolvimentista, dependendo de qual campo conceitual nos ativermos, neste trabalho buscar uma conceituação mais ligada ao campo da historiografia, podemos nos apropriar da definição feita por Fonseca (2015, p. 39):

O desenvolvimentismo é entendido primordialmente no campo material da história: trata-se de uma política econômica efetivamente praticada por governos em determinado tempo e lugar. Por certo, desde cedo, o desenvolvimentismo apareceu

³ Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Orgs.). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. *Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas*. Santiago, jul. 2005 Ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do velho ao novo desenvolvimentismo. In: OCAMPO, José Antônio; ROSS, Jaime (Orgs.). *Handbook of Latin American Economics* Oxford: Oxford University Press, 2011 Ver: FONSECA, Pedro Cezar D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004 a.

também como pensamento ou ideologia para sugerir ou justificar um projeto de mudança, como antes se mencionou. Todavia, esta última opção, embora contemple no conceito de desenvolvimentismo as ideologias e as teorias, supõe que estas necessariamente estão inseridas em determinada experiência histórica, e é esta que lhes dá razão de existência e sentido.

Podemos apontar como consensual, entre os estudiosos do tema, que o idealizador deste projeto no Brasil foi Getúlio Vargas, no entanto, quanto a efetiva implementação do projeto desenvolvimentista, vemos divergências, principalmente sobre quando o mesmo teria efetivamente sido implementado.

Entre os defensores de que o início do projeto desenvolvimentista no Brasil aconteceu no primeiro governo da era Vargas, nos anos de 1930 está o economista Luiz Carlos Bresser Pereira (1968). Para ele: “é sem dúvida a partir de 30, ou, se quisermos ser mais exatos, é no decorrer dos anos trinta que tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro” (BRESSER-PEREIRA, 1968, P. 28).

Temos também autores que, embora reconheçam que o processo desenvolvimentista implementado no Brasil tenha sua origem com o primeiro governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930, fazem ressalvas a esse período, considerando-o como o embrião do projeto desenvolvimentista, e não como a implementação, de fato, do projeto, tal como pode ser demonstrado no apontamento abaixo do economista Ricardo Bielschowsky (2004, p. 258):

Não se pode afirmar que se tenha gerado no período um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido. Faltavam coordenação entre os órgãos, recursos financeiros que permitissem uma continuidade mínima nos trabalhos e, sobretudo, *uma diretriz geral de política econômica que cobrisse com um embasamento ideológico abrangente e definitivo suas atividades pioneiras de planejamento econômico.*

Segundo alguns autores, o desenvolvimentismo só surgiu no Brasil após o fim do Estado Novo, em 1945, quando houve a retomada da democracia. Para justificar suas posições, esses autores defendem que o governo Vargas adotou políticas nacionalistas de desenvolvimento, mas, sem contar com o apoio da sociedade civil, não conseguiu formar uma base mais ampla que lhe possibilitasse a implementação de um projeto desenvolvimentista no país.

Entre os defensores dessa tese está o economista e professor Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, que defende que foi apenas na década de 1950 que o governo passou a implementar “uma sucessão de medidas de política econômica visando a modificação da estrutura econômica nacional, que, em seu conjunto, consubstanciam uma formulação inicial da política de desenvolvimento” (LESSA, 1982, p. 20).

Outro autor que defende que o desenvolvimentismo só teria surgido efetivamente apenas após o final do Estado Novo, foi o ex-presidente do Brasil, o professor, sociólogo e cientista político, Fernando Henrique Cardoso que, no livro “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” (1962), argumenta que o Estado Novo não teria sido um período desenvolvimentista, mas sim um período de política econômica nacionalista, que não objetivava o desenvolvimento econômico, e a defesa dos interesses do Estado brasileiro.

Seguindo na mesma linha, o economista Paulo Singer, em seu livro “O Desenvolvimento Econômico e a Evolução Urbana” (1968), argumenta que o desenvolvimentismo só teria surgido no Brasil após 1945, com a retomada do regime democrático, o que teria propiciado a criação de um ambiente favorável a participação da sociedade civil na formulação de políticas desenvolvimentistas (Singer, 1968).

2.4.2 O desenvolvimentismo no Rio Grande do Sul.

Como vimos em apontamentos feitos acima, embora com posições variadas sobre o grau de participação e responsabilidade que o ex-presidente, Getúlio Vargas, efetivamente teve sobre o surgimento do processo de desenvolvimentismo no Brasil. É justo afirmar, porém, que ao analisarmos, especificamente, como o processo foi deflagrado no estado do Rio Grande do Sul, fica explícita a participação do citado político, iniciando, ainda, quando governador do Rio Grande do Sul, na implementação do processo desenvolvimentista no estado gaúcho e, posteriormente, ocupando a presidência do Brasil e colocando em prática o projeto em escala nacional.

Segundo apontamento de Fonseca (2004), durante a República Velha, observamos que medidas adotadas por governos locais, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, indicavam a presença de ideias embrionárias que, posteriormente, seriam incorporadas pelo governo central. Um exemplo notável dessa dinâmica pode ser encontrado na presidência de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1928 e 1930. Nesse período, o conceito de "desenvolvimento" foi deliberadamente incorporado à retórica oficial. A utilização do termo "marcha" nos discursos de Getúlio não era mero acaso; ao contrário, refletia a ideia de que a superação do atraso não ocorreria de forma espontânea, mas sim como resultado de uma decisão organizada, implementada com determinação e disciplina (Fonseca, 2004, p. 12).

No período compreendido entre 1889 e 1930 no Brasil, observou-se o estabelecimento de uma agricultura voltada para a produção de alimentos, e matérias-primas destinadas a abastecer o mercado, atendendo às necessidades das indústrias de bens de consumo que

começavam a surgir no país. Durante essa fase da República Velha, em resposta às condições socioeconômicas vigentes, houve uma ampliação dos programas de colonização e da promoção de pequenos proprietários rurais. Nesse contexto, no estado do Rio Grande do Sul, foram estabelecidas as bases para o desenvolvimento do capitalismo, com o estado assumindo uma posição de dependência em relação à economia nacional. A oportunidade para a expansão do sistema capitalista era mais evidente nas áreas caracterizadas pela presença de pequenas propriedades agrícolas, uma vez que a acumulação de capital ainda estava em estágios iniciais (MACHADO, 2012, p. 87).

No norte do estado do Rio Grande do Sul, a capitalização do processo de produção no setor agrícola desempenhou um papel fundamental no estímulo ao desenvolvimento das manufaturas e, como resultado, na posterior instalação de indústrias. Esse processo de transformação no mundo agrícola, teve início durante o governo de Getúlio Vargas, quando ele ocupou a presidência do estado. As políticas de estímulo adotadas incluíam a proteção das lavouras, a promoção da mecanização agrícola e o fomento de associações entre os produtores. Durante seu mandato, **à frente** do comando do governo gaúcho, Vargas propôs "a união dos produtores por meio do cooperativismo e da sindicalização, promovendo melhorias nos sistemas de transporte e no crédito rural" (FONTOURA, 2007, p. 118.).

A ocupação estratégica da região norte do estado do Rio Grande do Sul por colonos, migrantes das colônias velhas, durante o período tanto anterior quanto durante a Era Vargas, foi impulsionada por um vigoroso ímpeto desenvolvimentista. Nesse contexto, o objetivo principal era promover o desenvolvimento econômico e social da região, por meio da criação de uma fronteira agrária progressiva, inserida no contexto do sistema capitalista.

Além da simples aquisição de terras, o governo Vargas implementou uma série de medidas que refletiram um compromisso com o desenvolvimento. Tais iniciativas permitiram que os colonos se tornassem proprietários de terras, e estabelecessem obrigações que visavam não apenas **à manutenção** dessas terras, mas também impulsionavam o progresso. Isso incluiu o pagamento de dívidas coloniais, e a contribuição para a infraestrutura regional, por meio da construção de estradas e outras melhorias possíveis. Todas essas ações foram reflexo da clara preocupação do governo com a modernização das áreas rurais, o estímulo ao progresso econômico, e a transformação da região norte em um polo de desenvolvimento. Para alcançar esse objetivo, o governo mobilizou recursos substanciais e pessoais de diversas esferas, demonstrando seu compromisso com o caráter desenvolvimentista desse projeto de ocupação (COMIRAN, 2021, p. 89.).

Além disso, é possível afirmar que a principal força motriz na promoção da produção agrícola na região norte do estado do Rio Grande do Sul, foi fornecida pelos colonos que escolheram ali se estabelecer, incentivados pelas políticas públicas, que foram implementadas principalmente a partir de 1930. Essas políticas tinham como objetivo, não apenas fomentar a colonização, mas também promover a concentração de capital na terra, por meio da aquisição de propriedades rurais, e direcionar a produção, primordialmente, para atender à **demanda** do mercado interno (COMIRAN, 2021, p. 95-96).

Segundo Maestri (2005, p. 49), em sua obra intitulada “Uma história do Rio Grande do Sul: A república Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional - 1889-1930”:

[...]estes imigrantes e colonos que se estabeleceram no norte do estado e se organizaram a partir da pequena propriedade não produziam apenas para sua subsistência. A produção dessas colônias era destinada ao mercado interno, e se justifica pelo fato de que “Os colonos deviam necessariamente produzir excedentes monetizáveis para fazer frente à dívida colonial, do contrário, perdiam os lotes. A seguir, eram obrigados a pagar os impostos coloniais”.

Assim, para uma compreensão mais abrangente das implicações do projeto de desenvolvimento promovido pelo governo de Vargas no estado, é fundamental investigar não apenas a questão da posse de terras no norte do Rio Grande do Sul, mas também a análise da produção agrícola nessa região, e sua relevância para a economia local. Inicialmente, observa-se a configuração das pequenas propriedades no norte do estado, e, a partir disso, torna-se crucial examinar o papel atribuído a essas propriedades, e as consequências do projeto de desenvolvimento na atividade agrícola (COMIRAN, 2021, p. 94).

A influência do desenvolvimentismo no surgimento da massa camponesa de desterrados vão ser os responsáveis pelo surgimento do MASTER, assim nosso objeto principal de pesquisa, nos conscientiza a respeito da impossibilidade de trazermos de forma mais aprofundada esse tema. No entanto, achamos muito importante abordar a influência para que se possa, mesmo que de maneira mais simplificada, apontar todos os processos envolvidos no surgimento do MASTER, dando, assim, ao leitor a possibilidade de ter acesso a um panorama mais amplo e completo sobre o tema.

A partir dos anos 1930, o Brasil testemunhou um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais sob a liderança do presidente Getúlio Vargas. Uma das fases mais marcantes desse período foi a implementação de políticas de desenvolvimento que tinham como objetivo central a economia nacional e a consolidação do poder do Estado. Nesse

contexto, o sul do país, mais especificamente o norte do estado do Rio Grande do Sul, emergiu como um ponto focal dessa trajetória de desenvolvimento.

Uma característica notável desse processo foi a ocupação de terras por colonos emigrantes vindos da Europa e posteriormente pelos descendentes destes emigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, que encontraram nesta região do Brasil um ambiente propício para a construção de suas vidas e comunidades. Contudo, o sucesso dessa empreitada estava intrinsecamente ligado a uma política que impunha a capitalização das terras. Desta forma, “o sentido da imigração consistia, sobretudo, numa estratégia de valorização das terras, o que explica, entre outros motivos, a insistência nos imigrantes em detrimento dos lavradores nacionais” (ZARTH, 1997, p. 208).

Sendo que a ocupação feita por colonos originários da Europa ou descendentes destes servia duplamente aos intentos desenvolvimentistas, pois primeiro inseriu às terras dentro do projeto, não apenas valorizando-as, mas, sobretudo, transformando-as em mercadoria com valor monetário, e depois obrigando os colonos a aumentarem a sua produção para honrar os seus compromissos de pagamento das dívidas oriundas da aquisição de tais terras. Esse sistema, embora tenha contribuído para o aumento da produtividade agrícola, também teve efeitos colaterais importantes.

A primeira consequência na vida camponesa no Sul do país, em especial no estado do Rio Grande do Sul, foi a exclusão dos nacionais que há muito tempo ocupavam esses espaços. Tendo sido preteridos pelos emigrantes europeus, considerados mais aptos a realizarem a tarefa ocupação e desenvolvimento destas paragens, sendo para estes criadas as condições necessárias para se fixarem e prosperarem, condições estas que nunca foram ofertadas aos nacionais, aos quais foi negado o direito à terra, segundo Zarth (1997, p. 209):

Os colonos imigrantes eram tão ignorantes dos aspectos jurídicos como os caboclos; alguns sequer conheciam a língua portuguesa; no entanto um funcionário público levava-os até o lote rural e entregava-o para ser pago em suaves prestações, pois eram esses os agricultores encarregados do desenvolvimento agrícola e não os caboclos, na política oficial. Essa é a razão do tratamento diferenciado que recebiam os caboclos brasileiros e que acabaram por tornar-se Sem-terra, intrusos e peões baratos.

No entanto, o favorecimento aos emigrantes e seus descendentes não significava que todos iriam prosperar, sendo que, à medida em que alguns colonos conseguem progredir e iniciam um processo de acumulação de terras, uma massa cada vez maior de famílias não consegue obter o mesmo sucesso, contando ainda com a pressão crescente pelo alto índice de fecundidade que ocorria dentro destas famílias de colonos, e já sem poderem contar com a

prática da partilha das terras, uma vez que estas já são insuficientes para tanto, se vem na mesma condição dos nacionais que foram excluídos, necessitando buscar alternativas para poder ter um pedaço de terra para viver e se sustentar.

Essa dinâmica de desigualdade social dentro das próprias colônias, com a falta de terra onde pudessem viver, e sem a possibilidade de buscar novas fronteiras desocupadas acaba por forçar o avanço sobre terras dos nativos, que a princípio minimizam a falta de terras, mas que vai lançar as bases para uma manifestação social marcante nas décadas seguintes: a formação de uma grande massa de Sem-terra despossuídos e deslocados na década de 1960. Sobre esse tema, Tedesco e Carini (2021, p. 278) fazem a seguinte observação:

A reduzida área para o pequeno produtor era cada vez mais evidente em razão do esgotamento do solo, da redução do tamanho das propriedades rurais em decorrência das partilhas de herança e também dos baixos preços pagos pelos produtos coloniais. Desse modo, pode-se deduzir que a região Norte do estado presenciou grandes processos de desruralização. É no interior dessa questão dos limites para o pequeno camponês que o esgotamento da fronteira agrícola no norte do Rio Grande do Sul já podia ser observado no final da década de 1940, período de forte intrusão de colonos nas reservas indígenas do estado.

A influência desse projeto desenvolvimentista que despontava como salvação nacional teve um grande impacto no norte do Rio Grande do Sul. Vai ser dentro dessa dinâmica de transformações impulsionadas por um esforço nacional desenvolvimentista, implementado em uma região que até certo ponto se diferenciava do contexto nacional de ocupação de terras, onde sempre imperou o grande latifúndio, predominava o sistema de pequenas propriedades, acabando por favorecer o surgimento da desigualdade fundiária, que passou a moldar o tecido social da região, e contribui para a construção de uma massa camponesa multifacetada durante esse período histórico. Segundo Palmeira (1989, p. 97):

A “modernização conservadora” da agricultura, que se fez sem alterar a estrutura da propriedade rural, engendrou um processo acentuado de migração campo-cidade, aumentou as desigualdades sociais e a exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e teve como fundamento a contraposição às propostas de reforma agrária gestadas nas décadas de 1950 e 1960.

É com uma preocupação profunda, que observamos a escassez de estudos aprofundados que cercam a influência do desenvolvimentismo, no surgimento de uma vasta massa de camponeses desterrados no norte do Rio Grande do Sul, durante a década de 1960. Este é um capítulo crítico, e muitas vezes negligenciado da história agrária brasileira, cujas consequências continuam a ecoar nas questões sociais e econômicas do presente.

A década de 1960 foi marcada por mudanças profundas no Brasil, impulsionadas pelo projeto de desenvolvimento do governo, que buscou acelerar o crescimento econômico, e modernizar o país. Mas, infelizmente, o processo acabou por empurrar populações rurais vulneráveis para a marginalização. No norte do Rio Grande do Sul, uma região onde muitos camponeses já enfrentavam dificuldades em relação a falta de terra, e ao acesso aos recursos, que possibilitassem uma melhor condição de exploração da terra, o desenvolvimentismo exacerbou esses desafios, gerando ainda mais desigualdade na região.

A alta taxa de fecundidade em famílias de colonos, a falta de acesso à recursos financeiros, e a concentração de terras, já eram questões prementes nessa região. No entanto, com a pressão para expandir a agricultura comercial e a infraestrutura, camponeses perderam as suas terras ancestrais. A prática da partilha, que costumava dividir a terra entre gerações, tornou-se insustentável, uma vez que a subdivisão resultaria em parcelas tão pequenas que não poderiam mais sustentar uma família.

Essa situação levou ao surgimento de uma onda de desterrados, uma população que se viu obrigada a abandonar suas terras e migrar em busca de oportunidades nas cidades, ou a viver na marginalidade no campo, estabelecendo-se nas periferias das grandes propriedades, e sobrevivendo de trabalhos esporádicos. As condições precárias enfrentadas por esses camponeses desterrados e sua luta pela sobrevivência são um testemunho de um período tumultuado, e muitas vezes doloroso, da história campesina no sul do Brasil, e neste caso específico, no norte do Rio Grande do Sul.

Como já apontado acima, a escassez de trabalhos que abordem o quanto o projeto desenvolvimentista teria influenciado na exclusão de milhares de camponeses ao acesso à terra, retrata a pouca importância recebida pelo tema, dentro da historiografia que aborda a formação da massa camponesa de Sem-terra que vai dar origem ao MASTER. Dessa forma, entendemos que, os apontamentos feitos acima ajudam a clarear a importância que o projeto desenvolvimentista teve na subsequente realização da reforma agrária feita no Rio Grande do Sul na década de 1960.

2.4.3 A revolução verde: Uma era de transformação na agricultura brasileira

A interação entre a Revolução Verde e a economia capitalista trouxe uma transformação radical no cenário agrícola, com impactos profundos, especialmente no que diz respeito ao êxodo rural, e à concentração de terras pelo latifúndio. Da mesma forma que vai originar a perda

de biodiversidade, gerando impactos ambientais significativos, e deixando a paisagem rural desfigurada, para citar apenas alguns dos reflexos dessa dinâmica baseada em práticas agrícolas intensivas. Essa transformação afetou diversas dimensões da agricultura, resultando na migração em massa das áreas rurais para as urbanas, devido à falta de oportunidades no campo. O fenômeno do êxodo rural foi intensificado pela concentração crescente de terras nas mãos de poucos latifundiários, marginalizando milhares de camponeses que dependiam da agricultura para subsistência (MACHADO, 2014, p. 188).

Embora a ampla abrangência que a Revolução Verde tenha, em nosso trabalho, o tema será tratado a partir de um olhar focado em sua influência na criação de uma grande massa de desterrados, no estado do Rio Grande do Sul, que vai proporcionar o surgimento do MASTER, e a implementação da reforma agrária feita por Brizola.

A segunda metade do século XX testemunhou uma transformação de situações históricas no setor agrícola, que ecoou pelo mundo e teve um impacto significativo nas dinâmicas geopolíticas globais. O surgimento da Revolução Verde, um movimento que marcou uma mudança radical nas práticas agrícolas, foi profundamente influenciado pelo contexto tumultuado da pós-Segunda Guerra Mundial e pelo início da Guerra Fria.

Essa revolução não foi apenas uma resposta à fome que assolava inúmeras nações, mas também uma estratégia do governo americano para conter o avanço da chamada "Revolução Vermelha"⁴ implementada nos países comunistas, em especial na União Soviética, e que objetivava ampliar a produção de alimentos.

A Revolução Verde teve origem em um período em que o mundo ainda estava se recuperando dos estragos da Segunda Guerra Mundial. A destruição, e a escassez de alimentos experimentados durante o conflito, fomentaram um senso de urgência global para melhorar a produção agrícola. Ao mesmo tempo, o início da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, trouxe um elemento adicional de competição política e ideológica, transformando a segurança alimentar em um campo de batalha indireta entre as duas superpotências. Segundo Alves (2013, p.31):

⁴ A revolução aqui denominada de revolução vermelha surge como uma proposta comunista para a modernização agrícola do modelo da Revolução Verde. Dentro dos países comunistas houveram certas modificações no cenário agrícola, visando o aumento da produtividade, principalmente na URSS. Medidas como a criação de Sovkhozes (fazendas estatais mecanizadas) e dos Kolkhozes (fazendas cooperativas, em que a produção era dividida entre os agricultores e o Estado) impulsionaram a produção agrícola soviética (Shanin, 1991, *apud* Alves, 2013, p. 29).

[...] os comunistas ganhavam a simpatia de milhões de pessoas, geralmente camponeses pobres de países subdesenvolvidos (onde o capitalismo ainda não era avançado), recém-saídos do colonialismo europeu. Encontravam-se, portanto, em situação crítica em razão das superpopulações e da falta de alimentos. Nesse sentido, a Revolução Chinesa de 1949 exaltou os ânimos e deixou claro que teria de ser feito algo em relação ao espectro da fome, afinal, a grande marcha de camponeses chineses lutando contra a fome, brandindo bandeiras vermelhas, deixaram fortes marcas no imaginário coletivo mundial. Nesse momento em que a fome rondava o mundo, num contexto fortemente polarizado ideologicamente, a Revolução Verde surgiu como uma forma de evitar um efeito dominó, que ocorria nos países da Ásia e se estenderia por todo o Terceiro Mundo; seria um contraponto da iminente Revolução Vermelha.

No contexto específico do Brasil, o país enfrentava desafios relacionados a sua capacidade alimentar e a sua crescente população. A Revolução Verde representou uma oportunidade para aumentar a produção de alimentos e combater a insegurança alimentar, que assombrava muitas regiões do país. O governo brasileiro, vai abraçar e, efetivamente, patrocinar a implementação no Brasil das inovações trazidas pela Revolução Verde, não apenas na concepção tecnológica, mas também em sua concepção ideológica, como podemos ver a seguir no apontamento feito por Alentejano (2012, p. 478):

A modernização da agricultura brasileira acompanha o movimento de difusão da Revolução Verde pelo mundo, seja na acepção ideológica que contrapõe a modernização à Reforma Agrária, seja na acepção prática da utilização crescente de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas, que faz do Brasil, nos dias de hoje, o maior consumidor mundial de agrotóxicos.

A expansão do desempenho comercial teve um papel crucial na propagação da Revolução Verde. Fundações como a Rockefeller e a Ford, financiaram pesquisas e projetos que promoveram novas variedades de sementes, técnicas agrícolas baseadas em monoculturas, e o uso intensivo de produtos químicos e pesticidas. Esses investimentos visavam não apenas aumentar a produção de alimentos, mas também fortalecer a influência global dos Estados Unidos, e de suas empresas, consolidando o controle sobre os mercados mundiais de *comodities* agrícolas. Para Machado (2012, p. 188),

A Revolução Verde possui como sucedâneo o modelo de agricultura orquestrado pelas multinacionais do agronegócio, que se baseia no controle de toda a cadeia produtiva da agricultura para estabelecer um ciclo de dependência que começa pelo melhoramento genético. Esse melhoramento, ao uniformizar as características das plantas, as deixam suscetíveis as pragas, sendo necessária a incorporação do agrotóxico, que é fabricado pelas mesmas empresas que desenvolvem o melhoramento genético. O modelo da revolução verde-agronegócio possui três princípios: fertilizante de síntese química, agrotóxicos e monoculturas.

2.4.4 O Rio Grande do Sul e a vanguarda da revolução verde no Brasil.

O Rio Grande do Sul, em particular a região noroeste do estado, emergiu como uma porta de entrada crucial para a Revolução Verde no Brasil, desempenhando um papel pioneiro, e fundamental na disseminação dessa transformação agrícola de magnitude global. Essa região, com sua configuração camponesa baseada na pequena propriedade, estava excepcionalmente preparada para absorver e difundir as inovações trazidas pela Revolução Verde. Uma vez que desde os anos de 1930, havia sido implementado por lá um programa de incentivo à produção de trigo.

O programa de incentivo à produção de trigo na região noroeste do Rio Grande do Sul, foi um precursor da Revolução Verde no Brasil. Ele se baseou na introdução de novas variedades de sementes, no uso de adubos químicos e na incorporação de máquinas agrícolas. Isso significava que, antes mesmo do advento da Revolução Verde, a população camponesa dessa região já estava inserida em um sistema de uso tecnológico avançado, aplicando inovações no campo. Essa experiência prévia permitiu que os agricultores locais estivessem abertos a novas ideias, e práticas agrícolas, tornando-os pioneiros na adoção das técnicas que logo se espalharam pelo país.

A Revolução Verde ganhou reconhecimento global na década de 1960, tendo iniciado com o Programa Agrícola Mexicano, iniciado pela Fundação Rockefeller em 1943. No contexto brasileiro, é importante observar que a modernização da agricultura, que mais tarde desencadearia a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, teve suas raízes no período do governo de Getúlio Vargas.

Iniciar a análise da implantação da Revolução Verde no país com referência ao primeiro governo de Vargas, que se estendeu desde a década de 1930, pode parecer estranho, já que o programa da Revolução Verde ainda não existia nesse período. No entanto, essa abordagem adquire significado quando consideramos que, no Brasil, a Revolução Verde foi uma extensão do processo de desenvolvimento implementado pelo governo Vargas, e que quando da chegada da Revolução Verde estava em andamento (Alves, 2013, p. 41). Como podemos ver no apontamento abaixo:

Assim, o início da produção em larga escala de cultivares da agricultura de clima temperado no Rio Grande do Sul provocou a mudança na base produtiva da agricultura brasileira. Nesse sentido, autores, como Brum⁴¹ (1983), Rückert⁴² (2003), Albuquerque e Silva⁴³ (2008), são unânimes em afirmar que a modernização da agricultura brasileira teve início no Planalto Médio gaúcho com o trigo (início da implantação do modelo Revolução Verde) e a soja (afirmação e consolidação do modelo da Revolução Verde) (ALVES, 2013, p. 72).

Ainda segundo Clovis Tadeu Alves na obra “A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)”, a efetiva implementação da Revolução Verde no Brasil, tem como ponto norteador a região norte do Rio Grande do Sul, como podemos ver a seguir:

Desta forma podemos apontar que o norte do estado gaúcho não apenas serviu como uma porta de entrada da Revolução Verde no Brasil, mas também desempenhou um papel crucial como seu difusor. Os agricultores locais, familiarizados com a modernização agrícola, atuaram como agentes de disseminação dessas técnicas para outras regiões do país,[...] desta forma “A mesorregião Noroeste foi a primeira no Brasil a adotar e consolidar o modelo da Revolução Verde, tornando-se um exemplo para o restante da agricultura brasileira” (ALVES, 2013, p. 114).

O ciclo da Revolução Verde no Brasil, vivenciado de forma completa no norte do Rio Grande do Sul, teve um impacto profundo na agricultura brasileira. A produção agrícola aumentou substancialmente, ajudando a combater a fome e a melhorar a segurança alimentar no país. No entanto, também trouxe desafios, como questões ambientais e a dependência de insumos químicos. É importante reconhecer a contribuição pioneira do estado gaúcho, em especial de sua região noroeste, para a Revolução Verde no Brasil, e compreender como essa transformação afetou não apenas a agricultura, mas também a sociedade e a economia local como um todo.

2.4.5 A revolução verde: e a exclusão dos camponeses

A Revolução Verde no Brasil trouxe consigo avanços significativos na produtividade agrícola, mas também deixou um rastro de consequências ambientais e sociais complexas. Além de abordar seus impactos positivos, é essencial analisar como essa transformação na agricultura afetou de forma adversa tanto o meio ambiente quanto a população camponesa, que, por várias razões, não conseguiu acompanhar o ritmo da evolução em curso.

No aspecto social, a Revolução Verde também teve efeitos adversos. Como mencionado anteriormente, a região noroeste do Rio Grande do Sul foi pioneira na adoção das novas técnicas agrícolas, o que levou a um aumento na produtividade e na produção de alimentos. No entanto, essa transformação não foi uniforme e muitos camponeses não conseguiram acompanhar as mudanças tecnológicas e produtivas. Isso resultou na exclusão de milhares de famílias camponesas da terra. Como podemos ver na citação a seguir:

À medida que esse processo ocorria, outro fenômeno importante, relacionado à revolução verde, acontecia na mesorregião. Como indica Siteo (2010, p. 45), à medida que ocorre a capitalização da agricultura e o uso cada vez mais intensivo de tecnologia, libera-se cada vez mais mão de obra rural para a indústria, e quando

os trabalhadores não são mais absorvidos pelo mercado, criam-se os bolsões de pobreza nos centros urbanos. A liberação de um contingente de mão de obra rural, empregados rurais trocados pelo trator, pequenos produtores que não conseguiam financiar a aquisição da tecnologia ou antigos arrendatários, representava um grande desafio para a administração das cidades na mesorregião noroeste (ALVES, TEDESCO, 2015, p. 271).

Foram diversas as razões para essa exclusão. Além das dificuldades de acesso ao crédito em bancos e tecnologia, a histórica exclusão étnica de populações indígenas, caboclas e negras, que foram frequentemente marginalizadas em termos de acesso à terra, contribuiu para a desigualdade no campo. Além disso, a alta taxa de fecundidade nas famílias de colonos de descendência europeia, combinada com a impossibilidade da partilha das terras entre os descendentes, uma vez que essa prática já havia reduzido o tamanho das propriedades, a ponto de novas partilhas tornarem-se inviáveis, junto com o término de novas áreas de terra para colonização, levou à uma pressão crescente sobre a terra disponível. Segundo Alves e Tedesco (2015, p. 272):

Como foi a última área colonizada no estado, a mesorregião nordeste extinguiu a dinâmica de abrir novas colônias em áreas vazias no Rio Grande do Sul. Assim, em muitos casos, passou-se a fracionar a terra pertencente ao núcleo familiar para acomodar todos os descendentes. As propriedades que inicialmente tinham um tamanho razoável, com capacidade para prover o sustento de toda a família, com o fracionamento entre os descendentes, tornaram-se minifúndios. Portanto, com o contínuo fracionamento, onde antes havia uma propriedade de tamanho médio, entre 10 e 50 hectares, agora existiam inúmeras pequenas propriedades, incapazes de sustentar e manter uma família exclusivamente com o cultivo da terra.

Mesmo que a Revolução Verde tenha impulsionado à agricultura brasileira, melhorando a segurança alimentar e ampliando a produção agrícola, ela também deixou legados complexos, como a degradação ambiental e a exclusão de milhares de camponeses da terra. Portanto, nossa análise ganha importância por inserir a Revolução Verde e o desenvolvimentismo como fatores que impulsionaram a exclusão de milhares de camponeses do acesso à terra no Estado do Rio Grande do Sul, fato que foi o ponto focal da organização camponesa, e que proporcionou a primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil.

No entanto, se faz necessário ressaltar que apesar da escassez de pesquisas específicas, que abordem em detalhes como o desenvolvimentismo e a Revolução Verde, influenciaram no surgimento da massa camponesa que deu origem ao Movimento dos Agricultores Sem-terra no estado Rio-grandense, podemos, com base em apontamentos feitos em trabalhos sobre o tema, mesmo que estes tenham uma abordagem mais focada num viés econômico, nos avanços tecnológicos, crescimento da produção agrícola e problemas ambientais, é possível extrair deles

informações que nos permitem apontar a relevância tanto do desenvolvimentismo, quanto da Revolução Verde na exclusão de camponeses, tanto descendentes de imigrantes quanto caboclos, negros e nacionais, do acesso à terra.

Nesse sentido, a falta de pesquisas específicas sobre como esses fatores contribuíram para a formação da massa camponesa, que deu origem ao Movimento dos Agricultores Sem-terra, torna ainda mais importante os apontamentos feitos em nosso trabalho, para que se possa entender como o desenvolvimentismo e a Revolução Verde, desempenharam um papel crucial na formação da massa de desterrados que posteriormente se organizou no Movimento dos Agricultores Sem-terra MASTER.

Consideramos necessários os apontamentos feitos acima, uma vez que trazem para dentro de nossa pesquisa, não apenas como ocorreu o surgimento de uma imensa massa de desterrados, que no momento em que nosso país viveu um breve sopro de democracia, organizou-se, e buscou dentro dos tramites legais o direito à posse da terra, mas também, apontou quem eram esses desterrados e como eles chegaram à década de 1960 nessa condição.

3 A LUTA PELA HEGEMONIA NO CONTROLE DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Neste capítulo buscaremos apresentar, o contexto nacional de lutas agrárias vivenciadas em nosso país, quando do nascimento do “MASTER”, na década de 1960 no estado do Rio Grande do Sul. Tal abordagem se faz necessária, para que possamos entender o contexto agrário vivenciado no Brasil, quando do surgimento do movimento que será o ponto central de nossa pesquisa.

Isso nos permitirá demonstrar, como os fatos que deram origem ao movimento dos agricultores sem-terra, não estavam isolados dos demais processos sociais, vividos naquele momento em todo o país. Assim, buscaremos demonstrar que em seu nascedouro, o Movimento dos Agricultores Sem-terra, não se diferenciava dos principais movimentos agrários que eclodiram no Brasil naquele período, tanto pelos motivos que impulsionaram seu surgimento, quanto pelos agentes que atuavam no período na organização campestre no estado gaúcho.

Neste capítulo buscaremos apresentar os principais agentes envolvidos, não apenas na organização da massa camponesa que se insurgia em todo o Brasil naquele momento, mas também na disputa do controle sobre essas massas camponesas, e os movimentos por elas protagonizados. Disputa essa que visava angariar o direito de estar no comando, dos milhares de desterrados que lutavam pelo acesso à terra em nosso país.

Para tanto, apontaremos como ocorreram as atuações das principais entidades organizadas de nosso país e que atuavam em defesa do campesinato. Assim, analisaremos como ocorreu a atuação do “PCB” Partido Comunista Brasileiro, das Ligas Camponesas, das “Ligas de Julião” da Igreja católica e do Movimento dos Agricultores Sem Terra MASTER, que ao surgir no estado do Rio Grande do Sul vai rivalizar com o “PCB”, e com “As Ligas Camponesas”, suplantando os dois movimentos, e tornando-se hegemônico no comando da massa camponeses desterrados no estado gaúcho, tendo como único opositor na organização camponesa, no estado Rio-Grandense a Igreja Católica.

Na sequência, abordaremos como ocorreu o surgimento do MASTER no ano de 1960, apontando como se originou, a partir da resistência de um grupo de camponeses posseiros, na luta pelo direito de permanecer nas terras que ocupavam por mais de cinquenta anos, das quais estavam sendo expulsos, por um pretenso proprietário das mesmas.

Analisaremos a forma como o nascimento do MASTER, ocorre dentro de uma dinâmica que naquele momento da história agrária de nosso país, também estava presente em vários pontos de nosso território. Buscaremos compreender como, em sua origem, o MASTER é apenas um movimento em busca de uma reivindicação local e pontual, não se diferenciando, naquele momento, de tantos outros movimentos pelo direito de possuir um pedaço de terra que ocorriam em todo o Brasil. Na sequência, apontaremos os principais conflitos agrários vivenciados no Brasil no período que comporta nossa pesquisa. Essa abordagem se justifica para que posamos situar como o surgimento do MASTER estava intimamente conectado ao cenário nacional de luta agrária em seu nascedouro.

3.1 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

A iniciativa de organização camponesa no Brasil republicano tem raízes profundas no Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵ que, desde sua fundação na década de 1920, declarou seu

⁵ O PCB foi fundado em 1922, durante um período de melhoria política no Brasil e em um contexto internacional de efervescência comunista após a Revolução Russa de 1917. Sua formação foi influenciada por diversos fatores, incluindo a presença de imigrantes europeus, a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e a disseminação das ideias comunistas. Um dos eventos que contribuíram para a formação do PCB foi a criação da Liga Comunista, que se uniu à Aliança Comunista Internacionalista para fundar o partido em Niterói, Rio de Janeiro. Na época, o partido era composto por intelectuais, operários, camponeses e militantes de esquerda. A liderança inicial incluía nomes como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Abílio de Nequete. Durante as décadas seguintes, o PCB passou por diversas fases, enfrentando repressão, perseguição e clandestinidade durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o regime militar que se instalou no Brasil em 1964. O partido desempenhou um papel relevante na resistência contra a ditadura militar, apoiando movimentos sindicais, estudantis e camponeses. A década de 1980 trouxe mudanças significativas para o PCB. Com o processo de redemocratização, o partido optou por adotar uma postura mais moderada e pluralista, abandonando a luta armada e a clandestinidade.

compromisso inabalável com a mobilização dos trabalhadores rurais. Durante o II Congresso do PCB, realizado entre o final de 1928 e o início de 1929, uma decisão crucial foi tomada: envolver os trabalhadores rurais em cada região do país. Isso devido a diferenças regionais consideráveis que caracterizassem o extenso território brasileiro, o que tornaria inviável a formulação de diretrizes gerais regulamentares para todas as regiões. Essa abordagem regionalizada e adaptada, considerando as particularidades locais, foi fundamental para o sucesso das iniciativas do partido (SANTOS, 1996, p. 39-42).

Mesmo passando por períodos intercalados de legalidade e de ilegalidade, onde precisou agir clandestinamente, o PCB continuou a desempenhar um papel crucial na formação das primeiras Ligas Camponesas no Brasil. A sua dedicação incansável à causa camponesa não se limita ao período de atuação legal. Em vez disso, o partido persistiu na missão de organizar os trabalhadores rurais, conscientizando-os sobre seus direitos e promovendo ações em prol de melhores condições de trabalho, menores taxas de arrendo, salários mais justos e também por uma distribuição mais justa de terras.

Essa abordagem estratégica foi efetivamente levada a cabo pelo PCB através das Ligas Camponesas, que se tornaram o braço condutor na organização camponesa com base nos fundamentos ideológicos do partido, dessa forma as Ligas [...] “atuavam segundo as táticas ditadas pelo Partido Comunista, que propugnava uma política de acumulação de forças (militares e de eleitores), sob a palavra de ordem de uma unitária e disciplinar aliança operário camponesa” (MORAIS, 1997, p. 23).

Mesmo que a atuação do PCB na formação das Ligas Camponesas não tenha recebido por parte da História a mesma atenção que as Ligas de Julião⁶, (as quais abordaremos na sequência deste capítulo), sua importância para a formação das lutas camponesas não pode e nem deve ser subestimada, merecendo dos historiadores um olhar mais contundente, que

⁶ As Ligas de Julião surgiram como uma resposta direta às condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores rurais no Brasil, especialmente na região de Pernambuco. O movimento teve seu início no engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão, onde 140 famílias de foreiros lutavam para sobreviver em terras esgotadas. O movimento foi oficialmente criado em 1º de janeiro de 1955 e se autodenominou como Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Inicialmente, a SAPPP tinha o propósito de arrecadar recursos para a assistência educacional, de saúde e para melhorar a produção agrícola, com a intenção de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais da região. A participação de Francisco Julião Arruda de Paula, advogado comprometido com os direitos dos trabalhadores rurais, que assumiu a defesa jurídica da causa foi crucial para a consolidação das Ligas. Ele defendeu os camponeses da Galileia na luta contra o aumento abusivo do foro e na busca por uma reforma agrária justa. A vitória desses camponeses, com base em um antigo projeto de Julião, tornou-se um símbolo da reforma agrária almejada pelos trabalhadores rurais. A partir desse ponto, o movimento se expandiu rapidamente, estabelecendo núcleos em diferentes estados do Brasil, como a Paraíba, o estado do Rio de Janeiro e o Paraná, ampliando seu impacto político. Assim, as Ligas Camponesas de Julião, como eram conhecidas, desempenharam um papel fundamental na luta por justiça e igualdade no campo brasileiro.

poderia nos dar uma melhor compreensão de sua importância na formação dos movimentos sociais de agricultores no Brasil. Porém, como apontado por Santos (2005, p. 75):

[...]as poucas e ao mesmo tempo contundentes assertivas sobre as Ligas Camponesas comunistas parecem ter deixado de lado alguns componentes importantes de sua trajetória histórica. De certo muito pouco se escreveu sobre as primeiras propostas de criação dessas entidades no interior dos círculos intelectuais de esquerda e do próprio movimento dos trabalhadores.

Após o final do período conhecido como Era Vargas⁷, que abrange os anos de 1930 a 1945, o Brasil experimentou um breve período de liberdade democrática, permitindo que os movimentos sociais florescessem em todo o país. Durante esse intervalo, houve um renascimento dos movimentos sociais, incluindo os movimentos camponeses que se espalharam por todo o território brasileiro.

Em outubro de 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) recuperou o seu registro eleitoral, marcando um momento crucial para o partido que agora poderia operar dentro do quadro legal do país. Essa breve janela de legalidade durou pouco mais de um ano, sendo que, em 1947, o registro eleitoral do PCB foi novamente cassado, obrigando o partido a voltar às sombras da ilegalidade. O partido permaneceu clandestino até o retorno do Brasil à democracia, marcado pelo fim do regime militar instaurado no país após o golpe civil-militar de 1964.

Nesse contexto, é crucial compreender a complexa dinâmica que moldou o campesinato brasileiro no momento em que o partido comunista, pode atuar dentro da legalidade. Naquele período, o fluxo e refluxo das forças democráticas, e autoritárias tiveram um impacto profundo no cenário político e social do campesinato no país. A breve trégua das perseguições aos comunistas em meados da década de 1940, moldou significativamente, a trajetória dos movimentos sociais no campo. É nesse contexto histórico de mudanças, que vai atuar o PCB neste breve período. Como podemos ver no apontamento a seguir:

Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal

⁷A era Vargas, que começou em 1930 e se estendeu até 1945, marcou um período crucial na história do Brasil. Getúlio Vargas, um líder carismático, liderou o país através de uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. Durante sua longa presidência, Vargas implementou reformas importantes, incluindo a criação de leis trabalhistas e a expansão do poder central do governo. Sua liderança também testemunhou a centralização do poder político e a crescente intervenção estatal na economia. No entanto, essa era não foi isenta de controvérsias e tumultos, com momentos de autoritarismo. A era Vargas chegou ao fim em 1945, quando Vargas renunciou ao cargo de presidente em meio a protestos e pressões políticas, marcando o fim de sua primeira passagem no poder, embora ele retornasse em uma segunda presidência em 1951.

importância que nem os elevados de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 1997, p. 22).

Como vimos acima, durante o breve período de legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1945 e 1947, o partido optou por empreender ações no campo dentro dos limites estabelecidos pela lei, notadamente por meio da criação das Ligas Camponesas. No entanto, em 1947, o PCB foi mais uma vez declarado ilegal, levando parte do partido a apoiar certos movimentos de guerrilha, como parte da sua estratégia de ação de conquista do apoio camponês no Brasil, (sobre esses movimentos armados, dissertaremos na sequência deste capítulo).

Sobre a atuação do PCB quando posto novamente na clandestinidade, segundo Silva (2008, p. 39):

No entanto, após a cassação do registro de legalidade em 1947 o partido, que até esse momento havia convivido com os limites da democracia constitucional, retomou o tema da união operário- camponesa, o qual já havia defendido na formação do Bloco Operário e Camponês (BOC) no final da década de 1920, como forma de realizar a revolução e não descartando, nesse processo, o uso da luta armada. Essa orientação política foi apresentada no Manifesto de Janeiro de 1948 e no Manifesto de Agosto de 1950.

Apesar das restrições legais, que impediram seus membros de atuar abertamente sob a bandeira do Partido Comunista Brasileiro (PCB), muitos deles se apoiaram no envolvimento em movimentos sociais de base, tanto em áreas urbanas, quanto rurais. Mesmo quando foram obrigados a se unir a outras agremiações políticas para poder participar das eleições, o PCB manteve sua estrutura organizacional, e sua dedicação à causa da organização dos trabalhadores rurais. Em 1953, o PCB realizou a primeira conferência dos trabalhadores agrícolas e camponeses, evidenciando o seu compromisso sólido com os trabalhadores do campo. Em 1954, já na segunda conferência, criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a ULTAB⁸, primeira organização a ter como objetivo a unificação de todas as organizações de trabalhadores rurais, sob uma única bandeira de luta. Nesse contexto, também

⁸ A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, “ULTAB”, foi fundada em 21 de setembro de 1954, na cidade de São Paulo, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. A criação da ULTAB contou com o apoio do movimento sindical, trabalhadores rurais e militantes comunistas do Partido Comunista Brasileiro. Seu principal objetivo era a organização dos trabalhadores rurais em todo o Brasil. Entre os líderes fundadores do movimento, que ganharam destaque nacional, estavam Geraldo Tibúrcio, Jofre Correia Neto (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás), Lyndolpho Silva (no Rio de Janeiro), José Portela e o jornalista Nestor Vera.

foi planejada a iniciativa de coleta de cinco milhões de assinaturas em todo o país, em apoio a reforma agrária Santos, (2017).

A partir da criação da ULTAB, as ações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vão se voltar mais à organização dos trabalhadores camponeses dentro das normas legais vigentes naquele período. Contando com o jornal *Terra Livre*, que divulgava e orientava sobre as formas de organização dos sindicatos, o PCB passa a focar sua atuação no campo no trabalhador assalariado e em sua sindicalização, como pode ser visto no apontamento a seguir:

Já a ULTAB, vinculada ao PCB, constatando o avanço da Igreja junto aos trabalhadores agrícolas no Nordeste e no estado de São Paulo, exacerbou seu trabalho de criação e registro de sindicatos rurais em diferentes regiões do país. O jornal *Terra Livre* constituiu-se em importante veículo de divulgação dessas campanhas de sindicalização, noticiando os sindicatos criados pela agremiação, bem como fornecendo modelos de atas de reunião e de fundação de sindicatos, de cartas a serem encaminhadas ao Ministério do Trabalho solicitando reconhecimento legal, estatutos, etc. (RAMOS 2011, p. 61).

Como vimos acima, mesmo proscrito, o PCB se mantinha ativo, no caso da sua atuação no campo através da ULTAB. Entretanto é necessário que façamos algumas ressalvas, sobre a atuação dentro dos trâmites legais em que o PCB e a ULTAB se colocavam naquele período, uma vez que dentro destas haviam também divergências.

A mais notória dessas divergências foi o caso das revoltas de Trombas e Formosa, no estado de Goiás, onde a atuação do PCB foi fundamental na organização do conflito armado, que propiciou a vitória dos camponeses envolvidos no episódio. Porém, isso também deixou claras as divergências internas do partido, principalmente, quando observado o modo de operação divergente entre as direções estadual e nacional do PCB durante o conflito.

Quanto ao Partido Comunista, embora legalmente proscrito, era atuante, mas é necessário distinguir aqui o comportamento dos dirigentes estaduais da atuação dos líderes nacionais. Enquanto o Comitê Estadual do PCB, sob a firme liderança de Abrão Isac Neto, se empenhou a fundo na luta e tudo fez em defesa dos posseiros, o Comitê Central a princípio tentou minimizar a importância do problema e não teve sensibilidade para avaliar o alcance e a potencialidade do movimento. Em vez da ajuda efetiva reclamada pelos comunistas de Goiás, a direção nacional mandava seus ‘assistentes’ cheios de recomendações paternalistas: ‘Cuidado, companheiros. O posseiro tem mentalidade pequeno-burguesa. Tão logo consiga a terra ele se acomoda e passa para o outro lado.’ A subestimação foi tanta que, no momento em que mais necessária era a presença entre os posseiros de pessoas qualificadas para o trabalho político, o C.C. retirou de Goiás dois dos melhores militantes: Geraldo Tibúrcio foi exercer o burocrático cargo de Presidente de uma organização de cúpula – a ULTAB, e Declieux Crispim foi dirigir o semanário ‘Terra Livre’, ambos passando a residir na cidade de São Paulo” (ABREU, 2002, p. 799-80).

O apontamento acima mostra as divergências dentro do próprio PCB no trato com as questões agrárias do Brasil, naquele período. No entanto, apesar das divergências, o PCB continua buscando ampliar sua atuação dentro do campesinato brasileiro, e a partir da decisão de focar sua atuação na organização de sindicatos camponeses em todo o território nacional, o PCB se torna o principal responsável pela criação de sindicatos no país. Como podemos ver no apontamento feito por Alves (2010, p. 12):

Esta posição do PCB fez, como dito acima, com que este se torne grande impulsionador da criação de sindicatos rurais. Entretanto, a emergência do PCB na organização de trabalhadores acabou por trazer para aquela disputa um novo ator: a Igreja, que passou a mostrar preocupação com o aumento da influência dos comunistas sobre os trabalhadores do campo e da cidade. Dessa forma, o PCB passou a rivalizar com a Igreja o incentivo à expansão dos sindicatos rurais. Esta última tentou inclusive tomar do PCB a direção da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), criada em dezembro de 1963. Entretanto, a forte presença deste na ULTAB acabou por limitar as possibilidades da Igreja de coordenar a confederação de trabalhadores à época.

Nesse momento da História, o PCB já não está sozinho nesta empreitada, uma vez que a Igreja católica também busca arregimentar para si a organização camponesa, e vai ser dentro desse contexto de disputa pelo controle do camponês brasileiro que vai surgir a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Segundo Ramos (2010), após duas tentativas frustradas da Igreja católica em tentar criar a CONTAG, “Coube ao Ministério do Trabalho e à Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), organizar a reunião que resultou na efetiva formação da CONTAG”. Esta reunião ocorreu em dezembro de 1963.

É com o processo de institucionalização do sindicalismo rural, pela ação da ULTAB, da Igreja, mas principalmente pela ação do Estado, que surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 22 de dezembro de 1963, sendo reconhecida em 13 de janeiro de 1964 pelo Decreto Presidencial 53.517. Tal Confederação sindical é produto das condições políticas do país e também das forças políticas que atuavam internamente no movimento camponês. É um marco histórico do sindicalismo de Estado. Após duas tentativas frustradas de fundação da CONTAG por parte dos setores reacionários da Igreja Católica, a entidade nacional é fundada em uma reunião patrocinada pelo próprio governo Goulart, através do Ministério do Trabalho e da Comissão Nacional de Sindicalização Rural – CONSIR (RAMOS, 2010, p. 33).

Notadamente, nesse momento, são muitos os envolvidos na questão da terra no Brasil, são várias as classes que buscam defender seus interesses sobre a apropriação, e uso da terra em nosso país. Nessa luta de múltiplos interesses, as instituições políticas e religiosas, tentam ganhar para si o apoio dos camponeses, como podemos ver no apontamento a seguir:

Vários interesses de classe se expressam em linha direta com as formas de apropriação da terra. Mesmo as forças conservadoras abrigadas no aparelho estatal fazem da questão da terra sua forma de intervenção social, sobretudo para desarticular e reprimir a luta pela terra pela reforma agrária. É, portanto, em meio a essa emergente situação de conflitos sociais que sobressai, nem sempre com projetos claros e com capacidade de unificação das práticas, a ação da Igreja Católica, do Partido Comunista e do próprio Estado, procurando capitanear as reações dos trabalhadores rurais (PESSOA, 1999, p. 53).

É importante notarmos que, nesse momento, no que tange à disputa pelo comando do órgão máximo de representação sindical campesina, “No caso da CONTAG, constataram-se embates entre ULTAB, a AP e setores da Igreja Católica, ligados aos Círculos Operários Cristãos, pela hegemonia na composição da diretoria do novo órgão” (Ramos 2010, p. 69). Sendo que ao final, o PCB acabou se sobressaindo na disputa, uma vez que “A chapa vencedora resultou de uma aliança entre a AP (Ação Popular) e a ULTAB, representando a derrota do sindicalismo cristão ligado aos Círculos Operários” (RAMOS, 2010, p. 68).

A definição do PCB de optar pelo caminho da legalidade passa a ser hegemônica dentro do partido em 1958, quando implementou novas diretrizes que, embora fortalecessem a importância da reforma agrária, ao contrário do período anterior, passou a considerar a possibilidade de realizar uma revolução dentro dos limites da legalidade, combinando ações “parlamentares” e “extraparlamentares” (MARTINS, 1983, p. 84-85). A liderança do partido promoveu novas mudanças, que resultaram no afastamento do PCB das Ligas Camponesas. O partido passou a dar maior ênfase aos trabalhadores rurais assalariados e semi-assalariados, distanciando-se do grupo que constituía a maioria no movimento liderado por Julião. Além disso, a defesa da reforma agrária passou a ser encarada como um processo que poderia ser implementado de maneira gradual, em contraste com a visão de Julião, que defendia uma reforma agrária “na lei ou na marra” (ALVES, 2010, p. 11-12).

Essa atitude do PCB encerra aquela que poderia ser chamada de primeira fase das Ligas Camponesas. A partir daí, inicia-se aquele que seria o segundo período de articulação das Ligas Camponesas, que abrange o intervalo de 1955 a 1964, onde observou-se uma atuação independente em relação ao Partido Comunista, frequentemente marcada por notáveis divergências políticas. Essas discordâncias, em grande parte, estavam relacionadas à organização das massas trabalhadoras rurais e ao programa político.

Enquanto as Ligas Camponesas conscientemente adotavam uma abordagem de organização independente do Estado e defendiam um programa mais combativo, encapsulado na célebre palavra de ordem defendida por Julião: “Reforma Agrária, na lei ou na marra”; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em nível nacional, mantinha uma postura político-

ideológica mais alinhada ao legalismo, e ao reformismo (Santos, 2007). Defendendo, portanto, uma aliança com a burguesia nacional, e a busca de espaços dentro da legalidade, principalmente através da participação de seus membros dos pleitos eleitorais (AZEVEDO, 2014, p. 84).

Nesse contexto, as Ligas Camponesas adotaram uma postura combativa, que se destacou justamente quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB), começou a abraçar uma abordagem mais legalista e "democrática", como evidenciado nas Declarações de março de 1958. As Ligas orientaram suas estratégias de luta reivindicativa na direção de uma ruptura revolucionária armada no Brasil. Eles não consideravam a possibilidade de conciliação de classes, com a burguesia e o latifúndio. A famosa palavra de ordem "reforma agrária, na lei ou na marra" reflete claramente um afastamento significativo da concepção legalista que confiava no Estado como um "protetor" (AZEVEDO, 2014, p. 84).

Dentro do contexto que vimos acima, é possível concluir que, mesmo tendo sido o precursor da organização campesina no Brasil, ao optar pela via da sindicalização do trabalhador do campo, o PCB vai perder muito de seu domínio sobre esse trabalhador, e praticamente deixará de ter qualquer influência tanto na organização, quanto nas ações implementadas pelas Ligas Camponesas, abrindo espaço para que uma nova organização passe a controlá-las.

3.2 AS LIGAS DE JULIÃO

Como vimos acima, as Ligas Camponesas têm sua origem dentro do PCB. Esse período pode ser determinado como o primeiro período das Ligas Camponesas, e se estende por uma década: de 1945 a 1955. Já o segundo período de articulação das Ligas Camponesas vai abranger o intervalo de 1955 a 1964, e destaca-se pela notável independência em relação ao Partido Comunista. Em diversos momentos, essa independência se manifesta de maneira explícita, especialmente no que diz respeito à política imposta pelo partido, evidenciando divergências significativas quanto à organização das massas trabalhadoras rurais e ao programa político proposto.

Enquanto as Ligas Camponesas adotavam conscientemente uma forma de organização independente, alheia à tutela estatal, e promoviam um programa mais combativo, expresso na emblemática palavra de ordem "Reforma Agrária, na lei ou na marra", o Partido Comunista Brasileiro (PCB) adotava, em âmbito nacional, uma postura legalista e reformista. Segundo

Santos (2007), o PCB, na época, defendia uma linha política que priorizava o legalismo e o reformismo, abraçando a ideia de aliança com a burguesia nacional, e elegendo a participação eleitoral como estratégia central. Essa distinção ideológica e estratégica entre as Ligas Camponesas e o PCB, desponta como um aspecto crucial desse período. Tal contraste, delineado por diferentes abordagens em relação à transformação social, evidencia não apenas a autonomia das Ligas Camponesas, mas também a sua postura mais radical em busca da reforma agrária (AZEVEDO, 1982, p. 84).

O que motivou essa nova fase das Ligas Camponesas, foi a expulsão de pequenos produtores de áreas anteriormente arrendadas nos antigos engenhos de Pernambuco. Essas áreas foram cedidas aos agricultores após uma diminuição do interesse na produção de cana-de-açúcar. No entanto, a partir da metade da década de 1950, a cana voltou a ser uma cultura valorizada, resultando na reivindicação dessas terras de arrendamento pelos antigos senhores de engenho, especialmente para a expansão da plantação de cana (MEDEIROS, 1982, p. 49-50).

Dessa forma, no ano de 1955, iniciou-se um novo ciclo na história das Ligas Camponesas, quando o advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião, toma conhecimento da situação dos foreiros no Engenho Galileia, decidindo engajar-se na causa ao lado dos "galileus". Julião, conhecido por sua defesa em várias causas camponesas, destaca-se agora ao abraçar uma causa coletiva, reconhecendo nela um notável potencial de desenvolvimento (BASTOS, 1984, p. 20).

Conforme observado por Souza (1982), nesse momento crucial, a principal preocupação de Julião consistiu em estabelecer uma base jurídica sólida para a Sociedade de Amparo aos Pobres Pecuaristas e Plantadores (SAPPP). Este movimento visa, posteriormente, possibilitar a inserção da luta dos camponeses em um processo jurídico estruturado. Dessa forma, a atuação de Julião transcende o escopo de causas isoladas, refletindo uma estratégia para conferir legitimidade e efetividade às demandas dos camponeses (BASTOS, 1984, p. 20).

O início da nova fase das Ligas Camponesas foi marcado por um forte traço legalista, protegendo por meio da justiça, os arrendatários que estavam ameaçados de expulsão pelos antigos senhores de engenho. A defesa da reforma agrária, somente se consolida entre as prerrogativas das Ligas a partir da década de 1960, quando estas passam a ser reconhecidas em outros pontos do país. A defesa da reforma agrária deriva da busca das Ligas pelo reconhecimento do campesinato como importante força nas transformações necessárias ao país. Dessa forma, defendiam um forte combate ao latifúndio, com vistas ao fim de todas as formas

de exploração do trabalhador rural, e um processo de distribuição da terra às populações camponesas (MEDEIROS, 1982, p. 52).

Como já observado acima, embora as Ligas Camponesas tenham surgido no Brasil no início dos anos 40, sob a tutela e orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), somente vão atingir seu auge na atuação em prol dos movimentos sociais camponeses em 1955, sob a liderança de Francisco Julião⁹. Foi neste ano que a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco foi criada, sendo posteriormente designada como "Liga Camponesa da Galileia". A iniciativa de formar essa sociedade civil beneficente de ajuda mútua partiu dos próprios moradores do Engenho Galileia.

De acordo com as palavras do próprio Julião em seu livro "Camponeses Brasileiros", a criação da Liga Camponesa da Galileia foi uma resposta às ameaças de despejo que recaíam sobre essas pessoas, que se uniram para lutar pela permanência nas terras em que viviam localizadas no município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife.

Fazemos questão de esclarecer, para dissipar qualquer dúvida persistente, que não houve qualquer envolvimento meu na fundação da referida sociedade, que serviu de inspiração para a criação de outras organizações atualmente espalhadas pelo Nordeste e diversas regiões do país. Essa sociedade civil de assistência mútua tinha como objetivo principal estabelecer uma escola primária, e criar um fundo para adquirir caixões de madeira destinados às crianças que enfrentavam taxas alarmantes de mortalidade na região. O estatuto da sociedade também menciona objetivos mais amplos como aquisição de sementes, inseticidas, ferramentas agrícolas, bem como a busca de ajuda governamental e assistência técnica. (JULIÃO, 2011, p. 7).

No Engenho Galileia, residiam, naquela época e ainda hoje, cerca de 140 famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas. No entanto, as autoridades negaram-lhes o direito de ter uma professora e o proprietário do latifúndio - apesar de ter filhos com diplomas, graças às taxas extorquidas anualmente dos residentes locais - não cumpria o mandato da Constituição Federal, que prevê que todo estabelecimento agrícola com mais de cem trabalhadores forneça educação gratuita para esses trabalhadores e seus filhos. De maneira humilde, os camponeses da Galileia, após a formação da diretoria da sociedade, incluindo cargos como presidente, vice-

⁹ Francisco Julião Nascido em Recife em 1915, foi advogado de camponeses durante os anos 1940-50. Eleger-se deputado estadual pelo PSB em 1954 e 1958 e deputado federal em 1962. Com o golpe militar, teve de exilar-se no México, em 1965. Voltou ao país em 1979 e candidatou-se a deputado constituinte, em 1986, pelo Partido Democrático Trabalhista, mas não foi eleito. Voltou para o México, onde morreu em 1999 (Grinberg, 2018, p. 151).

presidente e tesoureiro, convidaram o próprio senhor do engenho para assumir o cargo de presidente de honra. Houve uma cerimônia de posse solene e o proprietário de terras ficou satisfeito, uma vez que era o único na região a receber essa homenagem dos foreiros que eram por ele explorados (JULIÃO, 2011, p. 7)

A sociedade em questão acabou sendo conhecida como "Liga Camponesa", em uma referência às Ligas fundadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora a intenção inicial ao dar esse nome à instituição fosse uma maneira de nominar o movimento de forma pejorativa, o resultado foi exatamente o oposto.

Os agricultores adotaram essa denominação, o que acabou por estimular o surgimento de numerosos movimentos de agricultores. Esses movimentos buscavam não apenas o direito à terra, mas também melhores condições de trabalho, maior reconhecimento de seus direitos sociais, e a redução das pesadas taxas de arrendamento. Como podemos ver a seguir no apontamento feito por Santos (2017, p. 276):

O movimento de pequenos lavradores desencadeado a partir de meados da década de 1950, no interior de Pernambuco, conquistaria em pouco tempo ampla repercussão não só no estado como em boa parte do território brasileiro. As iniciativas de protesto e as formas de pressão dos foreiros do Engenho da Galileia serviam de inspiração para trabalhadores agrícolas da Paraíba, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais empunharem com decisão a bandeira da Reforma Agrária. Tal movimento ficaria conhecido pelo nome de Ligas Camponesas, tendo o advogado e deputado pernambucano Francisco Julião como seu maior expoente, o qual teria sido também o de membros do movimento revelavam a sua disposição ao uso da força, isto é, o emprego das armas de modo a verem atendidas suas reivindicações se fosse preciso. Suas ações e falas (notadamente as de Julião) teriam exercido um grande fascínio em largas camadas não só dos trabalhadores rurais como também da intelectualidade urbana de esquerda. Não à toa, uma das primeiras iniciativas dos militares logo após o Golpe de 1964, foi justamente fechar as Ligas Camponesas e perseguir tenazmente os seus principais líderes.

Ao procurarem a ajuda de Julião, os agricultores vão encontrar o apoio que necessitam para implementar sua luta em busca de direitos. Julião já atuava há muitos anos na defesa de camponeses, mas de forma isolada, e esta vai ser a primeira oportunidade que terá de defender de forma coletiva um grupo de agricultores. No livro *Camponeses Brasileiros*, Julião descreve o encontro com os camponeses que o procuram em busca de amparo jurídico e político para sua causa, que neste momento, é a de permanecer nas terras que ocupam, já que estavam sendo ameaçados de despejo. Julião (2011, p. 277) descreve os fatos desta forma:

Depois de passarmos mais de dez anos mantendo contatos isolados com camponeses, como simples advogado, no recinto fechado dos pretórios, diante de juízes bitolados pelo Código Civil, era aquela a primeira vez que nos víamos em frente a um grupo de camponeses, debatendo com eles a melhor forma de lutar pela sua permanência na

terra, contra o feudalismo que os sufocava. Acabávamos de receber um mandato de deputado à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Dispúnhamos de duas tribunas – a judiciária e a política.

Neste momento se inicia uma nova etapa na luta camponesa no estado de Pernambuco, o que acaba por incentivar a criação de centenas de movimentos que vão adotar a denominação de Ligas Camponesas. Todos sob uma mesma bandeira, buscaram primeiro a garantia dos direitos básicos, muitos dos quais já estabelecidos por leis, mas que não eram cumpridos pelos latifundiários e, depois, partiram para a busca pelo direito de possuir um pedaço de terra que pudessem chamar de seu. Como podemos ver apontado por Motta e Steves (2006, p. 9):

Para os camponeses, o ocorrido no Engenho da Galileia tornou-se o primeiro passo para a realização do sonho da reforma agrária em várias “galileias” do país. No entanto, o ardil constitucional que impunha que a desapropriação só podia ocorrer mediante indenização em dinheiro tornava inviável na prática a generalização da decisão judicial encontrada para o caso do citado engenho.

Após a conquista da SAPPP com a desapropriação do Engenho Galileia em 1959, as Ligas subsequentes passaram a ir além das melhorias nas condições de trabalho para os camponeses. Eles começaram a se preocupar também com o acesso à terra, que se tornou mais difícil devido à crescente concentração fundiária no Nordeste na época. Essa preocupação ampliada refletiu não apenas a vitória da SAPPP, mas a necessidade de abordar a distribuição desigual de terras de maneira mais abrangente. Assim, as Ligas expandiram suas ações para lidar com as questões imediatas e estruturais relacionadas à terra (VICTOR, 2022, p. 204).

A partir deste momento, as Ligas Camponesas se espalham por todo o Nordeste, e avançam Brasil adentro. Entre as principais ações que levam ao avanço das Ligas esta, com certeza, a vitória obtida na Galileia. Tal conquista dá esperanças a milhares de agricultores que, naquele momento, vivem situações parecidas aos agricultores que viviam na Galileia, ou seja, sofrem com ameaças de serem expulsos das terras em que vivem. Junta-se a isto o fato de que as Ligas, através de sua assessoria jurídica, oferecem todo o apoio que os movimentos filiados a elas necessitam, dando assim mais confiança para que os agricultores Sem-terra busquem reivindicar o direito à terra, como podemos ver na citação de Motta e Steves (2006, p. 8-10):

De fato, a desapropriação do Galileia foi manchete de jornais de várias capitais do país, demonstrando a importância então adquirida por aquela Liga. Para os setores mais conservadores, a decisão judicial teve como efeito a propagação de um movimento subversivo e o desrespeito à propriedade particular. Temia-se a ampliação da experiência para outros estados tendo em vista que na maior parte deles

organizações de trabalhadores rurais travavam lutas intensas reivindicando a posse da terra, o que poderia desencadear uma avalanche de desapropriações por todo o país.

No entanto, devemos frisar que a burguesia agrária de forma alguma aceitou o desfecho ocorrido na Galileia. Isso fica claro quando observamos uma publicação feita no jornal “O estado de São Paulo” que, em um editorial intitulado “Demagogia e Extremismo”, vai apontar a posição da burguesia nacional sobre a desapropriação e distribuição das terras da Galileia, como podemos ver no apontamento a seguir:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galileia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria como foi considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos [...]. O movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de oficinas, com o apossamento violento das fábricas, com assaltos a casas de residências, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o Governo pernambucano incentivou foi a revolução (Jornal: O Estado de São Paulo 18 de fevereiro de 1960 - primeiro caderno).

Foi dessa forma, através da resistência e da luta implementada pelos galileus, que as Ligas Camponesas de Julião se fortaleceram. Agora não apenas uma esperança, mas sim uma realidade que se impôs com uma vitória tanto no campo jurídico quanto no campo político, demonstrando a dimensão do exagero apresentado no editorial acima, que expressava a preocupação da burguesia agrária que viu surgir dentro do camponato a esperança de que era possível, através da organização vencer o latifúndio. Portanto, a desapropriação da Galileia, além da vitória com a conquista da terra, também representava uma vitória que simbolizava a esperança para todo camponês explorado no Brasil, de também conquistar seu pedaço de terra (SANTIAGO, 2001).

A partir do triunfo da Galileia, observou-se um aspecto significativo: a expansão das ligas para outros estados, principalmente Paraíba e Rio Grande do Norte. Posteriormente, quadros pernambucanos das ligas passaram a atuar em várias partes do Brasil, entre elas os estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul. Essa expansão, embora impulsionada pelo sucesso da Galileia, também teve outro fator motivador adicional: o fato de que embora as ligas tenham sido originalmente criadas por dissidentes do PCB, mesmo após Julião assumir o comando das mesmas, e conseqüentemente se afastar do Partidão, sua estrutura aberta permitiu a continuação da participação de militantes do partido em sua organização (GRINBERG, 2018, p. 254-55).

No entanto, devemos salientar que a partir desse ponto as ligas estabeleceram uma separação definitiva do PCB, desencadeando uma fratura interna na organização. Francisco Julião, mesmo proferindo discursos enaltecendo a Revolução Cubana, como fez durante o lançamento do Movimento Tiradentes em Ouro Preto, em 21 de abril de 1962, e defendendo a reforma agrária “na lei ou na marra”, também apoiava a formação de sindicatos e não abriu mão de participar das disputas eleitorais. Nesse contexto, lançou-se como candidato a deputado federal e promoveu a realização de candidaturas a deputados nos estados da Bahia, Paraíba e Paraná. Esse movimento de Julião alinhando-se com a arena política eleitoral reflete uma nova dinâmica na trajetória das ligas, marcando não apenas uma ruptura ideológica com o PCB, mas também uma busca ativa pela participação e influência no cenário político, por meio do sistema eleitoral (GRINBERG, 2018, p. 256-57).

Para que possamos entender a importância alcançada pelas ligas de Julião, é relevante que apontemos o seguinte: “o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, preparava-se para visitar a cidade de Sapé antes de ser assassinado em novembro de 1963” (Mello, 2008, p. 213). Esse episódio evidencia a magnitude da preocupação dos Estados Unidos, em conjunto com setores da direita brasileira, em relação às Ligas Camponesas. Fica claro que houve uma inquietação significativa para evitar que a região Nordeste se transformasse em uma espécie de “Cuba”. Essa atenção especial por parte dos Estados Unidos e dos setores conservadores no Brasil, ressalta o impacto e a relevância que as Ligas Camponesas alcançaram.

3.3 A IGREJA CATÓLICA

Quando o assunto é a terra e a sua posse, a Igreja, desde o início de sua presença nas colônias portuguesas na América, destacou-se por práticas pastorais ambíguas em relação aos direitos e valores em relação a isso, especialmente no trato com os indígenas. Inicialmente, desenvolveu uma postura afirmativa em relação a esses povos, mas ao longo do tempo, essa abordagem evoluiu para uma visão mais negativa. A Igreja passou de uma atitude de apoio aos indígenas para uma involução, considerando os habitantes rurais como suscetíveis a heresias bárbaras de líderes fanáticos como Antônio Conselheiro e os frades do Contestado. A instituição eclesiástica, em sua maioria comprometida com os interesses do Estado e instalada na opulência dos ricos, passou a encarar as questões sociais como demandas por caridade. Isso resultou na criação de uma engrenagem cujo objetivo era a distribuição de esmolas. Essa visão da Igreja vai perdurar até a década de 1960 (SILVA, 2015, p. 4).

A entrada da Igreja Católica na disputa pelo controle das massas camponesas, especialmente dos pobres e Sem-terra, no Brasil na década de 1960, foi impulsionada por diversos motivos, sendo o principal deles, com certeza, a necessidade de conter o avanço do comunismo representado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião. Tanto o PCB quanto as ligas buscavam, cada um a sua maneira, cooptar para si as massas camponesas, como já foi apontado anteriormente quando abordamos as atuações destas na defesa do campesinato tanto na organização dos movimentos camponeses quanto na formação de sindicatos rurais.

O temor da propagação do comunismo, e a aliança crescente das Ligas Camponesas em busca de melhores condições de trabalho para o camponês, e sua crescente mobilização pela reforma agrária “na lei ou na marra”, somada a forte atuação do PCB na formação de sindicatos rurais, foram fatores preponderantes que levaram a Igreja Católica a se engajar de maneira mais ativa na organização camponesa. A instituição observa a importância de intervir mais ativamente junto a massa camponesa, para manter sua influência sobre as comunidades rurais, evitando, assim, a perda crescente de fiéis, que eram atraídos para movimentos camponeses de cunho políticos sociais considerados ameaçadores. Segundo Alves (2010, p.12):

A entrada da Igreja nas disputas no campo brasileiro se deu em grande medida, como foi dito, diante do avanço do PCB. Para os representantes da Igreja somente a fixação do trabalhador rural no campo impediria que ele fosse aliciado pela crescente presença do comunismo. O homem expropriado de sua terra e obrigado a procurar emprego na cidade tornava-se “alvo fácil” para a propaganda comunista. Dessa forma, a entrada da Igreja nas disputas em torno da reforma agrária tinha como objetivo o aumento do número de pequenos proprietários que, por sua vez, garantia-lhe duas vantagens: a defesa da propriedade privada e também continha a expansão do comunismo.

A Igreja Católica¹⁰, percebe que está perdendo sua influência predominantemente nas comunidades de agricultores Sem-terra em todo o país. Essa constatação surge à medida em que a Igreja identifica uma ameaça à sua hegemonia no controle sobre a população camponesa, que, na época, constitui a maior parcela da população brasileira. Diante desse cenário, a Igreja decide buscar seu espaço de influência nesse contexto.

¹⁰ Sobre a atuação da igreja em relação à reforma agrária na década de 1960 ver: RODHEGUERO, Carla, Simone. O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998). TEDESCO, João Carlos; SILVA, Emerson Neves da. Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980). Cadernos do DECOM, Chapecó, v. 33, n. 52, p. 105-121, jun/2020. BASSANI, Paulo. Frente Agrária Gaúcha: ação política e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

Nesse período, a população camponesa tornou-se um campo de disputa acirrada, com a Igreja Católica ingressando na luta pela organização dos camponeses. Isso a coloca diretamente em confronto com outros atores, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas, também conhecidas como "Ligas de Julião". No Rio Grande do Sul, a Igreja ainda tem que enfrentar uma nova ameaça à sua hegemonia dentro do campesinato gaúcho, que vem com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER).

Sobre as ações da Igreja católica Stedile (2005)¹¹ e Tedesco e Silva (2020) vão nos trazer pontos focais, em que é possível analisar momentos específicos nas décadas de 1950 e 1960, em que a Igreja Católica busca desempenhar um papel central na organização da reforma agrária no Brasil. Ambos os trabalhos fazem apontamentos que nos permitem compreender a preocupação da Igreja, com o avanço comunista sobre aquela que neste momento da história era a maior parcela da população brasileira, "os camponeses", e também as ações movidas pela Igreja católica para interromper tal ação.

A primeira proposta formulada pela Igreja católica para tentar combater o avanço "comunista" no campo, vem da primeira semana ruralista da diocese de Campanha, em Minas Gerais. É uma proposta conservadora, e que tem por objetivo mais que ajudar os camponeses Sem-terra, buscar resolver um problema que vinha afligindo de forma parecida tanto a Igreja católica, quanto os fazendeiros: a perda do controle sobre a massa trabalhadora rural. "A preocupação do bispo era de que os trabalhadores, indo para as grandes cidades, se tornassem comunistas. E a preocupação dos fazendeiros era com a perda da mão de obra barata" (Stedile, 2005, p. 29).

Foi sob o comando do bispo Dom Inocêncio Engelke, de Campanha - Minas Gerais, que, em 1950, é implementada a primeira iniciativa de reforma agrária da Igreja católica no Brasil, com o documento intitulado "Conosco, sem nós, ou contra nós, se fará a reforma agrária". Esse documento sistematizou as deliberações da Primeira Semana Ruralista da Diocese de Campanha, que reuniu 60 párocos rurais, 250 fazendeiros, mais de 270 professores rurais, religiosos e religiosas. A proposta destacou a importância de melhorar as condições de vida da população rural, enfatizando a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas agrícolas, e o acesso à propriedade privada. Alertando para o risco iminente da influência de agitadores nas áreas rurais, o documento sentenciava: "Já perdemos os trabalhadores das cidades.

¹¹ Sobre o tema ver: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. TEDESCO, João Carlos; SILVA, Emerson Neves da. Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980). Cadernos do CEOM Chapecó, v. 33, n. 52, p. 105-121, 2020.

Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural" (CNBB, 1981 a, p. 43-53 Apud STEDILE, 2005, p. 35 e TEDESCO e SILVA, 2020, p. 108)¹².

Como podemos ver, a preocupação da Igreja era a de defender seus próprios interesses, isso fica mais claro quando observarmos quem foram os participantes desta primeira semana ruralista, que também foram os formuladores da primeira proposta de reforma agrária da Igreja. Resumidamente: o que fez a Igreja nesse momento foi formular uma proposta que se destinava ao campesinato sem, no entanto, contar com a presença daquele que era o maior interessado na proposta, ou seja, o camponês.

Como vimos acima, a Igreja Católica encontra diversas razões para se envolver na disputa pelo controle da organização camponesa no Brasil. Contudo, essa participação não implica necessariamente que os próprios camponeses tenham voz ativa, ou participação significativa na formulação das ações realizadas pela instituição em relação aos agricultores Sem-terra.

Mesmo não possibilitando uma efetiva participação do camponês em suas tomadas de decisões, alguns setores da Igreja católica vão promover ações em favor do campesinato, na tentativa de contrapor a influência comunista nos movimentos rurais. Para isso, diversas estratégias foram implementadas, incluindo a atuação do Movimento de Educação de Base, da Juventude Agrária Católica (JAC) e da FAGO. Um exemplo concreto desse engajamento foi a implementação de medidas de reforma agrária em propriedades eclesiásticas, como na fazenda Conceição, localizada no município de Corumbá (Pessoa, 1999, p. 56). Além disso, Dom Hélder Câmara, teve participação destacada para facilitar a distribuição de 56 parcelas de terras destinadas aos agricultores, abrangendo uma área total de 1.056 hectares. Dentro desses projetos, a Igreja não apenas forneceu apoio financeiro, técnico e organizacional, mas também estimulou a criação de cooperativas, e a adoção de abordagens coletivas para a exploração das terras. No entanto, é importante ressaltar que os resultados obtidos não alcançaram as expectativas esperadas, levando ao encerramento do projeto durante o ano de 1966 (BORBA 2013, p. 137).

Outra iniciativa implementada pela Igreja Católica na sua busca por arregimentar um apoio mais robusto, para enfrentar as iniciativas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e as Ligas Camponesas, foi a busca de parcerias com entidades que compartilham o mesmo objetivo.

¹² A CNBB, foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em 1977 teve sua sede transferida para Brasília. Pertencem a CNBB todos os Bispos diocesanos do Brasil e os que, segundo o direito, são equiparados a estes, juntamente com os Bispos coadjutores, auxiliares e outros Bispos titulares incumbidos de encargos especiais no mesmo território, designados pela Sé Apostólica ou pela Conferência dos Bispos.

Principalmente, na fundação de sindicatos rurais, que atuavam de forma a conter a crescente influência da chamada "onda vermelha" que se propagava nas áreas rurais. Esse esforço de colaboração, reflete a necessidade percebida pela Igreja de fortalecer sua posição, e mobilizar recursos adicionais, para resistir aos desafios políticos e sociais apresentados pelo PCB e pelas Ligas Camponesas, desta forma um dos atores que atuam neste combate são agências do governo americano, como podemos ver a seguir:

Além de setores da Igreja Católica, outro ator desempenhou papel primordial na reestruturação do sindicalismo rural: agências norte-americanas instaladas em distintas regiões do país. A presença de programas e instituições norte-americanas no campo remonta aos anos de 1940 e 1950, quando foram implementados cursos de alfabetização e treinamento profissional para populações rurais, contando, inclusive, com o apoio da Igreja Católica (RAMOS, 2010, p. 81).

O que ocorre é que a Igreja Católica está profundamente preocupada com a possibilidade de perder fiéis, especialmente para movimentos comunistas que ganharam adeptos em todo o mundo, incluindo o Brasil, revelando a complexidade do contexto social e político da época. Esse temor não apenas sublinha a rivalidade ideológica entre a Igreja Católica e o comunismo, mas também sugere uma estratégia de retenção de seguidores por meio do envolvimento ativo na questão agrária, uma vez que a massa camponesa, era vista como um terreno fértil para a disseminação de ideologias. Segundo Tedesco e Silva (2020, p. 110):

Contudo, as considerações da Igreja Católica sobre a reforma agrária, diante da crescente influência do Partido Comunista e das Ligas Camponesas no interior do nordeste brasileiro, a partir de 1961, ressaltam o caráter defensivo da Igreja, cuja preocupação central de manter sua influência na sociedade torna secundária a preocupação com a questão agrária.

Podemos dizer que a atuação da Igreja Católica para intervir na organização camponesa, não está relacionada ao interesse de auxiliar o camponês pobre do Brasil, mas sim na busca pelo controle do mesmo, em um período de transformações significativas no cenário global e nacional.

Dessa forma, mesmo intensificando seu envolvimento com os agricultores Sem-terra, e permitindo a participação destes nas discussões sobre a reforma agrária, a Igreja, aprofunda sua defesa em prol do direito à propriedade. Nesse momento, embora a Igreja Católica envolva-se na defesa dos agricultores Sem-terra, também deixa claro que sua maior preocupação está relacionada em reforçar sua postura em favor da preservação do direito à propriedade.

Assim, a Igreja católica, equilibra sua proximidade com os agricultores Sem-terra na defesa do direito à propriedade, fornecendo uma complexidade intrínseca nas posições da instituição diante das questões agrárias no Brasil, durante esse período.

Essa amplitude de atuação da Igreja Católica, abrangendo tanto a defesa dos agricultores Sem-terra quanto a preservação do direito à propriedade, destaca a tentativa da instituição, de encontrar um equilíbrio entre diferentes perspectivas e demandas no cenário agrário brasileiro. O engajamento da Igreja nesse debate, não reflete apenas as complexidades da questão agrária, mas também revela a dinâmica em constante evolução do papel da Igreja na sociedade brasileira da época. Como podemos ver no apontamento a seguir feito por Stedile (2005, p. 64):

É urgente e indeclinável dever do Estado defender a propriedade. “Possuir singularmente bens como seus é direito dado ao homem pela natureza” (Leão XIII, *Rerum Novarum*). De outro lado, “não é lícito à consciência cristã admitir como justa uma ordem social que, em máxima parte, nega ou torna praticamente impossível ou vão o direito natural de propriedade tanto dos bens de consumo quanto de produção” (PIO XII, *AAS*, 1944 p. 252).

Apesar de também expressar críticas ao capitalismo, a ênfase de seus ataques recai sobre o comunismo e o socialismo, os quais a Igreja percebe como ameaças significativas. Em suas análises, a Igreja confrontou essas ideologias, retratando-as como movimentos que potencialmente eliminariam todas as formas de propriedade privada.

Dessa forma, a Igreja se posiciona contra o comunismo e o socialismo, argumentando que tais correntes ideológicas guiaram os agricultores a se tornarem servos do Estado, mantendo-os sem o direito à posse da terra. Essa postura da Igreja ilustra não apenas suas críticas as ideologias mencionadas, mas também sua visão de que tais movimentos poderiam resultar na supressão dos direitos individuais, incluindo à posse de propriedades.

Ao concentrar seus esforços no combate ao avanço do comunismo e do socialismo, a Igreja revela sua posição central na defesa da propriedade privada e na preservação dos direitos dos indivíduos dos agricultores. Essa abordagem enfoca não apenas as preocupações da Igreja com o cenário político e ideológico da época, mas também a complexidade de suas posições diante das questões agrárias no Brasil. Sobre essa preocupação, Stedile (2005, p. 63) nos traz o seguinte apontamento:

O socialismo e o comunismo propõem-se resolver tais problemas, mas com sacrifício do homem, a quem recusam simplesmente toda e qualquer porção de terra, pequena ou grande. O capitalismo, a seu turno, quer dar-lhes solução também com sacrifício do homem pelo favorecimento do latifúndio, como base de uma revolução industrial, já agora na agricultura, realizada a qual a propriedade da terra produtiva passará a

opacas e impessoais companhias e sociedades, com dimensões proporcionadas às de seus domínios territoriais.

A respeito da atuação da Igreja e suas intenções, Montenegro (2003), no livro *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Luta*, se posiciona da seguinte forma sobre a formação dos sindicatos rurais organizados pela Igreja, que, com isso, buscava se firmar na organização do campesinato, e também enfraquecer as Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Por um lado, o estudo da acirrada disputa que se estabeleceu entre a Igreja Católica, setores da esquerda (fundamentalmente o Partido Comunista) e as Ligas Camponesas, pela hegemonia na condução das lutas sociais que começavam a eclodir no meio rural em Pernambuco. Nesse aspecto, além de estabelecer as linhas dessa disputa, procuro analisar como a Igreja Católica teve um papel decisivo na criação dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho, antes do golpe civil-militar. A formação dos sindicatos rurais foi um meio de enfraquecer as Ligas Camponesas, as quais eram associações civis criadas no vazio deixado pela legislação, que dificultava a fundação dos sindicatos no campo (MONTENEGRO 2003, p. 24).

Embora a predominância dentro da Igreja Católica seja no sentido de se preservar o direito à propriedade privada, pondo obstáculos no caminho da reforma agrária, se faz necessário apontarmos que nem todos os setores da instituição nutriam, em sua gênese, esse sentimento, pois alguns setores da Igreja defendiam de forma explícita a reforma agrária e a distribuição de terra para os camponeses, como podemos ver no apontamento a seguir retirado da obra de Carlos Alberto Vieira Borba (2013, p. 139):

Mas, na Igreja católica, também havia setores mais progressistas que divergiam das iniciativas da FAGO e dos grupos dentro da Igreja que aproximavam de um projeto para a questão agrária que ia ao encontro das classes dominantes. As propostas de reforma agrária, defendidas pelo padre dominicano Frei Carlos Josaphat, expõem essas divergências.

Outra entidade que surgiu dentro da Igreja Católica, e que se destacou por apresentar diretrizes distintas daquelas seguidas pelos Círculos Operários Cristãos, foi a Ação Popular (AP). Essa organização teve sua origem no engajamento da Juventude Universitária Católica (JUC). A JUC, devido à sua proximidade com a União Nacional dos Estudantes (UNE), e à sua crítica contundente ao sistema capitalista, entrou em conflito com a posição da alta cúpula da Igreja Católica. A AP, portanto, se configurou como uma entidade autônoma em relação à Igreja, destacando-se não apenas em atividades vinculadas à luta estudantil, mas também se engajando no movimento de Educação Popular. A AP, valendo-se do método de alfabetização

proposto por Paulo Freire, desempenhou um papel significativo na conscientização social dos trabalhadores rurais, mobilizando-os, e estabelecendo bases para a sindicalização rural promovida por essa agremiação (RAMOS, 2010, p. 60-61).

Neste período de efervescência dos movimentos campesinos no Brasil, as disputas pela posse da terra se intensificaram entre a burguesia latifundiária e os Camponeses Sem-terra. Foi nesse contexto de busca pelo controle dos movimentos campesinos, que surgiram, que diversas organizações passaram a se digladiar pelo controle dos mesmos. Sendo que neste contexto os principais agentes envolvidos foram: As Ligas Camponesas, conhecidas como "Ligas de Julião", o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Igreja Católica. E no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER).

Quando do início da atuação do Movimento dos Agricultores Sem-terra, o estado do Rio Grande do Sul, passou a ser um dos entes da federação onde a atuação da Igreja Católica ocorreu de forma mais incisiva, esta atuação passa a ocorrer em resposta a ascensão do Movimento dos Agricultores Sem-terra. Movimento que ao surgir vai se tornar hegemônico na organização camponesa no estado gaúcho. Tendo já em seu nascedouro suplantado tanto as Ligas Camponesas quanto o PCB, cujos membros vão aderir ao MASTER, o que para a Igreja Católica transformava o movimento dos Agricultores Sem-terra num legítimo representante do comunismo, no Rio Grande do Sul e por consequência, em um inimigo.

A partir desse momento, a Igreja Católica do estado gaúcho capitaneada pelo cardeal Don Vicente Scherer, opositor declarado da reforma agrária, vai atuar ferrenhamente no combate aos movimentos dos Agricultores Sem-terra, ao governo de Brizola e ao programa de reforma agrária. Para combater a reforma agrária a Igreja católica vai ampliar suas alianças com a burguesia agrária e com outros setores conservadores do estado gaúcho, como setores da imprensa e a FARSUL, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

3.3.1 As reações da Igreja Católica na reforma agrária no Rio Grande do Sul

A Igreja Católica no Rio Grande do Sul, principalmente através do Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, desempenhou um papel significativo na abordagem da questão agrária no estado gaúcho. A postura da Igreja, como já mencionado anteriormente, foi marcada por uma certa reserva em relação aos moldes adotados na questão da reforma agrária implementada durante o governo de Brizola.

A atuação da Igreja Católica gaúcha na busca por manter sua influência no campo é notada pela defesa do direito de propriedade. Dessa forma, ela se mostra bastante reservada em

relação à desapropriação e à distribuição direta de terras, como solução para os problemas sociais e econômicos no campo. A instituição defende ações alternativas que, na visão eclesiástica, poderiam solucionar as desigualdades sem recorrer diretamente à redistribuição de terras.

Em meio aos desafios da reforma agrária proposta pelo governo de Brizola no estado do Rio Grande do Sul, a Igreja Católica sempre se mostrou reticente, quanto aos métodos empregados. Desta forma buscava manter sua influência junto aos colonos, defendendo a necessidade de ações alternativas que promovessem a justiça social e o desenvolvimento sustentável. A instituição defendia que, além da distribuição de terras, era necessário investir em programas sociais, assistência técnica e capacitação para garantir a justiça social no campo.

Sendo assim, a posição da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Dom Vicente Scherer, destaca-se por buscar soluções alternativas, que na visão da instituição podiam conciliar as demandas sociais do campo, com os princípios éticos e morais defendidos pela Igreja.

Neste contexto, a Igreja Católica rio-grandense propõe uma abordagem mais abrangente, dando ênfase não apenas na distribuição de terras, mas também na modernização das práticas agrícolas, abandonando métodos obsoletos, em favor da introdução de técnicas mais eficientes. Esse posicionamento reflete o compromisso da Igreja Católica em buscar soluções que preservassem o direito à posse da terra, ou seja, defendendo o direito de posse dos grandes latifundiários. Como podemos ver na citação a seguir que traz um pronunciamento feito pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, no dia 24 de março de 1960 e publicado no boletim da UNITAS de setembro de 1960:

Por iniciativa deste Arcebispado, de 27 de março a 3 de abril, realizar-se-á uma SEMANA RURALISTA, cujos trabalhos se processarão nos três primeiros dias em Maquiné, distrito do município de Osório, e nos três últimos dias em Feliz. Prossegue, portanto, a estreita colaboração da Igreja com os poderes públicos em benefício do homem rural. A reforma agrária mais urgente é o abandono dos usos rotineiros e obsoletos no cultivo da terra e nas lides agrícolas em geral, para introduzir a técnica moderna que com menor fadiga e desgaste de forças assegura ao colono e ao trabalhador do campo um resultado mais compensador. (UNITAS 1960, p. 110).

No que diz respeito à citação acima, é necessário observar que, embora a Igreja Católica, neste caso representada pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, busque apontar a preocupação e a atuação da instituição em prol do campesinato rio-grandense, torna-se evidente que a distribuição de terra para aqueles que dela necessitam para seu sustento, não era de forma alguma, a principal prioridade para a igreja. Sendo mais preponderante que se

investisse em mudanças no modo de produção, o que, em nosso ponto de vista, de modo algum mudaria a situação dos milhares de desterrados do estado, que continuariam na mesma situação, ou seja, sem um pedaço de terra para chamar de seu.

Tratando do mesmo tema e seguindo a linha de pensamento expressa na citação acima feita por Dom Vicente Scherer, o articulista do jornal Correio do Povo, Didonet Neto, em artigo publicado em 27 maio de 1961, faz o seguinte apontamento sobre a reforma agrária:

Sustenta-se que a reforma agrária deve consistir, principalmente, na industrialização da agricultura, na difusão do ensino, na assistência técnica e na concessão de crédito aos agricultores, e não na divisão das terras, e que a tendência universal da agricultura é para a grande unidade de produção centralizada, altamente capitalizada e dotada de ampla assistência técnica (CORREIO DO POVO 1961, p. 4).

Como podemos observar, parece haver concordância entre a Igreja Católica e alguns órgãos de imprensa, bem como seus setoristas, que compartilharam posições semelhantes em relação à questão da reforma agrária. Ambas as instituições convergiram na perspectiva de priorizar os investimentos tecnológicos em detrimento da simples distribuição de terra. Na visão compartilhada, a modernização e a incorporação de avanços tecnológicos eram consideradas medidas cruciais para impulsionar o desenvolvimento sustentável no campo.

Tanto a hierarquia eclesiástica, quanto parte da imprensa rio-grandense, defendiam que era mais importante implementar práticas agrícolas mais eficientes e produtivas, argumentando que tais inovações poderiam garantir uma distribuição de recursos mais equitativa e elevar o padrão de vida dos camponeses.

Essa convergência de perspectivas entre a Igreja Católica e os meios de comunicação, reflete um momento em que a modernização tecnológica era vista por estes como uma via eficaz, para enfrentar os desafios relacionados à distribuição de terras, e à busca por uma transformação social e econômica mais equitativa no cenário agrário gaúcho. Porém, nos parece, que ambos desconsideravam não apenas a existência de milhares de camponeses sem-terra, como também o fato que a modernização da agricultura, com a implementação de mais equipamentos, novas culturas e melhoramento genético, de forma alguma beneficiaria os sem-terra, pelo contrário, geraria muitos outros desterrados.

Já a respeito do pronunciamento do Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, consideramos importante que se faça uma reflexão sobre a postura da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, uma vez que vemos que seu pronunciamento revela uma diferenciação significativa no tratamento dispensado aos camponeses gaúchos, conforme expresso em seu comunicado. Ao mencionar “assegura ao colono e ao trabalhador do campo”,

o Arcebispo sinaliza uma distinção sutil, mas crucial, quando, utiliza numa mesma frase ambas as designações, parece dividir o camponês em duas categorias.

Essa diferenciação indica que, na perspectiva da Igreja Católica, “colono” e “trabalhador do campo” fariam parte de categorias diversas. A palavra “colono” parece sugerir uma relação mais específica com a terra, enquanto “trabalhador do campo” dá a impressão de estar relacionada a uma gama mais ampla de atividades agrícolas.

A utilização das palavras “colono” e “trabalhador do campo” parece sugerirem uma possível divisão entre aqueles que são descendentes de imigrantes europeus, frequentemente associados ao termo “colono”, e os trabalhadores rurais em geral, que podem ter uma diversidade de origens étnicas. Essa distinção, ainda que não explicitamente discriminatória, pode carregar consigo conotações de hierarquia, ou privilégios associados a determinadas origens étnicas.

Ao destacar “ao colono” e “ao trabalhador do campo” sem esclarecer as características específicas desses grupos, a Igreja Católica, neste momento representada pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, pode reforçar estereótipos relacionados a diferenças étnicas, mesmo que ambos os grupos possam compartilhar antecedentes europeus ou não. Sendo assim, em nossa perspectiva, é crucial abordar essa distinção com sensibilidade, reconhecendo que os termos podem carregar preconceitos implícitos, se fazendo, portanto, necessário promover uma abordagem mais inclusiva, que impeça que se perpetuem divisões dentro do campesinato baseadas em origens étnicas, sociais ou culturais.

Quanto à defesa dos aperfeiçoamentos técnicos, incluindo melhorias genéticas de sementes, a implementação de novas culturas e o avanço tecnológico através da utilização de equipamentos agrícolas mais modernos, embora compreendamos que essa posição seja incoerente, tanto na manutenção dos camponeses no campo quanto na melhoria da qualidade de vida destes, não realizaremos uma análise mais aprofundada do tema. Isso porque já abordamos o assunto, quando tratamos da influência do desenvolvimentismo e da Revolução Verde no surgimento da massa de desterrados, que será responsável pelo processo de reforma agrária no estado gaúcho, conduzido pelo governo Brizola.

3.3.2 A Dicotomia da Terra: Direito à Propriedade e Justiça Social na Visão da Igreja Católica no Rio Grande do Sul

A discussão acerca da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, foi marcada por diversas nuances em relação à presença e à influência da Igreja Católica, principalmente através do Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. A postura da instituição nesse contexto revela-se multifacetada, demonstrando uma aparente ambiguidade, entre a resistência à reforma agrária nos moldes conduzidos no estado, e a defesa de uma readequação no campo, incluindo a distribuição de terras para aqueles que delas necessitam para sobreviver. Como podemos ver na citação a seguir retirada de pronunciamento de Dom Vicente Scherer, feito em 18 de janeiro de 1961:

Todo homem, na verdade, tem o direito de aspirar, para si e sua família, de um pedaço de terra, sobre o qual estabeleça permanentemente o seu lar e de cuja entranha retire, pelo trabalho, o próprio sustento e o dos seus. Assiste-lhe direito a aspirar a propriedade e não meramente ao aproveitamento temporário da terra; e não somente a propriedade figurada em títulos e formulas jurídicas, se não ao solo mesmo, barre e pedra, firme e resistente a seus pés, e dócil. Entretanto, ao esforço de suas mãos. Pois, a terra e o ponto de apoio necessário de toda a atividade humana e o estágio ultimo de toda iniciativa econômica (UNITAS 1961 p. 57).

Como podemos perceber na citação acima, a posição da Igreja Católica, expressada através do Arcebispo, se mostra um tanto diferente do pronunciamento que pontuamos anteriormente, no qual são apontadas alternativas à distribuição de terra para os camponeses. Neste caso Dom Vicente Scherer pronuncia-se defendendo o direito divino de todo homem almejar a posse de um pedaço de terra; entretanto, de maneira sutil, indica que a posse deve ir além do título que lhe garante o direito de propriedade sobre a mesma. Em nossa perspectiva, essa fala abre espaço para a compreensão de que, na visão da Igreja Católica, apenas a distribuição da terra, sem a implementação de outras medidas, não resolveria o problema do camponês.

Por outro lado, a defesa de uma readequação no campo, incluindo a distribuição de terras para aqueles que necessitam para sobreviver, refletia o compromisso da Igreja Católica com o que, em sua visão, seria a defesa dos princípios de justiça social, e a promoção de dignidade dos homens do campo. Essa postura sugere um reconhecimento da urgência em enfrentar as desigualdades estruturais existentes no meio rural, que resultavam em condições precárias para muitos trabalhadores do campo.

Assim, a posição da Igreja Católica no Rio Grande do Sul diante da reforma agrária, foi um intrincado equilíbrio entre a defesa dos direitos dos proprietários rurais, e a promoção de medidas que visavam corrigir as disparidades sociais existentes. Nesse ponto a Igreja Católica se encontra em uma encruzilhada, pois entende a necessidade de se promover uma readequação

na estrutura agrária com a distribuição de terras, porém se vê impelida a atuar na defesa incontestável do direito à propriedade.

É nesse contexto que a Igreja Católica se posiciona cobrando do governo do estado a defesa da propriedade privada, ao mesmo tempo em que defende o direito natural do camponês de possuir um pedaço de terra, desta forma imputando ao estado a responsabilidade em resolver este intrincado conjunto de fatores, que envolvem a reforma agrária e o direito à propriedade. Como podemos ver na citação a seguir, extraída de boletim da Unitas, fascículo I de 1961, e assinado por todos os bispos do Rio Grande do Sul:

É urgente e indeclinável dever do Estado o defender a propriedade. «Possuir singularmente bens como seus e direito dado ao homem pela natureza» (Leão XIII, *Rerum Novarum*). De outro lado, «não é lícito a consciência Cristã admitir como justa uma ordem social que, em máxima parte, nega ou torna praticamente impossível ou vão o direito natural de propriedade tanto dos bens de consumo como de produção» (Pio XII, AAS, 1944 pg. 252). Se assim não fosse, em termos econômicos, «cessaria em grande parte a diligência (dos homens) em cultivar a terra e em consertar-lhe os frutos» (De Lugo, cl. 6, n. 1). Mas, sobretudo, trair-se-iam os divinos desígnios de que «os in (meros bens e riquezas, que Deus difundiu por todo o orbe terrestre sejam razoavelmente distribuídos para a utilidade de todos os seus filhos» (Pio XII, AAS 1939, pg. 149) (UNITAS 1961, p. 56).

No contexto da complexa discussão sobre reforma agrária no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica, liderada pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, defendia uma premissa central que equilibra o direito fundamental de todo ser humano à terra, com o respeito ao direito à propriedade. Essa abordagem destaca a posição delicada da instituição, que reconhece a necessidade de justiça social no campo, ao mesmo tempo em que expressa preocupações legítimas em relação a desapropriações.

A doutrina social da Igreja Católica sustenta a ideia de que a terra é um bem comum, um recurso essencial que deve estar acessível a todos os seres humanos, para garantir sua subsistência digna. No entanto, a igreja também enfatiza a importância do direito à propriedade como um princípio fundamental para a organização social. Essa dualidade de princípios leva a uma posição que, embora defenda a redistribuição justa de terras, se opõe à desapropriação indiscriminada.

Nesse contexto, a igreja busca imputar seu pensamento no trato com a reforma agrária, e assim, promover o entendimento entre os diferentes atores envolvidos, incluindo proprietários, trabalhadores rurais e autoridades governamentais. Busca, segundo seus preceitos, a defesa da justiça social, aliada ao respeito aos direitos de propriedade, mantendo, assim, uma abordagem equilibrada, que reconhece a necessidade de mudanças, mas que também respeita as instituições legais estabelecidas. Como é possível ver na citação a seguir:

Deve, pois, o Estado reformar por leis adequadas o regime da propriedade rural, de sorte a torna-la acessível a todos quantos sentem no coração a nobre independência e a viril energia, que os chama para a vastidão da vida dos campos e o trabalho da terra. Evidentemente, toda a reforma agrária ha de delinear-se com prudência e retidão e largo descortino e se desapropriação se fizer necessária urge aplica-la somente com justiça, nos limites em que o bem comum estritamente a exigir. As iniciativas que assim obedeçam às exigências da consciência crista, deveis, diletos filhos e cooperadores, prestar o concurso de vosso esforço e de vossos aplausos (UNITAS 1961, p. 56).

Assim, pode-se dizer que a posição da Igreja Católica no Rio Grande do Sul em relação à reforma agrária, destaca a importância de conciliar o direito à terra com o direito à propriedade, buscando soluções que promovam a justiça social de maneira ética, e legalmente embasada, de forma a não contrariar nem os camponeses desterrados, e muito menos, os grandes latifundiários, uma vez que, para a igreja, todos estavam dentro de seu campo de atuação.

3.3.3 A igreja o Master as ligas Camponesas e o anticomunismo na reforma agrária gaúcha

Em seu nascedouro, tanto as Ligas Camponesas em Pernambuco, quanto o Movimento dos Agricultores sem-terra “MASTER” no Rio Grande do Sul, buscavam atender situações locais vividas por um determinado grupo de camponeses, como já apontamos anteriormente em nosso trabalho. Mas após essas situações iniciais, ambas passam a compartilhar objetivos semelhantes, visando à defesa dos interesses dos agricultores frente às desigualdades sociais e defendendo a reforma agrária.

O que se vê a partir do início da atuação, principalmente, do Movimento dos Agricultores Sem-terra “MASTER” no estado gaúcho, em relação à postura da Igreja Católica, é que, ao invés de simpatizar ou apoiar as reivindicações dos camponeses, ela passa a empreender uma forte oposição ao movimento e a todos que julga estarem envolvidos. Dessa forma, em vez de enxergar nos movimentos sociais uma busca legítima por direitos, a instituição eclesiástica acusou tanto as Ligas Camponesas quanto a Associação dos Agricultores Sem-Terra “MASTER” de agitar e subverter os trabalhadores rurais.

A Igreja Católica imputou a essas organizações a intenção de criar expectativas infundadas nos camponeses, prometendo-lhes independência econômica e bem-estar social. Na

perspectiva da igreja, tais promessas apenas serviriam para alimentar ilusões que, no final das contas se transformariam em frustrações para os trabalhadores rurais.

Essa reação combativa da Igreja Católica no Rio Grande do Sul reflete um posicionamento cauteloso diante dos movimentos sociais que em sua visão, representavam um potencial ameaçador à estabilidade social. Ao invés de endossar as legítimas demandas dos camponeses, a instituição eclesiástica assumiu uma postura de alerta, condenando as organizações que na sua interpretação buscavam desestabilizar a ordem estabelecida, através de promessas consideradas vazias. Como podemos ver na citação a seguir, extraída de pronunciamento feito pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, em 21 de agosto de 1961:

Iniçiam-se dois movimentos principais que pretendem mobilizar os trabalhadores rurais para a defesa dos seus interesses, as Ligas camponesas que tiveram origem em Pernambuco, e a associação dos Agricultores Sem-terra fundada neste Estado. Não lhes custara despertar as mais ousadas esperanças nos modestos homens do interior acenando-lhes com promessas de futura, independência econômica e bem-estar. É fácil agitar e sublevar criaturas simples e crédulas. Mas o resultado será completamente negativo sem trabalhosa e progressiva realização de todo um completo programa de elevação do trabalhador e sem cuidadosa assistência por parte dos poderes públicos. Sem instrução de base, sem aprendizado da técnica de trabalho agrícola, sem saúde sem auxílio de veterinários e agrônomos, que adiantará oferecer a um chefe de família alguns hectares de campo? Crédito, transporte, justo preço dos produtos, seguros, mercado garantidos, são algumas das exigências lembradas também pela “Mater et Magistra” para a prosperidade da agricultura e o consequente bem-estar dos camponeses. (UNITAS 1961, p. 171).

A respeito das declarações feitas por Dom Vicente Scherer no apontamento acima, é necessário destacar que não apenas nessa, mas em todas as declarações feitas entre 1959 e 1964, período ao qual tivemos acesso e analisamos todos os boletins UNITAS da arquidiocese de Porto Alegre, contendo todos os pronunciamentos feitos nesse intervalo de tempo pelo Arcebispo, em nenhum momento quando se referiu à reforma agrária e ao movimento que está por trás de sua organização, o mesmo é retratado como “MASTER”.

No entanto, fica evidente, que independentemente da forma como esse movimento que lidera a organização da reforma agrária no Rio Grande do Sul, é retratado, trata-se do mesmo que ficou conhecido como “MASTER” pela historiografia que aborda o tema.

Também fica bastante claro que a Igreja Católica, por meio de Dom Vicente Scherer, busca de todas as formas estabelecer uma ligação direta entre os que lideram o movimento pela reforma agrária no Rio Grande do Sul e o Comunismo.

Pretendendo assim, transmitir que sua posição não é contrária ao camponês e à reforma agrária, mas sim àqueles que estariam envolvidos com esse movimento, os quais,

para a igreja, seriam comunistas que buscavam somente arigementar futuros guerilheiros com o objetivo de tomar o poder no Brasil. Como podemos ver na citação a seguir, retirada de pronunciamento feito pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre em 3 de julho de 1961:

A imprensa diária, com relativa frequência, tem noticiando últimamente que serão fundadas em nosso Estado as "LIGAS CAMPONESAS" que, organizadas pelo deputado Francisco Julio em Pernambuco, já se estenderam a diversos outros Estados do nordeste brasileiro. Trata-se de um movimento marcadamente comunista, de uma mobilização de elementos e forças com o objetivo de desencadear no momento oportuno a revolução agrária e estabelecer, em colaboração com outras tropas armadas, o regime comunista nos Estados e no país. Os dirigentes da Liga prometem aos homens do campo a redenção da miséria em que se encontram e os empolgam, ou fanatizam, com a sedutora descrição de um futuro de abundância e de bem-estar. [...]Ninguém, portanto, tenha dúvidas quanto à orientação e ao caráter das assim chamadas Ligas Camponesas. Na hora em que Moscou o julgar conveniente, servirão de tropa de assalto para mediante guerrilhas, perturbar a ordem e auxiliar, também militarmente, a implantação do regime comunista. Em nosso Estado, ficou programado um encontro desses elementos, nesta capital, em 25 de setembro próximo, sob o título de "1º Congresso Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Sul".[...] Alertamos, pois, os agricultores e os homens do campo sobre a na tureza e a finalidade da organização que tentará. atrai-los para suas fileiras. O movimento merece e exige repúdio formal e decidido. Pretende servir-se dos camponeses bem intencionados e operosos, como de instrumento para destruir as instituições livres de nossa terra e aumentar a constelação dos satélites da Rússia com a República Popular do Brasil (UNITAS 1961, P. 134).

Sobre a ameaça comunista que segundo a igreja, pairava no Brasil, e portanto, também no Rio Grande do Sul, Carla Simone Rodeghero (2017, p. 117-118), em sua obra intitulada “Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul” faz o seguinte apontamento:

O comunismo era algo aterrorizante porque combatia a religião. Sob o comunismo a Igreja não “teria vez”, não poderia atuar livremente. Nesse contexto, segundo Horacil, a pessoa também não teria liberdade e tudo isso seria ruim para o mundo, para a Igreja, para a humanidade. A impressão passada pela última colocação é a de o que não fosse bom para a Igreja não o seria para o mundo. Mas tal impressão se dissipa quando se lê uma tênue crítica que Horacil faz à postura que embasava o anticomunismo católico, qual seja a da instituição “querer tudo para si”.

É importante notarmos que na atuação anticomunista que marcou a década de 1960 no Rio grande do Sul, a Igreja Católica desempenhou um papel significativo ao rotular indiscriminadamente como comunistas, todos aqueles que defendiam mudanças estruturais na sociedade e mais especificamente no caso de nossa abordagem, na estrutura rural do estado, principalmente através da reforma agrária.

Essa postura, permeada por um viés conservador, não apenas generalizava partidos de esquerda, como também estendia o rótulo aos seus membros, independentemente de suas motivações específicas em relação à reforma agrária.

Nesse contexto, a Igreja Católica temendo uma suposta ameaça comunista passou a adotar uma abordagem hostil, não apenas em relação a organizações de esquerda, mas também em relação a indivíduos envolvidos em movimentos por mudanças sociais. No caso específico do Rio grande do Sul, essa abordagem hostil se fez sentir mais fortemente com os movimentos em prol da reforma agrária, e também com os indivíduos que a estivessem organizando ou apoiando. Segundo Rodeghero (2017, p. 31):

A onda anticomunista que marcou o período 1961-1964, no entanto, não teve como alvo somente os comunistas e não partiu apenas do Estado. Diferentes instituições e organizações associaram o “perigo comunista” à agitação política da época e às propostas de mudanças estruturais que passaram a ser defendidas. O anticomunismo apareceu intensamente nos meios católicos, militares, empresariais, na grande imprensa etc.

A resistência da Igreja Católica no estado sul-rio grandense, principalmente em relação aos que comandavam a reforma agrária na década de 1960, pode ser entendida à luz do medo de perder sua influência sobre a massa camponesa, da mesma forma que já estava ocorrendo entre os trabalhadores urbanos, especialmente para o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Nos parece que a igreja via nesses movimentos que defendiam os camponeses e propagavam a realização da reforma agrária, uma ameaça, não apenas ao status quo social, mas também a seu controle sobre a massa camponesa de desterrados, que vivia no Rio Grande do Sul.

No entanto, como podemos ver em citação a seguir, Dom Vicente Scherer faz declarações que vão além da mera oposição à reforma agrária. Suas falas revelam uma tentativa de inverter os fatos, ao atribuir aos movimentos camponeses o rótulo de comunistas, sugerindo que sua falta de sucesso na conquista de espaço entre os trabalhadores urbanos, seria a impulsionadora para essas ações no campo.

Essa narrativa, no entanto, contradiz a compreensão histórica sobre a disputa pelo controle do trabalhador urbano no Brasil, uma vez que é de senso comum entre os Historiadores, que é a Igreja Católica que vê na atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), não apenas a perda de sua influência entre os trabalhadores urbanos, mas também a perda de fiéis.

ota-se facilmente que o comunismo, tendo fracassado nas tentativas de penetração no meio operário, procure agora conquistar os trabalhadores da terra e os estudantes. Os agricultores assalariados nas fazendas e nas grandes lavouras bem como os pequenos proprietários, pouca ou nenhuma assistência até agora tiveram da parte dos poderes

públicos e viveram mais ou menos entregues à sua própria sorte (UNITAS 1961, p. 171).

Como já visto acima ao apontar que os movimentos campesinos estariam sob o comando comunista, Dom Vicente Scherer parece relativizar a forma como a Igreja Católica se posicionava em relação à reforma agrária. Ignorando as complexas realidades socioeconômicas e políticas que motivaram o surgimento dessas organizações, é importante observar que embora as ligas camponesas, tenham inicialmente se desenvolvido sob a tutela do Partido Comunista Brasileiro PCB, como já apontamos anteriormente, ao passarem a ser comandadas por Francisco Julião estas passam a atuar de forma autônoma, distanciando-se do Partido Comunista Brasileiro. Portanto, longe de serem uma mera extensão do PCB, as ligas emergiram como uma resposta às injustiças específicas vividas pelos camponeses.

Sendo assim, considerando tudo que vimos acima podemos apontar que a designação pejorativa de “comunistas”, para os envolvidos nos movimentos de reforma agrária, reflete uma estratégia retórica que busca deslegitimar suas demandas e reivindicações. Ao associar as organizações dos camponeses a um rótulo ideológico Dom Vicente Scherer, de certa forma vai buscar desqualificar as questões sociais e econômicas que motivam a luta pela reforma agrária.

A análise histórica revela que contrariamente à perspectiva do Arcebispo, mesmo desconsiderando os agentes envolvidos na organização desses movimentos e os verdadeiros motivos que impulsionavam, esses indivíduos a apoiar os camponeses desterrados do Rio Grande do Sul, o objetivo dos camponeses sem-terra era obter o direito ao acesso à terra por meio da redistribuição de grandes áreas desocupadas ou subocupadas.

A caracterização desses esforços como uma mera extensão da luta urbana por influência política, ignora as raízes profundas das desigualdades rurais, e a necessidade de abordá-las de maneira específica.

É importante contextualizar as declarações de Dom Vicente Scherer dentro do panorama mais amplo, da luta agrária no Rio Grande do Sul na década de 1960. Enquanto setores conservadores temiam a ascensão de movimentos sociais que desafiavam a ordem estabelecida, os camponeses viam na reforma agrária uma oportunidade de justiça e igualdade. O discurso do Arcebispo reflete, portanto, uma perspectiva particular, influenciada por preocupações mais amplas, principalmente em relação ao crescimento do comunismo, que ocorria naquele momento em todo o mundo.

Além disso, ao rotular tanto as ligas camponesas quanto o Movimento dos Agricultores Sem-terra como comunistas, Dom Vicente Scherer adota uma linguagem que busca

estigmatizar e marginalizar esses grupos, associando-os a uma ideologia política que na época era alvo de intensa oposição por parte de setores conservadores da sociedade brasileira.

Essa caracterização ideológica serve não apenas para deslegitimar as reivindicações no caso do Rio Grande do Sul, especialmente do Movimento dos Agricultores Sem-terra, mas também para criar uma narrativa que visa desencorajar o apoio público a esse movimento.

No entanto, é necessário dizer que não era apenas a Igreja Católica que atuava com o objetivo de desqualificar tanto os movimentos camponeses, quanto os que os comandavam ou apoiavam. Nesta seara também atuavam outros atores, entre eles estava boa parte da imprensa gaúcha, que na década de 1960 desempenhou um papel significativo ao aderir à onda anticomunista, que se organizou no Rio Grande do Sul.

Em uma busca por angariar apoio na sociedade e influenciar a seu favor a opinião pública, defendendo interesses particulares dos proprietários de grandes áreas de terra, muitos veículos de comunicação atuaram na produção de uma narrativa em defesa da ordem social, e do direito à propriedade. Dessa forma buscavam estigmatizar qualquer movimento de esquerda, associando-o imediatamente ao rótulo pejorativo de comunista.

Essa abordagem agressiva contra os movimentos camponeses e também contra o governo do estado, visava não apenas combater as organizações camponesas que clamavam por reforma agrária, mas também deslegitimar toda a amplitude dos movimentos de esquerda no estado gaúcho.

Nesse contexto, o governador Leonel Brizola emergiu como uma figura central ao atuar abertamente apoiando a reforma agrária. Brizola vai se tornar o principal alvo da imprensa gaúcha, especialmente do Jornal Correio do Povo, que foi fundado no século XIX, mais precisamente no ano de 1895, por Francisco Vieira Caldas Junior, e que, na década de 1960, era dirigido por seu filho, Breno Alcaraz Caldas que além de comandar o Jornal era “detentor de uma área de terra de 2.808,37 hectares no município de Viamão. Caldas também era acionista da Arrozeira Brasileira S.A., que detinha vastas extensões de terra em Guaíba - 4.161 hectares – e Tapes - 4.039, totalizando 8.200 hectares” (GASPAROTTO, 2016, p. 32). O que nos faz indagar se sua atuação era isenta.

Um exemplo clássico sobre como o jornal Correio do Povo se posicionou em relação à reforma agrária, e a atuação do governo do estado, foi a publicação feita no dia 16 de janeiro 1961 um dia após a desapropriação da Fazenda Sarandi. O jornal apresenta uma matéria contundente, denunciando as ações do governo como atos de um regime atribiliário, irresponsável e demagogo. O texto destaca a entrega apressada e desordenada das terras, sem planejamento adequado, resultando na exploração descontrolada por um contingente de 1.300

homens. A crítica recai sobre a falta de método de exploração, ausência de classificação das glebas, omissão na análise do solo, e negligência na conservação das riquezas locais. O jornal ressalta, ainda o descaso com o patrimônio público e privado, como podemos ver na citação a seguir:

Só um governo atrabiliário, irresponsável, demagogo, criminoso, demolidor do patrimônio público e privado, completamente destituído do sentimento do justo, avesso à Lei, cometeria o erro de entregar uma propriedade dessas, apressada e desordenadamente, sem método de exploração, sem classificação das glebas, sem análise do solo, sem conservação das suas riquezas, a 1.300 homens de foice e machado para derrubar matas virgens e madeiras de lei, destruí-las pelo fogo e transformar as terras em pouco tempo em desertos e delas saírem mais pobres do que e entraram, por falta de orientação, instrução agrária e assistência (CORREIO DO POVO. 16/01/1962, p. 19).

Dessa forma, entre os periódicos do estado gaúcho, o Correio do Povo se destacou por atuar fortemente tanto no combate à reforma agrária quanto a atuação do governo do estado, fazendo críticas aos movimentos camponeses e ao governador Leonel de Moura Brizola. Tendo o mesmo buscado apresentar em seus editoriais, matérias que claramente tentavam ligar o governador Brizola e os movimentos dos sem-terra aos comunistas e assim, desqualificar tanto a reforma agrária, quanto o governo de Brizola. Como podemos ver a seguir em publicação feita pelo jornal sobre o tema:

As Ligas no Nordeste são muito mais políticas do que agrárias. O que tudo isso se conclui, sem muito esforço, é que de reforma agrária o que apenas interessa ao governador é o seu proveito político. E mais do que isto, o instrumento de agitação que ela comporta. O seu desmedido apetite com que dela procura tirar a maior vantagem possível, nos últimos meses de mandato, explica tudo aquilo que para muitos poderá parecer ainda confuso e incompreensível [...] (CORREIO DO POVO, 11 de maio de 1962, p. 4).

Também era praxe da imprensa escrita e especialmente do Correio do Povo, publicar os pronunciamentos de Dom Vicente Scherer, principalmente os que versavam sobre os movimentos camponeses a reforma agrária e o comunismo. Um dos episódios mais marcantes foi proporcionado por uma entrevista concedida pelo Arcebispo metropolitano ao jornal Folha da Tarde, que foi publicado pelo Correio do Povo no dia 6 de outubro de 1961, também publicada nos boletins da UNITAS, fascículo 4 de 1961. Na qual Scherer faz a seguinte declaração:

Não oculto minhas preocupações pelas atividades que ainda exercem as antigas brigadas ou centros de resistência democrática. Com receio acompanhei suas atitudes e manifestações já nos dias da crise. Em toda parte, conhecidos militantes comunistas procuraram apoderar-se da direção do movimento. O Centro instalado no “mata--borrão”, av. Borges de Medeiros, lançou um plano de ação nitidamente comunista, a ser seguido também depois de superada a crise. Grande parte dos

estudantes universitários parece que só pensam ainda em propaganda marxista. A mesma impressão tenho da 'Associação dos Agricultores sem-terra', iniciada em Encruzilhada do Sul; promove a sublevação dos trabalhadores rurais segundo os conhecidos métodos comunistas que levam o homem do campo a escravidão pior que a miséria de que agora se quer libertar. Não compreendo porque elementos do governo, ao menos aparentemente, favorecem essa agitação, que cada vez mais assume a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista, a exemplo do que ocorreu na China e em outros lugares para a conquista do poder. São se ilude quem quer (UNITAS 1961, p. 201)

Assim que toma conhecimento das acusações feitas pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, o governador Leonel de Moura Brizola encaminha ofício ao Arcebispo, solicitando que ele indique quais os membros do governo que estariam favorecendo comunistas no estado. O mesmo ofício é enviado aos jornais Correio do Povo, Diário de Notícias e Jornal do Dia, e traz em seu conteúdo o seguinte texto:

Tomando conhecimento da respeitável entrevista concedida por Vossa Excelência Reverendíssima ao vespertino “Fôlha da tarde onde se contém a referência de que “Homens do Govêrno favorecem comunistas no Estado”, venho solicitar a Vossa Excelência Reverendíssima a atenção especial para com êste Poder Público, de informar quais as autoridades que estariam incorrendo na situação referida, para os efeitos cabíveis ou para que se possam defender. Cumpro o dever de manifestar a vossa Excelência Reverendíssima, que a orientação reiteradamente determinada por êste Govêrno, a todas as autoridades executivas do Estado, tem sido sempre no sentido de não favorecer quaisquer extremismos, sejam as atividades comunistas, sejam as atividades de grupos neo-nazistas ou neo-fascistas, como também a recomendação de que em nenhuma hipótese devem ser adotados os processos da violência ou de policialismo, que não se justificariam diante da ordem jurídica e de simples presunção de que poderiam atentar contra a ordem pública (UNITAS 1961, p. 202).

Ao receber o ofício do governador e após ser informado pelos jornais acima citados que eles também haviam recebido, do governo do estado o mesmo documento para publicação, o Arcebispo escreveu sua resposta, encaminhou de volta ao governo, e também para os referidos jornais para publicação, como podemos ver na citação a seguir:

Nada tenho a acrescentar as declarações, que fiz, por escrito, aquele jornal. A respeito da infiltração de comunistas nas brigadas da “Resistência Democrática”, já lhe havia eu manifestado as minhas apreensões, ainda durante o conturbado período que sucedeu a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República. Elementos do governo, como disse, favorecem os movimentos de agitação, que grupos dessa natureza encarnam e difundem, sem atenção as vias normais de expressão da opinião popular, que são os partidos políticos. Não me cabe, a mim, nomear esses elementos. Mas, sem favorecimento de parte de tais elementos, a sede originária da “Resistência Democrática” não se localizaria, pelo menos, em próprio estadual. Tem Vossa Excelência, ao demais, a disposição os meios legais necessários para apurar os fatos e dirigir-se, de modo imediato aos responsáveis (UNITAS 1961, p. 203).

O que mais chama atenção tanto na entrevista concedida pelo Arcebispo ao jornal Folha da Tarde, quanto na resposta ao ofício do governo do estado, é o fato de o Arcebispo em primeiro lugar afirmar que, a organização dos trabalhadores sem-terra estaria agindo segundo métodos comunistas. Tal afirmação é no mínimo controversa uma vez que o movimento, embora estivesse baseado em uma organização comunitária, buscava o direito individual de todo camponês possuir um pedaço de terra, de forma legal e em conformidade com as normas legais vigentes no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Em segundo lugar o Arcebispo declara que haveria comunistas atuando dentro da frente de “Resistencia Democrática”. Além disso faz outro apontamento que soa ainda mais estranho, ele enfatiza que a sede da “Resistencia democrática” estaria localizada em espaço pertencente ao estado, o que para Dom Vicente Scherer indicaria um favorecimento de membros do governo aos comunistas.

O estranhamento diante dos pronunciamentos do Arcebispo Dom Vicente Scherer, ganha relevância ao observar as qualificações das frentes de resistência democrática como sendo comunistas. Tal afirmação é no mínimo controversa e suscita reflexões sobre a interpretação do movimento democrático em si. Pois é de senso comum que os movimentos democráticos têm sido vistos como antagônicos ao comunismo. Portanto, rotular tais frentes como comunistas pode ser considerado um equívoco, gerando perplexidade diante de uma interpretação que parece distorcer a essência do engajamento democrático.

Ao considerar que em sua essência os movimentos de resistência democrática buscam a promoção de princípios como a transparência, justiça social e respeito aos direitos individuais, torna-se difícil encaixá-los na categorização comunista. O estranhamento aumenta quando se percebe que essas frentes ao se oporem às ameaças à democracia, estão na verdade alinhadas com a preservação dos valores fundamentais que historicamente distinguem as democracias das ideologias comunistas.

Portanto, a qualificação desses movimentos como comunistas revela uma interpretação peculiar por parte do Arcebispo, e nos faz pensar em quais eram as reais finalidades que estavam por trás de tais acusações. Dessa forma deixa em aberto várias perspectivas suscitando debates sobre o entendimento da Igreja Católica expressado naquele momento, pelo Arcebispo sobre os movimentos dos sem-terra, principalmente sobre as complexidades associadas a rótulos ideológicos, os quais pela complexidade em que estão envolvidos deixaram em aberto para futuras análises, que tratem mais especificamente sobre o tema.

3.4 O MASTER

Embora o MASTER tenha emergido como figura central, nos movimentos reivindicatórios pela reforma agrária na década de 60 no Rio Grande do Sul, é imperativo registrar que o estado gaúcho foi palco de uma série de movimentos ao longo de sua história, todos eles marcados pela defesa do direito de acesso à terra. Entre os muitos movimentos que se destacam como expressões significativas desse anseio estão: a Guerra Guaranítica (1753-1756) e o Massacre dos Monges Barbudos (1938), o caso da revolta protagonizada por João Inácio e seus pares, entre os anos de 1927-29 na colônia Erexim, este, talvez, o único caso de resistência pelo direito à terra protagonizado por caboclos no Rio Grande do Sul.

Na Guerra Guaranítica, travada entre índios e jesuítas, de um lado, e espanhóis e portugueses, de outro, destacou-se a luta pela permanência nas terras ocupadas pelos indígenas. Essa resistência denotava a busca pelo direito ancestral de habitar e cultivar as terras que chamavam de lar, resistindo às pretensões de deslocamento impostas pelas forças colonizadoras.

O Massacre dos Monges Barbudos¹³, em 1938, evidenciou uma luta de posseiros pobres que se insurgiram contra a imposição de cultivo de tabaco em suas terras, buscando também a liberdade de expressar sua religião. Como podemos ver na citação a seguir.

Outro confronto direto, dessa vez com forças do governo, foi o movimento dos Monges Barbudos em 1938, com características messiânicas. O episódio violento teve seu ápice num massacre realizado durante uma comemoração religiosa de um grupo de caboclos no território do município de Soledade. Entre as explicações para o confronto destaca-se a preocupação com a propriedade e com a orientação dos monges contrária ao plantio de fumo, gerando conflito de interesses com os comerciantes da região. Ou seja, a recusa dos caboclos em se submeterem ao mercado através da produção de fumo parece ter sido um dos motivos do violento conflito. (Zarth 2008, p. 239)

¹³ A história do massacre dos Monges Barbudos de Soledade/RS Foi na Páscoa de 1938 - Deca França, Tácio Fiúza e pequenos agricultores foram assassinados pelo exército do Estado Novo a serviço dos comerciantes de fumo e fazendeiros. O fato aconteceu em Bela Vista, atualmente município de Lagoão/RS. Os barbudos seguidores de monges seguiam seus ensinamentos, defendiam a preservação das águas e das florestas, eram contra o plantio de fumo e uso de venenos. Defendia que só se utiliza-se a terra para produzir o necessário para o sustento das famílias. Sobre o tema ver: CREMONESE, Dejalma. O Massacre do Fundão: memória, oralidade e resistência. Uma história de perseguição e morte na comunidade dos Monges Barbudos no Centro Serra do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. - FILATOW, Fabian. Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938). Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Dissertação em História). - PEREIRA, André e WAGNER, Carlos Alberto. Monges Barbudos e o massacre do fundão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

No caso da Colônia Erechim¹⁴ o enredo gira em torno da colonização, em uma região que já estava parcialmente ocupada por nacionais que resistiram por três anos à expulsão das terras que ocupavam. Ambos os acontecimentos resultaram em conflitos sangrentos, e revelam como o Rio Grande do Sul, durante toda sua História, esteve envolto em batalhas constantes pelo direito de permanência na terra.

Esses movimentos, apesar de muitas vezes serem interpretados por alguns historiadores como tendo nuances, predominantemente religiosos ou revolucionários, demandaram uma análise mais profunda. Uma vez que o foco central de todas essas lutas é a busca fundamental pelo direito à terra. O contexto dessas manifestações populares vai além das questões religiosas e revolucionárias, revelando uma aspiração mais ampla pela liberdade, e pela garantia do sustento por meio da ligação íntima com o solo.

Ao revisitar esses episódios históricos, percebemos que a luta pelo direito à terra é uma constante na trajetória do Rio Grande do Sul, moldando os movimentos sociais ao longo do tempo, e estabelecendo um pano de fundo crucial para compreender a posterior atuação do MASTER na década de 60, em prol da reforma agrária. Esses acontecimentos sinalizam a persistência de uma demanda ancestral por justiça e dignidade, que ecoará de maneira marcante nos movimentos posteriores em busca de uma reforma agrária efetivas. Conforme apontado por Schilling (1979, p. 127),

Durante todos esses séculos o interior brasileiro foi cenário de lutas permanentes. Algumas assumiram o caráter definido de rebelião de escravos, como a epopeia de Palmares (que resistiu quase um século) e dezenas de outros quilombos. Outras, apesar de serem apresentadas pela historiografia oficial como levantes de fanáticos religiosos, foram autênticas rebeliões camponesas (Canudos, contestado, etc.).

Mesmo no âmbito da articulação campesina, que, a partir da década de 50 se organiza na busca por seus direitos, é importante observar que o MASTER, não foi o precursor nesse cenário. No Rio Grande do Sul, desde o início dos anos 1950, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) desempenhou um papel ativo, concentrando esforços na formação de sindicatos rurais. Tal engajamento é documentado em um dos órgãos de divulgação do partido, o jornal "Terra Livre", datado de julho de 1954, que estampa a manchete: "Fundado o Sindicato Rural de Jaguarão" (Terra Livre, segunda quinzena de outubro, primeira quinzena de novembro de 1954, p. 5).

¹⁴ Sobre o tema ver: TEDESCO, João C.; CARON, Márcia S. A preocupação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações interétnicas na colônia Erechim, norte do RS — 1908-1915. In: TEDESCO, João C.; NEUMANN, Rosane M. et al. (Org.). Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Suliani, 2013. v. 3. p. 144-169. - CASSOL, Ernesto. Tapir e Vau Feio – A definitiva expulsão do Posseiro. Destaque, Erechim, RS, n. 9, p. 62-63, jul. 1981.

A matéria também destaca que o sindicato dos trabalhadores rurais de Pelotas, desempenhou um papel fundamental no apoio à formação da instituição em Jaguarão, evidenciando a existência de uma organização comunista engajada na estruturação dos trabalhadores rurais no estado gaúcho. Essa atuação pioneira é corroborada por Eckert (2009), que observa o papel significativo desempenhado pelo PCB na organização desses sindicatos rurais, e na mobilização dos trabalhadores no contexto rural.

Essa reportagem revela que, antes do surgimento do “MASTER”, o PCB já trilhava caminhos na organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Essa contextualização mais ampla destaca a continuidade de esforços, e a evolução do movimento de articulação campesina no Rio Grande do Sul, ao longo do tempo. Assim, ao analisar o papel do “MASTER” posteriormente, é imprescindível considerar o legado e o terreno preparado pelas iniciativas anteriores, como as promovidas pelo PCB, na promoção dos direitos e na organização dos trabalhadores rurais na região. Fato confirmado por Eckert, (2009), que faz a seguinte observação:

As primeiras propostas de organização de agricultores no Rio Grande do Sul ocorreram por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha em vista formar sindicatos de assalariados rurais. Os primeiros sindicatos desse tipo foram criados em Pelotas, em Jaguarão e em São Gabriel, tendo sido fundado por volta de 1954, mas sem reconhecimento legal. Os comunistas também foram responsáveis pela organização de embriões de sindicatos em outros municípios, onde, em geral, predominava o assalariamento rural (ECKERT, 2009, p. 71).

Embora os problemas dos agricultores Sem-terra do Rio Grande do Sul, não fossem diferentes dos problemas que ocorriam com os agricultores Sem-terra no restante do país, e mesmo havendo, no estado gaúcho a atuação do PCB, da Igreja católica e das Ligas de Julho, e embora essas atuações já estivessem ocorrendo a mais de uma década, essa atuação não foi suficientemente forte para fazer frente ao novo movimento que surgiu na década de 1960, a ponto de tanto as ligas quanto o PCB terem praticamente desaparecido com a criação do Movimento Dos Agricultores Sem Terra “MASTER”, restando apenas a Igreja Católica como contraponto a atuação do “MASTER”.

O fator motivador do surgimento do Movimento de Agricultores Sem-terra “MASTER”, é uma resposta à necessidade urgente de mais de 300 famílias de pequenos agricultores "posseiros", que há mais de 50 anos, residem e cultivam as terras que agora estão sendo reivindicadas por um latifundiário uruguaio. Esse latifundiário, auto proclamando-se proprietário das terras entrou com uma ação judicial, buscando a reintegração de posse, conforme detalhado por Eckert (2009, p. 73-74) no terceiro capítulo de seu livro "Lutas

camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas". Capítulo este que tem por título "O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980".

O Master surgiu, em 1960, com a tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área de 1.800 hectares, situada no município de Encruzilhada do Sul, que, por cinquenta anos, esteve em poder de 300 famílias de posseiros. Com o apoio do prefeito, Milton Serres Rodrigues, os posseiros dispuseram-se a lutar pelo direito de permanência. No dia 24 de junho de 1960, por iniciativa daquele prefeito, foi fundado o primeiro núcleo do Master na cidade de Encruzilhada do Sul, contando com a participação de Paulo Schilling (na ocasião, superintendente da fronteira do sudoeste) e Ruy Ramos (na época deputado federal pelo PTB). Foi ainda lançado um manifesto no qual eram destacados o entrave causado pelo monopólio da terra e a necessidade de que ela pertencesse a quem a tratava e nela trabalhava.

Neste cenário desafiador, o "MASTER" surge como uma força coletiva determinada a resistir às investidas do latifúndio, e a reafirmar o direito dessas famílias à terra que há tanto tempo ocupavam e cultivam. Em vista disso, é possível afirmar que em seu nascedouro o "MASTER" tem como objetivo, a defesa de uma causa pontual: garantir o direito à posse das terras que ocupavam as 300 famílias ameaçadas de despejo.

Portanto, o surgimento do "MASTER" vai ocorrer dentro de uma dinâmica que naquele momento, se fazia presente em praticamente todo o território do Brasil, como poderemos ver na sequência em nosso trabalho, onde apresentaremos as lutas de posseiros para permanecer nas terras que ocupavam, e que por direito legal estabelecido na constituição de 1946 em seu artigo 156, inciso 3º, lhes era garantida, desde que estas terras não ultrapassassem uma área de terra de até 25 hectares, e que estivessem sendo ocupadas por dez anos ininterruptos, e os ocupantes não fossem proprietários de outras terras no campo ou na cidade.

Tendo sido diante deste contexto desafiador de uma eminente expulsão das terras que ocupavam a meio século, e através da organização e resistência dos camponeses diante desse cenário desafiador, que em outubro do mesmo ano, o governo estadual tomou uma medida crucial: desapropriou a área em conflito e emitiu títulos de posse para os agricultores que há décadas cultivavam e habitavam aquelas terras.

Esse gesto representou não apenas o reconhecimento formal da legitimidade da ocupação histórica dessas famílias, mas também uma resposta contundente às pressões de proprietários, que tentavam desalojar comunidades inteiras das terras que ocupavam por gerações.

O "MASTER" surge, portanto, como um movimento de resistência bem-sucedido, que uniu as forças dos agricultores locais com o respaldo de autoridades, incluindo o prefeito Milton Serres Rodrigues. A desapropriação e a concessão de títulos de posse foram passos

fundamentais na consolidação do direito à terra para essas famílias, marcando um momento significativo na trajetória da luta agrária no Brasil.

Observamos porém, que embora o “MASTER” em sua concepção, não se diferencie de outros movimentos que eclodiram no mesmo período em todo o Brasil, em seus objetivos e motivações, o fator decisivo e que o distingue de todos os outros é a atuação do governo do estado do Rio Grande do Sul, que através de seu governador Leonel de Moura Brizola, dentro do que determinavam as leis vigentes naquele período, desapropria a área em disputa e concede os títulos de posse aos colonos que a reivindicavam, demonstrando assim o seu apoio aos pequenos proprietários que ali residiam como posseiros há mais de 50 anos.

Embora desde o princípio o “MASTER” contasse com apoio político de membros do PTB Partido Trabalhista Brasileiro, partido do então governador Leonel de Moura Brizola, tanto a participação quanto às influências de Brizola e seu governo serão apresentadas no capítulo final de nosso trabalho. Por hora, concentraremos nosso foco no contexto em que o movimento estava inserido na época de seu surgimento.

O que buscamos nesta parte de nosso trabalho é trazer para análise os principais movimentos camponeses de luta pela terra, que foram contemporâneos ao Movimento dos agricultores sem-terra do estado Rio-Grandense, para que se possa compreender qual era o cenário nacional ao qual o Movimento dos agricultores sem-terra, estava inserido em seu nascedouro. Igualmente veremos os principais conflitos retratados pela historiografia que aborda o tema, para que o leitor possa compreender qual era o cenário em que estava inserido o campesinato brasileiro quando do surgimento do “MASTER”, que é o objeto principal de nossa pesquisa.

4 UM BREVE PANORAMA NACIONAL DE LUTA PELA TERRA NO SURGIMENTO DO MASTER

Neste capítulo, nosso objetivo primordial é traçar um panorama abrangente do contexto nacional das lutas agrárias, que marcaram o surgimento do movimento "MASTER" na década de 1960, no estado do Rio Grande do Sul. É essencial ressaltar que esta análise é fundamental para uma compreensão mais profunda do cenário agrário brasileiro, na época do surgimento desse movimento, que é ponto focal de nossa pesquisa.

É importante destacar que os eventos que deram origem ao Movimento dos Agricultores Sem-terra não ocorreram de forma isolada, mas estavam intrinsecamente ligados aos processos

sociais mais amplos que permeavam todo o país naquele período. Portanto, pretendemos demonstrar que, desde seu surgimento, o "MASTER" não se distinguia substancialmente dos principais movimentos agrários que surgiram no Brasil naquele momento. Isso se reflete tanto nos motivos que impulsionaram sua formação, quanto nos agentes que estavam envolvidos na organização camponesa no estado do Rio Grande do Sul.

Nosso objetivo é fornecer aos leitores uma visão abrangente do cenário camponês que permeava o Brasil durante o surgimento do "MASTER", destacando sua inserção dentro do contexto nacional de luta pelo direito à terra. Ao fazer isso, pretendemos mostrar a intrincada ligação entre o movimento no Rio Grande do Sul e os demais movimentos agrários vivenciados em todo o país naquele período.

4.1 GUERRA DE PARACATU: GUERRA REVOLTA OU GUERRILHA

Na década de 1940, embora a região norte do Paraná já comportasse certa ocupação de seu território, a grande maioria de sua área ainda permanecia “desocupada”, ao menos para os padrões desenvolvimentistas do governo Vargas, que comandava o Brasil naquele período. Foi nesse contexto que o governo Vargas implementou o programa Marcha para o Oeste.

A Marcha para o Oeste teve um papel fundamental na ocupação e desenvolvimento do estado do Paraná. No contexto nacionalista e centralizador do governo Vargas, o programa visava à integração territorial, e à nacionalização das fronteiras através da “conquista do corpo geográfico do país”, por meio de “uma política de colonização, marcada pela intenção da conquista territorial e da integração espacial do país” (LENHARO, 1986 b, p. 13). Promovendo, assim, uma ação administrativa agressiva, para consolidar a presença do Estado nessas regiões. O projeto do governo federal encontrou amplo respaldo do governo estadual, como podemos ver no apontamento a seguir:

A “Marcha para Oeste” constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão (CARNEIRO, 1981, p. 6-7).

No caso do norte do estado do Paraná, o então interventor que comandava o estado, Manuel Ribas, aderiu ao programa federal e disponibilizou um território de aproximadamente 120 mil hectares, para loteamento em pequenas propriedades, que poderiam ser adquiridas a preços bem acessíveis (Felismino, 1985). Bastava ao interessado pelas terras escolher o lote,

derrubar a mata, produzir nas terras adquiridas, pagar corretamente os impostos referentes à posse, e viver na área pelo período mínimo de seis anos: essas eram as obrigações dos interessados em adquirir seu próprio pedaço de terra.

Ao oferecer essas terras em pequenas propriedades e por preços acessíveis, o governo deu a oportunidade para agricultores vindos de diversas partes do Brasil, como Minas Gerais, São Paulo, diversas regiões do Nordeste e também de outras partes do Paraná. A possibilidade de adquirir uma terra a preços acessíveis, e cultivá-la significou um grande incentivo para os colonos se estabelecerem naquele espaço (OIKAWA, 2011, p. 51).

No entanto, é importante ressaltar que a "Marcha para o Oeste", também gerou efeitos negativos, como o deslocamento forçado de comunidades indígenas e o desmatamento de grandes áreas de florestas nativas. Além disso, ocorreu também a ocupação de terras pertencentes a terceiros, sendo este um dos motivos que, num futuro próximo, gerou conflitos, como podemos ver no apontamento abaixo:

A notícia da existência dos 120 mil hectares devolutos espalhou-se como um rastilho de pólvora por todo país e que acabou por provocar uma ocupação desenfreada e desordenada da região. Na ânsia por um lote, dezenas de famílias chegaram a ocupar terras particulares – e com isso começaram a mexer com um vespeiro (FELISMINO, 1985).

O norte do Paraná entre o final do século XIX, e as primeiras décadas do século XX, foi alvo de intenso e contínuo fluxo migratório, principalmente pela crescente busca por novas terras férteis para o cultivo do café. Foi no local que é conhecido como Paracatu, desde os tempos do Brasil colônia, e que comporta atualmente os municípios de “Porecatu, Alvorada do Sul, Florestópolis, Mirassol, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, Guaraci e Jaguapitã”, (OIKAWA, 2011, p. 27) que se protagonizou um dos principais conflitos pela posse da terra, não apenas do estado do Paraná, mas também do Brasil.

Retratado pelos historiadores de formas diversas, sendo que para alguns esses movimentos teriam sido uma revolta, e para outros, se configuraria como uma guerrilha. Porém, a forma como o conflito passou a ser reconhecido e citado pela maioria dos que abordaram o tema foi “guerra de Paracatu”.

Após o decreto que disponibilizou uma área de terra de 120 mil hectares para colonização, onde qualquer camponês poderia requisitar até 200 hectares de terra, devendo apenas seguir uma regra: desmatar a terra, viver nela por seis anos e produzir. Ao final do prazo, se cumprisse os requisitos e tivesse efetuado o pagamento integral, provando ter moradia fixa no local, poderia requerer o título definitivo das terras (OIKAWA, 2011, p. 51).

Porém, da mesma forma com que muitos camponeses acreditaram na existência destas terras, e buscaram na região de Paracatu um espaço para viver, também muitos grandes fazendeiros e especuladores avançaram sobre este espaço. Segundo Silva (1996, p. 10).

Diante do anúncio de que havia terras devolutas, de primeira qualidade, na região de Paracatu, foram muitos os pequenos agricultores que acreditaram na existência delas e vieram para o local. Mas, também não foram poucos os especuladores, grandes proprietários que, sabendo da existência dessas terras vazias, avançaram sobre elas desordenadamente, e foi assim que estas áreas se transformaram num caos.

Na busca pela "terra prometida" em Paracatu, os esforços dos camponeses foram, a princípio, recompensados. Mas a má política de gestão abriu espaço para a disputa de propriedade, entre posseiros e detentores de títulos anteriores, muitos dos quais grandes fazendeiros. Essa disputa envolve a perspectiva de posse legítima de terras numa luta desigual, entre os pequenos camponeses e grandes latifundiários produtores de café, que naquele momento já faziam uso de mecanização nas lavouras (OIKAWA, 2011, p. 9).

Se durante o governo Vargas as ocupações foram pacíficas, isso vai mudar com o final do mandato. Nos primeiros dois anos após o final do governo de Vargas, que também significou o final do governo do então interventor Manuel Ribas, o estado do Paraná vai passar pelas mãos de quatro interventores: “Clotário de Macedo Portugal, Brasil Pinheiro Machado, Mário Gomes da Silva e Antônio Augusto de Carvalho Chaves”. Nestes dois anos a região de Paracatu vai viver um período turbulento, com o avanço da violência contra os camponeses, por parte de grileiros e de empresas colonizadoras, como podemos ver no apontamento a seguir:

A violência vai se constituir em marca registrada quando, o que está em jogo, é a disputa pela terra. Verificar primeiro se o camponês estava morto significa dizer que não havia luta porque os jagunços já chegavam atirando para matar e tomar “sem resistência” a terra ocupada. Os jagunços eram contratados pelos grileiros e se constituíam em “uma das melhores “coleções” de bandidos, facínoras e assassinos, egressos das cadeias e da justiça de todos os Estados” (DUQUE ESTRADA, 1961, p. 30 *apud* SERRA, 2019, p. 66).

Em 1947, Moysés Lupion é eleito para cumprir seu primeiro mandato como governador do Paraná. Nesse momento a região de Paracatu já vivia num clima de tenção extrema e “A posse de Lupion chegou para inflamar ainda mais os ânimos de todos, pois acirrou a discórdia e as disputas pelas terras, ao favorecer descaradamente agiotas e escancarar, de vez, as portas para a corrupção” (LEOCÁDIO, 2011, p. 12). Sobre a atuação de Lupion no governo do Paraná, Serra (2019, p. 65) faz o seguinte apontamento:

Moysés Lupion governou o Paraná entre 1946 e 1950 e foi eleito para cumprir novo mandato no período 1956-1960. Durante esses dois mandatos o Paraná viveu os seus piores momentos de turbulência no setor agrário, envolvendo tanto a apropriação irregular de terras como a violência generalizada no campo, com o extermínio de camponeses. Mesmo em áreas de colonização planejada, onde as empresas cumpriam

as metas estabelecidas nos projetos, a apropriação irregular acontecia e gerava conflitos.

Entre os casos explícitos de favorecimento a amigos e parceiros políticos, com a entrega de grandes áreas de terras que estavam ocupadas por posseiros, chama a atenção o caso da família Lunardi, cujo patriarca, Jeremias, era conhecido como o rei do café, e para quem o então governador, Lupion, havia trabalhado atuando como Procurador do mesmo. Como podemos ver a seguir em apontamento que traz uma publicação feita pela Fundação Dinarco Reis (FDR, 2016, p. 2):

Manuel Ribas comprometera-se com os camponeses. Entretanto, o quadro mudou com a posse de Lupion (12/03/1947), ex-procurador de Jeremias Lunardelli, o ‘Rei do Café’. Lupion assinou um decreto à feição da grilagem de Lunardelli e pôs à sua disposição a Força Pública para obrigar os camponeses a ‘abandonarem’ as terras cuja propriedade, depois, iria requerer.

Foi dessa forma que milhares de camponeses que buscaram no norte do Paraná um porto seguro para viver, acreditando nas promessas de poderem ser donos de um pedaço de terra, de forma legal, feitas dentro do programa “Marcha para o Oeste”, viram seus sonhos desabarem, pela imposição da força e da violência que se alastraram pelo norte do estado, capitaneadas tanto por grileiros, quanto por empresas colonizadoras. O mais assustador foi que essa violência também vinha do próprio governo através da polícia, como podemos ver na citação a seguir:

Destaque-se, no entanto, que o conflito só aconteceu como forma de defesa, pois, os posseiros e suas famílias vinham sofrendo reprimendas violentas dos policiais e pistoleiros, a mando dos grileiros de terras e dos grandes proprietários, bem como sofriam com as decisões judiciais que lhes obrigavam a abandonar suas posses de terra (PRIORI, 2012, p. 10).

Por causa disso, os camponeses se obrigaram a “subir no palco” e deixar de serem apenas coadjuvantes, passando a atuar como protagonistas, uma vez que não lhes restava outra alternativa que não fosse a de resistir pois já estavam sendo massacrados. Ou seja, além de estarem perdendo suas terras também corriam o risco de perderem suas vidas. Foi, portanto, a falta de outras opções que levou os camponeses a pegarem em armas, e deflagrarem mais um episódio de violência no campo da história do Brasil.

Este foi, pois, o cenário propício para o desenrolar de uma trama histórica, de sangue e suor, que aconteceu no Vale do Paranapanema, a qual fez com que os posseiros e suas famílias fossem obrigados a pisar em sangue para deixar vivo o sonho que ali os tinha trazido (ZAMBOLIN, PRIORI, 2010, p. 5).

Foi neste cenário de desamparo que os camponeses se juntaram ao PCB e às Ligas Camponesas, e desta forma proporcionaram aquela que seria “[...] a primeira e única tentativa de guerrilha camponesa que foi levada a cabo no território nacional pelo Partido Comunista durante toda sua existência. [...] A guerrilha de Porecatu[...]” (SILVA, 2006, p. 10).

Sobre o apontamento acima devemos discordar uma vez que, como veremos mais adiante, a participação do PCB em episódios de conflitos armados de luta pela terra não vai se restringir à guerra de Paracatu, pelo contrário, vai estar presente em vários momentos e em várias partes do Brasil naquele período.

As primeiras atitudes tomadas pelo “Partidão” foram de organizar o movimento dentro de regras rígidas, arregimentando mais posseiros, fornecendo-lhes armas e um treinamento de combate dentro de normas disciplinares rigorosas, além de trabalhar uma forte propaganda de convencimento de toda a população em torno do movimento, conforme foi descrito por (PRIORI 2000, p. 223, apud LEOCADIO, 2011, p. 8):

Assim, uma das primeiras estratégias postas em prática foi a realização de duas frentes de resistência, sendo a primeira armada, envolta em uma disciplina rigorosa e um comando forte, consistente, e a segunda “[...] composta por algumas centenas de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades.

Dessa forma, segundo Leonencio Nossa e Celso Junior (2010, p. 17):

[...] a guerrilha moderna no Brasil teve origens caboclas. Na região entre os Rios Paranapanema e Centenário, no norte do Paraná, divisa com São Paulo, eclodiu um movimento de posseiros ou “posseantes” que usava práticas da guerrilha no conceito que se popularizou durante a Guerra Fria – as mesmas que constavam de manuais produzidos no Leste Europeu, na China e na Rússia, adotados mais tarde por partidos de esquerda.

Depois de muitos anos de resistência e após meses de intensos confrontos com mortes de ambos os lados das trincheiras, os posseiros foram gradualmente encurralados. O uso da máquina governamental através de suas forças policiais, juntamente com o grande poderio financeiro dos latifundiários na contratação de jagunços, espalhou o terror, levando cada vez mais posseiros a desertar da luta e abandonar suas terras. Desta forma, a luta dos posseiros perdia gradativamente sua força. Sendo que no dia 17 de julho de 1951, as forças policiais deram o golpe de misericórdia no movimento, prendendo as principais lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuavam na organização da resistência campesina (LEOCADIO, 2011, p. 8).

Embora a guerra de Paracatu tenha se tornado conhecida nacionalmente a partir de 1948 com a entrada do Partido Comunista, que passa a atuar na organização dos camponeses o movimento passa a “adquirir expressão política e social a partir de 1942”, (MYSKIW, 2002, p. 71). Porém, é interessante citarmos que segundo Leandro Cesar Leocádio: “[...] o norte paranaense, especificamente a região aqui estudada, já desde o século XIX lidava com questões conflitantes no que diz respeito à terra” [...] (LEOCÁDIO, 2011, p. 3).

No entanto, o desfecho final da “Guerra do Paracatu” se deu com a prisão da grande maioria dos líderes do movimento, especialmente os que mantinham alguma relação com o “Partidão”. Quanto aos camponeses que não haviam fugido entre eles muitos que foram presos, acabaram sendo todos retirados da região de Paracatu, e sendo relocados na região oeste do Paraná em um local bem distante da área de conflito, onde receberam de 10 a 15 hectares de terra. Quanto as terras da área do conflito, todas acabaram sendo tituladas ou para grandes fazendeiros ou para grileiros, ou seja, acabaram nas mãos dos que de alguma forma tinham um padrinho político.

4.2 A REVOLTA DE POSSEIROS DE 1957

O movimento campestre que ficou conhecido como “A Revolta dos Posseiros de 1957” ocorreu na região sudoeste do Paraná, que ao longo de sua história foi palco de disputas por terra. Entre os conflitos mais emblemáticos retratados pela historiografia estão a disputa pelo estabelecimento da fronteira entre o Brasil e a Argentina, que levou os dois países a um litígio que só se resolveu em 5 de fevereiro de 1895, através da arbitragem do então presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, escolhido de comum acordo entre Brasil e Argentina para arbitrar o litígio, e cuja decisão foi totalmente favorável ao Brasil, estabelecendo a forma atual das fronteiras entre os países. A segunda disputa foi protagonizada entre Santa Catarina e o Paraná, também envolvendo a definição de fronteiras, e que gerou um dos episódios mais vergonhosos da história do Brasil: a “Guerra do Contestado”, cujo final foi o massacre de milhares de camponeses pobres e a tomada de terras que eram ocupadas por eles por várias gerações.

O sudoeste do Paraná teve uma grande parte de suas terras cedidas como forma de pagamento à empresa Brazil Railway pela construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul e também de um ramal ligando o eixo principal da rodovia até Guarapuava, sendo que este ramal ficou sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Viação e Comércio –

BRAVIACO, constituída por capitalistas de São Paulo, e que pela execução deste ramal recebeu como pagamento 500 mil hectares de terra. Lembrando que as terras doadas eram pertencentes em parte ao estado do Paraná e em parte ao Governo federal, por constituírem áreas de segurança nacional, uma vez que estavam em área de fronteira.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder do governo federal, e pelo fato de nem a Brazil Railway e nem a BRAVIACO terem cumprido o contrato, uma vez que ambas não terminaram a obra em questão, o governo, através do interventor Mário Tourinho emitiu o decreto 300, que devolveu as terras ao estado do Paraná, dando início a um longo processo judicial sobre a propriedade destas terras.

No ano de 1943, mesmo sem um desfecho por parte da justiça sobre as terras em litígio nessa região, o então presidente da república Getúlio Vargas, cria através do decreto nº 12.417 a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, como estratégia de expansão da fronteira agrícola, dentro do programa intitulado “Marcha para Oeste”.

A criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), foi utilizada pelo presidente Vargas como uma oportunidade para retomar para a União o controle das terras que estavam sob o domínio do estado do Paraná. Porém, tanto do ponto de vista jurídico quanto político, essa ação só poderia ocorrer após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), favorável aos interesses do Governo Federal (SERRA, 2019, p. 70).

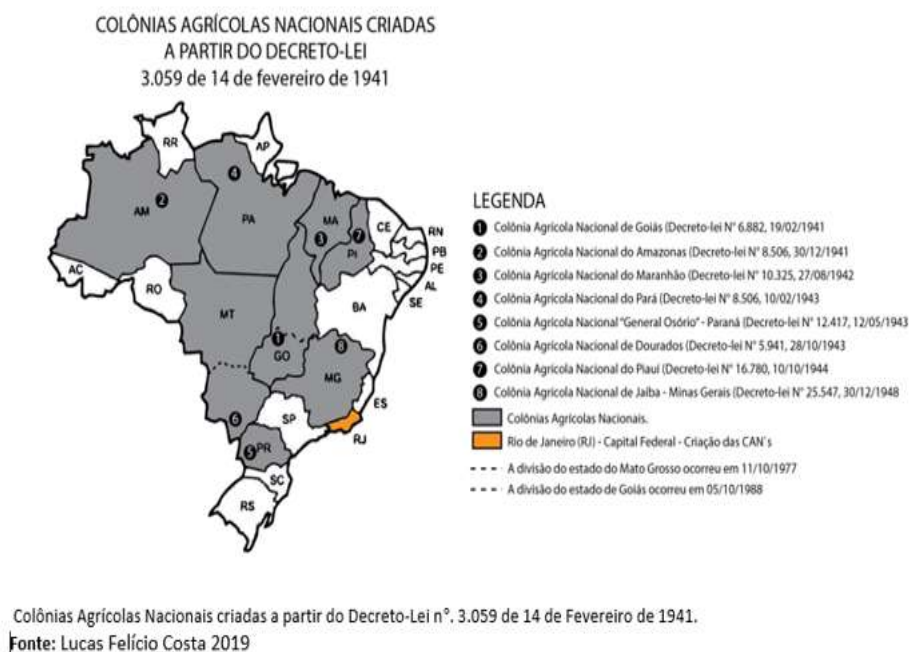
A fase conhecida como ocupação intensiva do Sudoeste do Paraná teve início na década de 1940 e se intensificou na década de 1950, com a chegada de migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus que haviam colonizado "regiões antigas" do Rio Grande do Sul. Estes migrantes, a princípio, estabeleceram-se na região de forma espontânea, ocupando terras devolutas ou adquirindo posse das terras ocupadas pelos caboclos. Mas o fator principal que impulsionou essa colonização de forma extensiva foi a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório “CANGO”. Essa colônia foi criada em 12 de maio de 1943, por iniciativa do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto n.º 12.417, como parte da estratégia de expansão da fronteira agrícola conhecida como "Marcha para Oeste" (SOUSA “et al” 2017, p. 160).

Para atrair de forma massiva os colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para as terras do sudoeste do Paraná, o governo de Vargas investiu massivamente em propaganda, focando nos pequenos agricultores, que como já apontamos no capítulo anterior, não possuíam terra, e também nos que pela prática da partilha já não possuíam terra suficiente que pudessem os sustentar, e permitir que vislumbassem um futuro para seus filhos. Foram

predominantemente estes os fatores principais que fizeram com que a “CONGO” fosse fundamental na ocupação do sudoeste do Paraná, como podemos ver no apontamento abaixo:

[...] Centenas, milhares de famílias gaúchas foram recebidas e acomodadas pela CANGO, durante os treze anos de sua existência. Além de 20 alqueires totalmente de graça, a família recebia da CANGO apoio para instalação do casario, assistência médico-educacional. Tudo sem ônus algum para o assentado (VOLTOLINI, 2003, p. 43).

A criação da CONGO veio inserida dentro de uma política nacional desenvolvimentista, implementada pelo programa “Marcha Para o Oeste”, que buscava ocupar todas as áreas do país garantindo através dessas ocupações, a soberania nacional, principalmente nas áreas de fronteira, mas também sobre todo o território do Brasil. Também visava, através do assentamento de pequenos camponeses, aumentar a produção de alimentos para abastecer os centros urbanos que vinham se expandindo com a industrialização do país. Sendo que dentro desse programa, além da CONGO, no Paraná, foram criadas outras “Colônias Agrícolas Nacionais” em diversas regiões do país.



Por outro lado, grupos de camponeses principalmente do Rio Grande do Sul, que não obtiveram lotes na Colônia Agrícola passaram a se estabelecer em áreas ainda não ocupadas, construindo moradias rústicas e desenvolvendo suas atividades de subsistência. Aproveitando da indefinição sobre a propriedade das terras retomadas da Brazil Railway, grileiros disfarçados de colonizadores entraram em cena para tirar vantagem da situação. Um desses grupos que mantinha fortes ligações com o governador Moysés Lupion, que estava cumprindo seu segundo

mandato, conseguiu estabelecer uma empresa colonizadora chamada Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA), cujo objetivo era vender terras que não lhe pertenciam.

De acordo com Gomes (1987, p. 35) e Martins (1986, p. 309), a CITLA apresentou uma escritura registrada em cartório de registro de imóveis como prova documental para vender as terras ocupadas pelos colonos. Curiosamente, o cartório foi aberto em um dia emitiu este único documento e fechou suas portas no dia seguinte. De posse dessa escritura a empresa passou a pressionar os ocupantes das terras a comprá-las, tanto os colonos assentados na CANGO quanto os posseiros que haviam se estabelecido em suas posses há pelo menos dez anos, e que pelas leis vigentes no Brasil já eram donos legítimos das mesmas (SERRA, 2019, p. 70-71).

A situação chegou num ponto que se tornou insustentável. Os colonos, independentemente da forma com que haviam ocupado as terras em que viviam (através da CONGO, ou simplesmente por ocupação de espaços vazios), se viram numa encruzilhada onde os caminhos eram abandonar suas terras, pagar por elas a grileiros, ou lutar em sua defesa. A decisão foi a de lutar, não de forma individual, mas sim se organizando e buscando coletivamente o direito que tinham sobre o espaço que ocupavam. Foi assim que mesmo sabendo que todas as probabilidades de sucesso em sua empreitada lhes eram desfavoráveis, partiam para a luta, como podemos ver na sequência:

No dia 10 de outubro de 1957, cerca de 6.000 colonos tomaram a sede do município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. Vinham em caminhões, carroças, de cavalo ou a pé. Todos armados. Com foices, velhos revólveres, espingardas de caça, enxadadas e pedaços de pau. Concentraram-se na Praça da Matriz, onde numa casa de esquina ficava a sede da estação de rádio local, transformada em centro de operações. A delegacia e a sede da prefeitura foram tomadas, o prefeito e o delegado fugiram. O Juiz de Direito foi colocado em prisão domiciliar e o Promotor Público ficou sob a custódia do Exército até receber autorização para sair da cidade (SOUZA, *et. Al*, 2017, p. 158).

Após a tomada de Francisco Beltrão ocorre uma reação em cadeia, provocando a tomada de outros municípios. Em Pato Branco no dia 9 de outubro uma comissão composta por representantes de todas as facções políticas foi formada, e ficou conhecida pela imprensa como Junta Governativa. Os colonos foram convocados a se reunir na cidade, em pontos estratégicos como principais vias de acesso, pontes, instituições públicas e estação de rádio.

No dia seguinte, o Chefe de Polícia do Estado foi enviado para a região com o objetivo de acalmar os revoltosos, e fechar os escritórios das empresas responsáveis pela tensão na região. Ele passou por Pato Branco e seguiu para Francisco Beltrão, onde foi detido pelos membros da revolta até concordar com todas as suas reivindicações, incluindo a destituição do delegado de polícia. Em Francisco Beltrão, a evacuação dos jagunços e funcionários das

empresas ficou sob a responsabilidade do Exército. Na manhã do dia 11 após a evacuação, os colonos invadiram os escritórios das empresas, destruindo tudo. Móveis foram lançados pelas janelas e os documentos e notas promissórias, assinados sob coerção, foram espalhados pela avenida principal da cidade, rasgados e pisoteados.

A revolta dos posseiros se constituiu basicamente, na resistência de colonos e posseiros, que se negaram a deixar as terras em que viviam e que legalmente lhes pertencia. O conflito atingiu seu auge em 1957, quando os camponeses se organizaram e contando com o apoio das comunidades locais, representado principalmente pelos comerciantes e por dois partidos políticos (PTB – UDN), que a partir da rádio Colmeia de Francisco Beltrão, fizeram o chamamento que reuniu milhares de camponeses, que tomaram as principais cidades da região, destituindo e prendendo autoridades que apoiavam as atrocidades promovidas pelas empresas colonizadoras através da polícia e de jagunços.

Ao final, para evitar mais derramamento de sangue, o governo federal intervém com o envio do exército para apaziguar os ânimos. O governo do estado, pressionado com a possibilidade de intervenção federal, acaba cedendo às exigências dos camponeses, fechando todos os escritórios das empresas colonizadoras e substituindo os delegados, juízes e promotores que defendiam as colonizadoras por outros que atuassem de forma neutra. Assim, segundo Gomes (1986):

Após os levantes – com a ocupação destas cidades pelos colonos – as companhias são obrigadas a se retirar e os colonos conseguem a legalização da terra a partir da década de 1960 com a criação do GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, o qual encerra suas atividades na década de 70 após ceder o título da terra aos colonos. (p. 35)

Enfim, podemos afirmar que a Revolta dos posseiros de 1957 demonstrou, como é possível alcançar os objetivos pretendidos a partir da organização, em defesa de um interesse comum. Nesse caso, os posseiros e colonos conseguiram expulsar as companhias colonizadoras, assim como os grileiros, e garantiram seu direito sobre as terras que ocupavam. Pode-se dizer que o desfecho dessa revolta com a presença das forças armadas, diferentemente do ocorrido em Canudos e no Contestado, foi favorável aos posseiros. Contudo, somente em 1962 que, finalmente, a situação dessas terras foi legalizada, quando o presidente da república João Goulart, através de decreto, cria uma comissão para regularizar a situação fundiária no sudoeste do Paraná.

4.3 A REVOLTA DE 1961

Em 1961, eclode na região oeste do Paraná outra revolta de colonos, que ficou conhecida como “A Revolta de 1961”. Novamente, o motivo foi a tentativa das empresas colonizadoras de expulsar colonos que ali haviam se estabelecido, derrubando as matas para cultivo do solo com lavouras diversas, e a criação de animais. Mais uma vez entra em cena a atuação da polícia, que com apoio de jagunços, perseguiu e intimidou posseiros que se organizaram e revidaram num conflito armado que causou muitas mortes, e só foi resolvido no final da década de 1960, com a intervenção do governo federal.

Queremos lembrar que esses posseiros tinham conhecimento dos fatos ocorridos poucos anos antes no sudoeste do Paraná, no episódio que ficou conhecido como a revolta dos posseiros de 1957, que foi retratada acima onde através da resistência, milhares de famílias camponesas conseguiram se manter em suas terras e confirmaram seu direito de posse.

Mesmo que não tenhamos encontrado nada que relacione diretamente aos fatos ocorridos em 1957 na historiografia sobre a revolta de 1961, achamos pertinente fazermos esta colocação, uma vez que acreditamos que os acontecimentos de 1957 serviram como baliza para que os posseiros, quatro anos mais tarde, se organizassem e resistissem, acreditando no direito de se manterem em suas terras.

No início da década de 1950, o fluxo de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o oeste do Paraná era grande, e a construção da estrada do colono foi uma facilitadora para que acessassem essa região do Paraná. “No início da década de 1950, na área entre o rio Represa Grande até o rio Silva Jardim, a terra ainda não era colonizada[...]. Essa localidade foi vista pelos colonos/posseiros enquanto terra devoluta” (ANDRADE, 2017, p. 23).

Tal condição motivou a ocupação feita principalmente pelos colonos vindos do Sul, que acreditavam poder se tornar donos de um pedaço de terra através do sistema de posse, já reconhecida pela legislação vigente na época, pelo artigo 156, parágrafo terceiro da Constituição de 1946 que trazia o seguinte texto:

Art. 156 - A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.
§ 3º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (BRASIL, 1946).

Essas terras, não diferentes da maioria das terras do Paraná onde ocorreram grandes conflitos, também foram utilizadas como moeda de troca pelos governos do Paraná e federal, como pagamento da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Posteriormente foram tomadas de volta pelo governo Vargas e distribuídas de forma no mínimo, duvidosa, pelo governo Lupion a correligionários políticos como pagamento pelo apoio e por favores políticos prestados.

Da mesma forma que o ocorrido nos conflitos já apresentados acima, neste caso também os posseiros passam a ser pressionados, primeiro para que efetuem o pagamento das áreas que ocupavam, independentemente de já as terem pago, ou mesmo de já possuírem o direito de posse com base no artigo 156 da Constituição de 1946, e no caso do não pagamento a desocupação da área em que vivem. Entre as formas de coerção, uma chama muito a nossa atenção: “em fins de maio de 1961, financiado pelo governo do Estado um avião monomotor sobrevoava a Gleba, soltando panfletos com os seguintes dizeres: ‘O pagamento da terra em três dias, ou serão despejados’” (ANDRADE, 2017, p. 67). Para que se entenda como a grilagem e a sobreposição de títulos de propriedade havia proliferado nas terras do oeste do Paraná, no caso em questão, Myskiw (2002, p. 82) explica:

De junho de 1960 a julho de 1961, quando aconteceu o levante, apareceram 13 pessoas se dizendo donas legítimas de parte ou de toda a gleba Silva Jardim. Enquanto importantes alterações aconteciam no cenário político paranaense, com a eleição de Ney Braga em 1960, a referida gleba sofria os efeitos da grande onda titulatória ocorrida no segundo governo de Moysés Lupion, ou da constante ação de grileiros, visto que a maioria daqueles que se diziam donos de parte ou toda a gleba “Silva Jardim” eram paulistas.

Se sentindo acuados com o crescente aumento da violência, os colonos decidem dar um basta as incursões promovidas por policiais e jagunços. Num sábado pela manhã um grupo de colonos se organizou e se deslocou até um local conhecido como Esquina Represo, onde havia uma ponte que dava acesso às localidades de Flor da Serra, Jardinópolis e Represo Grande. A ponte foi desmontada e uma emboscada foi armada.

Quando o Jeep que transportava os policiais e jagunços chegou ao local depararam-se com a ponte desmontada e tiveram que parar. Neste momento o Jeep foi alvejado por tiros disparados pelos posseiros que se encontravam escondidos atrás de um barranco do rio, neste primeiro embate morreram dois policiais. Após o ocorrido, os colonos se reuniram na localidade de Flor da Serra e, no sábado à noite, já estariam reunidos entre duzentos e duzentos e cinquenta colonos. Cientes de que haveria reação da polícia, formaram trincheiras com toras de madeira

e caminhões. No domingo por volta do meio dia, o reforço policial chegou com aproximadamente cinquenta pessoas entre policiais e jagunços, e iniciou-se o combate que teria durado três horas e que, ao final, deixou um policial e um colono mortos, além de um colono ferido (MYSKIW, 2002, p. 85-86).

Embora os dados acima sobre o número de mortos sejam os que foram retratados oficialmente, destoam muito dos números apresentados por colonos-posseiros que participaram ou vivenciaram o combate. Leonir Olderico Colombo, em sua dissertação de mestrado intitulada “No rastro do burro: memórias e discursos do ‘colono posseiro’”, de 2013, traz várias entrevistas com colonos-posseiros que contestam o número de mortos entre os policiais e jagunços que participaram do combate, como podemos ver na citação abaixo:

Afonso Guhil não sendo preciso, menciona entre 27 e 28 mortos por parte da polícia ou jagunços e 1 colono; Leontil Borges acredita que foram mais de 20, pois fora necessário 3 jipes do exército para levar os mortos e ainda morreu gente no meio do mato; Júlio Danieli fala em 21 e que mais alguns foram encontrados no meio do mato e somente um colono morreu; já Angelin Cechetto, não participou do conflito mas era “posseiro”, afirma que eram 18 policiais mortos e depois foram encontrados mais 3 no meio do mato; Marcela filha de Idalino Rockenbach, revela que seu pai participou da revolta e que morreu 1 colono e mais de 20 dos “inimigos”, mas afirma que não se tem o número exato (COLOMBO 2013, p. 144).

Sobre quantos colonos-posseiros teriam participado do combate: “Para Afonso Guhil eram aproximadamente 400, segundo Leontil Borges, passava longe de 200, já Marcela Rockenbach destaca que foram aproximadamente 150 ‘colonos posseiros’, Edmundo acredita que foram mais de 200” (Colombo, 2013, p. 145).

Quanto à forma como se findou o combate, em entrevista a Franciele Margarida Bard Andrade (2017, p. 69), na dissertação de mestrado intitulada “A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhador: Os Posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim- PR (1961)”, Valério Rockenbach dá a seguinte versão:

Mas, daí antes da noite veio o exército de Foz do Iguaçu, do batalhão, daí eles tomaram conta da situação. Não puderam mais avançar nos colonos, nem nada. O exército ficou lá uns três ou quatro dias ajudando e cuidando, por que numa revolta assim, depois que o exército viu que deu sangue, daí eles interviram e tomaram conta da situação.

Sobre a regularização das terras envolvidas no conflito sabe-se que só ocorreu no ano de 1967, quando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que posteriormente se transformou no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), iniciou as

medições dos lotes de terra. Durante essa etapa, foram identificadas situações de superposição, também conhecidas como "dois andares", em que o próprio governo do estado havia expedido títulos de domínio para particulares em terras que já possuíam títulos válidos. [...]A partir daí, medidas foram adotadas para corrigir essas inconsistências e promover a legalização das terras, de forma a garantir os direitos de posse e propriedade aos seus legítimos ocupantes. (ANDRADE, 2017, p. 76-77).

Mas independentemente do tempo que levou para que os colonos-posseiros fossem definitivamente reconhecidos como legítimos proprietários das terras que ocupavam, ou da forma como o movimento foi ou ainda é retratado, pode-se concluir que esse movimento de resistência protagonizado por colonos-posseiros ao final se sagrou vitorioso, não pelos embates armados, mas sim pela forma como os colonos, através de sua organização e resistência, puderam continuar em suas terras, mesmo convivendo cotidianamente pelos anos seguintes com o fantasma da insegurança quanto ao direito de posse delas.

4.4 A REVOLTA DE 1964 OU LEVANTE DE TRÊS BARRAS

A revolta dos posseiros de 1964 ocorreu na localidade conhecida como Três Barras, que ficava no município de Catanduvas, no Oeste do estado do Paraná, próximo ao rio Iguaçu. Myskiw (2002) nos lembra que, em 1924, Catanduvas entrou para a história do Brasil por ter sido o local onde se protagonizou um confronto sangrento entre as tropas federais e a coluna paulista, no evento conhecido pela história como “Revolução de 24”. Segundo Myskiw (2022, p. 90): “Esta localidade foi palco de confrontos sangrentos ocorridos entre as tropas federais sob o comando do General Cândido Mariano da Silva Rondon e a coluna paulista chefiada pelo Marechal Izodoro Dias Lopes”, confrontos estes vencidos pelo exército da União.

A Revolta de 1964, ou levante de Três Barras, não diferente dos conflitos apresentados acima neste capítulo, também está relacionada ao direito à posse da terra e, da mesma forma que a revolta dos posseiros de 1957 e a revolta de 1961, teve suas origens na construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul e a utilização de terras como forma de pagamento pela execução da obra e, posteriormente, na retomada delas através do decreto 300, emitido pelo interventor federal Mário Tourinho que devolveu as terras ao estado do Paraná.

Como já apontado e detalhado acima, no ano de 1943 o governo de Vargas, através do decreto 12.147, cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório, dentro do programa Marcha para o Oeste, retomando o controle das terras em áreas de fronteira, desencadeando disputas judiciais envolvendo o estado do Paraná, o governo federal e também a Companhia Estrada de

Ferro São Paulo Rio Grande e suas respectivas representantes legais. Vai ser nesse embrolho de disputas judiciais que os colonos-posseiros, que como também já apontamos acima, passam a ocupar essa região atraídos, principalmente, pelo programa Marcha para o Oeste, que objetivava garantir a soberania nacional através da ocupação das áreas de fronteira. Foi nesse contexto cheio de indefinições sobre a quem pertencia e quem podia vender essas terras que se desenrolou esse conflito. Sobre o local e os motivos que levaram ao embrolho que envolvia o direito de posse destas terras Myski (2002, p. 93) nos traz o seguinte apontamento:

O levante de posseiros ocorreu dentro da área urbana da vila denominada Três Barras, situada na colônia denominada “Timburi” (103.096 hectares), titulada pelo Estado do Paraná, em 1959, à empresa Bellé & Simoni. Esta colônia também estava sendo objeto de disputa judicial entre o Estado do Paraná e a União, a fim de que determinasse a quem competia expedir os títulos de terras na faixa de fronteira internacional. A referida área também se encontrava com um título de propriedade expedido pelo estado do Paraná à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, com a denominação de “Imóvel Andrada”.

É importante salientarmos que esse levante é um dos que menos foi abordado pela historiografia que trata do tema sobre conflitos e lutas agrárias ocorridos naquele período no estado do Paraná. De fato, o conflito só foi contemplado com um estudo mais aprofundado em 2002, na dissertação de mestrado de Antônio Myskiwi que, a partir da análise dos autos do processo judicial movido contra os envolvidos nesse levante, inseriu-o dentro da historiografia. Mesmo, atualmente, mais de vinte anos após Myskiwi abordar o tema, e embora outros trabalhos tenham sido produzidos sobre esse acontecimento, a abordagem feita pelo mencionado autor, em 2002, e as fontes documentais por ele utilizadas continuam sendo as principais referências utilizadas em trabalhos que abordam o tema.

No início da década de 1960, grande parte das terras no oeste paranaense estavam em litígio devido às políticas governamentais adotadas principalmente pelos governos de Lupion, que beneficiavam aliados políticos através da distribuição de títulos. No caso específico da região de Três Barras do Paraná, o território que atualmente pertence ao município era denominado Colônia Timburi e estava titulado à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande como “Imóvel Andrada”. Posteriormente, em 1959, essas terras foram também tituladas à Empresa Bellé & Simioni, que iniciou a medição e demarcação das propriedades, resultando na expulsão dos colonos.

Portanto, os motivos que levaram a esse levante de colonos-posseiros têm como elemento catalizador os mesmos fatos que a revolta 1957 e a de 1961. Ou seja, a tentativa de empresas colonizadoras de tomar posse de terras que julgavam lhes pertencer, e na negativa dos

que já as ocupavam de deixá-las ou de pagar por elas. Neste caso também as terras que estavam sendo ocupadas pelos agricultores eram reivindicadas por mais de um pertença proprietário, e estes em sua maioria contando com o auxílio da polícia e de jagunços, se utilizavam de métodos escusos como a violência para forçar os colonos-posseiros a deixar as terras em que viviam, ou a pagar pelas terras que segundo os colonos-posseiros já lhes pertenciam. Como podemos ver na fala a seguir, feita por Ivo Pedroso em entrevista concedida para Mayara da Fontoura das Chagas (2015, p. 131).

Então, e o que que aconteceu? Então, houve essa revolta porque esse povo vinha de fora, de Londrina, Curitiba, de Cascavel, de vários lugares, vinha aqui e pressionava nós que era posseiro, dava um prazo pra nós ou pagar a terra ou entregar a terra e, e saí do terreno. Certo?! E o que que nós, nós não podíamos pagaremos e ficávamos, ficava sem saber o que fazer! Quando dali mais ou menos noventa dias vinha outra pessoa dizendo que era dono daquela terra, que aquele que tinha vindo anterior, era vigarista, era um grileiro que não era dono, que esse que era dono. Então o governador Lupion deu o título da terra pra várias pessoas né?! E nós compramos somente o direto, não tinha documento nenhum, era só o direito. Aí o que que aconteceu, em 1964 entrou um pessoal desbravando aquelas terras, batendo em agricultor, surrando agricultor e querendo pressionar para nós, ou pagasse ou desocupasse a terra.

Diante dessa situação, os posseiros se mobilizaram e, no dia 6 de agosto de 1964, prenderam o inspetor da polícia, o proprietário de uma madeireira e funcionários envolvidos com a empresa mencionada. Durante o conflito, ocorreram trágicos episódios, incluindo a morte de um topógrafo, um lavrador e o inspetor local, além de várias outras pessoas terem sido mantidas em cárcere privado pelos posseiros (PASSOS, GREGORI, 2014, p. 15).

A tensão na vila persistiu até a manhã do dia 8 de agosto, quando um destacamento da polícia de Cascavel chegou à região e perseguiu os posseiros, resultando na prisão de 43 deles, alguns dos quais passaram anos na cadeia. Somente com a interferência do Exército de Francisco Beltrão, o movimento foi sufocado e a paz retornou à região.

Quanto aos resultados finais deste conflito, dois pontos merecem serem citados: primeiro o desfecho judicial do caso, que podemos ver na citação a seguir:

Este processo transcorreu até 29 de abril de 1969 quando foram absolvidos todos os réus. Os principais argumentos sustentados pela defesa foram: 1º para os posseiros e colonos que haviam sido obrigados a participar, caracterizava-os como vítimas e não como coautores dos crimes e da revolta; 2º para aqueles que haviam participado efetivamente da mesma, alegava-se que estavam buscando um direito assegurado por lei; 3º a tese da negativa da autoria dos crimes (CHAGAS, 2015, p. 58).

O segundo ponto ao qual queremos nos reportar é falta de estudos que apontem como ficou a situação da titulação dessas terras, sendo que os únicos dados que nos foi possível ter

acesso são as entrevistas apresentadas em várias obras que tratam do tema, nas quais os entrevistados falam sobre a importância que o movimento teve para garantir a posse da terra e sua titulação em favor destes. Deduzindo-se assim que, ao final, os colonos deixaram de ser posseiros e passaram a ser proprietários legítimos das terras que ocupavam.

4.5 TROMBAS E FORMOSO

Da mesma forma que ocorreu no Paraná, com a criação da Colônia Nacional Agrícola General Osório “CONGO”, como já vimos acima, foi dentro do projeto desenvolvimentista do governo Vargas e inserido no programa Marcha para o Oeste que foi criada a Colônia Nacional Agrícola Goiás “CANG”. Fundada no ano de 1941, na região do meio oeste goiano, sua sede central recebeu o nome de “Ceres” em alusão à deusa homônima da mitologia Greco-romana que é conhecida por ser a Deusa dos Cereais. O nome escolhido alude ao objetivo pelo qual a Colônia foi idealizada: ser uma grande produtora de cereais para abastecimento regional” (COSTA, TREVIZAM, 2019, p. 6).

Da mesma forma que ocorreu no Paraná, foi através de uma forte propaganda implementada em todo o território nacional que foram atraídos para o centro-oeste de Goiás milhares de camponeses que acreditavam na propaganda oficial do governo Vargas que assegurava terra de graça aos camponeses que para ali se dirigissem, “como fora anunciado nacionalmente em rádios e panfletos publicitários” (COSTA, TREVIZAM, 2019, p. 13).

Além das terras gratuitas que poderiam ser de vinte a cinquenta hectares, sendo que os camponeses deveriam preservar vinte e cinco por cento da vegetação nativa, a propaganda oficial também alardeava que, para os “camponeses” que se estabelecessem nas terras da CANG, seriam disponibilizadas moradias, ferramentas básicas para a lavoura e sementes para o plantio. Também havia a promessa da criação de uma rede de transporte, empréstimo de máquinas agrícolas com os devidos equipamentos necessários para o trabalho nas lavouras, bem como o empréstimo de animais, disponibilização de escolas primárias, de serviços de enfermagem, de médicos e farmacêuticos todos de forma gratuita, sendo que todos estes itens além de serem elencados nas propagandas, também estavam inseridos dentro do Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que estabeleceu a criação das Colônias Nacionais (MAIA, 2005, p. 3).

Ao chegarem às terras prometidas, os emigrantes “camponeses” se depararam com uma realidade bem diferente das propagandas pelo governo, tanto na disponibilidade de terras quanto nos demais programas de auxílio. Segundo Borges (2000, p. 78).

A CANG recebeu pouca assistência do poder público e foi praticamente abandonada à sua própria sorte. Faltaram os recursos técnicos e financeiros prometidos pelos governos. Depois de algum tempo a Colônia foi engolida pelo latifúndio. A partir dos anos 50, o colono, o pequeno produtor, passou a enfrentar um processo de crise econômico – financeiro o que levaria à ruína. Por um lado, ele era pressionado pela especulação comercial e financeira que se apropriava do excedente econômico que produzia. Por outro, era arrasado pela especulação imobiliária que, com a valorização das terras, atraía para a região grileiros e grandes fazendeiros (BORGES, 2000, p. 78).

Quanto à destinação de terras para os “camponeses” que acreditaram nas promessas do governo, a verdade foi que, da mesma forma que ocorreu com a CONGO no Paraná, no final, o número de camponeses atraídos pela oferta de terra gratuita e ludibriados pelas promessas que as acompanhavam acabou por ser muito superior à disponibilidade de terra existente para assentá-los. Desta forma num período de dez anos a população das terras que abrangiam a CANG (que nem chegava a mil habitantes) passa a ter mais de trinta e seis mil habitantes, como podemos ver em apontamento a seguir:

Em 1943 já haviam 900 ocupantes, todavia em condições míseras de moradia. A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente gaúchos) e de outros países (20%) (CASTILHO, 2012, p. 120-121).

Com a tensão dentro dos limites da CANG, os colonos que ali haviam conseguido se estabelecer se juntaram aos administradores da colônia, redirecionando o fluxo constante de novos emigrantes “camponeses” para a região centro-norte do estado, mais especificamente no território do município de Uruaçu, como podemos ver na citação a seguir:

A frustração dessas famílias era grande. A área destinada para a colonização não comportava as grandes levas de migrantes que para lá afluíam. Segundo Carneiro (1988, p. 81) “apenas uma Colônia Agrícola era incapaz de absorver o fluxo migratório que o Estado recebia continuamente, principalmente se considerarmos que este era eminentemente rural”. Daí que alguns colonos e os próprios dirigentes da CANG, para se livrarem dessas famílias que chegavam diariamente, começaram a informar que mais adiante, isto é, na região de Trombas, Formoso e Porangatu havia muitas terras devolutas. Era só chegar, cercar e começar a trabalhar (SAMPAIO, 2003, p. 46).

A região do norte goiano apresentava-se como uma oportunidade atrativa para os camponeses, já que não encontravam dificuldades para se apossarem das terras. Embora seja

desafiador quantificar com precisão a quantidade de terras devolutas na área, os dados sobre o número de ocupantes permitem inferir que grande parte das terras estava sob o domínio de posseiros que fundamentavam nesse direito de ocupação pelo trabalho e uso efetivo da terra (BORBA, 2013, p. 31-32).

No entanto, se faz necessário ressaltar que não foram apenas os emigrantes “camponeses” que não conseguiram terras na CANG e migraram para os sertões desocupados do norte de Goiás, sendo que milhares de “camponeses” que não tiveram experiência prévia na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), foram atraídos pela perspectiva de terras devolutas. Essa expansão da fronteira para o Norte, em uma área com uma grande quantidade de terras livres, atraiu “camponeses” que buscavam melhores condições de vida por meio da posse da terra. Neste período, a falta de infraestrutura como estradas e ferrovias que ligassem o Norte de Goiás ao restante do estado e, principalmente, com a economia do Sudeste do país, não despertava o interesse do capital sobre essas terras, pois não permitia uma exploração capitalista rentável, muitas dessas terras não eram exploradas. E “as ocupadas, os donos não se sentiam incentivados a regularizá-las.” (BORBA, 2018, p. 83-4).

As ocupações das terras que compunham as comunidades de Formoso e Trombas foram pacíficas e, a princípio, os posseiros não encontraram nenhuma resistência para ocupá-las como também não sofreram nenhuma contestação sobre sua posse. A falta de infraestrutura fazia com que essas terras, apesar de sua fertilidade, não fossem atrativas para a burguesia agrária, que desde sempre controlou as posses de terra no Brasil.

Porém, a construção de rodovias que atravessavam essas terras modificou drasticamente o panorama que envolvia sua ocupação, fazendo com que sofressem uma valorização muito grande e também ampliando a migração de camponeses para as terras de Formoso a Paracatu, como podemos ver na citação a seguir, que traz a entrevista do senhor José Toscano de Brito, chefe do serviço de construção da estrada Anápolis-Belém, para o jornal Folha de Goiás de 08 de julho de 1954:

“Nós temos observado, de 48 para cá, um progresso extraordinário na região Centro-Oeste de Goiás”. Em 1948, quando começamos a nossa estrada, em São Patrício, a valorização de terreno naquela região era relativamente pequena. O alqueire de terra valia apenas, naquela ocasião, menos de cinquenta cruzeiros. Hoje, com há apenas seis anos, nós notamos uma valorização fabulosa e o desenvolvimento daquela região. Encontramos diariamente seis a oito mudanças” pau-de-arara”, em direção a Porangatu. De forma que a região é muito próspera e nossa estrada vem trazendo um grande benefício à zona (SAMPAIO, 2003, p. 52).

Junto com as estradas vem não apenas o progresso e a valorização das terras, mas também a ganância dos grandes latifundiários e dos grileiros de plantão. Além da violência que,

como já vimos acima, faz parte do enredo que se desenvolve sempre que o camponês busca por terra em nosso país. Independentemente de qual seja o local, sempre que o progresso chega a estes espaços, principalmente com a criação de uma infraestrutura viária ou ferroviária, com ele vem a tentativa de expropriação acompanhada pela violência, como podemos ver abaixo:

A 'transbásiliana', ligação de Belém (PA) à Livramento (RGS), planejada com 4.740 quilômetros, com os primeiros quilômetros construídos ainda em 1950, irá finalmente realizar a integração do norte goiano com o resto do Estado e com o centro sul do país. Expande-se a colonização e ocupação do Norte, notadamente do médio norte goiano, que tem suas terras valorizadas. Os posseiros e ocupantes têm diante de si fazendeiros e grileiros disputando as glebas que eram quase inacessíveis e desvalorizadas. Registram-se a partir daí incontáveis conflitos de terras com claras repercussões políticas (CAMPOS, 1985, p. 28).

Dessa forma, terras que até aquele momento ficavam isoladas pela falta de estradas, e consequentemente sem condição de produzir mercadorias excedentes para o mercado, passam a ter um valor comercial muito alto, uma vez que a partir da criação de uma infraestrutura viária tudo que ali for produzido tem como chegar aos grandes centros. Segundo Sampaio (2003, p. 51):

Divulgada a notícia da construção da rodovia, irrompe larga procura das terras que lhe seriam marginais. [...] sua rápida valorização logo se desenhou na mente dos especuladores. Para alcançar lucros fabulosos, cogitavam eles, adquiri-las sem demora e vendê-las mais tarde por preço condizente com a vantagem de estar a gleba próxima a uma estrada que a ligava diretamente com a Capital federal e com um porto voltado para o Atlântico.

A partir da entrada de grileiros na disputa pela posse da terra a violência, que já se fazia presente, ou seja, praticada por fazendeiros na busca pela cobrança do arrendo, passa a se multiplicar, não mais visando a cobrança, mas sim buscando expulsar os camponeses de suas terras. Mesmo com a violência a que estavam sendo submetidos os camponeses "posseiros", a princípio vão buscar dentro dos trâmites legais seu direito sobre às terras que ocupavam.

Até 1954 os camponeses buscavam legalmente obter títulos de propriedade para às terras que ocupavam, liderados por José Firmino em Formoso e José Porfírio em Trombas. Ambos buscaram resolver os problemas de forma legal, inclusive negociando com grileiros. No entanto, ao receber do procurador estadual durante uma viagem a Goiânia um "salvo-conduto" para o uso da força na defesa de suas propriedades, José Porfírio observa que os camponeses não obterão nem apoio e nem proteção do governo. Diante disso, os camponeses optam pela luta armada em defesa do seu direito à posse da terra (AZEVEDO, 2014, p. 72).

É importante ressaltarmos que a partir das recusas de apoio dos entes oficiais e sem possibilidade de uma resolução pacífica, as lideranças camponesas, já antecipando o enfrentamento se prepararam para tanto em aspectos militares, com treinamentos e aquisição

de armas, quanto organizacionais, com a criação de uma associação. Em 1954, as primeiras remessas de armas chegaram à região, resultado da política do PCB e das campanhas de apoio aos posseiros. O próprio PCB mantinha um setor específico denominado "Trabalho Especial", que funcionava como o Braço Armado do Partido. Esse setor teve um papel importante, não apenas em aspectos técnicos e logísticos, mas também na realização de cursos militares em vários conflitos armados na época, incluindo o caso de Formoso (AZEVEDO, 2014, p. 64).

A partir da entrada de membros do PCB no movimento de resistência e com a intensificação das barbáries praticadas pelos grileiros que contavam com o apoio de jagunços e anuência e apoio das autoridades, neste caso representadas pela polícia, o movimento passa a atuar de forma mais organizada. A criação de associações, que a partir da premissa da ajuda mútua passam a dar mais segurança às famílias dos camponeses-posseiros, permitem, desta forma, a possibilidade de manter vigilância constante nos acessos a Trombas e Formoso.

Já em 1954, devido ao agravamento dos conflitos e das repetidas convocações de tropas policiais pelo Juiz de Uruaçu, o governo decidiu tomar uma ação e enviou, sob o comando do Capitão Silveira, um grupo de 55 soldados para a cidade vizinha de Porangatu. Essas tropas aguardavam ordens para intervir nos conflitos. No início do mesmo ano, ocorreu o primeiro grande confronto entre os posseiros e os soldados da polícia, conhecido como a "Batalha de Tataíra", que é sempre lembrado pelos posseiros como um dos mais espetaculares conflitos ocorridos na região. Nesse episódio, a polícia partiu de Porangatu com o objetivo de invadir o povoado de Trombas. A "Batalha de Tataíra" ficou marcada pelo confronto desigual, onde apenas seis posseiros mal armados conseguiram sustentar um embate de aproximadamente 45 minutos contra cerca de cinquenta soldados da polícia, que estavam fortemente armados. Surpreendentemente, os posseiros conseguiram uma vitória significativa ao baleiar um tenente e forçar a tropa policial a recuar de volta para Porangatu (ESTEVE, 2007, p. 75).

Foi a partir do aumento exacerbado do conflito, com as ações violentas dos latifundiários e grileiros contra os camponeses e a reação forte e organizada contra os agressores, que acabaram por chamar a atenção da imprensa nacional. Em 1956, durante o auge dos conflitos na área, a Revista "O Cruzeiro", de ampla circulação no país, publicou duas matérias sobre os acontecimentos ocorridos no Norte do estado de Goiás.

As reportagens destacaram os abusos cometidos pelos grileiros no interior do país e apontavam para a falta de ação do estado nessas áreas. A revista também destacou que os grileiros agiam impunemente contra toda a população local. A repercussão desses assuntos, especialmente por tratar de eventos que ocorriam próximos da área de construção da nova capital, levou o estado de Goiás a retirar suas tropas da região, isolando as ações dos grileiros

e trazendo paz momentânea para os posseiros. Entretanto, a política de Juscelino Kubitschek, marcada pela construção de Brasília e da BR 153, uma estrada de ligação entre a capital federal e o Norte do país, reacendeu o conflito na região e gerou novos casos de grilagem de terras próximas a Trombas e Formoso. A grilagem de terras foi seguida por ações mais incisivas dos latifundiários no âmbito político, que passaram a acusar os posseiros de estarem criando uma república comunista independente na região (MAIA, 2014, p. 6-7).

No fim, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas e contra todas as probabilidades de insucesso, o movimento de Trombas e Formoso acabou por lograr êxito, impedindo a tomada das terras dos camponeses-posseiros pelos grileiros, que contavam com o apoio da polícia, que neste momento representava o governo no conflito, e também dos grandes latifundiários que desde sempre dominaram o controle das terras em nosso país.

Acho muito importante que se faça uma ressalva sobre todo esse movimento e sobre a presença dos comunistas na organização dele: como já apontado anteriormente, embora a atuação do PCB nesses conflitos tenha sido fundamental para seu desfecho exitoso também apontou um certo conflito interno, tendo a direção nacional atuado abertamente contra o conflito armado, inclusive retirando da região os dois principais líderes do movimento e realocando-os para ocupar funções dentro de órgãos do partido em outros estados.

Embora não contasse com um apoio mais incisivo por parte do comitê central do PCB, o movimento camponês de resistência e luta contou com a atuação firme do comitê estadual sob o comando de Abrão Isac Neto, tornando a atuação do partido determinante no resultado final. Sendo que este foi o único movimento camponês armado tutelado pelo PCB que de fato logrou êxito, fazendo com que não apenas os camponeses permanecessem em suas terras, como também a partir da chegada de João Goulart ao governo, passassem a receber os títulos de posse da terra deixando, assim, de serem posseiros para se tornarem legítimos proprietários das terras que ocupavam. Como podemos ver no apontamento feito a seguir:

Porém, a despeito de experiências anteriores dos comunistas e camponeses em confrontos com o aparato repressivo do Estado, a revolta em Trombas e Formoso teve uma série de particularidades. Os camponeses, por uma série de fatores, apresentaram uma grande capacidade de resistência, que os fez lutar por cerca de três anos (1955-1957), saindo vitoriosos ao final do processo. Nesse processo de luta, os camponeses ousaram confrontar na prática as concepções mecânicas do marxismo que viam no campesinato um sujeito individualista e pequeno-burguês, dando grandes demonstrações de coletivismo e avançando, ao ritmo da luta, a consciência política (AZEVEDO, 2014, p. 74).

É importante, também, apontar que, mesmo de forma mais discreta, as Ligas Camponesas, neste período já sob o comando de Francisco Julião, também estavam presentes

em Goiás durante os conflitos. Embora pouco tenha sido abordado pela historiografia que aborda o tema sobre eventuais ações envolvendo membros das ligas na organização ou nos combates, ainda assim é possível constatar tal presença das Ligas de Julião naquele espaço, como podemos ver a seguir:

Encontra-se na região de Trombas e Formoso, desde ontem, o deputado Francisco Julião, presidente das Ligas Camponesas do Nordeste, que se faz acompanhar do Secretário do Trabalho, sr. Érides Guimarães. Naquela região o deputado pernambucano manterá conservação com o líder camponês José Porfírio e o convidará para uma peregrinação em todo o Estado, já que pretende visitar e falar às Associações de Lavradores aqui existentes (O POPULAR, 1/12/1961, p. 3).

O resultado final desses embates passa a ser notado em 1963, quando foi possível observar as primeiras emissões de títulos de posse da terra entregues aos posseiros. Essas emissões continuam até 1964, quando foram abruptamente interrompidos pelos eventos daquele ano, os quais resultaram no fim das suas aspirações de uma propriedade efetiva das terras. Nesse período, a região foi ocupada pelas forças relacionadas ao golpe, o que levou os líderes dos posseiros a fugirem de suas posses e os próprios trabalhadores foram submetidos a interrogatórios e torturas.

Durante todo o período do regime militar, a área em questão ficou sob estrita vigilância e controle direto dos órgãos de repressão. Esse cenário marcou o declínio de um movimento que, dentro dos seus limites, havia garantido a posse da terra para milhares de posseiros, e que se desenvolveu ao longo das décadas de 50 e 60 como um modelo alternativo de propriedade. Importante ressaltar que esse movimento não contava com qualquer apoio governamental e sua efetivação foi resultado da inabalável perseverança dos trabalhadores rurais. Analisando os conflitos no campo, é notório que as tentativas de construção de modelos alternativos ao regime oligárquico não foram iniciativas estatais, mas sim um resultado direto da resistência automática dos posseiros (MAIA, 2005, p. 7).

No caso da Colônia Agrícola Nacional Goiás (CANG) e as ocupações das terras disponíveis em Trombas e Formoso que resultaram no conflito retratado acima, confirmou-se durante as pesquisas muitas definições sobre esse acontecimento, conforme as afirmações que seguem abaixo:

Fica então marcada mais uma página da história brasileira, marcada pelo sangue dos vários combatentes reconhecidos ou anônimos, que libertaram o território de Trombas e Formoso, primeiramente da ditadura dos latifundiários, e que se viram isolados e impotentes frente ao golpe que restabeleceu a dominação do “novo latifúndio”, do agronegócio, sobre a mesma região que outrora foi livre. O solo para o plantio das roças, a terra distribuída igualitariamente, o território das batalhas camponesas, hoje estão novamente aprisionados, cativos, mas estão também regados pelo sangue

daqueles que ousaram viver em liberdade. A semente ainda está plantada. Caberão as novas gerações se levantarem, e junto ao peso de todas as gerações passadas de indígenas, quilombolas, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, enfim, camponeses, colher os frutos das novas batalhas que virão, pois como diria o ditado “nenhuma opressão é permanente, permanente é a luta!” (AZEVEDO, 2014, p. 99)

A verdade é que, como apontado por Castilho (2019), a estrutura fundiária no Brasil foi montada para favorecer o grande latifundiário e mesmo quando da implementação de projetos que pretendiam assentar pequenos agricultores, estes, invariavelmente, eram desarticulados através da escassez de créditos e falta de incentivos, principalmente tecnológicos, que pudessem ser implementados pelo pequeno produtor. No fim, o caso de Goiás não foi diferente de muitos outros no Brasil, cabendo ao camponês pobre desbravar as terras e deixá-las prontas para que o grande latifundiário usufruísse.

4.6 MOVIMENTOS NO RIO DE JANEIRO

Na fase em que nosso país viveu um breve período de democracia, que ensejou o campesino a buscar o direito à terra, o estado do Rio de Janeiro viu aflorar os movimentos em busca de permanecer e conquistar um pedaço de terra para chamar de seu. Embora os conflitos pela terra, tenham iniciado com a chegada dos colonizadores europeus e se mantido até os dias atuais, é a partir da organização, principalmente a franqueada pelo PCB, que estes se intensificam no estado do Rio de Janeiro.

Em 1959 é criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado, ocorrida em Niterói. Esse encontro teve como propósito primordial a coordenação das lutas no estado, destaca-se o papel preponderante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no processo de articulação que levou à criação da FALERJ. O PCB desempenhou um papel fundamental ao instigar os trabalhadores ameaçados a se unirem em prol da organização e defesa da reforma agrária. Além disso, o partido incentivou os operários das indústrias da época a apoiarem os camponeses em suas reivindicações (GASPAROTO, TELO, 2021, p. 32).

A estratégia de resistência adotada pelos camponeses centrava-se principalmente na oposição aos despejos, visando manter a posse da terra pelo maior período possível. Nesse contexto, é importante observar que essa resistência muitas vezes assumiu uma natureza armada. Os lavradores valiam-se de instrumentos de trabalho como enxadas, foices e até mesmo espingardas de caça para proteger seus interesses.

Essa tática não apenas garante a viabilidade das plantações, mas também fortalece sua capacidade de enfrentar as investidas dos capangas armados (jagunços) a serviço dos fazendeiros. Portanto, pode-se dizer que a FALERJ e suas atividades representaram um ponto de convergência de esforços entre os camponeses, o PCB e os operários industriais. Esse movimento consistiu em uma resposta energética aos desafios impostos pela estrutura agrária vigente, visando à conquista e proteção dos direitos dos trabalhadores rurais (GASPAROTO, TELO, 2021, p. 32-33).

Dentre os muitos movimentos que tiveram a terra como catalizador no estado do Rio de Janeiro, alguns acabaram por receber mais destaque. No livro intitulado *Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)*, Gasparoto e Telo (2021, p. 31-33), nos trazem os seguintes apontamentos sobre conflitos envolvendo a disputa por terra no Rio de Janeiro: no início da década de 1960 até o golpe civil militar de 1964, houve um aumento substancial na ocorrência de ocupações de terras através de ação coletiva no estado.

Segundo os autores, durante esse período destacaram-se três casos que receberam maior visibilidade: o primeiro deles ocorreu na Fazenda São José da Boa Morte, situada em Cachoeiras de Macacu, no final de 1961. Sob a liderança de Mariano Beser, um técnico agrícola associado às Ligas Camponesas, essa ocupação gerou uma repressão policial intensa, tendo sido reprimida em poucos meses. Em 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município promoveu uma nova ocupação destas terras. No entanto, essa iniciativa foi rapidamente reprimida pelo Exército logo após o golpe de 1964.

Em um segundo episódio, em 1963, a região de Imbé, situada no município de Campos, foi palco de outra ocupação significativa. Nessa ocasião, lavradores e ex-moradores de usinas locais uniram-se em um movimento que chamou a atenção dos grandes produtores de cana-de-açúcar na região. A resposta dos fazendeiros foi enviar um representante para negociar com os manifestantes, refletindo a importância do movimento (GASPAROTO, TELO, 2021, p. 33).

O terceiro caso relevante ocorreu no mesmo ano, em Xerém, município de Duque de Caxias. Nesse contexto, camponeses se mobilizaram em resposta à ameaça de despejo de uma área já declarada de utilidade pública pelo Governo Federal. Essa declaração tinha o propósito de possibilitar a desapropriação e a distribuição das terras aos lavradores que as habitavam. Cerca de dois mil lavradores, liderados por um padre local, ocuparam a Fazenda Capivari como forma de resistência (GASPAROTO, TELO, 2021, p. 33).

É importante destacar que o cenário político sofreu uma mudança drástica com o golpe subsequente. Esse período foi marcado por uma repressão intensa contra os movimentos e organizações camponesas vigentes na época. As terras que haviam sido desapropriadas pelo

Governo Federal, totalizando 20 áreas entre 1958 e 1963, foram devolvidas aos antigos proprietários ou indivíduos que alegavam ser legítimos donos. No entanto, muitas dessas alegações estavam embasadas na prática de grilagem de terras. Esse contexto pós-golpe representou uma reversão significativa nas conquistas alcançadas pelas comunidades camponesas (GASPAROTO, TELO, 2021, p. 33-34).

Esses eventos ilustram um período no qual as ocupações de terras ganharam destaque no estado do Rio de Janeiro e também apontam a organização e resistência dos camponeses. Em outros termos, as lutas demonstram que, ao final, o grande latifúndio foi o que ficou com as terras, sobrando aos camponeses a repressão o despejo e a perseguição, principalmente aos líderes dos movimentos. Ou poderíamos dizer, de forma resumida, que esses foram apenas mais episódios do Brasil sendo o Brasil.

4.7 MOVIMENTOS EM SÃO PAULO

Não diferente que no restante do país, também São Paulo foi palco de embates envolvendo os camponeses durante o breve período entre 1945 e 1964 em que a democracia imperou em nosso país. E independentemente de quais eram as reivindicações do campesinato paulista daquele período, ao final, da mesma forma que ocorreu em praticamente todo nosso país, prevaleceu a vontade do latifúndio imposta através da violência.

4.7.1 O massacre de tupã

Segundo Lima (2009), no dia 10 de julho de 1949, camponeses do município de Tupã, contando com o apoio e a organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizam uma grande passeata para reivindicar o direito ao transporte do interior até a cidade. Neste dia ocorria na cidade um jogo de futebol envolvendo o time local e o time de Marília, e a passeata se dirigiram até o estádio municipal onde ocorria o jogo. Ao deixarem o estádio, muitos dos que assistiam ao jogo passaram a hostilizar os manifestantes, o que gerou um grande tumulto na cidade. A tentativa da polícia de conter os manifestantes não surtiu efeito e eles se dirigiram até as proximidades da rodoviária municipal, onde realizaram um comício.

Dois meses após a passeata que desafiou o poder local dos grandes latifundiários no dia 25 de setembro de 1949, ocorre o massacre de Tupã,¹⁵ quando um grupo de camponeses e militantes do PCB que estavam reunidos em um pequeno sítio do interior do município de Tupã foi emboscado por uma caravana da polícia local que abriu fogo, deixando dois mortos no local e um ferido que morreu no hospital. No embate também morreu um policial (LIMA, 2009, p. 97-107).

4.7.2 A revolta do arranca capim

Segundo Gonsalves e Vaz (2020), no ano de 1954, em terras localizadas no município de Santa Fé do Sul, o latifundiário José de Carvalho Deniz (vulgo Zico Deniz) resolve expulsar em torno de trezentas famílias de arrendatários que viviam em suas posses. Na busca pela permanência, os camponeses recorrem à justiça em busca de um prazo maior de permanência nas terras.

Como represália às iniciativas dos posseiros de buscar ajuda, o latifundiário implementa as primeiras tentativas de forçar os camponeses de abandonar as terras. Um exemplo se dá através da semeadura de sementes de capim no meio das lavouras dos arrendatários, fazendo com que o crescimento do capim sufocasse as lavouras semeadas e impedindo que os arrendatários pudessem tirar seu sustento da terra, forçando-os assim a abandoná-las. (GONSALVES, VAZ, 2020).

Como forma de resistência, os arrendatários vão se organizar com o apoio de militantes do Partido Comunista Brasileiro e criada a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, que foi fundada oficialmente no dia 14 de junho de 1959 e tinha como objetivo principal auxiliar os arrendatários, dando-lhes amparo e fortalecendo a resistência dos envolvidos no conflito (CHAIA, 1997, p. 17).

Entre as formas de resistência está a que vai dar nome ao movimento “A Revolta ou Guerra do Arranca Capim”¹⁶. Com o objetivo de salvar suas lavouras, os arrendatários liderados

¹⁵ Sobre o massacre de Tupã ver: WELCH, C.; GERALDO, S. Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. LIMA, Airton Souza de. Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2010; LIMA, Airton S. Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã e a militância comunista no interior paulista. Dissertação de Mestrado em História. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

¹⁶ Sobre a Guerra do Arranca Capim ver: MARTINS, Bruno de Caldas; CAVICHIA, Alessandro Henrique. Guerra do Arranca Capim: Protagonismo de Jôfre Corrêa Netto (1959-1962). Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales), Edição IX p. 150-162 REUNI 2018. - WELCH, C; GERALDO, S. Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. - LIMA, Airton Souza de.

por Jofre Correia¹⁷ líder camponês comunista que já havia participado de outros movimentos camponeses, junto com outros “50 arrendatários com suas enxadas arrancaram o Capim Colonião de 40 alqueires das terras da fazenda Mariana de Zico Diniz”

A partir da resistência dos arrendatários em deixar as terras que ocupavam, o latifundiário José de Carvalho Deniz, não diferente do que vimos nos conflitos apontados acima, utiliza a mesma forma de ataque que predominou em outros conflitos entre camponeses e latifundiários, ou seja, o uso da força de jagunços e o apoio da polícia, como podemos ver no apontamento abaixo:

Com o desencadear dos conflitos, o latifundiário Zico Diniz deu ordens a seus capangas para incendiar as casas dos pequenos arrendatários com o objetivo de que esses não retornassem. A ação dos jagunços foi garantida pela polícia e presenciada pela população de Rubinéia. O juiz, devido a característica oral dos contratos, considerou todos nulos e autorizou o despejo dos pequenos lavradores (GONSALVES, VAZ, 2020, p. 136).

Ainda no ano de 1959, diante do recebimento de uma suposta "ameaça comunista", autoridades locais contataram agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) com o objetivo de conter um movimento que estava em curso. Essa medida foi considerada necessária para a manutenção da ordem pública. No entanto, mesmo com a intervenção das autoridades, o movimento persistiu. No mês de agosto desse ano, membros da Força Pública de São José do Rio Preto chegaram à região armados, causando alarme entre os colonos envolvidos no movimento. Sob pressão, os camponeses foram obrigados a abandonar as terras que ocupavam. Além das medidas coercitivas descritas, houve um episódio particularmente grave em 5 de agosto. Um dos indivíduos ligados a Zico Diniz, alegadamente a mando dele, efetuou dois tiros contra o capitão Jofre Correa Neto, líder do movimento. Felizmente, o Capitão Jofre Correa Neto se recuperou das lesões. Contudo, no ano seguinte, ele foi formalmente acusado com base na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de ser um instigador do movimento mencionado. (GONSALVES, VAZ, 2020, p. 136-37).

Aproveitando a ausência do líder do movimento, Jofre, que após ser baleado, foi levado a um hospital em São Paulo, onde ficou internado para tratamento, o governo de São Paulo através de seu governador Jânio Quadros, envia para a região uma equipe do governo liderada por Paulo Vanzolini para efetuar a retirada dos camponeses.

Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2010. Sobre a atuação de Jôfre Corrêa Ver: WELCH, Clifford Andrew; CUNHA, Andrei S. Jôfre Corrêa Netto - capitão camponês (1921 a 2002). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

De acordo com Martins e Cavichia (2018), em entrevista concedida no documentário "Grass War", produzido por Clifford Welch e Toni Perrine em 2001, Paulo Vonzolini relata a sua experiência ao infiltrar-se entre os arrendatários em Santa Fé do Sul. Ele descreveu que ao chegar à região sua equipe e ele, foram inicialmente mal recebidos, porém, gradualmente, utilizando o apoio de seus colaboradores, conseguiram conquistar a simpatia de uma parte dos arrendatários. Vonzolini menciona que persuadir os arrendatários a sair da área não foi uma tarefa difícil; ele adotou diferentes estratégias, incluindo oferecer sacas de arroz como incentivo, realocar alguns indivíduos para outras fazendas e até mesmo providenciar passagens de volta para sua terra natal para aqueles vindos do Norte.

Portanto, pode-se inferir que a situação de miséria enfrentada pelos camponeses, a devastação de suas lavouras, a precariedade de suas habitações e as diversas formas de violência que experimentaram levaram a enxergar as propostas de Vonzolini como uma possível solução para garantir a sobrevivência de suas famílias (MARTINS, CAVICHIA, 2018, p. 157).

Estes acontecimentos ocorridos no município de Santa Fé do Sul no estado de São Paulo retratam a História do campesinato no Brasil. Por mais que busquemos movimentos camponeses, e independentemente do local ou tempo em que os mesmos ocorreram, com raras exceções, o final sempre vai favorecer o latifúndio. No caso da Guerra ou Revolta do “Arranca Capim”, segundo Muramatsu (1984, p. 116):

O despejo foi a fórmula mágica encontrada pelo fazendeiro para livrar-se das incômodas famílias dos pequenos arrendatários. O trabalhador arrendatário enquanto foi útil ao fazendeiro pode permanecer na terra. Mas, consumada a formação do pasto, o fazendeiro tratou de despejar o trabalhador e sua família. Contra o despejo, portanto girará toda luta desses trabalhadores. Foi luta de resistência. Resistir para não sair. Lutar para prorrogar os contratos.

O fato é que, no fim, toda a área do conflito acabou por ficar nas mãos dos latifundiários. Ou seja, foi mais um capítulo da História agrária em nosso país, onde entraram em cena novos atores para representar o enredo de um novo drama, cujo final vai ser o mesmo de milhares de outros dramas vividos pelos camponeses no Brasil. O que sobrou para os camponeses que viveram esse drama foi deixar registrado nas páginas da História do nosso país, mais um capítulo da luta e resistência camponesa na busca por seus direitos, independentemente se sua luta foi por um salário mais digno, pelo pagamento de um arrendo menor, ou pelo direito de posse de um pedaço de terra.

No encerramento deste capítulo, é essencial ressaltar que a relevância do tema transcende o mero relato do contexto agrário de lutas camponesas pela terra. Este capítulo desempenha um papel fundamental na ligação do nosso tema de pesquisa, a reforma agrária da

Fazenda Sarandi, dentro do panorama mais amplo das lutas agrárias vivenciadas no Brasil naquele período.

Desta forma ao apresentarmos este capítulo buscamos demonstrar como se encontrava o cenário agrário no Brasil quando do surgimento do MASTER. Sendo que entendamos ser muito importante para uma compreensão mais ampla de nosso trabalho, que o leitor, principalmente aquele leigo sobre o tema, possa compreender, através dos apontamentos feitos, todo o cenário brasileiro que envolveu o processo de reforma agrária efetuado pelo governo do Rio Grande do Sul na década de 1960.

O ponto focal que buscamos neste capítulo foi trazer a todos os leitores as causas e razões que envolveram todos e cada um destes movimentos que apontamos, e a partir disso, vislumbrar como todos eles, se interligavam, tanto em sua gênese de busca pelo direito a terra, quanto, nas formas como as massas de camponeses envolvidos nestes movimentos se formaram, e principalmente quando analisamos os motivos que levaram ao surgimento destas massas camponesas, que buscavam o direito à terra na década de 1960.

Outro ponto que mostra a interligação entre todos estes movimentos, são os agentes que estão envolvidos na organização ou no auxílio dentro dos movimentos ou no combate aos mesmos. Onde vemos sempre as atuações do Partido Comunista Brasileiro “PCB”, das Ligas Camponesas, e da Igreja Católica.

Quando, analisamos mais especificamente o movimento dos Agricultores Sem-terra “MASTER” no estado do Rio Grande do Sul, esta ligação fica muito clara, uma vez que embora seja o “MASTER” o protagonista da organização do movimento, praticamente todos os autores que abordam o tema, apontam que em seu nascedouro o “MASTER” cooptou para suas fileiras membros do PCB e das Ligas Camponesas, desta forma se tornando hegemônico na organização camponesa no estado rio-grandense, tendo ficado a cargo da Igreja Católica, fazer um contraponto ao “MASTER”.

Também corrobora para esta conclusão o fato de que o “MASTER”, em seu nascedouro, buscava objetivos locais. E embora os entes envolvidos em suas organizações até pautassem em suas reivindicações a reforma agrária, este não era o ponto central em basicamente todos os movimentos agrários vivenciados naquele período, inclusive nos movimentos considerados pela historiografia que aborda o tema como sendo os principais.

Tornando, assim, muito mais importante os apontamentos que faremos no próximo capítulo, quando abordaremos especificamente o MASTER, não apenas em seu nascedouro em 1960, mas também em sua segunda fase, a partir de 1962, quando vai ser o protagonista da primeira reforma agrária feita por um órgão oficial no Brasil. E implementar em nosso país um

novo modelo de luta pela reforma agrária baseado nas ocupações, que a partir daquele momento passam a pautar as ações dos movimentos pela reforma agrária no Brasil até os dias atuais.

5 A REFORMA AGRÁRIA QUE MUDOU O MODO DE LUTAR PELA POSSE DA TERRA NO BRASIL E O SURGIMENTO DE UMA NOVA CLASSE: “OS SEM-TERRA”

5.1 INÍCIO DE GOVERNO.

Em 1959, teve início o governo de Leonel de Moura Brizola¹⁸ no estado do Rio Grande do Sul. Esse período se destacou por medidas ousadas que solidificaram seu papel como uma das figuras proeminentes na história política brasileira. Em seu mandato, Brizola nacionalizou companhias de energia e telefonia, anteriormente concessões de empresas estrangeiras que operavam no Rio Grande do Sul; implementou a criação da indústria de aços finos Piratini, criou a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, criou distritos industriais e implementou programas de incentivo à produção de trigo. Além das transformações econômicas, o governo de Brizola deixou uma marca indelével no âmbito social ao implementar o programa “Nenhuma criança sem escola”. Essa iniciativa resultou na construção em larga escala de escolas e na contratação em massa de professores, garantindo o acesso à educação para todas as crianças.

Um dos momentos emblemáticos de seu mandato foi quando idealizou e liderou a campanha pela Legalidade, em 1961, durante a qual Brizola buscava garantir a posse do vice-

¹⁸Leonel de Moura Brizola nasceu filho do tropeiro e revolucionário José Brizola e da professora Oniva De Moura, em 22 de janeiro de 1922, na comunidade de Cruzinha município de Paso Fundo. Caçula de cinco irmãos, Leonel Brizola perdeu o pai assassinado em 1924 pelos “Chimangos”, decorrente de sua atuação na Revolução de 1923 ao lado dos Maragatos. Com a morte do patriarca a família perdeu a terra e a casa onde residiam, vivendo na pobreza Leonel Brizola foi alfabetizado pela mãe, que depois o encaminha para estudar em Passo Fundo, e depois em Carazinho onde termina o curso ginasial, seguindo após para Porto Alegre, onde presta concurso para escola técnica de Viamão. Após se formar Leonel Brizola volta a Porto Alegre, onde vai trabalhar como operário em uma fábrica de óleo. Tempos depois presta concurso para o Ministério da Agricultura e vai trabalhar em Paso Fundo. Com o pedido de demissão Brizola retorna à Porto Alegre passando a exercer o cargo de jardineiro da prefeitura, neste período presta vestibular e ingressa na UFRGS onde se forma em 1949 como Engenheiro, profissão que nunca exerceu. Durante o tempo em que cursa a faculdade, Leonel Brizola ajuda a fundar o PTB em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Com o apoio de Getúlio Vargas, funda a juventude petebista e é eleito seu primeiro presidente. Em 1947 disputa sua primeira eleição e é eleito deputado estadual, reeleito em 1950, posteriormente se elege deputado federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande Do Sul e deputado federal pelo estado da Guanabara. Expulso dos pais com o Golpe Civil-militar de 1964, Leonel Brizola passa quinze anos no exílio, retornando ao país em 1979, com a anistia concedida pelo governo de João Figueiredo, funda o PDT, partido pelo qual se elege duas vezes ao governo do Rio De Janeiro, no comando do governo do Rio de Janeiro suas principais realizações foram a implantação dos CIEPS, construção do sambódromo, da linha vermelha, e implantação da universidade do norte fluminense. (CASALLI, 2005).

presidente João Goulart, diante da renúncia de Jânio Quadros, e, posteriormente, comandou a realização do plebiscito que deu fim ao parlamentarismo e restituiu o presidencialismo no Brasil, contribuindo assim para que se cumprisse a constituição vigente no país em um período tumultuado da nossa história. Para além da inserção nas instáveis questões políticas nacionais, o governo de Brizola, no Rio Grande do Sul, ainda foi marcado por programas de habitação para famílias de baixa renda e a implantação de um programa de reforma agrária com distribuição de terras para pequenos agricultores.

É importante lembrarmos que em 1959, quando Leonel de Moura Brizola assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul aos 36 anos, dando início a uma gestão que se destacaria pela ousadia e visão progressista, ele já carrega uma rica trajetória política, tendo desempenhado papéis importantes como deputado estadual, secretário de obras, deputado federal e prefeito.

À frente do governo gaúcho, Brizola não se limitou às medidas administrativas, mas concebeu e implementou um conjunto de medidas inovadoras e protagonizou ações que causaram impacto não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o panorama político nacional.

No que tange à questão agrária, estas ações envolvem a criação de um aparelho estratégico jurídico que não só viabiliza, mas também legitima a realização daquela que se tornaria a primeira reforma agrária promovida por um órgão oficial, não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Brasil.

As ações pioneiras de Brizola junto ao campesinato gaúcho vão proporcionar mudanças que não se restringiram apenas à esfera camponesa, mas transcenderam para o campo político, social e econômico. Ao consolidar um ambiente propício à reforma agrária, desafiou as convenções da época e estabeleceu um precedente crucial para a equidade e a justiça social no campo. Sua abordagem inovadora não apenas buscou remodelar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul, mas sinalizou para a possibilidade de uma mudança paradigmática na questão agrária de todo o país.

Brizola surge como um líder transformador dentro do contexto agrário vivido no Brasil daquele período. Dessa forma, ao convergir sua experiência política pregressa com uma abordagem ousada e progressista no trato com a reforma agrária, sua gestão à frente do governo gaúcho vai vislumbrar para milhões de camponeses sem-terra um futuro mais equitativo e inclusivo dentro da sociedade brasileira. A criação de um arcabouço legal e a utilização da Constituição vigente no Brasil naquele momento abre caminho para a reforma agrária no Rio Grande do Sul e mostra para todos os camponeses desterrados da nação que aquilo era possível, dependendo apenas de sua organização e da vontade política de seus governantes.

Embora a reforma agrária não estivesse elencada como um dos itens prioritários constante nos planos de governo que levaram Brizola a ocupar o palácio do Piratini como governador eleito pelo povo gaúcho no ano de 1959, no decorrer de seu mandato como governador, várias medidas que foram sendo implementadas a partir do início de sua atuação à frente do governo gaúcho põem dúvidas sobre o tema, uma vez que mesmo tendo como pano de fundo outros temas de interesse do governo, tais medidas vão se mostrar fundamentais quando da implementação da reforma agrária no período final do governo de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul.

Ainda que a reforma agrária não tenha ganhado destaque durante a primeira fase do governo de Brizola no estado do Rio Grande do Sul é percebido que a administração estadual demonstrou uma preocupação marcante em relação à questão dos pequenos agricultores, particularmente os posseiros.

Durante esse período, o governo empreendeu esforços notáveis para legalizar as terras ocupadas por esses agricultores, concedendo-lhes títulos de propriedade. Esses títulos conferiam o direito de propriedade sobre as terras em que residiam, transformando-os, oficialmente, em proprietários legítimos de terras que há muito tempo ocupavam, mas que não possuíam um título legal que atestava sua propriedade, como é evidenciado na citação subsequente de Alves (2010, p. 72).

Outra importante frente da política agrária do governo Brizola figurava entre as prioridades do governo desde a criação da CETH, ainda em 1960, e foi confirmada com a criação do IGRA, em 1961. Tratava-se da legitimação de áreas ocupadas por famílias de posseiros, muitas das vezes em terras devolutas[...], tanto que na pouca bibliografia que discute a política agrária do governo Brizola, são lembradas com mais frequência as mobilizações e as desapropriações realizadas pelo governo. Proporcionalmente, parte da política agrária adotada pelo governo estadual naquele período deve ser lembrada pelo intenso processo de emissão de títulos para posseiros. Os números sugerem uma intensificação dessa política [...]

Legitimação de terras para Pequenos Agricultores (1960-1961)

Ano	Quantidade de Títulos Expedidos
1959.....	1191
1960	4247
1961	3128

Como pode ser visto a partir dos dados expostos acima, há um considerável aumento na emissão de títulos em 1960 se comparado ao ano anterior.

Outros autores que abordaram o tema concordam com o fato de que a reforma agrária não era elencada como uma prioridade no programa de governo de Leonel Brizola no estado do Rio Grande do Sul. Para a maioria dos pesquisadores, parece ser praticamente consensual que, no início de seu governo, Brizola não demonstrou, pelo menos de forma aberta, um foco específico na reforma agrária.

A pesquisadora Marluza Marques Harres, que possui uma série de trabalhos publicados sobre a questão da reforma agrária no governo Brizola no estado gaúcho, compartilha essa visão em um artigo publicado em 2011 na revista do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O artigo, intitulado "Rio Grande do Sul: Governo Brizola e a questão agrária no início da década de 1960", apresenta a perspectiva da autora sobre o tema:

Nas eleições de 3 de outubro de 1958, o governador Leonel Brizola foi eleito por uma coligação formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Social Progressista (PSP). Durante a campanha eleitoral desenvolvida entre agosto e outubro de 1958, nenhum destaque foi conferido ao problema agrário do Rio Grande do Sul [...]. Conforme observamos, a demanda por terras somente foi reconhecida e incorporada como problema passível de tratamento político no decorrer dos dois últimos anos da administração do governo Leonel Brizola. De certa forma, o governo estadual não estava aparelhado para tratar da questão da terra e a decisão de intervir comportava uma reorientação da política agrária até então seguida pela administração (HARRES, 2011, p. 106).

Os diversos autores que analisaram a questão da reforma agrária no governo Brizola tendem a compartilhar fundamentos semelhantes, seguindo uma das perspectivas descritas anteriormente. Suas abordagens geralmente convergem em torno do reconhecimento de que a reforma agrária não era uma prioridade imediata do governo, mas divergem em suas interpretações sobre se o governo, desde o início de seu mandato, estava preparando um aparato legal e funcional para futuras ações de reforma agrária, ou se esse aparato foi criado por motivos diferentes e posteriormente incorporado e adaptado para atender às necessidades da reforma agrária.

Nesse contexto, Silva (2015, p. 169) fornece uma análise particular sobre o início do governo de Brizola e sua abordagem em relação à questão agrária. O autor destaca as ações do governo no sentido de estabelecer um aparato legal e funcional que, poderia ser empregado no futuro para efetuar a reforma agrária. No entanto, existe uma discussão sobre se esse aparelho foi originalmente concebido para esse propósito ou se foi posteriormente adaptado e aproveitado para a implementação da reforma agrária, devido à sua utilidade.

Todavia, é bom lembrar que, já em 29 de fevereiro de 1960, data da fundação da Comissão Estadual de Terras e Habitação – CETH, além dos objetivos que já foram mencionados acima: [adquirir terras para agricultores e área para construção de casas populares] o referido órgão também fazia o levantamento de propriedades superiores a dois mil e quinhentos hectares. De onde se pode depreender que a missão da CETH tinha como meta uma estratégia que extrapolava a legalização e a legitimação das pequenas propriedades, pois já visava mudanças estruturais, em outras palavras, uma reforma agrária.

Portanto, uma análise com base nas contribuições dos autores citados anteriormente revela que, embora haja concordância quanto à ausência de ênfase inicial na reforma agrária nos planos de governo de Leonel Brizola ao assumir o comando do estado gaúcho, existem nuances e abordagens distintas no tratamento desse tema.

Marluza Marques Harres, por exemplo, sustenta a visão de que, neste início de governo, a única iniciativa relacionada à reforma agrária foi a adesão à carta de princípios do Congresso dos Trabalhadores. Simultaneamente, aponta para a ausência de uma estrutura governamental que possibilite a atuação efetiva na questão agrária do estado. Para ela, seria fundamental não apenas um reordenamento político, mas também a criação de uma estrutura administrativa que viabilizasse a abordagem da questão agrária de maneira eficaz.

Como podemos ver, as análises dos autores destacam uma convergência inicial em relação à não priorização da reforma agrária e revelam, também, a existência de diferentes perspectivas quanto às ações efetivas ou à necessidade de uma estrutura governamental específica para lidar com essa questão.

De acordo com Alves (2010, p. 72) em citação apresentada algumas páginas atrás, o governo de Brizola no estado gaúcho demonstrou, desde o início de seu mandato, um comprometimento significativo com a questão do campesinato. Nesse período inicial, o foco principal estava na implementação de medidas que, no longo prazo, criariam as bases para um aparelho estatal funcional capaz de viabilizar a reforma agrária, como será explorado a seguir.

No entanto, é importante destacar que o governo agiu de forma imediata para a regularização de propriedades pertencentes a pequenos agricultores que ocupavam terras como posseiros, mas não possuíam a posse legal. Os dados disponíveis demonstram que o governo de Brizola agiu de forma ágil nesse processo de legalização.

Se faz necessário apontar, antes de iniciar uma análise das ações tomadas pelo governo do estado do Rio grande do Sul, comandado por Leonel Brizola, que não foram apenas essas ações que possibilitaram que o processo de reforma agrária fosse implementado dentro dos termos legais vigentes naquele período.

É muito importante destacar que o governo de Brizola também buscou aporte dentro da legislação que estava vigente no estado gaúcho e no país no período em que todo esse processo de reforma agrária foi implementado no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, são vários os autores que apontam o uso da legislação na efetivação do projeto.

O governo de Brizola foi notável por sua profunda compreensão das alternativas jurídicas disponíveis para embasar suas decisões, sempre respeitando as normas legais em

vigor. Brizola habilmente se utilizou do arcabouço legal existente para executar uma série de medidas que deixaram uma marca indelével em sua administração à frente do governo gaúcho.

Em sua tese de mestrado, Bernard José Pereira Alves (2010) oferece uma análise abrangente e perspicaz dessas ações inovadoras pelo governo de Brizola, sustentando-se nas disposições legais da época. Como ilustra a citação subsequente, Brizola operou dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente, demonstrando um profundo comprometimento com a legalidade e, ao mesmo tempo, um engenho excepcional na busca de soluções para os desafios que enfrentava.

Desde as primeiras ações, no início daquela legislatura, o reconhecimento da situação do setor que deveria ser alvo de reestruturação era trazido por meio de um “levantamento”. [...] Mesmo que esses levantamentos não fossem necessariamente realizados da mesma forma nas diferentes áreas, constituía-se no primeiro passo. [...] Quase todos os atos do governo mostravam um grande conhecimento das alternativas jurídicas que possibilitariam essas ações. [...] O que não pode ser negado também é que aquela administração foi capaz de mobilizar muito habilmente os dispositivos constitucionais para implementar as transformações que julgava significativas. Caso bastante ilustrativo dessa capacidade pôde ser vista quando o governo “descobriu” a possibilidade na Constituição Federal para exercer seu papel na encampação das companhias multinacionais que atuavam no estado (ALVES, 2010, p. 26-27).

Da mesma forma, também podemos ver o uso da legislação em vigor na questão agrária uma vez que “pode-se apontar a mobilização dos artigos da Constituição do estado que obrigavam o mesmo a atender suas demandas quando grupos “sem-terra” demandassem por projetos de reforma agrária” (Alves, 2010, p. 27).

É importante ressaltarmos que, apesar do amplo reconhecimento do uso das leis em vigor pelo governo de Brizola para a realização da maioria de seus projetos, muito pouco foi discutido sobre as origens dessas leis.

Desta forma, é importante que apontemos que a maior parte do arcabouço jurídico que fundamentou as ações do governo de Leonel Brizola remonta às assembleias constituintes, tanto a nacional, de 1946, quanto a estadual, de 1947. Nesse contexto, a contribuição de Brizola como constituinte ganha destaque especial e merece ser enfatizada.

Quando ainda era deputado estadual pelo PTB, Brizola foi um dos que atuou na elaboração da constituição estadual de 1947, um detalhe que muitas vezes é subestimado pelos pesquisadores que exploram o tema. O fato de Brizola, como governador, ter se apoiado nessas leis foi, com certeza, facilitado pelo amplo conhecimento que tinha, uma vez que participou ativamente da discussão e aprovação como constituinte.

Dito isso, fica mais fácil de se fazer uma análise sobre o conhecimento que Brizola tinha das leis vigentes que tratavam das questões da terra e também facilita que entendamos a sua

capacidade de adaptar a legislação para atender às necessidades específicas de seu governo para fins de reforma agrária.

Essa participação ativa de Leonel de Moura Brizola na formação das leis estaduais é um testemunho eloquente do seu profundo entendimento do conjunto de normas que geriam o sistema agrário do estado gaúcho, e do qual Brizola se apropriou para promover todo processo de reforma agrária restritamente dentro da legalidade naquele momento.

Com o encerramento do Estado Novo, os legisladores empreenderam a elaboração de uma nova Constituição Federal em 1946. Posteriormente, em 1947, os estados também empreenderam a tarefa de redigir suas próprias constituições. Dentre as 23 cadeiras conquistadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na época, uma delas era ocupada por um jovem de apenas 25 anos, um iniciador político em seu primeiro cargo público: Leonel Brizola. Desde o início de suas atividades no parlamento, Brizola demonstrou um nível notável de engajamento, participando dos debates em quase todas as sessões legislativas.

A participação de Brizola na Assembleia Constituinte de 1947 parece ter desempenhado um papel crucial que vai além do mero envolvimento na elaboração do texto constitucional. Essas experiências iniciais foram fundamentais para a consolidação dos alicerces que, no futuro, viriam a formar as principais plataformas políticas à medida que ele ascenderia a cargos executivos. Essa fase de sua carreira política teve um impacto significativo na formação do jovem deputado, ajudando a moldar as convicções que no futuro norteariam sua atuação como governador do estado gaúcho em muitas áreas do governo entre elas a da reforma agrária, dessa forma sua atuação como constituinte ajudou a moldar as bases de sua futura atuação como líder político e governante (ALVES, 2010, p. 27-28).

A partir do que foi visto acima, fica evidente que Leonel Brizola demonstrava ter um profundo conhecimento do sistema jurídico, o que desempenhou um papel fundamental na implementação de políticas como governador do Rio Grande do Sul. Sua atuação como constituinte, sendo um dos criadores das leis em questão, certamente lhe conferiu um domínio substancial sobre o aparelho jurídico, permitindo que ele aplicasse essas leis de forma eficaz para promover o projeto de reforma agrária no estado gaúcho.

Um exemplo notável desse domínio jurídico foi sua abordagem em relação à reforma agrária, na qual seu governo encontrou na legislação, particularmente nos artigos 146 e 147, a base jurídica necessária para legitimar e avançar com as iniciativas de reforma agrária. Dessa forma, podemos afirmar que a habilidade de Brizola em navegar pelo cenário legal e alavancá-lo em prol de suas políticas é um testemunho de sua expertise e compromisso com o

desenvolvimento da reforma agrária no Rio Grande do Sul, como podemos ver no apontamento a seguir:

Ainda nessa direção, pode-se apontar a mobilização dos artigos da Constituição do estado que obrigavam o mesmo a atender suas demandas quando grupos “sem-terra” demandassem por projetos de reforma agrária. Dessa forma, pode-se verificar que o governo Brizola soube encontrar espaços de ação, não nas margens da lei, mas dentro da própria, para agir. Mobilizando artifícios que já estavam disponíveis, mas que, por outras razões, não eram comumente acionados. Tratando-se dos projetos de reforma agrária, que é central neste trabalho, a intensa aplicação das responsabilidades apregoadas pela Constituição do estado no que tange à questão fundiária foram determinantes para as ações do governo, ou seja, os artigos 173 e 174 da Constituição Gaúcha de 1947 foram os instrumentos que legitimaram as iniciativas do governo na área (ALVES, 2010, p. 26).

Em pesquisa realizada por Alves (2010), o autor nos oferece uma análise detalhada dos artigos incluídos, destacando sua importância fundamental no aparelhamento jurídico do governo de Leonel de Moura Brizola para implementar as medidas de reforma agrária dentro dos limites legais no estado do Rio Grande do Sul.

Art. 173 - O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, **aos pequenos agricultores e às suas organizações legais**, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar.
 Art. 174 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.
 § 1. ° - O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante **desapropriação**.
 § 2. ° - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.
 § 3. ° - **O Estado promoverá planos especiais de colonização**, visando as finalidades do parágrafo anterior, **sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras**, de determinada região.
 § 4. ° - O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.
 § 5. ° - Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947 - grifo do autor). (ALVES, 2010, p. 25)

Mesmo contando com leis que lhe possibilitavam implementar várias ações governamentais dentro dos limites legais em vigor, Leonel de Moura Brizola vê a necessidade de criar uma estrutura governamental específica para efetivar com sucesso seu ambicioso projeto de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul. Como mencionamos anteriormente, Brizola não tinha apenas um conhecimento profundo da legislação estadual, mas desempenhou um papel ativo em sua criação como constituinte. Consciente da complexidade do sistema legal

vigente, Brizola compreendeu que, para concretizar a reforma agrária, era crucial estabelecer bases políticas e sociais sólidas, que servissem como ferramentas tanto para a mobilização dos camponeses quanto para o planejamento governamental.

5.1.1 Criando um aparato legal

Nesse contexto, em fevereiro de 1960, Brizola tomou uma medida decisiva ao criar a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), por meio do decreto 11.201, datado de 29 de fevereiro de 1960. Mesmo que esse decreto não tenha sido inicialmente concebido com uma relação direta com a reforma agrária, ele acabou por desempenhar um papel essencial na viabilização do projeto do governo. Dessa forma, Brizola declarou sua visão estratégica ao estabelecer as bases para que uma reforma agrária pudesse se concretizar com eficiência e dentro dos parâmetros legais existentes, como pode ser visto a seguir.

De acordo com o decreto de criação desta, a CETH teria como função promover “a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas a construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos”. O órgão era ligado Secretaria de Obras Públicas e também a Secretaria de Agricultura e a de Trabalho e Habitação[...]no que diz respeito à questão fundiária era de competência da CETH:

- 1º. Elaboração de planos gerais de colonização;
 - 2º. Determinação, pesquisa e aquisição de áreas destinadas à colonização;
 - 3º. Desapropriação e recebimento de glebas;
 - 4º. Entrega à Secretaria de Agricultura de áreas a colonizar
- Desta feita, competiria à Secretaria de Agricultura:
- 1º. Recebimento das áreas destinadas à colonização;
 - 2º. Levantamento topográfico das terras e elaboração de planos detalhados da colonização.
 - 3º. Venda e documentação das colônias, assegurando a continuidade de domínio
- (Decreto de criação da CETH) (ALVES, 2010, p. 16-17).

Conforme observado, as atribuições da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH) eram notavelmente abrangentes no contexto agrário. Flavio Correia Nardy, em sua dissertação de mestrado intitulada "A Farsul e a Luta por Reforma Agrária: Violência de classe e a marginalização dos movimentos sociais no campo no Rio Grande do Sul (1962)" (2014), oferece informações valiosas sobre o trabalho desse órgão. Suas observações destacam como o desempenho do CETH é um papel multifacetado e crucial no cenário agrário, contribuindo para a compreensão mais ampla do impacto que essa comissão teve na implementação das políticas relacionadas à reforma agrária no Rio Grande do Sul. Como podemos ver na citação a seguir :

[...] (CETH). Nessa comissão foi elaborado um levantamento de todas as propriedades que ultrapassavam mais de dois mil e quinhentos hectares de terra, foi construído um

complexo “mapa do latifúndio” no Rio Grande do Sul. A partir daí, elaboram um aparato burocrático específico para a realização de projetos de colonização e de Reforma Agrária (NARDY, 2014, p. 69).

Outro autor que vai abordar esse tema é Bernard José Pereira Alves, que em sua dissertação intitulada “A política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização” nos traz mais informações sobre a importância que a criação e o trabalho executado pela CETH terão na sequência do governo de Brizola, quando da efetivação do projeto de reforma agrária. Os relatórios elaborados pela comissão com os levantamentos de propriedades com mais de dois mil e quinhentos hectares possibilitarão ao governo ter em suas mãos um retrato detalhado do latifúndio no estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Alves (2010), o estudo sobre a questão fundiária feita pelo CETH abrangeu 71 municípios do estado, representando aproximadamente 50% do total de municípios existentes na época no Rio Grande do Sul. O levantamento feito pelos pesquisadores foi transformado em um relatório que identificava propriedades com áreas superiores a 2.500 hectares. Este relatório, elaborado por determinação do governador, apresentava o nome da cidade seguido por uma lista de todos os proprietários (pessoas físicas ou jurídicas), acompanhados do tamanho total de suas propriedades.

Uma análise cruzada dos proprietários em diferentes cidades pesquisadas gerou uma lista de 47 nomes que apontavam números das terras acumuladas por estes, evidenciando, assim a presença do latifúndio no estado. Todo esse trabalho foi possível graças à intervenção do governo gaúcho, que possibilitou o acesso irrestrito aos registros de propriedades locais por meio de cartas de autorização emitidas pelo governador aos responsáveis pela coleta de dados, que realizaram o levantamento nos cartórios (também conhecidos como exatorias no Rio Grande do Sul). Essa abordagem metodológica permitiu uma análise aprofundada da concentração fundiária, destacando a importância do respaldo governamental para a execução eficiente do estudo (ALVES, 2010, p. 20). As medidas iniciais efetuadas pelo governo de Leonel Brizola foram fundamentais para que, na sequência, se pudesse implementar o processo de reforma agrária no estado gaúcho, suscitaram dúvidas sobre se sua criação tinha como objetivo proporcionar a realização futura de uma reforma agrária como ocorreu. Os passos seguintes que foram dados pelo governo de Brizola, no aparelhamento do estado, não deixaram a menor dúvida sobre o porquê, efetivamente, o governo gaúcho estava implementando tais medidas.

Em 07 de agosto de 1961 é implementada a portaria 131, na qual o governo do estado do Rio Grande do Sul cria o grupo, o GT-14, que tem como objetivo principal atuar efetivamente na formulação de propostas que possam atender as demandas do setor agrário

gaúcho, entre elas formular propostas de colonização. Esse grupo é criado já como um tempo de atuação delimitado e com a função de delinear propostas para os problemas agrários do estado gaúcho, tendo como base os levantamentos feitos pelo CETH. Sobre a criação do GT-14 Alves (2010, p. 21) faz o seguinte apontamento:

Como resultado dessa proposta teria sido criada em 07 de agosto de 1961 o GT-14 que, segundo seu documento de criação, tinha como objetivo: [proceder] estudos e sugerir medidas, objetivando uma ação concreta do poder público estadual no setor agrário, inclusive a realização de planos de colonização. Igualmente deverá o Grupo de Trabalho sugerir medidas de igual natureza que devam ser pleiteadas junto ao Governo Federal (Portaria de número 131 de 07 de agosto de 1961). A portaria que cria o grupo traz ainda informações sobre a vinculação institucional do GT junto ao Conselho de Desenvolvimento do Estado[...]. Por último, a portaria que criou o GT-14 informa ainda sobre o prazo de atividade do órgão, que deveria entregar em 60 dias o relatório final de suas atividades.

Tratando do mesmo tema, Nardy (2014) aponta que o GT-14, um braço do Conselho de Desenvolvimento do Estado incumbido de analisar e propor medidas relativas às políticas agrárias, “tinham amplos poderes para requisitar o auxílio necessário, um indicativo da importância que estava sendo conferida para a questão e também a sua urgência”, (Harres, 83). Ao final do estudo, os membros elaboraram um documento no qual enfatizaram a questão agrária como um tema intrinsecamente ligado à justiça social e ao crescimento econômico. Propuseram a difusão da pequena propriedade como forma de reforma agrária, não abordando, no entanto, soluções coletivistas, apesar do reconhecimento das problemáticas associadas aos minifúndios. A perspectiva técnica do grupo destacou a necessidade de "democratizar a propriedade" para atingir tais objetivos (NARDY, 2014, p. 69). Encontramos algumas divergências sobre os resultados do trabalho produzido pelo grupo GT-14. Segundo Alves (2010), “Não foi possível localizar o relatório mencionado, nem mesmo alguma garantia que tenha sido produzido”. No entanto, Harres (2011, p. 111) nos apresenta uma visão bem diferente sobre a atuação e o trabalho executado pelo grupo GT-14, como podemos ver no apontamento abaixo:

Das discussões do Grupo de Trabalho GT-14, resultou um pequeno documento, elaborado em forma de tópicos, no qual estão explicitadas algumas considerações sobre o problema agrário, as quais passamos a examinar. A questão agrária é definida como uma “questão de justiça social e desenvolvimento econômico”, afirmando-se a urgência da sua resolução.

Mesmo com as divergências que vimos acima sobre a atuação e os resultados da atuação do grupo GT-14, é um consenso entre os autores que abordam o tema que, após o encerramento do prazo de diligência deste grupo, o governo de Brizola passa a ter uma atuação muito mais ativa no trato com a questão de reforma agrária. O que indica que, a partir desse momento, o

governo de Brizola já conta com as informações que lhe possibilitam não apenas implantar um projeto de reforma agrária, mas também justificar a necessidade de sua implementação e, assim, passa a atuar efetivamente na implementação da mesma.

O dia 14 de novembro de 1961 foi um marco histórico para o campesinato gaúcho. Nesta data o governo do Rio Grande do Sul lançou o decreto de número 12.812, dando origem ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Este não foi apenas mais um instrumento de apoio a reforma agrária como tantos outros criados pelo governo gaúcho; ele representou a consolidação definitiva do processo de reforma agrária no estado. Foi o vetor, o ponto de partida, que realmente definiu o início desse processo que visava transformar o cenário campesino no estado gaúcho. A importância da criação do IGRA foi magistralmente descrita por Alves (2010) em sua tese de mestrado, onde ressaltou o peso e o impacto singular desse evento. Como podemos ver na citação a seguir:

A criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, no dia 14 de novembro de 1961, retratou a consolidação de passos e medidas pontuais que vinham sendo promovidas pelo governo do estado, de forma lenta e dispersa pelos diferentes órgãos da administração estadual, na direção de uma política de reforma agrária. No momento anterior, como pode ser percebido durante a atuação da CETH, falava-se em problemas fundiários, mas o termo “reforma agrária” não havia sido empregado em nenhum momento nos decretos de criação e tampouco nos relatórios ou projetos desenvolvidos pelo governo. A partir da criação do IGRA, não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma nova posição do governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária. Além disso, os alvos dessa política que antes eram tratados como colonos ou trabalhadores rurais passaram a serem nomeados, dentro dos instrumentos do governo, como sem-terra ou, no máximo, como colono sem-terra (ALVES, 2010, p. 21).

Para que possamos compreender melhor o quanto foi fundamental a criação do IGRA para a implementação da reforma agrária no estado gaúcho, buscamos aporte na citação a seguir feita por Alves (2010, p. 21-22), que apontou algumas das atribuições aferidas ao Instituto:

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições socioeconômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem -erra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo;
4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, Decreto de número 12.812 de 14 de novembro de 1961. evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio;
5. Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção;
6. Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado (Decreto de criação do IGRA). Decreto de número 12.812 de 14 de novembro de 1961.

É importante que lembremos que todo esse aparato jurídico criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, sob o comando do então governador Leonel de Moura Brizola, é concebido em um período anterior ao início efetivo das mobilizações e acampamentos feitos pelo MASTER, e que efetivamente deram início ao processo de reforma agrária no estado gaúcho.

Dessa forma entendemos ser plausível afirmar que, com a formação de um aparato legal já efetivada, o governo do estado gaúcho, sob o comando de Leonel de Moura Brizola, agora só necessitava que iniciassem as reivindicações por parte de grupos de agricultores sem-terra que estivessem organizados e que cobrassem do governo a aplicação das leis vigentes no tocante ao direito dos mesmos ao acesso à terra, para que todo esse aparato entrasse em funcionamento e possibilitasse ao governo do estado efetivar o processo de reforma agrária.

5.1.2 O Master X Brizola: Convergências e Divergências

Como já foi apontado anteriormente, são vários os agentes que atuam no Rio Grande do Sul no período compreendido em nosso trabalho na organização do campesinato. Porém, com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), esses outros movimentos acabam sendo suplantados ou incorporados pelo MASTER, que de alguma forma vai se tornar o agente campestre impulsionador de todo um processo que levará a cabo a reforma agrária dentro do estado gaúcho.

Mesmo sendo de senso comum a importância do MASTER na formulação do processo de reforma agrária, o mesmo não ocorre em relação a ser o MASTER o protagonista principal desse processo. As divergências sobre o tema se relacionam desde o surgimento do MASTER, com divergências sobre como surgiu e quem são os responsáveis pelo seu surgimento, e vão até o quanto o MASTER foi fundamental para a efetivação da reforma agrária no estado gaúcho. Mas, principalmente, sobre sua independência e ou influência com relação ao governo do estado do Rio Grande do Sul na questão da reforma agrária.

Embora seja amplamente aceito que o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) desempenhou um papel crucial na formulação do processo de reforma agrária, não há consenso sobre sua posição como protagonista principal.

As divergências sobre esse tema abrangem desde as origens do MASTER, com controvérsias sobre como e por quem o movimento foi iniciado, até o grau de sua influência na

concretização da reforma agrária no estado gaúcho. Além disso, surgem questionamentos sobre a independência do MASTER e sua relação com o governo do Rio Grande do Sul no que diz respeito à condução da reforma agrária. Essas nuances de opinião refletem a complexidade e a variedade de perspectivas sobre o papel do MASTER nesse processo específico. Sobre a origem do MASTER, as divergências se relacionam a quem foram os responsáveis por sua criação, se os camponeses ameaçados de despejo, ou os políticos do Partido Trabalhista Brasileiro PTB que estiveram presentes em seu nascedouro e que acompanharam todo o processo de sua criação. No tocante tanto a data em que é formado o MASTER, quanto sobre o motivo que levou a sua formação não ocorrem divergências, entre os pesquisadores do tema.

Sendo consenso dentro da historiografia que aborda o tema que o MASTER foi fundado em 07 de julho de 1960 quando um homem chamado Euclides Lança, autointitulado proprietário de uma faixa de terra de mais de 1800 hectares, localizada no município de Faxinal, se apresentou como proprietário, requerendo a reintegração de posse destas terras e querendo expulsar dessa mesma área mais de 300 famílias que lá estavam há mais de meio século. Sob a ameaça de expulsão, os colonos vão se juntar para lutar por um objetivo comum que é o de defender seu direito à posse das terras que ocupavam. É nesse momento que vai surgir entre os colonos o sentimento de pertencimento a um grupo, ou como podemos ver no apontamento abaixo, uma “classe”:

Classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. [...]A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 11-12).

Foi neste momento que entrou em cena em auxílio aos colonos o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues, que se juntou aos posseiros, organizando uma resistência, não atendendo a demanda do pretense dono da terra que pedia a reintegração e cobrando do governo do estado a desapropriação e distribuição das terras aos colonos que nelas viviam.

No mesmo ano, no mês de outubro, o governo do estado desapropria a área em conflito e emite os títulos de posse aos agricultores que ocupavam aquelas terras. Essas informações são consensuais para todos os autores que escrevem sobre o tema. Independentemente do ponto de vista que cada autor tenha sobre as influências que levam a formação do MASTER, todos

indicam a mesma data e motivação para seu surgimento como é apontado por Rosa, (2009, p. 200):

“O Master foi fundado em meados de 1960 pelo prefeito da cidade de Encruzilhada do Sul – localizada na região central do Rio Grande do Sul – no momento em que um fazendeiro de um grupo político opositor tentava expulsar da terra agricultores, alegando ser ele o verdadeiro dono da terra. Milton Serres Rodrigues era membro do PTB, o mesmo partido de Brizola, e contou com o apoio do governador para organizar núcleos do Master ali e em outros municípios. Não temos notícia de nenhum tipo de ação coletiva que tenha sido realizada para garantir a posse daquelas terras, sabemos apenas que houve a formação do movimento. Passado o evento de Encruzilhada do Sul, que resultou na desapropriação da terra pelo governo do Estado, não há notícia de nenhuma outra mobilização ou ação pública desse movimento até 1962.

Como podemos ver na citação acima, para Marcelo Carvalho Rosa, o surgimento do MASTER estaria ligado ao PTB e ao governador Brizola. Já Alves, (2010, p. 50) se utiliza de Eckert (1984) para fazer outro apontamento sobre o mesmo tema:

Dessa forma, para Eckert (1984:68) esse conflito marca a criação do MASTER sob a liderança de “*Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling, na ocasião superintendente da fronteira do sudoeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB*”. O movimento teria surgido por iniciativa exclusiva dos atores locais, atribuindo ao prefeito de Encruzilhada o papel de mediador que acabou trazendo a solução para os problemas dos posseiros do distrito de Faxinal.

Segundo Paulo Romeu Schilling (1979, p. 138), que participou pessoalmente do processo de criação do MASTER e também de todo processo da reforma agrária implementado no Rio Grande do Sul:

Uma terceira tentativa de organizar os camponeses, essa muito mais limitada (de caráter regional, pois circunscreveu-se ao RGS), foi a do *Movimento dos Agricultores sem Terra*. Dentro de um plano elaborado com o deputado Ruy Ramos e Milton Serres, lançamos, inicialmente em Encruzilhada do Sul e depois em quase todo estado, o “MASTER”. O objetivo era conscientizar e organizar os 300 mil camponeses sem terra existentes no Estado e mini fundiários que também eram legião. O movimento contou com total apoio do governo do Estado: Brizola baixou um decreto declarando-o inclusive de “utilidade pública”, para todos os fins e direitos.

As posições sobre as influências que afetaram a fundação e a subsequente atuação do movimento MASTER também são discutidas por Rosa (2009). O autor fornece informações relevantes sobre a formação da primeira diretoria do MASTER, identificando os atores envolvidos e destacando as influências e possíveis interferências que podem ter ocorrido no estágio inicial do movimento dos agricultores sem-terra MASTER.

Ao analisarmos a influência do governo estadual na criação do movimento, segundo o documento intitulado "Ata de criação e aprovação dos estatutos do 'Movimento dos

Agricultores Sem Terra de Encruzilhada do Sul' e eleição de seu diretório", datado de 07 de junho de 1960, esse registro parece documentar a reunião na qual os primeiros líderes do movimento foram nomeados, com intenção explícita de expansão para outras regiões do estado. Há evidências de que essa expansão ocorreu parcialmente, uma vez que o movimento evoluiu de uma iniciativa local para um nível estadual entre 1960 e 1961, tornando-se o "Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul".

Sendo Milton Serres Rodrigues eleito para o cargo de 1º presidente do movimento, conforme consta no documento. No entanto, merecem destaque o papel de figuras como Paulo Schilling e Ruy Ramos, incluídos no final do documento como os eleitos para os cargos de representante do movimento junto aos governos estadual e federal, respectivamente. Paulo Schilling, em particular, desempenhou um papel significativo na organização do ato de fundação do movimento, estando presente no momento de sua criação, conforme registrado na ata de fundação do movimento (ROSA, 2009, p. 201).

É relevante destacar a presença de mais dois membros com ligações diretas com o governador Brizola no momento da fundação do movimento MASTER, conforme vimos acima. Entre os indivíduos indicados na ata de fundação, incluem Ruy Ramos, que na época foi deputado pelo PTB de Brizola e foi indicado como representante do movimento junto ao governo federal, e Paulo Schilling, que atuou como assessor do governador Brizola e foi nomeado como representante do movimento perante o governo estadual. Seguindo essa linha de análise das influências, é evidente que a participação dos membros do governo desempenhou um papel fundamental no ato de fundação do movimento MASTER, como argumenta Alves (2010, p. 51):

Além disso, segundo os registros desta, teria sido de responsabilidade de Schilling a leitura de cada um dos itens do recém-criado estatuto do movimento e a explicação de cada um deles para os presentes. A leitura atenta da ata de criação do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra de Encruzilhada do Sul permite verificar que Schilling, apesar de não ocupar nenhum cargo eletivo no movimento, desempenhava um importante papel na organização dos trâmites do movimento que viria a se consolidar como o MASTER.

No esforço de compreender os atores envolvidos e as influências mútuas no processo de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola, Alves (2010) realizou entrevistas com indivíduos que desempenharam um papel significativo nesse contexto. Por meio dessas entrevistas, o autor reuniu informações que lançaram luz sobre os eventos ocorridos e como estavam ligados ao governo do estado do Rio Grande do Sul, assim como sua possível influência dentro do movimento que levou ao surgimento do MASTER.

A utilização da história oral a partir do uso de entrevistas e relatos pessoais fornecem um testemunho direto dos eventos, permitindo que os historiadores construam narrativas mais precisas e contextualizadas sobre fatos ocorridos. Em nosso entendimento, a história oral pode desempenhar um papel fundamental na elucidação de fatos históricos ao oferecer uma abordagem mais abrangente e inclusiva. Pois ao incorporar a diversidade de experiências humanas, ela enriquece nosso entendimento do passado, preservando não apenas os eventos, mas também as histórias e as vozes daqueles que os viveram. Segundo Thompson (1992, p. 17):

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

No entanto, a prática da história oral, embora valiosa na preservação de perspectivas individuais, não está isenta do desafio inerente à subjetividade. A natureza pessoal e emocional dos relatos orais pode, em alguns casos, introduzir distorções involuntárias, oferecendo uma visão tendenciosa dos fatos históricos.

Desta forma é possível apontar que a subjetividade surge da influência de experiências pessoais, emoções e perspectivas individuais no momento em que a narrativa é compartilhada. Uma vez que as memórias são moldadas por interpretações subjetivas, podendo ser afetadas por fatores como visões culturais, emoções intensas ou até mesmo mudanças na compreensão dos eventos ao longo do tempo.

Tudo isso faz com que historiadores que trabalham com história oral enfrentem o desafio de filtrar a subjetividade para reconstruir uma narrativa histórica precisa. O que torna essencial abordar os relatos orais com uma compreensão crítica, uma vez que as memórias podem ser falíveis e que diferentes perspectivas podem coexistir. No entanto, é importante destacar que, embora a subjetividade apresente desafios, ela também é uma parte intrínseca da experiência humana.

Mesmo com todas essas condições inerentes ao processo de pesquisa, é possível se afirmar que as emoções, as interpretações e as histórias pessoais agregam profundidade e riqueza à compreensão histórica. Portanto, ao lidar com a subjetividade na história oral, os historiadores devem buscar um equilíbrio cuidadoso entre a crítica metodológica e o reconhecimento do valor intrínseco das experiências individuais, uma vez que “As fontes orais são constituídas de subjetividade na medida em que o narrador “conta-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1996, p. 67)”.

Portanto, entendemos que ao se incorporar opiniões contraditórias, a pesquisa ganha em legitimidade e abrangência, pois representa as diversas vozes presentes na sociedade. Essa abordagem inclusiva não apenas respeita a diversidade de opiniões, mas também confirma que a verdade, muitas vezes, reside na interseção e na compreensão das diferentes camadas que compõem um tema. A coleta e análise de entrevistas divergentes não só amplia o escopo da pesquisa, mas também enriquece a compreensão geral ao revelar a riqueza e a complexidade intrínseca à variedade de perspectivas humanas.

Dessa forma, através de informações obtidas por meio de entrevistas, um dos participantes, Romeu Barleze, revelou informações pertinentes sobre o movimento. Ele relatou que teve envolvimento na diretoria do MASTER antes de trabalhar no IGRA. Embora os dados de sua participação mais ativas no movimento sejam imprecisos, ele afirmou que sua atuação começou com o MASTER e, posteriormente, a convite do governador Brizola, passou a integrar o IGRA. No que tange à relação com o governo, Barleze destacou que o MASTER era uma associação independente, apesar de receber apoio e assistência para seu crescimento e a realização de eventos como congressos. Ele enfatizou que o governo não interferia diretamente nas atividades do movimento (ALVES, 2010, p. 52).

No entanto, apoiando nossas observações anteriores sobre os cuidados que o historiador deve ter ao tratar com fontes orais, o próprio Alves (2010) vai, na sequência do relato, apontar contradições do seu entrevistado, demonstrando a complexidade que há para definir a participação de cada agente envolvido no processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

A passagem acima sugere um distanciamento entre movimento e governo, entretanto mais adiante, ao explicar sua participação em cada um deles, ele completa: Primeiro eu estava no MASTER, depois eu fui para o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, para não haver interferência de uma coisa e de outra. Aí eu deixei o MASTER para ser do Instituto, embora [houvesse] uma ligação umbilical, né? Só uma questão de forma, para não dizer que era o governo (ALVES, 2010, p. 52).

Notoriamente pode-se perceber nas citações anteriores a dificuldade de se definir exatamente, o quanto se encontravam interligados o MASTER e o governo do estado gaúcho. Bem como quais foram as influências que ambos os lados teriam exercido um sobre o outro. É evidente, a partir do visto acima, definir a extensão da interconexão entre o movimento MASTER e o governo do estado do Rio Grande do Sul, assim como as influências que ambos os lados exerceram mutuamente.

A relação entre o movimento MASTER e o governo era notavelmente complexa. Os relatos sugerem que não existia um controle direto do governo sobre o movimento, mas sim uma relação íntima entre os dois, incluindo indivíduos que ocupavam posições em ambos os espaços. Isso é exemplificado pelos casos de Romeu Barleze, que teria deixado sua posição na

diretoria do movimento para se envolver no governo, e Paulo Schilling, que, embora não tenha ocupado um cargo executivo no movimento, se apresentou como assessor do governador Brizola e manteve sua ligação com o movimento. As informações sugerem que havia uma tentativa de evitar que pessoas ocupassem simultaneamente cargos tanto no movimento quanto no governo, o que poderia explicar a ausência de referências a cargos executivos de Schilling no movimento, enquanto Barleze afirma ter deixado seu cargo para evitar interferências (ALVES, 2010, p. 52).

A complexidade apontada não vai se restringir apenas às influências que o MASTER teria sofrido por parte do governo do estado. As polêmicas sobre o movimento vão se aprofundar quando da discussão sobre a participação do MASTER nas ocupações que desencadeiam o processo de reforma agrária no estado gaúcho, como podemos ver na citação de Alves (2010, p. 50):

É importante destacar as duas perspectivas, tanto a que percebe o MASTER como um produto dos desmandos do governador, quanto aquela que lhe confere certo grau de autonomia, atribuindo ao movimento seu reconhecimento por creditarem a ele a organização das ocupações de terra que apresentamos na sessão anterior. Dessa forma, diante do que foi apresentado aqui referente às ocupações, é necessário que se refaça o caminho da consolidação do movimento para que se possam compreender as razões pela qual o MASTER foi consagrado como realizador de mobilizações que, a princípio, não contaram com sua participação direta.

Uma vez mais, deparamo-nos com análises divergentes sobre a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e do governo do Rio Grande do Sul no intrincado processo de organização dos movimentos camponeses, cujas ações desencadearão ocupações de terras, por conseguinte, impulsionando um vigoroso movimento de reforma agrária. Conforme delineado por Schilling (1979, p. 138), atribui-se ao MASTER a iniciativa primordial no desencadeamento do processo ocupacional de terras, conforme podemos ver na citação a seguir:

Tratando de tirar a campanha da reforma agrária do terreno exclusivamente teórico, o “MASTER” elaborou um plano de ação que consistia na formação de “acampamentos” de agricultores sem-terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios, (previamente escolhidos entre os de menor índice de aproveitamento, em regiões onde o problema dos “sem-terra” era mais agudo). Sem violar a lei (não se ocupava o latifúndio) e utilizando como base legal um dispositivo da Constituição gaúcha permitia a expropriação de propriedades não devidamente exploradas e sua posterior distribuição a agricultura sem-terra, os camponeses estabeleciam o acampamento. Assim que se consumava sua instalação, Brizola mandava um destacamento da Brigada Militar acampar na vizinhança sem intervir no episódio, porém como garantia contra possível reação violenta dos latifundiários da região.

Apresentando convergência de perspectivas, Nardy (2014, p. 89) endossa a visão que atribui ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) não apenas o papel de organizador do movimento sem-terra, mas também destaca sua responsabilidade na concepção e implementação de estratégias durante as ocupações:

O acúmulo de forças vivenciado pelo MASTER desde a sua criação até os primeiros acampamentos em 1962, demonstrou a preocupação do movimento em não fazer ataques diretos ao latifúndio, mas sim direcionar suas forças iniciais para a formação e a organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Assim, houve um recuo tático, ao invés de resistência direta ao seu principal inimigo, procuraram ganhar corpo e se constituir enquanto movimento social.

Em apontamento feito por Rosa (2009), o autor vai nos trazer o que seriam as posições de Eckert e Tedesco e Carini, que segundo o autor defenderiam a participação do MASTER como sendo o responsável pelo movimento de ocupação da fazenda Sarandi, que desencadeia o processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul, contrapondo-se a estas posições. Utilizando-se, para tanto, dos próprios documentos utilizados pelos outros autores citados, para contrapor tal posição.

No dia 11 de janeiro de 1962 algumas centenas de pessoas montaram um acampamento com barracos de madeira e barracas de lona de caminhão às margens da rodovia que liga os municípios de Passo Fundo e Ronda Alta. Ali ficava a Fazenda Sarandi, propriedade de um grupo uruguaio que utilizava apenas uma pequena parte dela para exploração de madeira. Eckert (1984) e Tedesco e Carini (2007) são unânimes em atribuir a ação ao Master. Porém, ao voltarmos aos documentos e fontes por nós levantados e após consultar o material citado por esses autores, não encontramos nenhuma menção à participação do Master, seja na organização, seja na execução da montagem dos acampamentos (ROSA, 2009, p. 202).

Muitos outros apontamentos também caminham na mesma direção, defendendo que, inicialmente, o movimento que originou os primeiros acampamentos de camponeses que reivindicavam terra não teria o MASTER como parceiro e que este só teria aderido ao movimento num momento posterior as primeiras ocupações.

Uma vez que no momento da chegada à Fazenda Sarandi o grupo era composto principalmente por indivíduos oriundos do município de Nonoai - SC, situado a uma distância de 100 km do local. De acordo com entrevistados envolvidos na mobilização e organização do acampamento, a iniciativa foi coordenada pelo prefeito Jair de Moura Calixto, afiliado ao PTB e primo de Leonel Brizola, além de ser correligionário deste último.

Dessa forma, a relação familiar e política entre Calixto e Brizola e as conexões entre o fundador do Master Milton Serres Rodrigues e o governador Brizola ensejam muitas dúvidas sobre uma eventual autonomia de qualquer uma das partes, tanto na organização quanto na

execução deste acampamento que foi o precursor da primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil.

Outro ponto que chama nossa atenção é o fato de que, quatro meses antes da ocupação da fazenda Sarandi, Calixto desempenhou um papel crucial na Campanha da Legalidade liderada por Brizola. Durante esse evento, Calixto organizou uma guarda armada de mais de mil homens em Nonoai-SC para proteger o Rio Grande do Sul contra uma possível invasão vinda de Santa Catarina. Posteriormente, vários membros dessa guarda foram mobilizados para participar da ocupação da Fazenda Sarandi. Nos dias que antecederam a invasão, uma faixa na praça principal da cidade expressava, conforme relatos, a seguinte mensagem: “Os com terra com Cristo, os sem-terra com Jair Calixto” (ROSA, 2009, p. 204).”No trecho acima é possível observar que o MASTER não figura de maneira evidente como responsável por essa iniciativa, uma vez que é completamente omitido como participante na organização do movimento que resultou na primeira ocupação de terra durante o governo de Brizola. Rosa (2009), em sua obra, fornece um panorama mais incisivo para identificar claramente os responsáveis pela organização dessa ocupação, conforme detalhado a seguir:

Em Nonoai, Calixto, com ajuda de militantes dos dissidentes do PCB e não com lideranças do Master, avisou as pessoas que haveria uma terra que poderia ser ocupada por eles na cidade de Sarandi. Um de seus milicianos da legalidade foi encarregado de encontrar o lugar propício para a montagem do acampamento. Os fatos que se seguem são mais conhecidos e relatam o jipe de Calixto liderando uma caravana de caminhões com as carrocerias abarrotadas de homens pelas estradas de chão da região, um pernoite na localidade Ronda Alta, e a chegada na manhã do dia seguinte ao local da invasão. Em nenhum dos documentos relativos ao evento ou nas entrevistas que fizemos houve menção ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra ou aos seus diretores. As figuras centrais são Calixto e Brizola, que visitou pessoalmente a área dias depois. Uma das possíveis versões sobre o fato pode nos remeter justamente ao caráter intempestivo de Calixto que, mesmo contra a vontade do governo, teria levado a cabo a mobilização das pessoas. Depois de montado o acampamento não haveria alternativa para Brizola que não fosse apoiar a ação que, para muitos, fora feita em seu nome. Se até aquele momento o Master não aparecia como protagonista, nas semanas seguintes o movimento e seus líderes começariam a ter um papel mais relevante. Em algumas das fotos da visita do governador ao acampamento da Sarandi aparece a figura de Milton Serres Rodrigues e, posteriormente, os jornais da região divulgariam que o movimento estaria cadastrando as famílias sem-terra no acampamento. Na Sarandi, portanto, não há nada oficial que nos aponte o Master como capitaneando os sem-terra (ROSA, 2009, p. 205).

Reforçando essa perspectiva, Alves (2010) contesta com base em relatos obtidos em entrevistas e em matérias jornalísticas da época a suposta participação do MASTER na organização dos primeiros acampamentos. Também nas atas da câmara municipal de Sarandi - RS, cuja análise será contemplada na parte final de nosso trabalho, em momento algum o MASTER é citado sequer como participante desse primeiro acampamento, que vai

desempenhar um papel crucial ao desencadear o processo de reforma agrária que foi implementado pelo governo de Brizola no Rio Grande do Sul.

As mobilizações no Rio Grande do Sul a partir de janeiro de 1962 são normalmente atribuídas ao MASTER. A literatura especializada confirma consistentemente a influência significativa desse movimento na efervescência dos eventos descritos na sessão anterior. No entanto, é notável a ausência de menções ao MASTER nas entrevistas conduzidas por Alves com Cleto, Carlos Araújo e Seu Chico, personalidades que desempenharam papéis ativos no processo de ocupação de Sarandi-RS, um marco reconhecido por sua importância inaugural. Curiosamente, ao examinarmos outras fontes, como as declarações dos líderes das mobilizações de Sarandi -RS e Camaquã-RS, registradas em jornais locais, não encontramos qualquer referência ao MASTER em suas entrevistas. O aspecto mais intrigante é que essa lacuna nunca foi abordada centralmente na discussão. Ao invés disso, a maioria dos estudos se concentra em uma disputa sobre a vinculação do movimento ao governo estadual, deixando de lado a consideração fundamental de se o movimento realmente guiou as mobilizações daquela época (Alves, 2010, p. 49).

Sobre o mesmo tema, em entrevista colhida por nós com Cleto dos Santos, quando perguntamos sobre sua participação junto ao MASTER na ocupação da Sarandi, seu Cleto foi bastante incisivo em afirmar:

“não, não, eu não participei do MASTER. Aí no início nem se falava do MASTER, eu acompanhei o movimento do Calixto, mas não participei. Só depois que o Brizola nos mandou organizar os movimentos, pois tinha que estar tudo dentro da lei, sabe? Tinha que ter uma associação formada com estatuto, com diretoria, e aí o povo era pouco letrado para organizar os documentos, aí quem fez isso fomos nós, a mando do Brizola, porque sabe, tinha que estar organizado, aí fazia o pedido e o Brizola desapropriava a terra reivindicada e distribuía pros colonos”.

A partir disso podemos concluir que as interpretações dos pesquisadores em relação às influências e à participação do movimento MASTER na organização dos agricultores e na implementação da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, assim como as possíveis influências do governo de Brizola sobre o MASTER, apresentam uma ampla gama de perspectivas. Desde aqueles que afirmam a total independência do MASTER em relação ao governo de Brizola até aqueles que sustentam uma total vinculação do movimento ao governo estadual. Também há posições que defendem uma cooperação entre ambas as partes, mas com uma autonomia relativa de ações por parte de cada uma delas. Em sua obra, Alves (2010) aborda essa relação e destaca que as opiniões sobre a interação entre o MASTER e o governo de Brizola são diversas, como visto a seguir:

Schilling corrobora com a versão de que ele, juntamente com Milton Serres Rodrigues e Ruy Ramos “lançaram” o movimento. A passagem também reforça a aproximação com o governo Brizola que teria dado apoio ao movimento recém-criado. Isto é, possivelmente, o movimento em Encruzilhada do Sul nasce com uma aproximação discreta com o governo do estado, mas com o passar do tempo essas relações se ampliam, diante de posição do governador em apoiar as ações do movimento (ALVES, 2010, p. 53).

O fato é que, para poder utilizar a legislação em vigor e também fazer uso de todo um aparato que havia montado, o governo gaúcho de Leonel de Moura Brizola necessitava que houvessem reivindicações feitas por grupos organizados que cobrassem do governo a implementação das leis criadas na constituinte de 1946, no que tangia ao direito ao acesso à terra. E é nesse sentido que o MASTER se torna fundamental, pois desde sua criação, em 1960, já se apresentava como representante do campesinato gaúcho, e também já demonstrava seu alinhamento com o governo de Leonel de Moura Brizola. Rosa (2009, p. 52) nos traz uma entrevista com Romeu Barleze, que foi um dos fundadores do MASTER e posteriormente trabalhou no IGRA, na qual faz a seguinte afirmação:

O MASTER era uma associação, era um órgão independente do governo, ele tinha um acesso ao governo e uma ajuda do governo para se desenvolver, mas era uma coisa civil, o governo, digamos assim, apoiava para que ele crescesse e pudesse realizar digamos assim, congressos, mas não interferia.

De forma contraditória, podemos ver na pesquisa feita por Martins (1991) que indica o surgimento do MASTER como sendo de iniciativa de Brizola, quem, para o autor, teria sido o mentor de todo o processo de organização dos campesinos que fundam o MASTER no mesmo momento, e, ao mesmo tempo, aponta sua atuação na organização campesina em nível nacional.

O trabalhismo havia tentado criar o seu próprio movimento camponês no Rio Grande do Sul, pelas mãos do então governador, cunhado de Goulart, Leonel Brizola. Ele fundara um movimento que chegou a ter participação no Congresso de Belo Horizonte, denominado MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra. Tudo indica, porém que o governo estava preocupado com a contenção das tensões sociais no campo (MARTINS, 1981, p. 91).

É muito importante que observemos a alternância de opiniões sobre o tema. Seguindo a mesma linha de pesquisa que indica a influência do governo de Brizola na atuação do MASTER Rosa (2009, p. 205) nos traz o seguinte apontamento:

Nos meses que se seguiram à Campanha da Legalidade, o governo do Estado teria financiado a participação de um grupo de dirigentes do Master, que naquele momento já contava com membros do Partido Comunista Brasileiro em sua direção no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais. Naquele evento, ocorrido em Belo Horizonte, os membros do Master, e os das ligas camponesas, em conjunto, propuseram e aprovaram a tese “reforma agrária na lei ou na marra” [...] No Rio Grande do Sul, há relatos de uma série de encontros entre os líderes do Master, todos eles ligados a partidos políticos, e o governador, no mês de dezembro de 1961. Nesses

encontros teria sido discutida, segundo Eckert (1984), a possibilidade de se montar acampamentos de sem-terra em algumas das principais cidades do Estado. No mesmo período, há relatos de que Brizola chamara Calixto em seu gabinete para tratar também dessas questões. Pouco se sabe do que foi tratado nesse encontro.

O importante é que toda esta discussão sobre a reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul só ocorre pelo fato de ter sido implementada e gerado, efetivamente, resultados positivos, ou seja, a distribuição de terras para aqueles que se organizaram e a reivindicaram. Independentemente de qual foi a participação do MASTER, do governo do estado do Rio Grande do Sul e/ou de seu governador na época, Leonel de Moura Brizola, o fato concreto foi a efetiva realização dessa reforma agrária feita por um ente oficial e dentro de todos os trâmites legais vigente naquele período, tornando, assim, a discussão sobre a participação efetiva de cada um dos entes envolvidos parte importante nos estudos sobre o tema. Mas, inegavelmente, esse aspecto se torna secundário, uma vez que a efetivação do processo de reforma agrária suplanta todos os outros aspectos que envolvem o tema.

5.2 A FAZENDA SARANDI E OS PRIMEIROS PASSOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

No capítulo inicial desse estudo, estabelecemos as bases para compreensão da origem e consolidação da massa de desterrados no território gaúcho. No segundo capítulo, buscamos apresentar o panorama do cenário em que o campesinato brasileiro, e, em consequência gaúcho estava inserido quando do surgimento do MASTER. Neste capítulo, buscaremos apontar como essa massa de desterrados foi capaz de se unir e organizar com o objetivo de conseguir ter acesso a um pedaço de terra para viver, sustentar os seus e chamar de sua, e através dessa organização, ser o impulsionador daquela que foi a primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil.

5.2.1 O caso Sarandi

No dia 11 de janeiro de 1962, Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai -SC, lidera uma caravana com milhares de sem-terra desde seu município até o vizinho município de Sarandi - RS, onde montam acampamento às margens de uma estrada que cortava a fazenda de mesmo nome (Sarandi), num local conhecido como Capão da Cascavel, alcunha pela qual também foi denominado o acampamento.

A jornada sob a liderança de Jair de Moura Calixto simbolizou a luta e a busca por melhores condições de vida por parte daqueles que enfrentavam a realidade desafiadora da falta de terras para cultivar. O acampamento, situado estrategicamente às margens da estrada na fazenda de Sarandi - ou seja, em terras públicas -, de forma a não caracterizar uma invasão, mas sim uma ocupação, não infringindo nenhuma lei vigente naquele período, tornou-se um símbolo para a luta camponesa, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Delineando, a partir desse momento, a forma utilizada pelos camponeses desterrados de todo o país para reivindicar a terra.

O legado deixado por Jair de Moura Calixto e os milhares de sem-terra que seguiram nessa jornada histórica permanece como um testemunho do poder da mobilização e da ação coletiva na luta pelos direitos fundamentais. O Capão da Cascavel continua a ecoar na memória coletiva como um marco significativo na trajetória de busca por justiça social e igualdade no cenário camponês brasileiro.



Acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - janeiro de 1964 (In: Alves, 2010, p. 36).

Esse ato reivindicatório, feito integralmente dentro da lei, uma vez que os acampados, em momento algum, invadem a propriedade, mantendo-se sempre às margens da estrada, é direcionado ao governo do estado. A responsabilidade deste é responder às aspirações legítimas dessa comunidade, uma vez que essa possibilidade está contemplada dentro das leis criadas pela Constituição do estado gaúcho de 1947.

Esse episódio, longe de ser apenas uma mera expressão de insatisfação, surge como um capítulo significativo na narrativa da busca por justiça social. Ao manter sua integridade jurídica, a caravana liderada por Jair de Moura Calixto ecoa como um exemplo de como a luta por direitos pode ser orientada com determinação, respeitando os princípios legais que fundamentam uma sociedade justa e equitativa. Sobre o tema, Alves (2010, p. 33) faz o seguinte apontamento:

A ocupação desta fazenda teria sido liderada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai, cidade vizinha de Sarandi. No dia 11 de janeiro de 1962, Calixto teria liderado os sem-terra desde Nonoai até a uma das estradas que cortavam a fazenda. Este local era chamado Capão da Cascavel, em função disso, o acampamento ficou conhecido como o acampamento da Cascavel.

Rosa (2009, p. 203), apresenta uma perspectiva semelhante, destacando de forma mais sucinta a estrutura ocupacional e identificando os agentes participantes. Apesar da falta de detalhes comparáveis, sua análise também oferece informações valiosas sobre a dinâmica organizacional subjacente, fornecendo um panorama mais amplo dos elementos envolvidos nesse contexto específico, como vemos na citação a seguir:

O grupo que chegou à Fazenda Sarandi era formado em sua quase totalidade por pessoas que vinham do município de Nonoai, distante 100 km dali. Segundo entrevistados que participaram da mobilização das pessoas e da montagem e organização do acampamento, tudo havia sido preparado pelo prefeito da cidade, Jair de Moura Calixto, filiado ao PTB. Além de correligionário de Brizola, Calixto era também seu primo. A proximidade entre Calixto e Brizola lembrava também as relações que envolviam o fundador do Master, Milton Serres Rodrigues, e o governador.

A criação de uma estrutura governamental, aliada à promulgação de leis autorizando a implementação de medidas para atender às demandas dos sem-terra, pode sinalizar a intenção do governo em promover uma reforma agrária. No entanto, a celeridade com que o governo do estado gaúcho, liderado por Leonel de Moura Brizola, respondeu a essas reivindicações durante o acampamento na fazenda Sarandi é um ponto que deixa transparecer que Brizola poderia estar aguardando essas ações para efetivar a reforma agrária.

No contexto da fazenda Sarandi, que se tornou um marco inicial no processo de reforma agrária durante o governo Brizola, é relevante destacar a tese de mestrado de Bernard José

Pereira Alves. Sua pesquisa, baseada em uma série de entrevistas com indivíduos envolvidos na organização do movimento e na ocupação ou acampamento da fazenda Sarandi, oferece informações valiosas sobre esse episódio, que vai culminar com o início da primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil.

Bernard José Pereira Alves emerge como um dos pesquisadores mais dedicados na análise do caso Sarandi, destacando-se por sua profunda investigação no âmbito de sua tese de mestrado. Seu trabalho envolveu uma abordagem abrangente, na qual buscou validar ou refutar as narrativas apresentadas na historiografia sobre o tema, através de entrevistas com indivíduos diretamente envolvidos na organização e ocupação da fazenda Sarandi.

Ao conduzir essas entrevistas, Alves apresentou uma abordagem metódica, comparando as informações obtidas com fontes documentais e jornalísticas. O propósito era construir um novo panorama que lançasse luz sobre os agentes envolvidos e suas contribuições ao longo de todo o processo.

Dessa maneira, Alves não apenas se concentrou em corroborar ou refutar as narrativas existentes, mas também se comprometeu em contextualizar as participações individuais dentro de um cenário mais amplo. O resultado é uma contribuição significativa para a compreensão dos eventos relacionados à execução do projeto de reforma agrária, conferindo maior clareza aos papéis desempenhados por diversos atores durante esse período específico da história do Rio Grande do Sul.

Bernard José Pereira Alves apresenta as revelações de Paulo Schmidt, uma figura multifacetada que ocupou diversos cargos no governo Brizola. Inicialmente, integrou o CEPE, passando pelo CETH, GT-14 e, por fim, o IGRA. Ao longo desse percurso, Schmidt não apenas testemunhou, mas desempenhou papéis ativos em todo o processo de reforma agrária no estado gaúcho.

A trajetória ascendente de Schmidt dentro dos órgãos do governo reflete sua participação efetiva nas decisões e ações relacionadas à reforma agrária. Sua experiência abrange desde o CEPE até o IGRA, evidenciando sua jornada em sintonia com as mudanças de posição nos diferentes escalões do governo estadual.

Schmidt, ao vivenciar a dinâmica do processo, destaca a intensidade do êxodo rural como um elemento crucial. Para ele, a ocupação da fazenda Sarandi encontra justificativa na grande extensão específica de terra improdutiva que comportava. Assim, sua perspectiva oferece um panorama profundo sobre as motivações por trás do movimento de ocupação, contextualizando-o dentro do cenário mais amplo do processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Schmidt alegou que a iniciativa da ocupação da fazenda Sarandi foi exclusiva do primo "malucão" de Brizola, ressaltando que o governador não tinha conhecimento prévio do movimento de invasão. No entanto, ele também destaca que, imediatamente após o ocorrido, o governador expressou apoio ao movimento, enviando mantimentos e mobilizando uma brigada militar para garantir a segurança dos ocupantes.

Outro entrevistado foi Romeu Berlaze, suplente de deputado que frequentemente ocupava o cargo na assembleia legislativa. Mais tarde, foi chamado para integrar o IGRA. Para compreender a importância de Berlaze no caso da fazenda Sarandi, basta saber que ele foi encarregado de receber uma propriedade em nome do governo gaúcho durante sua desapropriação. Isso evidencia sua conexão significativa com o processo de reforma agrária nas terras de Sarandi.

Berlaze enfatiza de maneira incisiva que o ocorrido na fazenda Sarandi não se tratou de uma invasão, mas sim de um acampamento pacífico. Segundo ele, não houve derrubada de cercas nem violação, caracterizando o movimento como uma ação contida dentro dos limites legais. Um ponto crucial ressaltado por Berlaze é que, logo após a montagem do acampamento, uma cruz de madeira foi erguida e uma missa foi rezada. Para ele, esse gesto simboliza que os presentes não eram adeptos do comunismo. Essa atitude, segundo Berlaze, reflete a natureza respeitosa e culturalmente arraigada do movimento, destacando ainda mais a sua conformidade com os princípios legais e morais que imperavam na sociedade gaúcha da época.



Missa realizada no acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - janeiro de 1962 (in ALVES, 2010, p. 43).

Quando indagado sobre o entendimento de Brizola em relação à invasão, ou como ele relatou, o acampamento, Berlaze garantiu que o governador estava ciente. Segundo ele, dentro da estrutura governamental, já era de amplo conhecimento que um acampamento nos moldes daquele realizado em Sarandi – caracterizado por não envolver avanços sobre cercas e mobilizar um grande número de pessoas – ocorreria e que, quando isso acontecesse, não seria desaprovado pelo governo do estado. Berlaze destaca que essa ciência por parte do governo evidencia que a forma com que ocorreu a formação do acampamento contemplava as expectativas do governo gaúcho, de forma que contaria com a simpatia e apoio do mesmo.

Um outro protagonista desses relatos ouvido por Alves que testemunhou de perto os acontecimentos que se desenrolaram na Fazenda Sarandi foi João Manuel Ribeiro. Naquela época, ele desempenhava o papel de secretário da prefeitura de Sarandi, cujo líder era o prefeito Ivo Sprandel, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). João Manuel não apenas

testemunhou a ocupação, mas também mergulhou no dia a dia do acampamento, assumindo a representação da prefeitura dentro do acampamento.

Vivenciando os desdobramentos da ocupação, João Manuel Ribeiro desempenhou um papel crucial, pois pôde experimentar as complexidades do cotidiano do acampamento. Sua participação como representante da administração municipal dentro do acampamento proporcionou-lhe uma perspectiva privilegiada, permitindo que testemunhasse não apenas os acontecimentos visíveis, mas também os pequenos dramas e desafios que se desenrolavam no âmago da Fazenda Sarandi.

João Manuel Ribeiro destaca Calixto como o arquiteto por trás do movimento, apontando, ao referir-se ao acampamento, que este teve lugar nas terras da Fazenda Sarandi. Contudo, é crucial observar que a expressão “dentro da fazenda” pode abranger áreas adjacentes às estradas que cortavam a propriedade. Dessa maneira, esses locais estariam tecnicamente situados dentro dos limites da fazenda, sem, no entanto, contradizer as declarações anteriores de Schmidt e Berlaze, que afirmaram que todas as atividades transcorreram dentro da legalidade.

Outro ponto relevante a ser considerado na análise da entrevista de João Manuel é o relato de suas interações no acampamento, onde ele abordava questões cotidianas com membros do IGRA. Esse aspecto sugere que, nesse período, uma desapropriação já havia ocorrido, uma vez que o IGRA só se instalou na fazenda após a desapropriação. Quanto à participação de Brizola na organização do movimento, João Manuel expressou incerteza sobre o conhecimento do governador a respeito dos fatos. No entanto, ao enfatizar os laços de "primos-irmãos" na sua entrevista, ele ressalta, com alguma desconfiança, que as relações familiares desempenharam um papel determinante na ocupação da fazenda.

Outro entrevistado foi Carlos Araujo, que desempenhou um papel fundamental na organização da ocupação. Inicialmente filiado ao PCB e posteriormente migrando para o PCdoB, Araújo, juntamente com outros militantes, fundou o Centro de Estudos e Debates Castro Alves. Embora inicialmente concebido como um grupo de discussão de obras literárias, o centro, na realidade, dedicava-se à organização de cooperativas de trabalhadores. O grupo buscou a colaboração do governador, que ofereceu apoio ao ceder espaço para a sede do grupo e fornecer assistência no transporte para as atividades realizadas no interior do estado.

Sendo que, em uma destas visitas ao interior, em nome do grupo Castro Alves vai oferecer ajuda para organizar os colonos, tomou conhecimento de que um prefeito estaria organizando um movimento camponês. Foi dessa forma que João Araújo conheceu Jair de Moura Calixto. Segundo Araújo, Calixto expressa desconfiança, a princípio, pelo fato do grupo ser comunista, mas acaba aceitando a ajuda.

Na opinião de Araújo, Brizola não tinha conhecimento do fato, uma vez que Calixto teria falado do medo da reação de Brizola e também do medo de uma intervenção do exército. Araújo afirma que a organização foi feita de casa em casa e que ninguém sabia qual seria o local ocupado. Também afirma que o movimento chegou a envolver cinco mil famílias, mas que, ao saber dos perigos que envolviam a ocupação, duas mil teriam desistido. No fim, Araújo, contrariando Romeu Berlaze e João Manuel Ribeiro, afirma que a ocupação foi dentro da propriedade, ocorrendo, inclusive, a abertura de uma estrada para a montagem do acampamento.

Outro entrevistado por Alves que acompanhou a ocupação de Sarandi foi Cleto dos Santos. Sua história assemelha-se a de Carlos Araújo, que, assim como ele, fez parte do PCB enquanto era estudante secundarista em Porto Alegre. Cleto foi para a capital do estado para dar continuidade aos estudos, permanecendo no PCB enquanto seu colega se filiou ao PCdoB.

Após concluir seus estudos na capital, Cleto retorna à Nonoai-SC, sua cidade natal. Em 1959, chega a disputar a candidatura para prefeito da cidade, mas é derrotado justamente por Calixto. No entanto, é importante que observemos outro apontamento feito por Cleto a respeito de Calixto: segundo Cleto, quando ainda era estudante em Porto Alegre, ele teria encontrado Calixto na cidade. Durante uma palestra na PUC (Pontifícia Universidade Católica) sobre reforma agrária, Jair Calixto, que na ocasião se apresentou como palestrante, foi questionado sobre sua visão acerca de como uma reforma agrária deveria ser realizada. Segundo Cleto dos Santos, a resposta de Calixto foi incisiva: a única maneira viável seria invadir, demarcar as terras e distribuí-las.

Este depoimento de Cleto vem inserido de uma importância muito grande, uma vez que aponta o interesse de Calixto pela reforma agrária. Independentemente de ter ou não agido sob a influência de Brizola, esse depoimento demonstra que o tema da reforma agrária já fazia parte da vida de Jair de Moura Calixto.

Cleto confirma a informação de Araújo de que Calixto não teria informado a ninguém onde seria o local do que ele chama de invasão. Quanto à ideia de Calixto ter agido sem o conhecimento de Brizola, Cleto diz não acreditar nessa possibilidade. Para ele, Calixto agiu de acordo com Brizola e destaca a forma como o governador atua, enviando a Brigada Militar já no dia seguinte à “invasão”, para justificar sua opinião (ALVES 2010, p. 34-40).

Neste ponto é interessante apontarmos que no momento de nossa entrevista com Cleto dos Santos, mais de treze anos depois, não encontramos muitas divergências sobre o tema, sendo que algumas falas de seu Cleto podem suscitar interpretações diferentes, mas não controversas. Como por exemplo sobre a participação de Brizola no caso Sarandi, para Alves

Cleto diz acreditar que Calixto teria agido de acordo com Brizola, já em nossa conversa, Cleto é taxativo ao dizer que sim, Brizola foi quem articulou e Calixto foi o executor.

Já no caso de sua participação na ocupação da Sarandi, Alves traz a informação que Cleto teria acompanhado o processo ocorrido na fazenda Sarandi, porém sem especificar se teria participado da organização. Mas ao ser questionado por nós sobre sua participação no caso, Cleto é incisivo em afirmar que, embora tenha vivenciado todo o processo, não participou da organização da ocupação. Fazendo, inclusive, um paralelo entre as ocupações feitas na década de 1960 e 1980, quando afirma: “nesta, sim eu participei tanto na organização do movimento quanto na organização da primeira ocupação”.

Dentre todas as entrevistas conduzidas por Alves, aquela com seu Chico certamente se destaca. Seu Chico, carinhosamente conhecido como Chiquinho das Éguas, é um homem que no momento da entrevista tem mais de 94 anos de idade e, de acordo com Alves, é uma pessoa que mantém viva a memória daquele evento de maneira impressionante. Ele é capaz de fornecer detalhes sobre a organização da ocupação ou do acampamento de Sarandi. O diferencial de seu Chico, em comparação com os outros entrevistados, reside em vários aspectos. Primeiramente, ele é analfabeto. Em segundo lugar, não possui qualquer ligação com o governo estadual. E, em terceiro lugar, não está vinculado a nenhum partido ou associação política que tenha se envolvido na organização do acampamento em Sarandi.

As informações compartilhadas por seu Chico assumem grande relevância, pois representam as perspectivas de um indivíduo desprovido de doutrinação política ou influências externas; ou seja, este fato é observado tanto no momento em que foi incumbido de conduzir os camponeses até o local da ocupação ou acampamento, quanto durante sua entrevista.

O único elemento que possivelmente exerceu alguma influência sobre seu Chico foi a oportunidade única que teve de, pela primeira vez em sua vida, tornar-se proprietário de um pedaço de terra que poderia chamar de seu. Essa conquista permitiu-lhe estabelecer-se com sua família, representando um fator significativo em sua trajetória.

Seu Chico, um homem desprovido do conhecimento das letras, revelou notável habilidade de reter em suas memórias detalhes intrincados sobre os agentes envolvidos em sua empreitada. Isso fica evidente na seguinte citação, na qual Chico narra minuciosamente os acontecimentos do movimento, desvelando sua participação nos fatos com uma riqueza de detalhes que surpreende. Essa capacidade de gravação minuciosa sugere que, apesar de sua falta de familiaridade com as letras, Seu Chico possui uma profunda compreensão dos eventos e das nuances do contexto em que esteve envolvido.

Para Seu Chico tudo começa no dia nove de janeiro de 1962 quando, segundo ele, Brizola manda um avião buscar Calixto em Nonoai. Nesse ínterim, enquanto o prefeito embarca para falar com o governador, um funcionário da prefeitura vai até a casa de Seu Francisco para lhe dizer que fosse, ao final da tarde, na prefeitura, para encontrar Calixto. [...]. O governador teria dito: *“Eu mandei te chamar porque o Ivo tá aqui olha, mas não quis assumir. Então você pega um homem bom, que conheça a região para escolher o local!”* Ivo, mencionado na fala de Brizola, seria Ivo Sprandel, prefeito de Sarandi que, segundo sugere a informação, teria se recusado a tomar a frente da ocupação [...]. Brizola, ao perguntar a Calixto se conhecia alguém para escolher o lugar do acampamento, teria ouvido de seu primo: *“Eu só conheço um homem para isso, 'analfabeto de leitura', mas tem uma prática e uma memória que talvez ganhe de mim que sou prefeito e de você que é governador.”* [...] Seu apelido, “Chico das Éguas”, vinha dessa época em que viajava por todo o estado comprando e vendendo mulas. Ele conta que em uma dessas viagens ele descobriu, em meio ao Capão da Cascavel, uma fonte de água potável que ninguém mais conhecia e foi a existência daquela fonte que fez com que o primeiro acampamento exigindo a distribuição de terra para colonos sem-terra no Rio Grande do Sul fosse realizado naquele capão, na Fazenda Sarandi, em 11 de janeiro de 1962. [...] Brizola teria mandado Calixto arrumar 450 famílias para a ocupação, mas, segundo conta Seu Chico, no dia 10 de janeiro eles já tinham 750, [...] o local onde seria realizada a ocupação parece que era do conhecimento de poucos, tanto que este foi decidido a partir do conhecimento do ponteiro da ocupação, que foi avisado somente dois dias antes. [...] Um dos momentos descritos com mais emoção por Seu Chico é a visita de Brizola ao acampamento no dia 18 de janeiro, esta que, segundo ele, já havia sido combinada com Calixto em sua viagem do dia 9, ainda antes do início do acampamento. A chegada do governador ao local é descrita por ele com uma riqueza de detalhes que desafiam a memória do homem de 94 anos. Ele teria sido apresentado ao governador por Calixto que completou *“Aí Brizola, o que eu te disse lá”* - apontando Seu Chico como ponteiro da ocupação (ALVES 2010, p. 41-42).

Sempre que se utiliza de entrevistas é preciso levar em conta que a principal complexidade inerente à história oral e às memórias reside no fato de que suas fontes são indivíduos, não documentos formais. Ao abordar a autobiografia pessoal ou responder a uma entrevista, as pessoas relutam em reduzir suas vidas a uma mera compilação de fatos, uma tarefa que, mesmo desejada, seria intrinsecamente difícil de realizar. A razão para essa resistência é evidente, uma vez que a narrativa da própria vida implica não apenas na apresentação de eventos, mas também na interpretação subjacente dos mesmos. A subjetividade desempenha um papel crucial, pois as pessoas constroem e atribuem significado às suas experiências e identidades. O ato de lembrar e contar, por si só, já é um ato interpretativo. Assim, qualquer tentativa de excluir a subjetividade como uma interferência na objetividade factual arrisca distorcer o verdadeiro significado dos eventos narrados (PORTELLI 1996, p. 59-60).

Feita a observação acima sobre o uso de fontes orais, podemos concluir que, embora os pontos apresentados pelos entrevistados sejam divergentes, todos eles estão envolvidos no processo que levou a desapropriação e distribuição de terras de Sarandi entre os camponeses que a reivindicaram. É bastante plausível considerar a participação do governador Brizola nesse processo, uma vez que o desenrolar dos fatos, tanto durante quanto após a ocupação, nos dá indícios de que houve, se não de forma direta, pelo menos atuação nos bastidores por parte do

governo do estado gaúcho e do governador Brizola. Esse foi o fator que deu início a primeira reforma agrária desenvolvida por um ente oficial no Brasil.

Entre tantos fatos que apontam não apenas o conhecimento sobre o movimento campestre dos sem-terra, mas também para sua anuência quanto à sua realização, podemos citar o desfecho dado pelo governo do Rio Grande do Sul, por meio de seu governador, a essa ocupação ou acampamento: apenas dois dias após o ocorrido, foi assinado o decreto de desapropriação da fazenda Sarandi.

A partir disso, devemos ponderar sobre qual seria a possibilidade de alguém que não possuísse nenhum conhecimento sobre um evento de tal magnitude, como a ocupação ou acampamento da fazenda Sarandi, ter, já no dia seguinte ao ocorrido, ordenado o deslocamento de um batalhão da Brigada Militar para proteger os acampados. Além disso, é intrigante que, apenas dois dias após o evento, essa mesma pessoa tenha assinado o decreto de desapropriação da fazenda Sarandi.

Dessa forma, acreditamos ser ingenuidade atribuir esses fatos a uma mera reação aos acontecimentos. Mesmo que o governador fosse favorável aos colonos sem-terra, caso não estivesse a par dos fatos, teria, que no mínimo, primeiro tomar conhecimento deles e analisá-los antes de tomar as providências cabíveis. Convenhamos que, nem mesmo nos dias atuais, com a rapidez de acessibilidade que temos às informações, não seria possível que tudo ocorresse de forma tão rápida como aconteceu no caso da fazenda Sarandi em 1962.

Sendo assim, compreendemos ser coerente considerar mais plausível que esse primeiro ato, que foi o ponto inicial desta reforma agrária, foi um evento no qual vários atores participaram, sendo praticamente impossível determinar quem ou qual teve mais importância. Dessa forma, é mais justo defender a conjunção dos atores como o fator preponderante nessa ocupação e, portanto, na deflagração da primeira reforma agrária feita de forma oficial no Brasil.

Sobre as alegações utilizadas para se justificar a rapidez com que o governo de Brizola faz a desapropriação da fazenda Sarandi, Alves (2010, p. 42) nos traz parte do texto do decreto, onde o governo aponta os motivos e justifica essa desapropriação, como podemos ver na citação a seguir:

Considerando a exposição feita pelo Exmo. Senhor Secretário de Agricultura com referência às reivindicações formuladas por mais de mil famílias de agricultores sem terras dos municípios de Nonoai, Sarandi e outras regiões que apelam ao Governo do Estado para que se lhes possibilite a fixação ao solo, propiciando oportunidade para o trabalho agrícola; Considerando que esta aspiração gerou movimento local de alta repercussão pelos característicos de fato novo que aconselha o Poder Público a reconhecer a gravidade da questão social em nosso meio e a diligenciar imediata solução dentro das possibilidades da atual ordem jurídica; Considerando que a

Constituição do Rio Grande do Sul, obediente aos princípios inscritos na Carta Federal, impõe aos Poderes Estaduais o dever de promover a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse social e de modo que o maior número possível de famílias participe do uso da terra e conte com meios de produção; (...) **Considerando, assim, que o movimento dos agricultores sem-terra, que motiva o presente decreto, tem caráter pacífico como evidenciam as mensagens trazidas ao Governo e**, conseqüentemente, não só representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã, como **encontra perfeita correspondência nos princípios e mandamentos constitucionais que devem ser urgentemente cumpridos em sua plenitude**; Considerando que as peculiaridades da região de onde se origina o presente apelo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitando do braço agrícola e fixação do homem à terra aconselham o Poder Público a promover logo um plano especial de colonização, adequado ao seu desenvolvimento econômico.

A Fazenda Sarandi representa um marco crucial na trajetória da reforma agrária no Rio Grande do Sul e no Brasil, assinalando o ponto inaugural do processo ambicioso empreendido pelo governo de Leonel de Moura Brizola. O governo gaúcho, providente, havia estruturado um arcabouço legal para viabilizar a efetivação da reforma agrária, aguardando apenas a manifestação de um grupo organizado de, no mínimo, 100 agricultores que almejassem reivindicar terras.

Independentemente da atuação direta do governo ou do MASTER nesse primeiro movimento de reivindicação, é incontestável que o desenvolvimento da ocupação da fazenda Sarandi, com sua subsequente desapropriação, assinalou um comprometimento inequívoco por parte do governo Brizola no atendimento às demandas dos colonos sem-terra. Esse gesto não apenas simbolizou a disposição do governo em fornecer acesso à terra, mas também delineou uma nova era para os agricultores, oferecendo-lhes a oportunidade de se estabelecerem, cultivarem a terra e sustentarem suas famílias.

Ao destacar a importância singular dessa desapropriação, torna-se evidente que este episódio inaugural que desencadeou a primeira reforma agrária oficial no Brasil, conduzido pioneiramente pelo governo do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Leonel de Moura Brizola, foi uma iniciativa histórica que ecoou não apenas regionalmente, mas reverberou em todo o Brasil como um modelo a ser seguido até os dias atuais por parte dos camponeses que reivindicam o direito de possuir um pedaço de terra.

Ou seja, a partir desse momento passou-se a utilizar a tática de montar acampamentos em áreas de terras desocupadas para forçar os governantes a realizar a sua desapropriação. A verdade é que este foi apenas o início dos movimentos que reivindicam terra, pois a partir das conquistas alcançadas, vão aflorar no estado gaúcho outros movimentos de camponeses que demandam o mesmo.

Embora a avalanche de movimentos que surgem a partir do caso Sarandi, seguindo o mesmo modelo de atuação, organizando-se e montando acampamentos em áreas de terras que estariam desocupadas ou subocupadas, buscando, dessa forma, reivindicar junto ao governo do estado do Rio grande do Sul, a sua desapropriação e distribuição entre os colonos acampados. Apesar da grande quantidade de movimentos que vão surgir no estado gaúcho, no escopo de nosso trabalho esses outros serão apenas citados para que possamos contextualizar alguns fatos que fornecem uma compreensão mais ampla sobre o caso Sarandi, foco principal de nossa pesquisa.

5.3 REFORMA AGRÁRIA NA FAZENDA SARANDI AS REPERCUSSÕES E REAÇÕES COM UM FOCO ESPECIAL NAS REAÇÕES LOCAIS A PARTIR DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SARANDI

Na parte final deste capítulo, buscamos analisar as implicações que a implementação da reforma agrária na Fazenda Sarandi desencadeou dentro da sociedade gaúcha. Para compreender o impacto dessa transformação social, nosso foco recairá sobre diversas perspectivas, destacando, especialmente, as reações da Igreja Católica, da imprensa e da comunidade de Sarandi.

A investigação se fundamentará nos boletins da UNITAS da Arquidiocese de Porto Alegre, dos anos de 1959 a 1964, que servem como fonte para compreendermos os posicionamentos da Igreja Católica do Rio Grande do Sul sobre essa primeira desapropriação e distribuição de terras feita pelo governo gaúcho, sob a liderança de seu governador Leonel de Moura Brizola. Para tanto, buscaremos, por meio desses boletins, analisar os pronunciamentos do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer.

A análise desses documentos permitirá lançar luz sobre a postura da Igreja Católica diante das mudanças estruturais advindas dessa desapropriação e distribuição de terras, que deu início a primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Rio Grande do Sul e no Brasil. Além disso, buscaremos enriquecer a atuação da Igreja Católica em nossa pesquisa por meio de fontes jornalísticas contemporâneas que nos possibilitarão capturar a diversidade de perspectivas envolvidas no processo de reforma agrária na Fazenda Sarandi.

Outro ponto crucial de nossa análise será direcionado para a resposta da sociedade local frente a esse processo. Para tanto, nos apropriaremos das atas da Câmara de Vereadores de Sarandi, ente os anos de 1962 e 1964, por meio das quais buscaremos as eventuais reações desta

casa legislativa, analisando as dinâmicas políticas e as tomadas de decisão no âmbito de atuação do legislativo municipal de Sarandi.

É importante salientar, também, que buscamos junto à Câmara Municipal de Nonoai as atas do período entre 1962 e 1964. Porém, apenas tivemos acesso às atas de números 101 de dezembro de 1963 até a ata 123 de dezembro de 1964, com exceção da ata 107 de abril de 1964, nos tendo sido informado que as atas do período anterior, ou seja, entre janeiro de 1960 e dezembro de 1964 não foram encontradas e que, provavelmente, não foram preservadas. Nas atas que nos foram disponibilizadas não encontramos nenhuma citação a respeito de reforma agrária e, por conseguinte, do caso Sarandi.

A importância da abordagem sobre a reação da comunidade local à reforma agrária na Fazenda Sarandi reside na necessidade de preencher uma lacuna significativa na literatura existente sobre o tema. Uma vez que, embora tenhamos acesso a muitos trabalhos abordando a reforma agrária feito na fazenda Sarandi, não foi possível encontrar nenhum trabalho sobre o tema que discorra sobre como a comunidade local viu e se posicionou diante desse acontecimento. Sendo assim, entendemos ser fundamental realizar uma análise sobre como a comunidade local reagiu ao acontecimento, uma vez isso poderá nos trazer uma compreensão holística das implicações dessa política pública de reforma agrária no contexto local, ou seja, onde efetivamente foi efetuada.

Ao explorar as reações da comunidade local, nosso estudo visa dar voz às experiências individuais e coletivas, permitindo uma representação mais fiel e contextualizada das implicações sociais da reforma agrária na Fazenda Sarandi. Considerando que a comunidade local é, muitas vezes, a principal destinatária dos impactos diretos dessas políticas, compreender suas perspectivas, desafios e conquistas enriquece significativamente a narrativa histórica do fato.

Além disso, a análise da resposta da comunidade local contribui para uma abordagem mais inclusiva e participativa na construção do conhecimento histórico. Ouvir as vozes daqueles que viveram as mudanças proporciona uma visão mais completa e equilibrada do processo, permitindo que a história seja contada de forma mais autêntica e representativa.

Assim, além de preencher essa lacuna na pesquisa sobre reforma agrária na Fazenda Sarandi, buscaremos com nosso estudo não apenas contribuir para o entendimento mais aprofundado desse episódio histórico, mas também fazer apontamentos que poderão servir como um auxílio para futuras análises que busquem contemplar a importância das perspectivas locais na compreensão do processo de reforma agrária feito na fazenda Sarandi.

Dessa forma, acreditamos que essa abordagem centrada na comunidade além se caracterizar como um elemento de pertencimento a Fazenda Sarandi, é também um potencial para enriquecer o campo de estudos sobre todo processo de reforma agrária feito no Rio Grande do Sul.

5.3.1 O caso Sarandi na perspectiva de um olhar local

A pesquisa histórica é intrinsecamente ligada à análise criteriosa e contextualizada das fontes. Nesse sentido, entendemos ser importante explorar as fontes locais para uma compreensão mais profunda e precisa dos eventos históricos. Ao examinar documentos, testemunhos e registros específicos de uma determinada região, é possível capturar nuances, peculiaridades e particularidades que muitas vezes escapam às abordagens mais generalizadas. Dessa forma, a incorporação de fontes locais enriquece e aprofunda as narrativas históricas, permitindo uma reconstrução mais completa e fiel dos eventos que moldaram a trajetória de determinados fatos históricos.

A pesquisa histórica local, embasada em documentos oficiais, é uma jornada complexa e intrincada que demanda paciência, habilidade interpretativa e meticulosidade. Ao adentrar nos registros oficiais que moldaram a história de uma comunidade, nos deparamos muitas vezes com a má conservação desses documentos. Porém, quando temos sorte, podemos nos deparar não apenas com os papéis cobertos pela poeira acumulada pelo tempo, mas também com a riqueza de detalhes que, muitas vezes, podem mudar a forma como certos fatos são interpretados até aquele momento.

Os documentos oficiais são como fragmentos de um quebra-cabeça que, quando cuidadosamente reunidos, podem proporcionar uma visão mais nítida e abrangente de eventos passados. A primeira camada de complexidade reside na própria natureza dos documentos. Sejam eles certidões de nascimento, registros de propriedade, ou atas de reuniões locais, todos carregam consigo o contexto da época em que foram produzidos. Decifrar a linguagem, entender os códigos sociais implícitos e contextualizar as informações em um panorama mais amplo são desafios que fazem parte do processo.

A importância dessas pesquisas transcende o mero exercício acadêmico. Compreender a história local é fundamental para contextualizar de forma mais completa e profunda eventos que moldaram não apenas a comunidade em questão, mas também o panorama mais amplo. As

histórias locais são peças essenciais do quebra-cabeça histórico global, contribuindo para uma narrativa mais inclusiva e autêntica.

Ao lançar luz sobre eventos específicos, a pesquisa histórica local permite que compreendamos não apenas o "o quê" e "quando", mas também o "porquê" e "como". Ela desafia as simplificações históricas, enriquece a compreensão coletiva e pode proporcionar uma visão mais autêntica do passado.

Ao adentrar em fontes locais, o historiador tem a oportunidade de acessar um substrato rico em detalhes e peculiaridades que caracterizam a história de uma região específica. A abordagem de novas fontes, amplia as perspectivas sobre um tema já estudado. Ao explorar fontes locais inexploradas, o historiador pode desvelar aspectos previamente desconhecidos ou subestimados. O cuidado em buscar fontes ainda não examinadas por outros pesquisadores torna-se crucial, uma vez que, por mais que um tema tenha sido exaustivamente estudado, a inclusão de novas fontes pode proporcionar uma nova perspectiva sobre os fatos abordados. Portanto, ao incorporar fontes locais inéditas, o historiador não apenas enriquece a narrativa histórica, mas também contribui para uma compreensão mais completa e fiel dos eventos que marcaram determinada comunidade ou região em um determinado tempo.

Quanto à amplitude de possíveis fontes de serem utilizadas pelo historiador, é oportuno considerar a magnitude desta natureza. Neste contexto, os documentos oficiais ainda desempenham um papel fundamental na compreensão e análise da história local, ou da micro ou macro história. Dessa forma, ao examinarmos documentos oficiais que abordem o tema que buscamos apresentar, somos capazes de compreender melhor como esses fatos foram retratados dentro do espaço e tempo que estiverem compreendidos nos documentos. Permitindo, assim, identificar mudanças sociais, políticas e econômicas que moldaram a realidade local.

Além disso, documentos oficiais, como atas, ofícios, requerimentos, decretos e registros administrativos como fontes primárias, oferecem informações valiosas sobre as dinâmicas locais, podendo revelar como as comunidades lidaram com determinadas questões que façam parte do escopo de estudo em que o historiador esteja trabalhando. Sendo importante, no entanto, que o historiador fique atento às análises que faz das fontes, pois, segundo Carlo Ginzburg (2002, p. 44-45):

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...], não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa [...].

Dentro desse contexto, é possível afirmar que a utilização de fontes locais oficiais, como as atas de Câmaras de Vereadores, mesmo com as eventuais distorções nelas implícitas, pode desempenhar um papel fundamental na pesquisa histórica, especialmente quando esses registros foram produzidos em períodos de plena democracia. Dentro de um contexto no qual o país vivenciava a plenitude de um regime democrático, as Câmaras de Vereadores eram espaços representativos da diversidade de opiniões e visões políticas existentes em uma comunidade.

Ao explorar as atas de Câmaras de Vereadores, o historiador tem a oportunidade de acessar diretamente as vozes dos representantes eleitos democraticamente, observando como diferentes perspectivas se manifestavam nos debates legislativos. Esses registros oferecem informações valiosas sobre as dinâmicas políticas locais, os interesses da comunidade e as estratégias utilizadas pelos legisladores para expressar suas opiniões.

Dentro desse contexto democrático as atas das Câmaras de Vereadores, tornam-se fontes ricas para a compreensão do ambiente político e social da época em que foram produzidas. Elas não apenas documentam os eventos e deliberações formais, mas também revelam as tensões, as alianças e as divergências que caracterizavam o cenário político local. Assim, ao analisar esses registros, o pesquisador tem a oportunidade de reconstruir e interpretar as nuances do debate público, contribuindo para uma compreensão mais completa e matizada da história local e regional.

A partir do que apontamos acima, entendemos que a investigação das atas da Câmara de Vereadores de Sarandi, no período compreendido entre janeiro de 1962 e dezembro de 1964, apresenta uma relevância histórica notável, especialmente pelo fato de desconhecermos estudos que tenham direcionado sua atenção à história local, utilizando esses documentos como fontes primárias. Esse enfoque adquire uma relevância ainda maior devido ao caráter histórico do evento em questão, visto que a reforma agrária na Fazenda Sarandi foi pioneira, representando a primeira implementação oficial dessa natureza no Brasil.

Ao examinar as atas da Câmara de Vereadores de Sarandi, nos deparamos com um conjunto de informações que pode não apenas documentar as percepções e reações da comunidade local em relação à reforma agrária, mas também fornece uma lente singular para observar como esses eventos reverberaram num contexto mais amplo.

Ao analisarmos as discussões e decisões locais, podemos ter uma melhor compreensão destas em relação às reações de outros movimentos que já abordamos anteriormente em nível estadual e nacional, no trato com as disputas agrárias. Assim, permitindo alcançarmos uma compreensão mais abrangente dos impactos e das controvérsias desencadeadas pela

implementação dessa reforma agrária, comparada a outros movimentos que afloraram no Brasil naquele momento, principalmente os que abordamos em capítulo anterior.

Dessa maneira, a análise das atas da Câmara de Vereadores de Sarandi não apenas preenche uma lacuna historiográfica local, mas também enriquece o entendimento da dimensão estadual e nacional da reforma agrária. Esse enfoque pode ampliar as possibilidades de interpretação, promovendo uma compreensão mais profunda da interconexão entre eventos locais e a trajetória mais ampla da história dos movimentos agrários no Brasil.

Em nossa pesquisa analisamos todas as 68 atas produzidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Sarandi entre os anos de 1962 e 1964. Com foco principal nas atas número 422 do dia 16 de janeiro de 1962 até a ata número 490 do dia 17 de dezembro de 1964. Buscamos analisar com cuidado todos os textos contendo as informações das reuniões realizadas pelos edis daquela casa legislativa, procurando informações que retratassem fatos referentes à reforma agrária ocorridas naquele município no ano de 1962.

Antes de adentrarmos efetivamente na apresentação da análise realizada por nós das tratativas encontradas nas atas, consideramos importante informar que nem os pronunciamentos feitos pelos edis, nem as correspondências recebidas ou enviadas, tampouco os projetos de lei apresentados têm seus conteúdos transcritos de forma integral. O único documento referente ao tema que encontramos transcrito integralmente foi a "Proclamação dos agricultores sem-terra Nonoai- Sarandi". O restante é apenas apresentado de forma resumida, detalhando as informações contidas nos documentos escritos ou as relatadas nos pronunciamentos.

Em nossa busca, a primeira menção à reforma agrária foi feita no dia 16 de fevereiro de 1962, quando o presidente da câmara de vereadores naquele momento, Sr. Almedoro Vencato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em seu pronunciamento, faz a leitura de uma moção de solidariedade, por ele redigida, aos agricultores sem-terra de Nonoai - Sarandi solicitando que os demais vereadores da casa também dessem apoio à mesma subscrevendo-a.

Após a leitura da moção, o vereador não apenas abordou a atualidade do movimento dos agricultores sem-terra Nonoai-RS Sarandi-RS, mas também enalteceu sua conduta pacífica e ordeira. Vencato, ao destacar a relevância do tema, não hesitou em expressar seu respeito pela atuação desses agricultores, cujas demandas ganhavam destaque naquele momento histórico.

Ao encerrar seu pronunciamento, solicitou que o documento recebido pela câmara, intitulado "Proclamação dos Agricultores Sem-Terra Nonoai -Sarandi-", fosse devidamente anexado à ata, demonstrando, assim, o apoio da casa ao movimento campestre que estava em curso no município de Sarandi, na fazenda de mesmo nome.

Na sequência da sessão, vários outros temas foram abordados, não havendo nenhum outro pronunciamento a respeito dos fatos que estavam se desenrolando na fazenda Sarandi. Na parte final da sessão a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. A moção de apoio foi subscrita pelos vereadores Milton Alves de Sousa, Bernardo Tesser, e Rui Rabelo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Avelino Martinelli e Leonildo De Marco da Frente Democrática Progressista (FD), que fazia oposição dentro da Câmara de Vereadores tanto ao governo municipal e seu prefeito Ivo Sprandel do (PTB) quanto ao Governo do estado e seu Governador do mesmo partido, Leonel de Moura Brizola. Também foi aprovada por unanimidade a inclusão na íntegra da proclamação dos agricultores sem-terra Nonoai- Sarandi, juntamente com sua transcrição.

A primeira impressão que fica deste que foi o episódio inicial sobre o tema na Câmara de Vereadores de Sarandi, é que parece não haver nenhuma oposição ao movimento dentro do legislativo, uma vez que até mesmo os vereadores da oposição assinaram a moção de apoio aos camponeses que estavam acampados na Sarandi. Sinalizando, dessa forma, o apoio ao ato do governador de desapropriar aquele espaço para fim de reforma agrária.

Outro ponto que chama atenção é o fato de que, como já foi apontado anteriormente quando nos referimos à forma como este movimento campestre foi citado pela imprensa e nos pronunciamentos feito pela Igreja Católica, através de seus representantes, em nenhum momento o movimento foi citado pelo nome “MASTER”. A nomenclatura utilizada repetidamente naquele momento foi “Movimento dos Agricultores sem-terra Nonoai-Sarandi”.

Quanto à aparente concordância de todos os edis sobre a desapropriação e distribuição das terras da Sarandi, é necessário que façamos ao menos algumas ponderações sobre o tema, uma vez que a sessão já citada da Câmara Municipal de Sarandi- RS se tratava da primeira sessão do ano. Convocada como uma sessão extraordinária, realizou-se no dia seguinte à visita do governador ao município e da sua participação em uma missa campal na fazenda Sarandi. No dia do evento, o governador assinou, diante de uma multidão, o termo de desapropriação da fazenda, destinando suas terras para a reforma agrária a ser feita entre os campestres que ali se encontravam acampada, e que caso não fossem eleitores de Sarandi, assim que ali se estabelecessem passariam a ser.

Nas duas seções seguintes, não encontramos nenhuma manifestação sobre o tema. A discussão só foi retomada na sessão de número 425, datada de 09 de março de 1962, quando, durante a ordem do dia, foi feita a leitura de um telegrama recebido da Câmara dos Deputados. O telegrama informava que a câmara havia recebido uma circular dos agricultores sem-terra e

destacava que o projeto 4389/54, que instituía a reforma agrária no Brasil, estava em pauta para discussão.

Na mesma sessão é citado ofício de nº 188/62 e nº 76/62 das prefeituras municipais de Pelotas-RS e Seberi-RS respectivamente, agradecendo o recebimento da moção de solidariedade dos agricultores sem-terra. Já na ata 427/62 encontramos a informação de recebimento de ofício do prefeito Municipal de Aratiba- RS em que se mostra solidário com a proclamação dos agricultores sem-terra Nonoai-Sarandi.

O que é importante nesse cenário é o fato de que as prefeituras de Aratiba- RS e Seberi-RS eram governadas, respectivamente, por Conrado Pecoits Junior e Marco Zanchet, ambos do Partido Social Democrático (PSD), que fazia oposição ao governo de Brizola. Já a prefeitura de Pelotas-RS era governada por João Carlos Gastal, que pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo partido do governador Brizola.

Nas seis seções seguintes não encontramos nenhuma menção sobre o tema da reforma agrária. A próxima menção que tivemos contato por meio da análise das atas e que podemos relacionar com o tema foi na ata 432 de 17 de junho de 1962, quando através de ofício, é solicitado pelo senhor Júlio Maria Costa Taborda, presidente de sessão Sarandi da Frente Agrária Gaúcha (FAG), o empréstimo da sala de reuniões da câmara municipal para realização de reunião. É importante frisar, nesse caso, que a Frente Agrária Gaúcha era uma instituição ligada à Igreja Católica, a qual sempre foi bastante reticente e combativa quanto à reforma agrária que estava sendo implementada na fazenda Sarandi.

O tema só volta a se fazer presente nas atas através de um ato que, de certa forma, sinaliza a posição não apenas do governo municipal de Sarandi-RS, mas também do legislativo deste município sobre a reforma agrária que ocorreu no dia 17 de julho de 1962, na sessão de número 434, que foi a apresentação, leitura e subsequente aprovação do projeto de lei de Nº 155/62. Esse projeto, datado do mesmo dia da sessão que implementava a colonização de gleba de terra pertencente ao município, foi aprovado por unanimidade pelos edis sem que houvesse nenhuma discussão ou que fosse apresentada alguma emenda.

Embora sejam poucas as falas dentro da Câmara Municipal de Sarandi-RS a respeito dessa fase inicial do processo de reforma agrária que naquele momento se desenrolava no município, podemos dizer que se destaca a notável convergência de todos os vereadores de apoio à reforma, surpreendendo pela adesão tanto da bancada situacionista quanto da oposição.

Sobre esse apoio, fica fácil entender a posição dos membros da bancada governista, que ao endossarem a reforma agrária, evidenciam um alinhamento com as políticas do governador Brizola, que, por sua vez, pertence ao mesmo partido do prefeito de Sarandi-RS. Essa afinidade

partidária poderia justificar o apoio substancial dos vereadores da base governista à iniciativa, estabelecendo uma coerência política entre as esferas municipais e estaduais.

No entanto, o amplo apoio da oposição à reforma agrária nos leva a formular uma suposição, sugerindo que essa iniciativa transcende as alianças partidárias e pode, dessa forma, refletir uma resposta autêntica aos anseios da população. Neste ponto, um eventual respaldo da oposição pode ser interpretado como um indicativo de que a comunidade local, representada também pela diversidade dos eleitores que apoiaram os vereadores oposicionistas, estaria, de fato, favorável à reforma agrária em andamento na Fazenda Sarandi.

Podendo, assim, ser entendido que a convergência de posições na Câmara de Vereadores de Sarandi-RS, com apoio tanto dos vereadores da situação quanto da oposição ao processo de reforma agrária em andamento, pode revelar um eventual panorama político singular, onde a união em torno dessa iniciativa pode ser interpretada como um reflexo direto da aprovação da população local, e não apenas como uma estratégia partidária. Sugerindo, dessa forma, que a população local estaria amplamente favorável ao movimento dos agricultores sem-terra.

Um fato que, embora não possa ser considerado como definitivo para tirar uma conclusão a respeito desses amplos apoios à reforma agrária na Fazenda Sarandi, pode ser observado na ata de número 448, datada de 15 de março de 1963. Nesse registro, durante um pronunciamento, o vereador Olympio Oltramari faz o seguinte apontamento:

O vereador disse dos motivos que o levaram até junto ao atual Governo do Estado para representar os interesses dos arrendatários da Fazenda Sarandi, alguns já vinham arrendando glebas há mais de 30 anos, e que foram preteridos na distribuição das terras da Fazenda Sarandi por elementos de outros municípios, em cerca de 16, onde possuíam granjas mecanizadas e veículos automotores. Frisou a injustiça do critério adotado pelas autoridades do IGRA **nessa parte da questão**. (ATA 448, 1963, p. 2, grifo nosso).

Vários pontos merecem ser análise nesse pronunciamento feito na Câmara Municipal de vereadores de Sarandi-RS pelo vereador Olympio Oltramari, da frente democrática progressista que era oposição ao governo Brizola e ao qual pertencia o governador eleito, e que em breve assumiria o governo do estado gaúcho, Ildo Meneghetti. Em primeiro lugar, o fato de a visita junto ao governo do estado ter ocorrido próximo ao final do governo de Brizola, que se encerraria no dia 25 de março de 1963.

Dessa forma, podemos dizer que, no mínimo, esse contato do vereador Oltramari junto ao IGRA enseja dúvidas sobre o real motivo por trás da visita, visto que seria muito difícil que houvesse tempo hábil para o governo atual atender as demandas do vereador e promover eventuais mudanças na forma como estava sendo feita a distribuição das terras da fazenda Sarandi. Parece-nos que seria mais sensato que Oltramari aguardasse a posse do governador

Meneghetti, seu aliado político, para apresentar tais queixas e pedir eventuais mudanças na forma em que procedia a distribuição das terras da Fazenda Sarandi.

O segundo ponto que chama nossa atenção é o fato do questionamento feito pelo vereador Oltramari, que de certa forma confirma os apontamentos que apresentamos acima, quando nos perguntamos sobre os motivos que teriam levado os vereadores da oposição a dar total apoio à reforma agrária da Fazenda Sarandi. Ou seja, provavelmente, entre os interessados em receber as terras desapropriadas estariam muitos eleitores destes vereadores.

Porém o fato mais contundente que visualizamos dentro dos apontamentos feitos pelo vereador Olympio Oltramari, que em nosso entendimento deixa bastante claro seu apoio a essa reforma agrária, é quando se refere à forma como foram escolhidos os camponeses que receberiam terra frisa “a injustiça do critério adotado pelas autoridades do IGRA nesta parte da questão”. A expressão “nesta parte da questão”, para nós, caracteriza-se como sendo o único ponto de desacordo do vereador com o processo de reforma agrária na Fazenda Sarandi.

Na mesma sessão, em resposta ao questionamento feito pelo vereador Olympio Oltramari, o vereador Almedoro Vencato, do PTB - partido do prefeito municipal e do governador do estado -, disse que o pensamento do governo municipal a respeito da distribuição das terras da Fazenda Sarandi era em defesa dos arrendatários. Porém enfatizou que o governo municipal era contra qualquer tipo de hostilização aos outros beneficiados com a distribuição de terras, desde que os mesmos as cultivassem devidamente.

Mais uma vez, vemos que ambos os lados buscam, em seus pronunciamentos, demonstrar apoio ao processo de desapropriação e distribuição das terras da Fazenda Sarandi. Da mesma forma que se posicionam em defesa dos interesses dos camponeses locais. Entretanto, o governo municipal, provavelmente devido à sua ligação com o governo estadual, também se expressa a favor do direito dos camponeses de outros municípios de serem contemplados com terra, contanto que a cultivassem de maneira “adequada”.

Lembramos que a sessão de número 448 aparece como última sessão em que o estado gaúcho estava sob o comando de Brizola. Nas 07 sessões seguintes não foi mencionado nenhum fato em relação à reforma agrária da Fazenda Sarandi, tendo o tema voltado a ser mencionado na sessão nº 456, realizada no dia 18 de novembro de 1963, quando consta da ata desta reunião o recebimento de ofício do presidente da associação rural de Sarandi, sem constar o seu nome, solicitando a sessão da sala de reuniões da câmara de vereadores “para uma reunião em que serão tratados assuntos referentes à colonização e distribuição de terras da fazenda Sarandi” (Ata 448, p. 1). Outro fato que chamou nossa atenção, embora não se relacione necessariamente ao processo de reforma agrária, foi o número de sessões do ano de 1963. Nesse ano foram

realizadas apenas 14 sessões, sendo que em 1962 foram realizadas 25 sessões e em 1964, 30 sessões.

O tema reforma agrária só volta a ser mencionado na câmara de vereadores na sessão de número 465, do dia 31 de março de 1964, dia que lamentavelmente entrou para a História do Brasil, por causa do golpe civil militar. Nessa sessão, o vereador Olympio Oltramari, fazendo uso da palavra, informou ter sido indicado para assumir através do IGRA a administração da fazenda Sarandi. O vereador dizia-se preocupado devido ao fato de a “maioria dos agricultores sem assistência e em total desorganização” (ATA 465 1964, p. 2-3), enfatizando, porém que “tais afirmações não visavam crítica a nenhum governo nem passado nem presente” (ATA 465, 1964, p. 2).

Mais uma vez, observamos um vereador que anteriormente integrava a bancada de oposição ao governo Brizola, responsável pela implementação da reforma agrária na Fazenda Sarandi. No entanto, agora ele faz parte da bancada que apoia o atual governo gaúcho, sendo inclusive indicado para assumir um cargo no IGRA e desempenhar funções na administração da Fazenda Sarandi. Mesmo ao expressar críticas às condições da fazenda, ele procura salientar que não pretende censurar nem o governo anterior, nem o atual. Aparentemente, busca evitar conflitos e hostilidades com ambas às partes, revelando, mais uma vez, um apoio aparente à implementação da reforma agrária.

Embora não faça parte do escopo de nossa pesquisa, achamos importante relatar que essa sessão da Câmara Municipal de Sarandi-RS ocorria no momento em que o país vivia um de seus piores momentos da história, pois estava em curso o golpe que cercearia a democracia em nosso país por 21 anos, mais precisamente do dia 01 de abril de 1964 ao dia 15 de março de 1985.

O fato citado não passou despercebido dentro da Câmara de Vereadores de Sarandi, que pelos pronunciamentos feitos durante a sessão demonstrava estar atenta ao que se desenrolava neste dia no Brasil. Como podemos ver na citação abaixo, extraída da ata de número 465 do dia 31 de março de 1964, página 2:

[...] o vereador João Olímpio de Souza, que pediu vênica para em carta figurada, monologar com o Esmo. Sr. Presidente da república, Dr João Goulart, ora emocionado, ora candente, o orador missivista pintou o quadro, que no seu entender se definitivara, no panorama nacional, com variações de matizes inspiradas no mais sombrio de visões tétricas e desoladoras, iniciando por falar que a sessão em que no momento falava talvez fosse a última... nos últimos instantes da democracia brasileira: que a reunião que no momento se encontrava com os colegas vereadores provavelmente seria a derradeira...nos restante liminar da liberdade, e a beira do caos eminente: acentuando, antes de prosseguir, que apenas se manifestava em seu próprio nome e não no de seu partido. Em sequência lembrou o presidente (da república) sua

antiga fé e esperança nele, sempre e cada vez mais tênues, e no momento num esvaziamento total, concordou com suas iniciativas de reformas, porém condenava os métodos de suas conquistas. Referiu-se à reforma agrária e à locação de apartamentos, discordando, todavia, do voto ao analfabeto, recordando a própria Rússia que antecipara o dever da alfabetização ao direito ao voto.

Como podemos ver na citação acima, fica claro que os vereadores de Sarandi não apenas estavam acompanhando os fatos que aconteciam naquele momento no país, como também estavam bem informados a respeito dos mesmos. Quanto à reforma agrária na Fazenda Sarandi, ao final dessa reunião, o vereador Domingos Zancanella, do Partido de Representação Popular (PRP), expressou a solidariedade e apoio ao colega Olympio Oltramari, em sua futura atuação, como administrador da fazenda Sarandi. Dizendo que o mesmo poderia contar não apenas com a solidariedade, mas também com o apoio de seu partido em tudo que necessitasse e que estivesse ao seu alcance e de seu partido.

Outro fato que consideramos importante mencionar foi que, neste mesmo dia, a Câmara de Vereadores de Sarandi-RS realizou uma segunda reunião, tendo a primeira iniciado às 15h30, não tendo sido informado o horário do encerramento, já a segunda sessão teve início às 20h30 e se encerrou às 00h25 do dia 01 de abril de 1964, dia este em que se realizou uma nova reunião. Está com foco específico no golpe que estava em curso, como consta no início da ata onde se justificam as razões da reunião que teria sido convocada “em razão dos graves acontecimentos nacionais e para o debate de medidas a serem adotadas em Sarandi-RS para o afastamento de eventuais fatos desagradáveis e atentatórios a segurança social” (ATA 467, 1964, p. 1).

Nessa reunião estiveram presentes todas as autoridades constituídas do município de Sarandi-RS, com exceção do comandante da brigada militar. Também compareceram todas as autoridades religiosas do município, bem como representantes das entidades sociais, dos sindicatos e associações, incluindo representantes do comércio, cooperativas e bancos. A reunião ocorreu de forma ordeira e o discurso foi inteiramente no sentido da necessidade de manter-se a ordem social, evitar perseguições e ações violentas. Sendo um único momento em que houve cobranças mais incisivas, estas feitas pelo Senhor Juiz de direito em que cobrou “a impressionante falta de serviço de policiamento local” (ATA 467, 1964, p. 2). Com exceção disso, toda a sessão foi pautada pela defesa da harmonia dentro do município de Sarandi.

O assunto reforma agrária volta à tona no dia 22 de abril de 1964, na ata 469, quando o vereador Olympio Oltramari, comunica, oralmente, na sessão da câmara que assumiu a administração da Fazenda Sarandi. Sendo, na sequência, interpelado pelo vereador Almedoro Vencato que cobrava explicações, entre as quais a respeito da comissão de terras, venda de

madeiras e preço das colônias. Ao final da sessão, vereadores das três bancadas presentes solicitam que fosse enviada uma congratulação ao senhor governador do estado e ao diretor geral do IGRA pela nomeação de Olympio Oltramari. Mais uma vez, pode-se perceber que havia uma convivência harmoniosa dentro da casa legislativa.

No dia 07 de junho de 1964, na sessão 472, o vereador e administrador da Fazenda Sarandi solicita o empréstimo de urna da casa e convida os demais vereadores para cerimônia de entrega de lotes rurais. É importante apontarmos que, na ata, não foi explicitado qual seria o motivo para o empréstimo da urna, supomos, no entanto, que seria utilizada para o sorteio dos beneficiados com os lotes de terra. Outro ponto que chama nossa atenção é o fato de também não se especificar se os lotes fazem parte da fazenda Sarandi; mais uma vez supomos que sim, uma vez que o solicitante era o próprio administrador.

Na reunião seguinte, a de número 473, realizada no dia 16 de junho de 1964, em sua falana tribuna da câmara, o vereador e administrador da Fazenda Sarandi disse que “sempre que tiver oportunidade trará a esta casa os problemas da Fazenda Sarandi” (p. 2). Na sequência, informou ter estado em Porto Alegre junto ao IGRA para tratar de problemas da fazenda.

Informou, ainda, ter sido resolvido que seria liberado o penhor agrícola para fins de empréstimos junto ao banco do Brasil e que conseguira autorização para comercializar as madeiras mortas. Destacou ainda que a Cooperativa Tríticola de Sarandi Ltda emprestaria toda a semente de trigo necessária para os camponeses da fazenda Sarandi. Também informou ter solucionado os problemas de arrendamento de terras da Fazenda Sarandi e comunicou que, no dia 28 do corrente mês, o IGRA pretendia fazer a distribuição de 250 títulos provisórios aos interessados.

Frequentemente, ações que à primeira vista parecem ter escassa relevância no panorama global de uma pesquisa revelam, por meio de uma análise mais aprofundada, dados cruciais que fornecem uma compreensão mais abrangente dos eventos que tais ações desencadeiam. Um exame minucioso dessas atividades, muitas vezes negligenciadas em um contexto mais amplo, pode fornecer dados valiosos, lançando luz sobre aspectos fundamentais que enriquecem a compreensão do quadro geral e, conseqüentemente, nos dá dados fundamentais para a compreensão mais ampla dos fatos que esta ação desencadeou.

Dissertando sobre o tema, Carlo Ginzburg (1989) defende que a abordagem do historiador deve iniciar-se pela análise meticulosa de detalhes aparentemente insignificantes. Ginzburg argumenta que ao adotarmos a postura de detetives na investigação, somos capazes de perceber uma complexidade de significados nos pequenos detalhes, conferindo-lhes uma profundidade que muitas vezes está oculta e que pode transformar significativamente a compreensão de

determinados fatos. Consequentemente é possível apontar eventos que de outra forma passariam despercebidos e cuja abordagem pode trazer à luz novos pontos passíveis de análise dentro de uma pesquisa.

Este é o caso específico que encontramos na ata de número 475, do dia 07 de julho de 1964, na qual o vereador Olympio Oltramari, administrador da fazenda Sarandi “diz ser intenção do IGRA proceder ao arrendamento de toda a área incluindo a área desapropriada pela CEEE e destinada a barragem do rio Passa Fundo” (p. 3). Também informa que “o IGRA pretende fazer a avaliação total da fazenda Sarandi” (idem).

A princípio vemos apenas a narrativa de ações tomadas pelo IGRA, aparentemente com a intenção de normatizar o uso das terras da Fazenda Sarandi, definir qual seria o valor total das terras que compreendem a mesma, além da intenção de arrendar as terras. No entanto, quando se aprofunda a análise sobre os fatos apresentados pelo vereador e administrador da fazenda, Sarandi Olympio Oltramari, nasce uma visão diferente.

Quando analisamos a forma como o governo de Ildo Meneguetti agiu em relação ao processo de reforma agrária implementado na Fazenda Sarandi, vimos que uma das ações tomadas foi a de alterar o decreto feito pelo governo de Brizola que desapropriou a fazenda Sarandi. Segundo Ivaldo Gehlen (1983, p. 140), em sua obra intitulada “Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: O caso da Fazenda Sarandi”:

Meneghetti, do PSD [...], promove alterações no decreto de desapropriação, tornando-o amigável, em 30.09.64 e, portanto, extrajudicial. O que significou multiplicar por vinte o preço total pago aos Mailhos. Por esta convenção [desapropriação amigável] os antigos proprietários ficaram no direito de retirar a madeira de pinho da área pelo período de 4 anos. Outra modificação feita foi diminuir de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra.

A citação acima nos faz compreender qual era a real intenção do governo de Ildo Meneguetti ao fazer uma avaliação do valor total das terras da fazenda Sarandi. Estipular um valor para as terras desapropriadas servia para justificar a majoração dos preços das mesmas, na alteração feita no decreto de desapropriação do governo Brizola.

Outro ponto que foi apresentado pelo administrador da fazenda Sarandi, e que em uma leitura preliminar parece ser apenas uma ação de governo, é o arrendamento das terras desapropriadas por Brizola, que ainda não tinham sido divididas entre os camponeses. Apenas uma parte das terras havia sido distribuída pelo governo de Leonel de Moura Brizola aos camponeses que a reivindicavam, “O restante foi transformado em granjas de 100 hectares, distribuídas por Ildo Meneghetti, sucessor de Brizola, e em duas grandes glebas, Macali e Brilhante, arrendadas para empresas” (SIGAUD; ROSA; ERNANDEZ, 2010, p. 120).

Portanto, podemos dizer que, a partir de uma análise crítica e cautelosa das atas e da comparação das informações nelas contidas com os atos protagonizados pelo então governador Ildo Meneguetti à frente do governo gaúcho, surge uma visão mais clara da atuação deste governo em relação à reforma agrária da fazenda Sarandi. Assim como se compreende o que se esconde por trás das informações encontradas nas atas, uma vez que, segundo Le Goff (1994, p. 594).

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

No que diz respeito à fazenda Sarandi e aos camponeses sem-terra nela assentados, no dia 18 de agosto de 1964, na sessão de número 479, o vereador Anacleto Signor da Ação Democrática Popular (ADP) questionou o fato dos agricultores do núcleo da fazenda Sarandi do IGRA estarem sendo obrigados a se associarem à Cooperativa Triticola Sarandi Ltda para conseguirem sementes de trigo.

Lembramos que, em pronunciamento realizado no dia 16 de junho deste mesmo ano, o administrador da fazenda Sarandi, Olympio Oltramari, havia informado que por meio de acordo firmado pelo governo do estado, representado pelo IGRA, e a Cooperativa Triticola Sarandi Ltda, ficara estabelecido que a cooperativa fornecesse toda semente de trigo necessária aos agricultores da fazenda Sarandi. No entanto, parece ter se esquecido de informar sob qual condição essas sementes seriam fornecidas.

Outro apontamento que julgamos importante que seja analisado é que, na sessão de número 482, do dia 20 de outubro de 1964, a câmara municipal de vereadores questiona o recebimento de vários pedidos de informação. Embora não trate necessariamente do tema reforma agrária, tal informação pode, de certa forma, auxiliar na compreensão mais ampla sobre eventuais ações advindas do golpe militar nos trabalhos dos vereadores de Sarandi-RS, principalmente no trato com eventuais casos que tenham tido relação com a reforma agrária da fazenda Sarandi.

O que chama atenção nesse caso é que este foi o único pedido de informações feito pelos órgãos de repressão implementados pelo governo militar junto à câmara de vereadores em todo o ano 1964. Curiosamente, todos eram direcionados ao mesmo vereador, como podemos ver na citação a seguir, extraída das atas da câmara de vereadores de Sarandi.

[...] Fonograma do Sr. General Interventor Federal na Agrícola, em que solicita informações sobre a realização de sessões desta casa e se o Vereador Almedoro Vencato exerce a vereança; fonograma do Sr. General Interventor da agricultura

solicitando certidão em que conste os pagamentos efetuados ao vereador Almedoro Vencato; telegrama do Sr. General interventor da agricultura com o mesmo objetivo; fonograma do Sr. General Interventor da Agricultura, em que indaga a forma pela qual foi remetida a certidão solicitada; fonograma do Sr. General interventor da Agricultura, reiterando o pedido de remessa da certidão já referida; telegrama do Sr. Delegado Fiscal Substituto, em que pede que lhe seja informado o número de sessões em que compareceu o vereador Almendoro Vencato; [...] (ATA 482, 1964, p. 2).

Mais uma vez, é preciso analisar os pedidos de informação formulados junto à Câmara de Vereadores de Sarandi com um olhar atento, ou como diz Ginzburg, um olhar de detetive. Uma vez que o que poderia parecer, a princípio, apenas mais um ato praticado por um regime autoritário em busca de informações, parece ser, na verdade, uma possível tentativa de intimidação a um político contrário ao grupo que tomou o país de assalto. Fazendo uma análise mais minuciosa, encontramos objetivos mais específicos, ligados, principalmente, à reforma agrária. Uma vez que os pedidos são formulados pelo General interventor da agricultura e buscam informações sobre o vereador, que se mostrou mais alinhado ao processo de reforma agrária que ainda estava em curso na fazenda Sarandi.

Como forma de embasarmos os apontamentos feitos acima, é importante esclarecermos que, em nosso trabalho de pesquisa, tivemos acesso às atas da Câmara Municipal de Camaquã-RS dos anos de 1962 a 1964. Mesmo que não tenham sido utilizadas na escrita dessa dissertação, a leitura feita deixa clara, a atuação do regime ditatorial na perseguição aos políticos, especialmente os do PTB naquele município, o que não ocorre em Sarandi-RS.

Sendo, em nossa opinião, bastante esclarecedor o fato desse pedido de informação ter vindo do General interventor da “agricultura” e estar direcionado a um único vereador Almedoro Vencato. Tal solicitação provoca suspeitas, que deixam transparecer que o motivo deste pedido teria relação direta com a atuação dos mesmos nas questões ligadas à agricultura de Sarandi, e consequentemente a reforma agrária na fazenda Sarandi.

Independentemente das intenções do general interventor da agricultura com relação aos pedidos de informação feitos sobre o vereador Almedoro Vencato, se buscavam intimidar o vereador, com certeza, o resultado não foi alcançado. Na sessão 484, do dia 10 de novembro de 1964, Vencato faz novas denúncias sobre a reforma agrária na fazenda Sarandi, conforme a citação a seguir:

A seguir o vereador Vencato diz que fora procurado por dois agricultores sem-terra, Srs. João Lazarotto e Amélio Tonello de Oliveira, residentes na reserva florestal de Nonoai, que haviam requerido terra na fazenda Sarandi e que tinham sido contemplados com um lote cada um, mas que não tinham recebido título de posse e o que era mais grave, após já terem iniciado obras dentro d seus lotes, deles foram desalojados por ordem do IGRA. O orador fazia um apelo ao vereador Olympio Ultramarí que é o administrador do núcleo Agrícola da fazenda Sarandi que investigasse o assunto e que caso seja possível seja aos mesmos dados os lotes que lhe

couberam por sorteio, já que se trata de pessoas com família numerosa e não possuem qualquer outra propriedade. (ATA 484, 1964, p. 2).

É importante recordar que, como apontado anteriormente, o administrador da fazenda Sarandi, indicado pelo governo de Ildo Meneguetti, Olympio Oltramari, na sessão de número 473 do dia 16 de junho de 1964, comunicou que o IGRA procederia no dia 28 do corrente mês a distribuição de 250 títulos provisórios de posse de terra dentro da fazenda Sarandi. Fica evidente, ao analisar a citação acima, que o IGRA não estaria seguindo os critérios estabelecidos para a distribuição das terras da fazenda Sarandi.

Ainda sobre a citação acima, dois fatos merecem ser pontuados: primeiro que o vereador Almedoro Vencato parece não ter se intimidado com os pedidos de informações feitos pelo General interventor da agricultura; segundo que, no mês de novembro de 1964, durante o regime militar, o processo de reforma agrária continuava em andamento na fazenda Sarandi e Vencato se mantinha na linha de frente em defesa dos agricultores sem-terra.

Respondendo as solicitações feitas pelo vereador Almedoro Vencato, o vereador e administrador da fazenda Sarandi, Olympio Oltramari, deu a seguinte explicação no final da sessão:

Respondendo ao apelo do vereador Vencato disse que faria o possível para averiguar a situação dos mencionados agricultores, já que a administração do núcleo agrícola da Fazenda Sarandi dispunha de fichário completo com todos os dados referentes aos que se inscreveram para receberem sua gleba de terra, bem como os que foram contemplados através dos sorteios realizados. O orador explicou com detalhes o mecanismo como o IGRA fazia a seleção dos candidatos. Encerrando a sua intervenção informa que dessa forma foram selecionados 114 agricultores na Fazenda Sarandi (ATA 484, 1964, p. 3).

A última menção à reforma agrária feita pelo governador Leonel de Moura Brizola na fazenda Sarandi, foi feita pelo vereador Olympio Oltramari no dia 13 de novembro, na sessão de número 485, onde deu a seguinte informação em resposta a um questionamento feito pelo vereador Almedoro Vencato na sessão anterior:

O último orador da tarde foi o vereador Olympio Oltramari [...]. Passou a seguir o orador a informar ao vereador Vencato sobre o que ocorreu com os agricultores João Lazarotto e Amélio Tonello de Oliveira. [...] O orador prosseguindo com os informes sobre o caso daqueles dois agricultores, que colheu no fichário do IGRA, finaliza oferecendo sugestões ao vereador Vencato para que as transmita aos interessados. (ATA 485, 1964, p. 5-6)

Como apontamos no início de nossa análise sobre as atas da Câmara Municipal de Sarandi-RS, os pronunciamentos não são transcritos, havendo apenas a descrição dos fatos feita

por quem secretaria a sessão e produz a ata. Por exemplo, na citação acima, extraída de ata da câmara de vereadores de Sarandi- RS, todas as informações que nos interessam não foram transcritas, o que nos impede de ter uma compreensão dos motivos tanto da não contemplação dos agricultores com os títulos da terra quanto do porquê foram expulsos dos lotes que haviam sido contemplados por sorteio.

No entanto, consideramos plausível fazer uma ponderação em relação a esses fatos, uma vez se torna impossível uma análise mais aprofundada a partir das atas cujo tema é retratado. Portanto, entendemos ser justificável buscar junto aos pronunciamentos contidos em atas analisadas qual era a posição do vereador Olympio Oltramari sobre a forma como ocorria a distribuição das terras da fazenda Sarandi. Em pronunciamento no dia 15 de março de 1963, na sessão de número 448, ele informa ter se dirigido ao IGRA, onde teria feito questionamentos sobre os critérios adotados para a distribuição das terras desapropriadas da fazenda Sarandi.

Fato que levou o vereador a apresentar, naquele momento, seu descontentamento com o IGRA por não estar priorizando os agricultores de Sarandi na distribuição das terras desapropriadas. Assim, no momento em que dois agricultores procedentes da reserva florestal de Nonoai SC que haviam sido contemplados por sorteio com lotes de terra foram expulsos das mesmas, e sabendo que, naquele momento, Olympio Oltramari era o administrador da fazenda Sarandi, assim cabe o questionamento: quais foram os critérios adotados por este e pelo IGRA na distribuição das terras da Sarandi durante o governo de Ido Meneghetti.

Outro ponto que queremos esclarecer é em relação à utilização de fontes jornalísticas locais, uma vez que em três momentos distintos encontramos nas atas relatos descritos que demonstram ter existido neste período no município de Sarandi -RS um jornal local, como pode ser visto na ata 129 do dia 17 de março de 1962, onde se encontra a seguinte citação[...] “Apresentou o orador a indicação, no sentido de que fosse dada a mais ampla divulgação, pela emissora e jornal local[...]” (p. 2). Já no dia 28 de dezembro de 1962, na ata de número 446 encontramos a citação vista a seguir:

Com a palavra o vereador Almedoro Vencato, pela ordem do dia se solidariza com o líder da oposição, no voto de pesar pelo falecimento de Dr. Júlio Maria Taborda, promotor de justiça de Sarandi, organizador da FAG, secretário do PDS, jornalista da Gazeta de Sarandi. (ATA 446, 1962, p. 2)

Já na ata 473 do dia 16 de junho de 1964, quando estava em discussão o pedido do jornal Diário de Notícias para que a Câmara de Vereadores de Sarandi- publicasse no periódico congratulações em decorrência do dia do colono e do motorista. “O plenário opinou que face o

alto custo, deveria o legislativo tão somente mandar publicar uma mensagem na emissora local, e também em jornal local que devesse circular nos próximos dias” (p. 6).

Embora esses indícios indiquem que existia em Sarandi-RS, naquele período, um jornal local, todas as nossas buscas se mostraram infrutíferas, não sendo possível sequer comprovarmos a existência de um jornal local no período. Buscamos junto à prefeitura municipal, tanto no departamento de cultura quanto no de imprensa, informações sobre eventuais arquivos que possuísem exemplares desse jornal. No entanto, ambos os setores nos informaram desconhecer a existência de um jornal local neste período.

Ao questionarmos ambos os setores sobre as passagens que encontramos nas atas da câmara de vereadores, que comprovariam a existência de um jornal local em circulação naquele período, ambos nos indicaram uma emissora de rádio que estaria atuando desde aquela época no município. Contatamos com os responsáveis por ela e, após fazer uma pesquisa com os funcionários mais antigos da emissora, nos informaram não terem encontrado nenhum indício da existência de um jornal local no período investigado. O que nos leva novamente a pensar nas dificuldades encontradas pelos pesquisadores com relação à preservação das fontes.

Ao finalizarmos a análise das atas da Câmara Municipal de Sarandi entre os anos de 1962 e 1964, concluímos que, embora não seja possível fazer qualquer afirmação definitiva sobre os motivos que levaram a esse apoio da comunidade de Sarandi-RS à desapropriação e distribuição das terras da Fazenda Sarandi, entendemos ser, no entanto, plausível fazer apontamentos que podem, de certa forma, indicar os motivos que contribuíram para essa aceitação.

Acreditamos que o motivo mais preponderante tenha sido o fato das terras da Fazenda Sarandi pertencerem à empresa Uruguia Mailhos, Mouriño & Lapidó. Ou seja, não havia latifundiários locais envolvidos com essas terras. Outro fator pode ter sido o fato de que dezenas de agricultores de Sarandi-RS arrendavam parte da propriedade e a desapropriação das mesmas significou uma oportunidade para que passassem de arrendatários a proprietários.

Embora possamos apenas fazer ponderações sobre os motivos do amplo apoio que a primeira reforma agrária feita por um ente oficial no Brasil recebeu dentro da Câmara Municipal de Vereadores de Sarandi-RS, e mesmo que não seja possível afirmar com certeza que esse apoio refletiu a vontade da sociedade sarandiense, entendemos que, a partir dos dados levantados, podemos afirmar com certeza que a comunidade, se não em sua totalidade, ao menos em sua maioria, foi favorável a essa reforma agrária.

Isso fica evidente não apenas pelos apoios recebidos, mas também pelo total falta de oposição feita dentro da casa legislativa à desapropriação e à distribuição das terras da fazenda

Sarandi. Assim, podemos concluir pelos apontamentos colhidos nas atas da Câmara Municipal de Sarandi entre os anos de 1962 e 1964, transparece que a comunidade sarandiense, neste caso a partir dos pronunciamentos feitos pelos vereadores que naquele momento representavam a população de Sarandi, foi amplamente favorável à desapropriação e posterior distribuição das terras da fazenda Sarandi.

6 CONCLUSÃO

A reforma agrária implementada no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Sarandi -RS, nas terras da fazenda homônima, constituiu um marco crucial na história dos movimentos agrários no Brasil. Independentemente das diversas perspectivas adotadas pelos numerosos historiadores que se debruçaram sobre esse evento, da abordagem escolhida para dissertar sobre o mesmo, ou dos desfechos interpretados por cada autor, nada disso diminui a importância dessa reforma agrária para a historiografia que aborda o tema.

O processo de reforma agrária realizado na Fazenda Sarandi transcende as narrativas divergentes que o cercam. A complexidade desse acontecimento histórico revela nuances que vão além das interpretações individuais, destacando-se como um ponto de inflexão significativo no panorama agrário do país.

Assim, cada historiador, ao abordar a reforma agrária em Sarandi, contribui com uma camada única de compreensão, conferindo uma amplitude multifacetada ao evento. Essas diferentes óticas enriquecem a narrativa global, oferecendo uma visão abrangente das transformações desencadeadas por essa iniciativa no contexto da reforma agrária da região do estado e do país como um todo.

Independentemente do desfecho apontado por cada estudioso, a reforma agrária em Sarandi-RS permanece como um capítulo crucial na evolução do processo de reforma agrária no Brasil. Sua análise profunda e contextualizada permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais e econômicas que moldaram não apenas este evento, mas também a trajetória mais ampla dos movimentos agrários do país. Há um ponto sobre a reforma agrária na fazenda Sarandi que parece ser um consenso entre os historiadores, independentemente de a quem seja atribuída a responsabilidade, desde a organização dos camponeses desterrados que promoveram a ocupação até a efetiva desapropriação e distribuição das terras. Não importando

como a mesma foi retratada, como acampamento ou invasão, ou mesmo por quanto tempo esse movimento esteve ativo dentro das terras da Fazenda Sarandi. O ponto consensual é que a reforma alterou permanentemente a abordagem utilizada pelos camponeses na busca para garantir o direito à terra, introduzindo a ocupação e a montagem de acampamentos como estratégias centrais das reivindicações por terra em nosso país.

A atuação dos camponeses desterrados que promoveram a ocupação e as diversas fases subsequentes do processo, incluindo desapropriação e distribuição de terras, desencadeou uma transformação significativa na dinâmica da luta pela posse da terra no Brasil. Independentemente do desfecho específico da reforma agrária em Sarandi-RS e das interpretações sobre a mesma, fica claro que sua influência transcendeu as fronteiras da fazenda, estabelecendo um novo padrão para os movimentos camponeses na reivindicação por terra.

Assim, a análise histórica revela que a reforma agrária em Sarandi-RS não apenas impactou as dinâmicas locais, mas também deixou um legado que permanece até os dias atuais na maneira como os camponeses se organizam e agem na busca pelo direito a posse da terra no Brasil. A partir desse momento, as ocupações e a montagem de acampamentos emergiram como elementos essenciais na luta pelo direito ao acesso da terra no país.

Dentro desta conjuntura, buscamos, em nosso trabalho, apresentar um contexto que contemple diferentes pontos sobre o cenário que envolveu a reforma agrária realizada na fazenda Sarandi. Esta reforma não apenas foi a primeira feita por um órgão oficial no Brasil, como também ocorreu dentro de um projeto de governo que visava uma ampla redistribuição de terras, estritamente conforme todos os preceitos legais vigentes no país naquele período.

A partir disso foi possível observarmos que a formação do campesinato gaúcho de início não se diferencia da formação do campesinato no restante das terras que hoje compreendem o território brasileiro. No entanto, a partir da chegada massiva de colonos europeus que aqui aportaram com objetivos específicos, ocupar áreas que supostamente estariam devolutas e civilizar e branquear o sul do Brasil, e mais especificamente o Rio Grande do Sul.

O primeiro ponto que observamos foi que as terras denominadas devolutas já estavam ocupadas há milênios pelos nativos da terra e há séculos pelos nacionais, ou "Caboclos". Esse fato foi o primeiro gerador da exclusão destes e, posteriormente, de inúmeros conflitos pelo direito à terra. O segundo fato que fez com que essa colonização impactasse o sistema agrário gaúcho foi a alta taxa de fecundidade dentro das colônias de emigrantes europeus que se estabeleceram na região. Isso resultou no esgotamento das fronteiras agrícolas no Rio Grande do Sul em poucas décadas, sendo um dos impulsionadores na criação de uma enorme massa de desterrados.

Também foi possível constatar como as políticas ligadas ao aumento da produção no campo, principalmente o projeto Desenvolvimentista e a Revolução Verde, se tornaram fatores preponderantes na exclusão de milhares de camponeses do direito ao acesso à terra atuando, assim, como impulsionadores da massa de desterrados que surgiu no estado Gaúcho.

Outro ponto que constatamos foi o de que o colossal aumento populacional dentro das colônias de emigrantes também foi o responsável pela vertiginosa migração para o estado do Paraná, onde a chegada de milhares de camponeses oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em sua grande maioria, descendentes dos colonos oriundos da Europa, acabou por ser a geradora de inúmeros conflitos que foram motivados pela disputa pelo direito à posse da terra.

Com relação ao cenário campesino vivenciado no período que compreende nosso estudo, foi possível apontar quem eram os agentes que atuavam na organização dos movimentos campesinos que eclodiram naquele período. Também pudemos compreender quais eram os motivos para que esses agentes atuassem arregimentando os camponeses em sua busca por direitos básicos como melhores salários, direito à saúde e educação e especialmente pelo direito a possuir um pedaço de terra.

Sobre os conflitos agrários que eclodiram no período em que notoriamente o Brasil vivia um breve sopro de democracia, foi possível constatar que, embora todos estivessem relacionados ao direito ao acesso a terra, a diferença básica em relação ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) foi, essencialmente, o fato de contemplarem demandas locais que envolviam um grupo específico em busca do direito à posse da terra. Enquanto o movimento no estado gaúcho, inicialmente surgido dentro do mesmo molde, isto é, a partir da reivindicação local de um grupo determinado defendia seus direitos à posse da terra, ao longo de sua trajetória passou a atuar na busca pela reforma agrária total. Em outras palavras, passou a defender o direito universal de acesso à terra para aos camponeses envolvidos.

Também foi possível apontar como ocorreu a atuação do governo do estado do Rio Grande do Sul e do Governador Leonel de Moura Brizola, em relação à formulação de leis que possibilitassem a implementação de um projeto de reforma agrária amplo. Isso incluiu analisar a atuação do governo em relação à ocupação da Fazenda Sarandi, sua desapropriação e a distribuição das terras entre os camponeses que as reivindicavam.

Especificamente, em relação à realização da reforma agrária na Fazenda Sarandi e a repercussão em relação ao acontecido, se verificam que a principal oposição feita tanto aos camponeses que faziam parte do movimento que se intitulava Movimento dos Agricultores Sem-terra Nonoai-Sarandi, quanto ao governo do estado e seu governador Leonel de Moura Brizola, foi protagonizada pela Igreja Católica. Embora a instituição pregasse o “direito divino”

do homem do campo possuir um pedaço de terra, ela também defendia o “direito sagrado” à propriedade. Sendo que pelos pronunciamentos feitos especialmente pelo arcebispo metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer, fica claro que para a igreja gaúcha, naquele momento, o que prevalecia era o direito sagrado à propriedade.

Na parte final deste terceiro e último capítulo do nosso trabalho, analisamos as atas da Câmara Municipal de Sarandi dos anos de 1962 a 1964. O objetivo foi compreender as reações dentro desta casa legislativa em relação ao Movimento dos Agricultores Sem Terra Nonoai-Sarandi e ao acampamento por eles montado nas margens da estrada que cortava a fazenda Sarandi. A avaliação dessas atas era importante porque os vereadores eleitos de forma direta e democrática, naquele momento, representavam a população Sarandiense. Também foram examinadas as posições da Câmara em relação à desapropriação e subsequente distribuição das terras da fazenda entre os camponeses que fizeram parte do acampamento, realizadas pelo governo do estado gaúcho, sob a liderança do governador Leonel de Moura Brizola.

O que observamos através de uma minuciosa análise das atas dos anos de 1962 a 1964, mostrou-nos que a Casa, eleita democraticamente para representar a vontade da população sarandiense, forneceu amplo apoio ao processo de reforma agrária implementada dentro do município de Sarandi-RS. De fato, em nossa análise, não encontramos nenhum pronunciamento contrário à iniciativa, ao passo que muitos vereadores se manifestaram a favor tanto do Movimentos dos agricultores Sem-terra, quanto da desapropriação da fazenda Sarandi.

Essa consistência de apoio sugere que a reforma agrária não representava apenas a vontade dos camponeses Sem-terra, do governador e de seus aliados políticos, mas também contemplava uma aspiração da comunidade local, naquele momento expressado por seus representantes dentro do legislativo municipal. Um ponto crucial que reforça essa interpretação é a iniciativa do prefeito municipal de ter encaminhado à Câmara de Vereadores um projeto para a implementação de um programa de colonização em terras pertencentes ao município. Esse projeto foi aprovado por unanimidade, indicando que não apenas os vereadores, mas a própria comunidade sarandiense estava alinhada com a visão de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.
- ABREU, Sebastião de Barros. **Trombas: a Guerrilha do Zé Porfírio**. Brasília, Goethe, 1985.
- ABREU, Sebastião de Barros. **De Zé Porfírio ao MST. A luta pela terra em Goiás**. Brasília, André Quicé Editor, 2002.
- ALENTEJANO, M. **Modernização da agricultura**. In.: CALDART, R. S. (org.) et al. Dicionário da educação no campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p. 477-480).
- ANDRADE, Manuel Correia. **O Brasil e a África. Uma Pequena História da África, Brasil e África: Irmão ou Adversários? A Questão Racial, Lá e Cá**. Geografia. São Paulo. Editora Contexto, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Abolição e Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: editora ática, 2001.
- ANDRADE, Franciele M Bard. **A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhador: Os Posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim- PR (1961)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Marechal Cândido Rondon, 2017.
- ALVES, Bernard. **A política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. Dissertação (mestrado). CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro 2010.
- ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.
- ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. **A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, ano 21, n. 45, p. 257-281, jul. /dez. 2015.
- ALVES, Bernard José Pereira. **A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro/UFRRJ. 2010.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. **No território da luta de classes toda paz é uma trégua: a revolta camponesa em Trombas e Formoso (1950-1964) e as possibilidades de ruptura com a territorialidade do capital**. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis; Vozes, 1984.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Orgs.). **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. *Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas*. Santiago, jul. 2005.

BONETI, L. W. **A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná**. In: ZARTH, P. (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional, 1930-1960**. Editora UFG, Goiânia. 2000.

BORTOLANZA, Eliza. **A história do município e da educação de Três Barras do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel – PR, 2022.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. **“Um povo sem terra numa terra sem povo”: uma análise sobre a formação da propriedade fundiária em Goiás 1930/60**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. **O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra no norte de Goiás 1950/1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1968.

BUTI, Rafael Palermo. **Acerca do pertencimento: percursos da comunidade Invernada Paiol de Telha em um contexto de reivindicação de terras**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. Editora Contexto, São Paulo: 1988.

CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. **Os conflitos agrários no norte gaúcho: 1960 – 1980**. Porto Alegre: Edições Est., 2007.

CARVALHO Horacio Martins de. **O Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. In: Revista Nera- Boletim DATA LUTA. Presidente Prudente SP: 2012.

CASALLI, Jairo Antônio. **Memórias de Brizola: O Guerreiro do Povo Brasileiro**. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 2005.

CASTILHO, Denis. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres-GO-Brasil**. *Élisée: revista de Geografia da UEG, Porangatu*, v. 1, n. 1, p. 117-139, jan./jun. 2012.

CASSOL, Tiago Parinazzo. **Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas. UFP. Pelotas 2020.

COLOMBO, Leonir Olderico. **No rastro do burro: memórias e discursos do “colono posseiro”**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu: 2013

COMIRAN, Vitória. **Projeto desenvolvimentista, propriedade da terra e produção agrícola no norte do RS (1930-1945)** dissertação de (mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, UPF. Passo Fundo 2021.

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. **Narrativas de Colonos e Posseiros na Luta pela Terra: A (Re)criação da Memória da Revolta de Três Barras do Paraná, 1964-2014**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Marechal Candido Rondon, 2015.

CHAIA, Vera. Santa Fé do Sul: **A Luta dos Arrendatários**. Cadernos AEL, n. 7, 1997. p 11-49.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Atas da Câmara**. In MOTTA, Márcia, GUIMARAES, Elione. (Orgs) *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

CRESTANI, T. G. Z.; COLOGNESE, S. A.; BAVARESCO, P. R. **A construção do conceito e caboclo como demarcador social de inferioridade no sul do Brasil**. *Tempo da Ciência, [S. l.]*, v. 27, n. 54, p. 25–37, 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Política Indigenista no século XIX**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. Cia da Letra e Secretaria. Municipal da Cultura, Fapespe, São Paulo: 1992.

CAMPOS, Itami. **Questão Agrária: Bases sociais da política goiana (1930-1964)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

DALCIM, Ignacio. **Fascínio e Mistério nas Ruínas das Missões**. Projeto Passo Fundo. Apoio à Cultura, Passo Fundo: 2013.

DICKEL, Simone Lopes. **O Processo Histórico de Reforma Agrária na Fazenda Annoni: Da desapropriação à (re)apropriação privada**. Tese (doutorado em Filosofia e Ciências humanas) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021.

DOCCA Emilio Fernandes de Sousa. **Gente Sul-rio-grandense**. In: Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia. Porto Alegre: Globo, 1940, vol. II.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores Sem-terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação de e Mestrado/UFRJ. Rio de Janeiro: 1984.

ECKERT, Córdula. **O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Editora Unesp, São Paulo: 2009.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948 – 1964) uma resistência ampliada**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FELISMINO, Pedro Paulo. **A Guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50**. Folha de Londrina, 14-28 de julho de 1985. Londrina: 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem Terra**. Revista De Cultura Vozes, número 1, ano 90. Editora Vozes. Petrópolis, 1996.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil**. Pesquisa & Debate. v.15, n. 2, p. 225-256, São Paulo: 2004.

FONSECA, Pedro Cezar D. **Estado e industrialização consciente: 1930-1945**. Questões de Economia Política, ano 3, n. 4, p. 20-32, Porto Alegre: 1987.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2015.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **Agricultura da Associação à Modernização**. In: GERTZ, René; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Méritos, Cap. 5. p. 117-134. Passo Fundo: 2007.

FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica**. In: *Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 2003.

GARCIA, Elisa. **Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750 - 1800)**. Disponível em www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/17.pdf, acesso em 10/5/2013.

GASPAROTTO Alessandra, TELO Fabricio (org.) **A FALERJ e as lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro**, In: **Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)**. 2. ed.; E-book. Oikos, São Leopoldo: 2021.

GARDOLINSKI, E. **Imigração e colonização polonesa**. In: BECKER, Klaus (org.) *Enciclopédia Rio-grandense*. v. 5. Canoas: 1956. p. 1-104.

GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: O caso da Fazenda Sarandi**. Dissertação de Mestrado/UFRGS. Porto Alegre: 1983.

GEHLEN, Ivaldo. **Identidade Estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla**. In: ZARTH, Paulo Afonso et. al. *Os caminhos da exclusão social*. Ed. UNIJUÍ, Ijuí: 1998.

GUIMARÃES Lúcia Maria Paschoal; VAINFAS Ronaldo. **Sonhos Galegos: 500 anos de Espanhóis no Brasil**. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. IBGE, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CRH, v. 21, n. 54, Salvador: set./dez, 2008 p. 439-455.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 16. n. 47 maio-ago. 2011.

GRAMSCI, Antônio. tradução de **Carlos A questão meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro:1999.

GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói 1977.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Iria Zononi. 1957: **A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GOMES, A. C. **Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cosmos de um moleiro do século XVI**. Johns Hopkins University Press, 1976.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HARRES, Marluza Marques. **Estratégias trabalhistas para o mundo rural: Governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo/RS. Oikos, Editora Unisinos, 2014.

HARRES, Marluza Marques. **Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960**. Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011.

JULIÃO, Francisco. **“Bença, Mãe!”**. In: JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

JULIÃO, Francisco **Ligas Camponesas do Brasil- As Ligas Camponesas: Origens e Causa**. Disponível Em: www.centrovictormeyer.org.br Acesso em 15/ 07/ 2023.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Coleção os Economistas.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LENIN, Vladimir Llyitchi Uliánov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia.** Florianópolis: Nuer/UFSC, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade expropriadora.** Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996.

LEITMAN, Spencer. **Negros Farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX.** In: DACANAL, José Hildebrando (org). *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986 a.

LENHARO, A. **Sacralização da política.** 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986 b.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. **Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares, o mesmo acontecimento (1940-2011).** Porecatu, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/PDF/leandroleocadio> . Acesso em: 10/ 05/2023.

LESSA, Carlos Francisco Theodoro M. R. de. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, A. S. de. **Vítimas do Ódio: a Militância Comunista e as Lutas Camponesas no interior paulista (1945-1958).** (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Marília, 2009.

MACHADO, Ironita P. **Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890- 1930.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012. 336 p.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAESTRI FILHO, M. M. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho.** Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MAESTRI, Mario. **Uma história do Rio Grande do Sul: A república Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional - 1889-1930.** Passo Fundo: Edi UPF, 2005.

MAIA Cláudio Lopes. **"Movimentos sociais na Fronteira – um estudo de caso: Trombas e Formoso 1950/1960."** Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Londrina, 2005.

MONDARDO, M. L. **Das migrações aos usos do território: caboclos, gaúchos e catarinenses no Sudoeste do Paraná.** Unbral Fronteiras. 2007. Disponível em: <http://umbral.nuvem.ufrgs.br>
Acesso em: 21/02/2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Bruno de Caldas; CAVICHIA, Alessandro Henrique. **Guerra do Arranca Capim: Protagonismo de Jôfre Corrêa Netto (1959-1962).** Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales), Edição IX p.150-162 REUNI 2018. Disponível Em: <http://reuni2.unijales.edu.br>. Acesso em 05/08/2023.

MARTINS, R. S. **Entre jagunços e posseiros.** Curitiba: Studio GMP, 1986.

MEDEIROS, Leonilde S de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** Tese de Doutorado, Ciências Sociais. 129 Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde (1982) **A questão da Reforma Agrária no Brasil (1955-1964).** Dissertação de mestrado. USP, São Paulo.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Santa Cruz: um bandido nada social na história do Oeste do Paraná.** In: ROCHA, Humberto José da (Org.). Étnicos, milenários e bandidos: história dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX-XX). Passo Fundo: Acervus, 2020. p. 295-238.

MOMBELLI, Raquel. **Visagens e Profecias: ecos da territorialidade quilombola.** 2009. 261 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução.** In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (organizadores). O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, Carlos Eduardo Neves de. **Cosmológica do patrimônio Mbyá-Guarani: a conformação da paisagem cultural nas Missões/RS**. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas Camponesas do Brasil**. Brasília, D.F.: IATTERMUND, 1997.

MOTTA, Marcia; STEVES, Carlos. **LIGAS CAMPONESAS: História de uma Luta (Des) conhecida**. In: MOTTA, Marcia. Lutas camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cap. 4. p. 01-19.

MONBEIG, Pierre. **O Brasil**. 5 ed. Tradução de Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. São Paulo: Difel, 1975.

MURAMATSU, Luiz Norobu. **As revoltas do capim**. Faculdade de filosofia letras e ciência da universidade de São Paulo. São Paulo 1984.

NARDY, Flavio Correa. **A Farsul e a Luta por Reforma Agrária: Violência de Classe e Marginalização dos Movimentos Sociais do campo no Rio Grande do Sul (1962)**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

NOSSA, Leonencio; JÚNIOR, Celso. **Guerras Desconhecidas do Brasil**. O Estado de São Paulo, 19 dez 2010.

NUNES Rojane Brum. **Charruas e Guarani-missioneiros no Uruguai e no sul do Brasil: a etnicidade enquanto experiência**. In 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal/RN. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais>. Acesso em 15/06/2022.

OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. In.: Estudos Avançados. v. 3 n. 7, São Paulo, set./dez. 1989. (p. 87-108).

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

POCAI FILHO, R. **Bichos do Mato: o sertão caboclo no sudoeste do Paraná**. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/rpocai/d/55446436>- Acesso em: 15 fev. 2024.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books.

PRIORI Ângelo Aparecido. **A Revolta Camponesa de Porecatu**. In: ANPUH. Anais do XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=16454>. Acesso em: 19/06/2023.

REIS, João José, **Presença Negra Conflitos e encontros**. In: Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2007. P. 79-100.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: um estudo acerca da CNA (Convenção Nacional da Agricultura) e da CONTAG (Convenção Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)**. In: POLIS - LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICO-SOCIAL. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 1-21.

REICHERT, P. 2010. **Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo**: a formação de sua identidade camponesa. Cadernos do CEOM, 32: 267-287.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil**. – 1ª ed. 1995 – 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIGON, A.J., GONZAGA, J.G.F., and DALBIANCO, V.P. **Estado, questão agrária e o desafio da luta pela terra**. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 146-174.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROSA, Marcelo C. **Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980)**. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. **Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a socio gênese das mobilizações por**

reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000.

Editora Garamout, Rio de Janeiro, 2010.

ROSA FILHO, João Alves da. **Porecatu, Sudoeste e outros episódios.** Vol. III. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A História da Resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940 – 1964).** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SANTOS, Raimundo. (org.). **Questão agrária e política: atores pecebistas.** Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

SANTOS, Leonardo Soares. **As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947).** Trocadero, n° 17, 2005, p. 77-98.

SANTOS, Raimundo. **Agraristas Políticos Brasileiros.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira-Nead (MDA)- II CA, 2007.

SANTIAGO, Vandeck. **FRANCISCO JULIÃO: Luta, paixão e morte de um agitador.** Recife; ALEP, 2001.

SALINI Cristian Jobi. **Nossos Heróis não Morreram:** um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre PPGAS/ UFRGS, 2006.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira; NUNES, Rosani Maria Martinelli. **Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira: atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições.** *Ágora.* Santa Cruz do Sul, v.20, n.01, p. 05-15, jan./jun. 2018.

SCHILLING, Paulo Romeu. **O que é reforma agrária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SERRA, Elpidio. **Grilagens de terra e conflitos rurais: o lado perverso da colonização no paraná.** *R.Ra'ega,* Curitiba, v. 46, n. 1, p. 58-74, mar. 2019.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. 1991.** Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP. Rio Claro. São Paulo.

SEYFERTH, G. **As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre. v.6, n. 14, p. 143-176. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07>> Acesso em 08/12/2024.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra Roxa de Sangue.** Londrina: Ed. UEL, 1996.

SILVA, Louvani de Fatima Sebastião da; SIMIONATTO, Ivete. **Quilombolas no Contexto de Luta Pela Terra. Fazendo gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 2010**. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br> acesso 04/07/2022.

SILVA, M. M. **O caboclo no sudoeste do Paraná: sua identidade e memórias tombadas**. Revista Semina: v. 11, p. 1-8. 2012. Disponíveis em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view> . Acesso em 17/02/2024.

SILVA Moises Pereira da. **Igreja Católica e Movimentos Sociais no Campo nas Décadas de 1950 e 1960**. In ANPUH. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh>. Acesso em 10/11/2023.

SILVA, Osvaldo Heller. **A foice e a cruz: comunistas e católicos no sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 93-115.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **A Questão Agrária em Debate (1960-1964): a análise de Alberto Passos Guimarães e de Caio Prado Júnior sobre a matriz histórica da estrutura fundiária brasileira**. Intellèctus, [S. l.], v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27637>. Acesso em: 21 out. 2023.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho** – Brasília: Senado Federal, 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**. Programas de reforma agrária: 1946-2003. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul. UCS. Porto Alegre: EST, 1976.

- SOUSA, Ana Inês; SILVA, Jonas Jorge da; PAZELLO, Ricardo Prestes. **Lutas populares no Paraná**. Curitiba: Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani; Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), 2017. 238 p.
- SOUZA, Itamar. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis; Vozes. 1982. 97 p.
- THOMPSON, E. P. “**Folclore, Antropologia e História Social**”. In: As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História, vol. 1).
- THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1981.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Movimentos de luta pela terra no norte do RS**. História: Questões & Debates. Curitiba, v. 69, n. 1, p. 272-301, jan./jun. 2021.
- TEDESCO, J.C; KUJAWA, H.A. (Orgs.). **Conflitos agrários no norte gaúcho: índios, negros e colonos**. Passo Fundo: IMED: Porto Alegre: Letras & Vida, 2013.
- TEDESCO, João Carlos; SILVA, Emerson Neves da. **Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980)**. Cadernos do CEOM Chapecó, v. 33, n. 52, p. 105-121, 2020.
- TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- VOLTOLINI, Sittilo. Retorno. **Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**. 2. ed. Pato Branco: 2003.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **TERRA NOVA: um estudo histórico da colonização e imigração no Paraná**. São Paulo: Loyola, 1985.
- WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE 1979.
- ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- ZARTH, Paulo Afonso et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

ZAMBOLIN, Rosimeire Aparecida Assunção; PRIORI, Ângelo. **A Guerra de Porecatu: Pés vermelhos de sangue em busca de um Eldorado**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 03, n. 10, pág. 96-115, agosto 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/guerra-de-porecatu>. acesso em 24/06 2023

FONTES

Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Hemeroteca Digital – BND Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

Acervo digital Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina: Disponível em <http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/>.

Boletins da UNITAS: Arquidiocese de Porto Alegre, com pronunciamentos do Arcebispo Metropolitano Dão Vicente Scherer. 1960-1964.

Atas Câmara municipal de vereadores de Sarandi RS. Ata 122, janeiro de 1962 há ata 490 de dezembro de 1964.

ANEXOS

Proclamação dos agricultores Sem-terra Nonoai-Sarandi: publicada em ata Nº 422 da câmara municipal de Sarandi do dia 16 de janeiro de 1962.

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

em Terra de Nonoai-Sarandi, que se segue: "PROCLAMAÇÃO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DE NONOAI-SARANDI - De presente em que as condições de desenvolvimento da produção agrícola do país e que as forças vivas da Nação percebem a necessidade de uma REFORMA AGRÁRIA radical e objetiva as AGRICULTORES SEM TERRA dos municípios de NONOAI e SARANDI, reunidos em Assembleia Geral, no acompanhamento do Capão da General, no latifúndio da "Fazenda Sarandi", em 13 de janeiro de 1962, PROCLAMAM: 1ª - Considerando que as AGRICULTORES SEM TERRA DE NONOAI e SARANDI, vítimas pela miséria decorrente da falta de meios de trabalho, pela excessiva fragmentação da terra de um lado e do outro a existência de grandes latifúndios improdutivos e desamovidos; 2ª - Considerando que as propriedades dos latifundiários mantendo presentes os graves problemas sociais que se criam e inexistente à miséria em que vivem os agricultores, não procuram colaborar com as Federações Públicas; 3ª - Considerando que os agricultores sempre esquecidos nas suas reivindicações e ignorados nas suas direitos vem contribuindo, pela sua existência, no agravamento do problema social e, por isso mesmo, participando, inconscientemente, no processo espoliativo em que é a própria vítima; 4ª - Considerando que o agricultor é o construtor material da riqueza das nações e fatura das cidades, hoje, consciente de sua responsabilidade para com a sociedade surge a consciência; 5ª - Considerando que pelas condições materiais e subjetivas da política tradicional brasileira não se vislumbra alguma esperança na pronta solução destes problemas; RESOLVEM: 1ª - Apelar para todos os agricultores do Rio Grande do Sul para que organizem, nas suas respectivas municipalidades, associações camponesas, a fim de que se possa criar, em breve, a FEDERAÇÃO ESTADUAL DE AGRICULTORES SEM TERRA e, finalmente, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTORES SEM TERRA; 2ª - Alertar a Nação, alertando os Poderes Executivo e Legislativo para a pressão que as forças revolucionárias das grandes latifundiárias que se reunirão no Congresso Nacional Ruralista, no Rio de Janeiro, nas próximas dias após ele, exercendo, junto ao Congresso Nacional, ação de pressão e libertação dos agricultores através da aprovação de uma reforma agrária radical e justa; 3ª - Apelar aos senhores Prefeitos e Vereadores desta região para que prestigiem todas as iniciativas que visam a formação de Associações de Agricultores nas as objetivos desta PROCLAMAÇÃO; 4ª - Convidar os camponeses, operários e estudantes para que se organizem, desde logo, numagrande frente de luta em defesa dos princípios socialistas, reafirmando a indispensável necessidade de lutar, por todos os meios legais, pela imediata

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANH

em terra de Roraima-Saranh, por se saber: 1º - FOMENTO DO AGRICULTURISMO EM TERRA DE RORAIMA-SARANH - No momento em que se vive nos primeiros anos da seleção dos povos agrícolas do país e que as forças vivas da Nação produzem a necessidade de uma RORAIMA SERRA nacional e objetiva, os AGRICULTORES EM TERRA DE RORAIMA-SARANH, reunidos em Assembleia Local, no acompanhamento de Caço de Cantaral, no latifúndio de "Fazenda Saranh", em 15 de Janeiro de 1948, FOMENTO: 1º - Considerando que os AGRICULTORES EM TERRA DE RORAIMA-SARANH, produzindo pela indústria doméstica da falta de meios de trabalho, pelo exaustivo trabalho sobre a terra de um lado e de outro a existência de grandes latifúndios improdutivos e desocupados; 2º - Considerando que os proprietários das latifúndias mantendo somente os graves problemas sociais que se criam e tornam-se à medida em que vivem os agricultores, não possuem condições para os Poderes Públicos; 3º - Considerando que os agricultores sempre se queixam das suas condições de trabalho e ignorância das suas direitos nas condições, pela sua situação, no aproveitamento do problema social e, por isso mesmo, participando, inconscientemente, os processos expropriativos em que eles é a política pública; 4º - Considerando que o agricultor é o trabalhador mais alicado da riqueza das riquezas e fatura das cidades, hoje, momento de sua responsabilidade para com a sociedade sempre a sociedade; 5º - Considerando que pelas condições sociais e políticas da política tradicional brasileira não se viu nunca sequer esperanças de pronta solução destes problemas; FOMENTO: 1º - Apelar para todos os agricultores de Rio Grande do Sul para que organizem, com suas respectivas condições, associações locais, a fim de que se possa criar, em breve, a FOMENTO SOCIAL DE AGRICULTORES EM TERRA e, finalmente, a FOMENTO SOCIAL DE AGRICULTORES EM TERRA; 2º - Advertir a Nação, alertando os Poderes Executivo e Legislativo para o grande que as forças reacionárias dos grandes latifundiários que se reuniram no Congresso Nacional Brasileiro, no Rio de Janeiro, nos pontos das épocas, quando, para os Congressos Nacional, afin de impedir a libertação dos agricultores através da aprovação de uma reforma agrária por eles e outros; 3º - Apelar aos membros Prefeitos e Vereadores desta região para que prestem atenção às iniciativas que visam a formação de associações de Agricultura em os seguintes locais FOMENTO: 4º - Considerar os municípios, operários e estudantes para que se organizem, sendo logo, emagrecendo de lado as doutrinas dos princípios democráticos, reunindo a importância da Nação, de lado, por todos os meios legais, pela indústria

aprovação da reforma agrária radical. Capão da Canoa, -^a Juvenal Bonfatti, em 15 de janeiro de 1962. Ass: Bento Araújo Cardoso - Pedro Alves Nardel - João Nardel Barros de Paula - Antônia Casagrande - Benedita Antônia de Leiria - Arnau Arnsel - Agnir da Silva Paula - Adão Lopes da Rosa - Domingos Priguenti - Joel Seibel - Ruyvaldo Lourenço - Guimarães Fidalgo - Oscar de Jesus Fereira - Danilla Guarda - Mílton Alves da Silva - João L. Barros - Arnaldo Alexandre Ringoni - Lauretina Ribeiro Leonelli - Jorge Matoso - Salomão Souza -^a. Na hora das EXPECTAÇÕES POLÍTICAS saiu da palavra o vereador NITILIANO, que de início se congratulou com o vereador Venâncio pela sua brilhante intervenção na tarde de hoje, e a seguir se manifestou satisfeito com a atitude arrojada e pacífica dos movimentos dos agricultores em terra e se congratulava com os mesmos. Prestou e ouviu diversos informes à Câmara sobre o movimento dos agricultores insatisfeitos e fez a ele apelo para que os poderes públicos adotassem terras aos nada possuíam. A seguir o Sr. Presidente informou que nada mais consta do orden do dia e declarou encerrada a presente sessão.

Wille A. de Souza
 Sérgio M. de
 Ruyvaldo Lourenço

Juliano Venet
 Benedita Antônia
 Domingos Priguenti
 Adão Lopes da Rosa

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FICHA DE INSCRIÇÃO	
	n.º local	n.º geral

REGISTRO DE AGRICULTORES PRETENDENTES A TERRA

MUNICÍPIO: _____ Distrito: _____ Lugar: _____

DADOS PESSOAIS e da FAMÍLIA:

Nome: _____ — Lugar nascimento: _____

Data nascimento: ____/____/____ — Idade: _____ anos — Alfabetizado? _____ — Eleitor? _____

Documento de identidade: _____ — Estado civil: _____

Nome da mulher: _____ — Data nascimento: ____/____/____

Alfabetizada? _____ — Eleitora? _____ — Tem filhos? _____ — Quantos? _____ — Vivos? _____

Mortos? _____ — Masculinos? _____ — Femininos? _____ — Registrados? _____ — Escolarizados? _____

Alfabetizados? _____ — Nomes e datas nascimento: _____

_____ — Filhos eleitores: _____

DADOS PROFISSIONAIS:

Agricultor, criador, peão trabalhador? _____ — Ocupação atual? _____

Possui terras? _____ — Localização: _____

Área total? _____ ha. — Área plantada? _____ ha. — Principais culturas? _____

Título de posse: _____

É arrendatário, parceiro ou intruso? _____ — Nome do proprietário: _____

_____ — Área total _____ ha. — Área cultivada: _____ ha.

Principais culturas: _____

Arrendamento ou percentagem que paga: _____

Tem contrato de arrendamento ou parceria? _____ — Prazo do mesmo: _____

É agregado ou assalariado? _____ — Permanente ou temporário _____

Nome do empregador: _____ — Salário? _____

Já teve terra própria? _____ — Como a perdeu? _____

Há quanto tempo se dedica à agricultura? _____ — Os pais do pretendente são ou eram agricultores? _____ — É associado a alguma Cooperativa ou Associação de Agricultores? _____ — Qual? _____ — Tem rádio? _____

PRETENSÕES:

Que área de terra pretende adquirir? _____ ha. — Preferencialmente, onde? _____ — A vista ou a prazo? _____ — Qual o material agrário e animais de serviço de que dispõe? _____

Sua casa é aproveitável? _____

Outros recursos: _____

Já conseguiu algum financiamento? _____ — De que organismo? _____

Data: ____/____/196____ — Ass. pretendente: _____

Registro de Agricultores Pretendentes à Terra - Acervo Paulo Schmidt.



República dos Estados Unidos do Brasil
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

TÍTULO DE CONCESSÃO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), tendo em vista os levantamentos procedidos pela Comissão de Seleção dos Agricultores Sem Terra, seleccionados de conformidade com a Legislação em vigor, e de acôrdo com os critérios selectivos por elle aprovados, resolve conceder ao cidadão

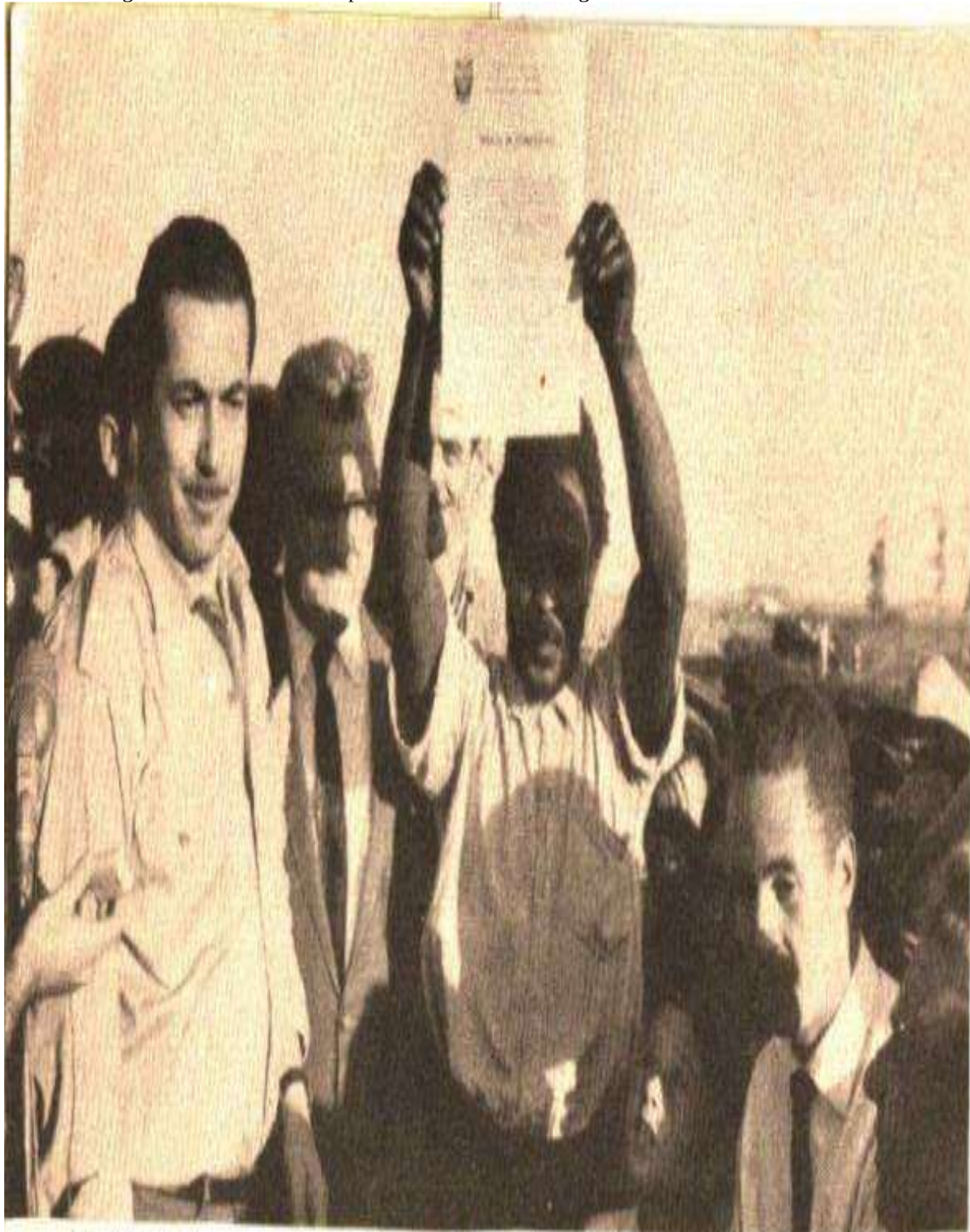
.....
 brasileiro, maior, agricultor, o lote rural de n.º, da Comunidade agrícola de
 n.º no local denominado Fazenda Sarandi, no municipio de Sarandi, com
 a área de hectares e as seguintes confrontações:

Esta concessão é feita pelo preço de Cr\$ o hectare,
 e de acôrdo com as prescrições regulamentares. O pagamento será realizado em dez presta-
 ções anuais, iguais e sucessivas, com um ano de carência.

Pôrto Alegre, de de 19.....

.....
 Presidente do IGRA

Brizola entrega título de terra a contemplado no Banhado do Colégio

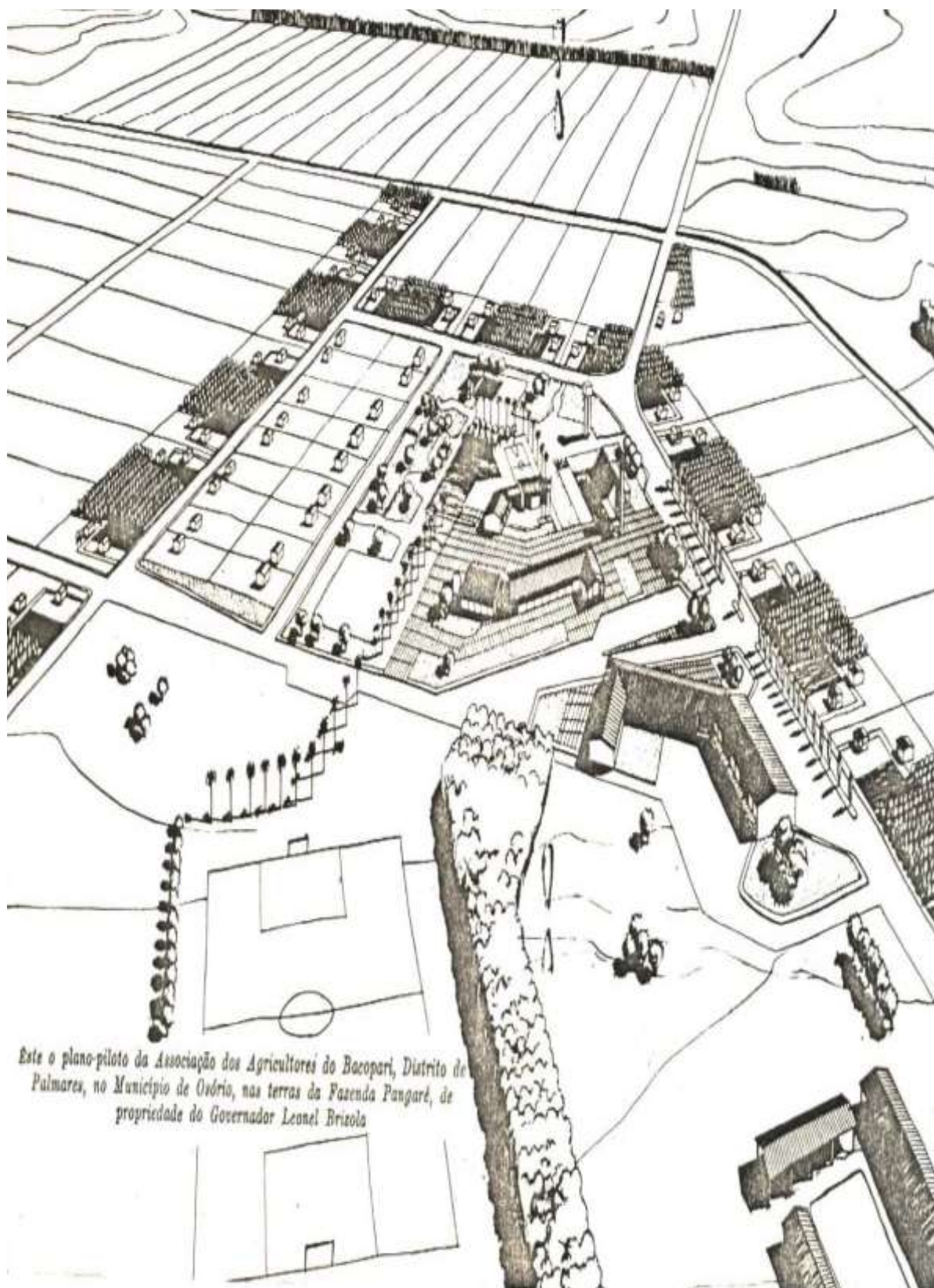


Fonte: Cartilha da Reforma Agrária – IGRA Museu Olívio Otto - Carazinho – RS



Fonte: Jornal Diário de Notícias Domingo 14 de janeiro de 1962

Plano-piloto da Associação Agricultores do Bacopari, Distrito de Palmares, no município de Osório, em terras cedidas pelo Governador Leonel Brizola



Fonte: Cartilha da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul; Museu Olívio Otto, Carazinho.